

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CAMPUS II - CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM ECONOMIA

UMA CRÍTICA À ECONOMIA
POLÍTICA CATARINENSE

IDO LUIZ MICHELS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Economia, do Centro de Humanidades (CH), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus II - Campina Grande, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Jurandir Antônio Xavier

Co-orientador: Prof. Ph.D. Robert Wayne Samohyl

Campina Grande, PB
Junho/1993



M623c Michels, Ido Luiz.
Uma crítica à economia política catarinense / Ido Luiz Michels. - Campina Grande, 1993.
330 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1993.
"Orientação : Prof. Dr. Jurandir Antônio Xavier, Prof. Dr. Robert Wayne Samohyl".
Referências.

1. Economia Política - Santa Catarina - Brasil. 2. Desenvolvimento Econômico. 3. Economia - Investimento Estatal. 4. Desenvolvimento Sócio-Econômico - Santa Catarina - Brasil. 5. Trabalho - Exploração. 6. Dissertação - Economia. I. Xavier, Jurandir Antônio. II. Samohyl, Robert Wayne. III. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB).

CDU 330.101(816.4)(043)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Waldemiro e Elizabeth Michels, pelo sofrimento, preconceito, carências, marginalizações, e outros, que sofreram por acreditarem na possibilidade da educação. Muito obrigado, pai e mãe.

UMA CRÍTICA À ECONOMIA POLÍTICA CATARINENSE

IDO LUIZ MICHELS

Dissertação defendida e "aprovada com distinção" pela
Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Jurandir Antônio Xavier
Orientador

Prof. PhD. Robert Wayne Samohyl
Co-orientador

Prof. Pós-Doutor Nilson Araújo de Souza

Prof. Dr. Robério Ferreira dos Santos

Prof. Doutorando Heleno Rota

Curso de Mestrado em Economia, da Universidade Federal da
Paraíba, Campus II.

Campina Grande (PB), 16 de julho de 1993.

AGRADECIMENTOS

Ao meu amigo Bráulio Escobar Filho (in memoriam), por ter acreditado num alemão "esperma psicótica vulgar".

À Jurandir Antônio Xavier (Orientador), pela contribuição teórico-interpretativa, pelo apoio e incentivo.

À Robert Wayne Samohyl (Co-orientador), pela pronta aceitação e seriedade na co-orientação.

Ao meu filho Deivid, com pedido de desculpas pela minha ausência.

À Rosalba, Maria Helena (irmã) e Cassinha (irmã)/família (Vamílson e Geandra), pelo incentivo.

À Denise Soares Miguel (baixinha), por tudo, especialmente pela paciência. Valeu!

Ao Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Economia e Administração (DEA) e Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS), da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), pela acolhida e apoio na conclusão e defesa desta dissertação.

Ao Departamento de Ciências Econômicas e Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com os quais obtive boa parte da minha formação acadêmica.

Ao meu amigo Sérgio Valério Escobar e Família (Ivana e Serginho), por nossa história, e por ainda acreditar nas pessoas que pensam.

A profesora Marli Auras, pela atenção, estímulo e seriedade acadêmica.

Ao meu amigo Roberto Meurer e família, por acreditarem que mesmo sem uma crença missionária, as pessoas podem conviver, dialogar, ou mais precisamente conversar com as suas diferenças.

Ao Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus II, Campina Grande, especialmente para Glória de Fátima Pinto Palmeira, por todo o apoio.

Aos colegas do curso de mestrado, em especial a Ari Torreão Diniz.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), pelo apoio financeiro.

À Antônio Escobar Brussi (UNiversidade de Brasília), pela

conversa num sábado chuvoso no inverno de 1983, quando as enchentes inundavam boa parte de Santa Catarina.

À Léo Rosa de Andrade pelo estímulo, apoio e contribuições para a compreensão da realidade catarinense, nos diálogos noctívagos, com as divergências (data vénia).

Ao meu amigo Marcelo Morato Rosas, pela sabedoria, não só ortográfica/semântica, mas da vida.

À Clodomir Coradini, pelo apoio e incentivo, no uso das tecnologias modernas.

À Ademar Antônio Prada e Maria Michels/Maria Inez Michels Prada, pela ajuda substancial, num momento muito difícil da minha vida.

Ao Setor de Coleções Especiais/Santa Catarina da Biblioteca Central da UFSC, especialmente a Marlei e Narcisa, pela compreensão dos atrasos nas devoluções.

Às bibliotecárias do BADESC, BRDE, FIESC e da Assembléia Legislativa, pela atenção e competência quando das investigações, para a realização deste trabalho.

À Márcio Luiz Aguiar e família (Joyce, Bruna e Rodrigo).

pelo estímulo e confiança.

À família dos Bressan, com destaque para o meu amigo Luciano, pela discordâncias.

Aos os amigos de Campina Grande/PB, que calorosamente me receberam, Dona Artêmia/Armêmia, Lindaura, Valdênia, Antônia, Maria Amélia, Chico Nabuco ("Empávido Vanguardeiro"), Djair Silva, Enóqui, Denílson, Márcio, João Claudino, e outros.

Com enorme carinho a Renê Dreifuss, pelo incentivo, atenção e amizade, pelos bons bate-papos.

A minha Tia Dulce, Tio Guido e família, pelo incentivo e credibilidade.

À Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), pela possibilidade de experiência profissional.

RESUMO

O Estado de Santa Catarina é considerado nacional e mesmo internacionalmente, como um modelo em relação a sua lógica de desenvolvimento. Existem de fato, diversas regiões produtivas, não há grandes concentrações urbanas, bem como, uma significativa diversificação produtiva. Tais aspectos estruturais são comumente explicados, basicamente pela existência de imigrantes europeus em Santa Catarina, desconsiderando as múltiplas variáveis de um estado que se insere no contexto capitalista internacional.

Basicamente esta dissertação objetiva, analisar as principais interpretações sobre o desenvolvimento sócio-econômico de Santa Catarina, criticando-as, pela exclusão em suas interpretações, da intervenção do Estado e da superexploração do trabalho, no processo de acumulação de capital em Santa Catarina.

Neste sentido, analisa-se obras e autores, definindo-os em matrizes interpretativas (Periféricos, Schumpeterianos, Outras Contribuições e Desenvolvimentistas), fazendo-se em sequência a cada matriz, a crítica à interpretação, dada à omissão das variáveis, Estado e superexploração do trabalho, no processo de geração e distribuição de riquezas em Santa Catarina.

Num segundo momento, demonstra-se em que período a burguesia catarinense, reivindica a ação estatal, objetivando a superação da crise de acumulação, ilustrando-se tal fato, através dos diversos planos de governo adotados em Santa Catarina, desde meados dos anos 50. A intervenção do Estado e a superexploração do trabalho, acabaram por constituir, uma economia concentrada em grandes grupos privados, e uma sociedade cada vez mais empobrecida.

Portanto, o enriquecimento privado e o empobrecimento

social, existentes em Santa Catarina, tem como fundamentos a intensa intervenção estatal e também intensa superexploração do trabalho, contrariamente ao que afirmam a burguesia catarinense e seus ideólogos.

Conclui-se esta Dissertação, indicando, que tendencialmente as elites econômicas e políticas de Santa Catarina, apesar de apregoarem o afastamento do Estado da economia, continuam dele fazendo uso, para ampliar os seus patrimônios. Cabe a sociedade catarinense (trabalhadores, sem-terras, pequenos empresários e agricultores), a busca de um controle maior sobre o uso pelo grande capital do aparelho estatal catarinense, bem como a luta pela ampliação daqueles na riqueza gerada, caso contrário a tendência é de ampliação do empobrecimento social, contraposto pelo crescente enriquecimento privado.

ZUSAMMENFASSUNG

Der Staat Santa Catarina ist als ein Vorblick in Beziehung zu seiner Entwicklungslogik im innern und gar im Ausland. Tatsächlich gibt es verschiedene produktive Gebiete, bestehen keine grosse Städte, und auch eine bedeutende produktive verschiedenheit. Diese strukturelle Merkmale sind genvöhnlicherweise grundsätzlich erklärt durch die europäische Einwanderung in Santa Catarina, ohne die vielfächige Eigeneiten eines Staates im Zusammenhang des internationalen Kapitalismus.

Grundlegend hat diese Arbeit zum Ziel die haupte Interpretationen über die weirtschäftliche und gesellschaftliche Entwicklung von Santa Catarina darstellen und kritisieren wegen dem Auslass in ihrer darstellung der Mitwirkung des Staates und der Ubersausbeutung der Arbeit im Kapital ansammlungsfortgang in Santa Catarina.

In dieser hinsicht werden Werke und Verfässer dargestellt, in interpretative Gruppen abgegrenzt (Peripherische, Schumpeterianer, Entwicklungsangehörige, Andere Beiträge); nach jeder wird die Kritik vorgenommen, wegen der Auslassung des Staates und Ubersausbeutung der Arbeit im Fortgang der Entstehung und Verteilung des Reichtums in Santa Catarina.

Im Zweitem Moment wird der Zeitabschnitt nachgewiesen in dem die Burgeoisie aus Santa Catarina die staatliche Mitwirkung, mit dem ziel der Überwindung der Ansammlungskrise. Das wird veranschaulicht durch die verschiedene Regierungsplanungen Zeit mitte der fünfziger Jahre. Die staatliche Mitwirkung und die Ubersausbeutung der Arbeit haben eine Wirtschaft konzentriert auf grosse private Unternehmen gebildet, und eine immer verärmerte Gesellschaft.

Die private Bereicherung und die gesellschaftliche Verärmerung in Santa Catarina bestehend haben als Grundlage, also, eine heftige Intervention des Staates und die auch heftige Überausbeutung der Arbeit, im Gegensatz zu dem was die Bourgeoisie aus Santa Catarina und seine Ideologe behaupten.

Diese Arbeit wird bevollendet mit der Anzeige der Tendenz der politische und wirtschaftliche Eliten aus Santa Catarina weiter den Staat benutzen um sein Reichtum ergrössern, obwohl sie bekanntmachen das der Staat von der Wirtschaft Abstand nehmen Müsse. Die Gesellschaft aus Santa Catarina (Arbeiter, Ohne-Boden, Kleinunternehmer, Bauern) hat zu suchen eine grössere Kontrolle über die Benutzung des Staatsaparats Santa Catarina, wie auch der Kampf um eine Erhöhung in der Teilnahme in dem entstandenen Reichtum. Im gegenteil bleibt die Tendenz eine Vergrösserung gesellschaftliche verärmerung gegenüber der Vergrösserung der private Bereicherung.

LISTA DE ABREVIATURAS

- ACARESC: Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina.
- ADESG/SC: Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra/Delegacia de Santa Catarina.
- ARENA: Aliança Renovadora Nacional.
- BADESC: Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, ex-BDE.
- BESC: Banco do Estado de Santa Catarina.
- BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ex-BNDE.
- BRDE: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.
- BRDI: Banco Regional de Desenvolvimento e Integração.
- CELESC: Centrais Elétricas de Santa Catarina.
- CEPA/SC: Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina.
- CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina.
- CNI: Confederação Nacional das Indústrias.
- CODESC: Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.
- CODESUL: Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul.
- CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito.
- EMATER/SC: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina.
- EMFASC: Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária.
- ESG: Escola Superior de Guerra.
- F.S.P.: Folha de São Paulo.
- FGV: Fundação Getúlio Vargas.
- FIESC: Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina.
- FUNDESC: Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.
- GA: Grifo do Autor.
- ICMS: Imposto sobre a Circulação de Mercadorias ex-ICM.
- MDB: Movimento Democrático Brasileiro.
- PG: Número de Páginas Total da Publicação.

PIB: Produto Interno Bruto.
PSD: Partido Social Democrático.
PDS: Partido Democrático Social.
PFL: Partido da Frente Liberal.
PL: Partido Liberal.
PPR: Partido Progressista Renovador.
PT: Partido dos Trabalhadores.
PLAMEG: Plano de Metas do Governo.
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
POE: Plano de Obras e Equipamentos.
PROCAPE: Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas.
SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
UDN: União Democrática Nacional.
UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina.
TELESC: Telecomunicações do Estado de Santa Catarina.

ÍNDICE

| | |
|---|-----|
| Dedicatória..... | 03 |
| Agradecimentos..... | 04 |
| Resumo..... | 08 |
| Zusammenfassung..... | 10 |
| Lista de Abreviaturas..... | 12 |
| Índice..... | 14 |
| Introdução..... | 17 |
| Primeira Parte - Revisão Crítica da Economia Política Catarinense..... | 39 |
| Capítulo 1 - Periféricos..... | 40 |
| 1.1 - Elienne Luiz SILVA..... | 45 |
| 1.2 - Centro de Assistência Gerencial (CEAG)/SC..... | 59 |
| Capítulo 2 - Schumpeterianos..... | 79 |
| 2.1 - Idaulo José CUNHA..... | 85 |
| 2.2 - Maria Luiza Renaux HERING..... | 109 |
| 2.3 - Ondina Pereira BOSSLE..... | 120 |
| 2.4 - Ady VIEIRA FILHO..... | 132 |
| Capítulo 3 - Outras Contribuições..... | 151 |
| 3.1 - Armen MAMIGONIAM..... | 153 |
| 3.2 - Paul SINGER..... | 178 |
| 3.3 - Antônio Barros de CASTRO..... | 192 |

| | |
|--|---------|
| Capítulo 4 - Desenvolvimentistas..... | 199 |
| 4.1 - Alcides ABREU..... | 207 |
| 4.2 - Fernando Marcondes de MATTOS..... | 214 |
| 4.3 - Paulo Fernando LAGO..... | 229 |
| 4.4 - Secretaria do Desenvolvimento Econômico (SDE)/IBAGEEC- CEBRAE/BRDE-AGFLO..... | 235 |
| Segunda Parte - A Ação Estatal: Enriquecimento Privado Versus Empobrecimento Social..... | 244 |
| Capítulo 1 - Plano de Obras e Equipamentos (POE) - 1956-1960 - Governo Irineu Bornhausen (UDN)..... | 257 |
| Capítulo 2 - Plano de Metas do Governo I (FLAMEG) - 1961-1965 - Governo Celso Ramos (PSD)..... | 265 |
| Capítulo 3 - Plano de Metas do Governo II (FLAMEG) - 1966-1970 - Governo Ivo Silveira (PSD)..... | 275 |
| Capítulo 4 - Projeto Catarinense de Desenvolvimento - 1971-1975 - Governo Colombo Machado Sales (ARENA)..... | 281 |
| Capítulo 5 - "Governar é Encurtar Distâncias" - 1975-1979 - Governo Antônio Carlos Konder Reis (ARENA/PDS).... | 286 |
| Capítulo 6 - Plano de Ação - 1979-1983 - Governo Jorge Konder Bornhausen/Henrique Córdova (PDS)..... | 293 |
| Capítulo 7 - "Carta dos Catarinenses" - 1983-1987 - Governo Esperidião Amin Helou Filho (PDS)..... | 298 |
| Capítulo 8 - "Rumo a Nova Sociedade Catarinense" - 1987-1991 - Governo Pedro Ivo Campos/Casildo Maldaner (PMDB).301 | 301 |

| | |
|--|-----|
| Capítulo 9 - "Plano Sim" - 1991-1994 - Governo Wilson Kleinubing (PFL)..... | 304 |
| Conclusão..... | 312 |
| Bibliografia..... | 319 |

INTRODUÇÃO

"Santa e Bela Catarina", "O Mapa do Tesouro", "Um Tesouro no Sul Brasil", "A Pequena Notável", ou "Santa Catarina Ocupa Posição de Destaque no Brasil", entre outras, são expressões com as quais se tenta caracterizar o Estado de Santa Catarina. A classe dominante catarinense e seus ideólogos conseguiram, até o momento, fazer crer à maioria da sociedade catarinense e mesmo brasileira, que Santa Catarina constitui-se num verdadeiro "tesouro", pois "Apesar de seu pequeno tamanho, o estado tem o 2o. PIB industrial per capita do país, é o 5o. maior produtor nacional de alimentos, e lidera vários segmentos da pauta de exportações brasileira. Este tesouro, porém não caiu do céu, nem foi descoberto por acaso. É fruto da criatividade e suor de sua gente os barriga-verde".¹ Esta, portanto, é, a caracterização global que a burguesia catarinense sustenta como sendo o Estado de Santa Catarina. E teria ela, burguesia, a responsabilidade maior por tal condição, por ser pioneira e empreendedora.

Tais considerações sobre a realidade sócio-econômica catarinense, excluem, ou mesmo omitem, que aqui, como nas demais regiões do país, resguardando-se as devidas peculiaridades, o desenvolvimento capitalista acabou por gerar desigualdades

¹ - Expresso em Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria de Comunicação Social (SECOM). O Mapa do Tesouro: Santa Catarina - conheça detalhes, 1987. Obs.: "Barriga-Verde", alcunha honrosa, dada aos catarinenses, em função dos antigos uniformes militares, que eram verdes em sua parte frontal.

econômicas e sociais. FERREIRA FILHO,² ao referir-se aos aspectos distributivos em Santa Catarina, destaca que, em 1960, os 10% mais pobres da população ganhavam 2,6%; em 1970, 1,6% e, em 1980, somente 1,3% da renda global gerada e distribuída. Enquanto nos mesmos anos os 10% mais ricos concentravam, 30,9%, 34,4% e, 37,5% da renda estadual, respectivamente.

Entretanto, com relação aos problemas de distribuição de renda, terras, emprego, etc., a classe dominante catarinense, com destaque para seus representantes formais (governadores, deputados estaduais e federais e senadores), transferem a responsabilidade ao governo federal que, segundo os mesmos, relega Santa Catarina ao segundo plano na distribuição dos recursos orçamentários. Ou, ainda, atribuem nossos problemas ao fato de a maioria dos recursos da União irem para o Nordeste, região onde pouco se produz, enquanto Santa Catarina, estado trabalhador e voltado à produção, é marginalizado em relação à distribuição de recursos.³

Os aspectos positivos, sociais e econômicos são atribuídos a razões internas da realidade catarinense, especialmente à ação empreendedora do empresariado catarinense, enquanto as contradições tentam ser explicadas a partir de determinantes

² - FERREIRA FILHO, Roberto. Análise Conjuntural de Santa Catarina, Florianópolis, vol. 3, No. 5, jan.-jun., 1987.

³ - Com discurso instigando o separatismo, destaca-se o ex-Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, Deputado Gilson dos Santos (ex-PDS, atual PPR), no "Forum Permanente de Debates", Florianópolis, FIESC, 2o. semestre de 1992. Demonstra ou ignorância, ou má fé, quando afirma que os recursos federais vão em sua maioria para o Nordeste. Desconhece ou omite que sua análise se concentra somente nos recursos orçamentários e proporção da população no PIB, desconsiderando os extra-orçamentários (Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Caixa Econômica), que se destinam majoritariamente ao Sul e Sudeste do país.

externos, numa clara tentativa de eximir a burguesia catarinense da responsabilidade.

Outra forma de atuação da burguesia nacional com a qual a catarinense faz coro, refere-se ao constante e gritante ataque ao agente estatal. Apesar de a classe dominante catarinense vir, historicamente, se beneficiando da ação estatal, observa-se, agora, um constante e interminável ataque ao Estado, contrapondo-se à sua ação na economia, quando esta intervenção foi reivindicada pela própria burguesia catarinense, para buscar a superação da crise de acumulação de capital por que passava em meados dos anos 50.

Ao longo desta dissertação, verificar-se-á que, as diversas interpretações sobre a acumulação de capital em Santa Catarina não captam nem a ação do Estado como fundamental para o enriquecimento privado em Santa Catarina, nem a exploração e menos ainda a superexploração do trabalho, como as bases de tal acumulação.

Portanto, o que se objetiva neste trabalho, é inicialmente analisar as diversas contribuições, acerca do desenvolvimento da economia catarinense e num segundo momento, interpretar tal desenvolvimento a luz da intensa intervenção do agente estatal⁴ e da superexploração do trabalho.⁵

⁴ - A intervenção do Estado é entendida como a ação econômica e política do Estado, objetivando a acumulação de capital, isto é, o enriquecimento privado. Os mecanismos podem genericamente ser dois: ação direta (investimentos produtivos e infra-estruturais) e indireta (crédito, incentivos, isenções). Entretanto, entende-se que o Estado também interfere nas relações entre as classes (trabalhadores e burguesia), regulando-as em favor do capital, via legislação trabalhista, política salarial e outros.

⁵ - A exploração do trabalho na concepção marxista, ocorre quando parte da produção concebida pelo trabalhador é apropriada pelo capitalista, por ser este o proprietário dos meios de

A complexidade da sociedade catarinense, já deu origem a vários estudos, sendo que os aqui destacados, denotam uma sociedade conflituosa, com disputas pelo poder político, aspectos singulares das condições de trabalho, e outros.

Com relação a estes estudos sobre Santa Catarina, pode-se dividi-los os mesmos em dois grupos distintos: 1o. - estudos que privilegiaram estritamente a economia, isto é, a evolução econômica de empresas, regiões, ou mesmo do estado como um todo; 2o. - análises que se concentraram numa abordagem mais ampla e analítica, envolvendo múltiplos aspectos da realidade catarinense.

Quanto aos estudos estritamente econômicos, observa-se a completa exclusão, nas análises sobre a acumulação de capital, do que é relativo a classes sociais e Estado. A acumulação de capital é explicada a partir de múltiplas variáveis: acumulação periférica, ocupação do mercado nacional via mercadorias diferenciadas, pequena produção mercantil, empresário empreendedor e inovador, etc.. Todas, sem nenhuma exceção, desconsideram o agente estatal e a exploração dos trabalhadores como variáveis explicativas da acumulação.

produção (máquinas, equipamentos, matérias-primas, instalações, etc.), cabendo àquele somente uma parte da nova riqueza gerada. A parte recebida pelo trabalhador, lhe permite de acordo com MARX, reproduzir sua força de trabalho. "O valor da força de trabalho é determinado, como o de todas as outras mercadorias, pelo tempo de trabalho necessário à produção e, conseqüentemente, também a reprodução desse artigo específico" (MARX, Karl. O Capital, I, cap. VI). Nesta concepção portanto, o salário pago aos trabalhadores, lhes possibilita, a reprodução de sua vida, apesar de haver a exploração, isto é, parte da riqueza ser apropriada pelo capitalista. Aqui se considerara a superexploração do trabalho, como o pagamento de salários que não permitem ao trabalhador reproduzir-se, física, mental e culturalmente. Enfim, o que o valor dos salários possibilita é a reprodução de somente parte da força de trabalho do trabalhador, consistindo numa superexploração.

Os demais trabalhos realizados (com destaque para dissertações e textos de professores dos cursos de sociologia política, direito, geografia e educação) na UFSC, embora dêem uma dimensão mais ampla ao estudo da realidade catarinense, não se concentram especificamente sobre o processo de acumulação de capital, em Santa Catarina.

No programa de mestrado em sociologia política (UFSC), destacam-se: AGUIAR⁶ que analisa a complexa organização articulada pelas elites (empresariado) catarinenses, para eleger o sucessor de Jorge Konder Bornhausen (ex-PDS, atual PFL), Esperidião Amin (Ex-PDS, atual PPR), em 1982, concorrente de Jaison Barreto (ex-PMDB, atual PSDB). Segundo AGUIAR, foram usados mecanismos diversos, para garantir a eleição do candidato situacionista. Quanto a seu estudo, afirma: "Procurou-se dar grande destaque à ação política do empresariado catarinense, em virtude do seu importante trabalho tático e estratégico durante as eleições, bem como analisou-se a cobertura dos meios de comunicação em favor da candidatura situacionista" (1991: 06). GIESE,⁷ estuda os mecanismos de influência direta ou indireta dos empresários do setor têxtil e agroindustrial no aparelho do Estado, objetivando obter vantagens para o setor e suas empresas/grupos econômicos, a partir do conceito de grupos estratégicos. "O objetivo principal desta dissertação é de instalar uma discussão sobre o papel e a atuação do empresariado catarinense durante a década de '70, e a sua relação com o poder

⁶ - AGUIAR, Itamar. As Eleições de 1982 Para Governador em Santa Catarina: táticas e estratégias das elites no confronto com as oposições, Dissertação de Mestrado, UFSC, Mimeografado, Florianópolis, 1991, pg. 312.

⁷ - GIESE, Barbara. A Atuação Política do Empresariado Catarinense dos Ramos Têxtil e Agroindustrial: demandas e canais de influência (1970-1985), Dissertação de Mestrado, UFSC, Mimeografado, 1991, pg. 149.

público estadual" (1991: 01). CARIO⁶ analisa, especificamente em relação a Santa Catarina, na parte III, de seu trabalho - "Estrutura Econômica dos Conglomerados e Percepções Políticas do Empresariado de Santa Catarina" -, a expansão da atuação da elite empresarial catarinense, mais do que tão só nos limites de valorização do capital. "No âmago deste processo, surge uma elite empresarial, que extrapola suas ações para além dos limites circunscritos aos espaços de valorização do capital. Tal elite assume postos em outras instâncias representativas de interesse da classe e passa a ser reconhecidos como liderança e exemplo pelo empresariado em geral" (1991: 271).

Entende-se, neste trabalho, que a contribuição mais significativa, para a compreensão da realidade social, econômica e política catarinense está em AURAS.⁷ A autora desenvolve, em sua tese de doutoramento, um estudo profundo sobre os múltiplos aspectos da sociedade catarinense. Analisa a dominação secular das oligarquias catarinenses e, especialmente, a mudança na forma de dominação das mesmas a partir das eleições de 1982. "O desafio desta pesquisa é elucidar o projeto político aminiano, desvelar as raízes históricas da propalada opção pelos pequenos. É explicar como tal mudança no modo de fazer política das forças oligárquicas catarinenses é expressão orgânica da emergência de novas forças sociais, da presença de novos interlocutores no horizonte político, em decorrência das fortes transformações capitalistas processadas em Santa Catarina nas últimas décadas. A presença deste novo está a exigir a redefinição do aparelho governamental, a apontar para sua efetiva democratização. Esta democratização será tanto maior quanto mais organizada, ativa e

⁶ - CARIO, Sílvio A. Ferraz. Conglomeração de Capitais e Empresariado: dinâmica capitalista e posições de classe. Dissertação de Mestrado, UFSC, Mimeografado, 1991, pg. 474.

⁷ - AURAS, Marli. Poder Oligárquico Catarinense: da guerra aos "fanáticos" do Contestado à "Opção pelos Pequenos". Tese de Doutorado, PUC/SP, Mimeografado, São Paulo, 1991, pg. 415.

dirigente mostrar-se a sociedade civil" (1991: 13). Seu estudo abrange a história econômica, política e social de Santa Catarina, do massacre da Guerra do Contestado às eleições de 1982.

Destaca-se, ainda, como contribuições significativas para a interpretação da realidade catarinense, as dissertações de LENZI e ANDRADE. LENZI¹⁰ estuda a dominação oligárquica-coronelística (família Ramos) no município de Lages, Santa Catarina, que influenciou significativamente a política catarinense. No mesmo campo analítico, isto é, análise do coronelismo, situa-se a contribuição de ANDRADE,¹¹ na qual o autor estuda a dominação coronelística que ocorre há mais de um século no município de Imaruí, Sul de Santa Catarina. "Em Imaruí, Santa Catarina, uma família decide sobre o destino político da cidade e de sua população há quase um século. Desde 1891 a família Bittencourt tem convivência com o poder. Inicia com Jerônimo Luiz Bittencourt, que foi Intendente, e continua com Ezaú...Seu mais hábil membro, porém, foi Pedro Bittencourt, neto de Jerônimo, filho de Ezaú, que em 1930 foi instalado no mando do Município, permanecendo até sua morte, em 1982. O poder local e a forma de geri-lo e mantê-lo, sem dúvida, foi inventariado em família, como o mais respeitável e precioso de todos os bens" (ANDRADE, 1984: viii-ix). Os Bittencourt continuam, até hoje, no poder em Imaruí, estando seus sucessores ocupando espaços importantes na política estadual, entre eles, Epitácio Bittencourt, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Pedro Bittencourt Neto, Deputado Estadual(ex-PDS, atual PPR).

¹⁰ - LENZI, Carlos Alberto Silveira. Poder Político e Mudança Social, Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 1977, pg. 145.

¹¹ - ANDRADE, Léo Rosa de. A estrutura Coronelística de Dominação: análise de um caso, Dissertação de Mestrado, UFSC, Mimeografado, Florianópolis, 1984, pg. 133.

Outra evidência, da complexidade da sociedade catarinense em suas múltiplas formas, refere-se ao domínio sobre os meios de comunicação no estado, onde para as concessões, a determinante básica, era a proximidade com o poder. Em MARCO,¹² ZERO¹³ e PEREIRA,¹⁴ é demonstrado como a burguesia catarinense foi, ao longo dos anos, distribuindo os meios de comunicação entre os aliados dos grandes grupos econômicos e das oligarquias. "Santa Catarina nunca foi um paraíso do minifúndio na divisão do ar - na distribuição dos meios de comunicação. Do começo do século até 1982, os donos da mídia e do poder eram as dinastias Ramos (PSD), de Lages, e Konder-Bornhausen (UDN), da chamada **República de Itajaí** (G.A.). As duas legendas mandavam diretamente em 28 das 55 rádios existentes no Estado em 1965. Em Florianópolis, as rádios Guarujá e Diário da Manhã travavam uma verdadeira guerra por audiência e votos. Eram palanques eletrônicos" (ZERO, 1992: 03). Observa-se que a ação da classe dominante catarinense é bastante ampla, no objetivo de garantir sua dominação.

Procurou-se sumariar alguns dos estudos existentes, sendo eles de fundamental importância para a compreensão da estrutura social e política de Santa Catarina, objetivando ilustrar o quanto a sociedade catarinense é complexa e multifacetada, relacionando-se agentes diversos com interesses distintos, longe, portanto, de se constituir num estado onde as desigualdades, relações de poder e dominação inexistam, ou sejam menores que em outros estados do Brasil. Enfim, busca-se evidenciar que, apesar

¹² - MARCO, Benhur de. A radiofusão em Santa Catarina: o controle do rádio e da TV como estratégia política da elite estadual, Dissertação de Mestrado, UFSC, Mimeografado, Florianópolis, 1991, pg. 312.

¹³ - ZERO/Dossiê. Oligarquias Dominam Rádios e TV em Santa Catarina, Jornal do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, No. 1, Ano X, 25 de setembro de 92.

¹⁴ - PEREIRA, Moacir. Imprensa & Poder: a comunicação em Santa Catarina, Ed. Lunardelli/FCC, Florianópolis, 1992, pg. 172.

das peculiaridades inerentes a Santa Catarina, as relações de poder no estado encontram-se imbricadas com as estruturas econômicas, políticas e sociais de nível nacional e mesmo internacional.

É nesse contexto, que para uma análise aprofundada da acumulação de capital em Santa Catarina, considera-se como fundamental a análise da intervenção estatal e da superexploração do trabalho.

O estudo da ação do agente estatal em Santa Catarina deve, compreender dois momentos históricos distintos. O primeiro (aqui considerado como o existente até meados dos anos 50), evidencia uma intervenção do Estado, buscando atender aos interesses das classes dominantes. Entretanto, dada a estrutura dos órgãos estatais ser, ainda, relativamente frágil, administrativa e financeiramente, sua ação, diferentemente do governo em nível federal, não possibilitou um maior impulso à acumulação de capital em Santa Catarina. No segundo momento, tem-se a reestruturação do aparelho estatal catarinense, num período onde haverá uma ação muito mais incisiva, facilitadora da acumulação de capital. Cronologicamente, tal alteração se observa a partir de meados dos anos 50.

O objeto desta investigação, a presença (ainda não analisada), do agente estatal e o conflito das classes sociais na acumulação de capital em Santa Catarina emerge, inicialmente, do estudo de algumas interpretações sobre a estrutura econômica de Santa Catarina. Num segundo momento, na oportunidade em que se realizou a "viagem de estudos",¹⁵ quando no contato direto com

¹⁵ - "Viagem de estudos", realizada no 1o. semestre de 1992, sob a coordenação dos professores, Louis Westphal, Hoyêdo Nunes Lins, Pedro Antônio Vieira, Gerônimo W. Machado e Ido Luiz Michels, na qual percorreu-se as principais regiões produtivas e empresas do Estado de Santa Catarina.

as empresas, constatou-se que: a) a razão maior da chamada "competitividade da indústria catarinense" deve-se aos baixos salários pagos aos trabalhadores, caracterizando uma superexploração do trabalho; b) o significativo auxílio estatal, via créditos, incentivos, lido no fato de todas as empresas visitadas, sem uma única exceção, estarem em processo de ampliação do parque produtivo com recursos públicos especialmente do BNDES, chegando a obter financiamentos estatais para até 70% dos investimentos realizados.

Ainda, nesta viagem visitou-se o assentamento de "sem-terras" denominado "30 de outubro", localizado próximo ao município de Campos Novos, planalto catarinense. Verificou-se o completo abandono dos assentados por parte do poder público, sendo a sobrevivência dos mesmos garantida única e exclusivamente pelo trabalho próprio, desenvolvido em precaríssimas condições. Para os sem-terras, não havia crédito sequer para a compra de ferramentas elementares. Os comerciantes das cidades próximas ao assentamento, em geral, agiam dificultando ao máximo as relações comerciais com os assentados, sobretudo negando-lhes qualquer crédito.

Durante esta "viagem de estudos", verificou-se então por um lado, o significativo apoio do agente estatal ao processo de acumulação de capital das grandes empresas e grupos econômicos, em suas variadas formas,¹⁶ bem como a superexploração do trabalho como um outro sustentáculo da mesma acumulação, isto é, do enriquecimento privado. Por outro lado, constatou-se, ilustrado no caso do acampamento "30 de outubro", o absoluto abandono, por parte do Estado, aos assentados.

¹⁶ - A ação direta do Estado dá-se através de investimentos tanto infra-estruturais, como na ação produtiva, a indireta evidencia-se nas compras e vendas, nos subsídios, incentivos e crédito.

Esta situação concreta, somada ao conhecimento parcial das interpretações da evolução econômica de Santa Catarina, juntamente com as conclusões da produção teórica de XAVIER,¹⁷

¹⁷ - XAVIER, Jurandir A. O Capitalismo Financeiro no Brasil, Tese de Doutorado, USP/SP, Mimeografado, São Paulo, 1989, pg. 415. O autor, analisa a economia brasileira e seu desenvolvimento, preponderantemente a partir da intervenção do Estado, cabendo na sua sua visão, uma relevância menor aos agentes privados capitalistas. XAVIER, considera que foi o agente estatal o reponsável maior pela industrialização brasileira, atuando direta e indiretamente, dado o caráter parasitário da burguesia brasileira. "O Estado vem à reprodução capitalista para reconstituí-la, assegurando sua continuidade, de um lado, suprimindo especificamente a propriedade privada, de outro, repondo-a, mas, em estágios historicamente superiores da desagregação do capitalismo. Admitir a presença do Estado nacional na reprodução é reconhecer que não mais emerge das crises uma conjuntura expansiva sob as responsabilidades da propriedade privada, do capital e das classes capitalistas. Ao contrário, se a conjuntura expansiva surge sob a condução do Estado nacional, nela, as classes capitalistas emergem, enriquecendo-se parasitariamente... Portanto, admitir as funções produtivas do Estado implica reconhecer o parasitismo das classes capitalistas e, e consequência, a falência da propriedade, da iniciativa e da riqueza na promoção do desenvolvimento capitalista especificamente industrial na economia nacional" (XAVIER, 1989: 52). Portanto, em sua análise, o autor não identifica a burguesia nacional como a maior responsável pelo desenvolvimento da economia nacional (capitalista especialmente), mas sim o Estado, que teve que assumir a maioria das funções, creditícias e produtivas. É fundamental captar segundo XAVIER, que a burguesia brasileira nos dois períodos por ele definidos para a economia brasileira (agro-exportador e estatal-industrial), tem uma atuação mais parasitária que produtiva. "Em resumo, se, na industrialização capitalista da economia nacional, surge uma superação específica da propriedade privada, a fundiária, na propriedade estatizada, com a ascensão do capital financeiro, ocorre uma reconstituição específica da propriedade privada, a capitalista financeira, que supera negativamente a estatal. Ambas são formas da propriedade privada, porém, opositivas à forma especificamente capitalista, portanto, fontes de rendas que se opõem àquelas rendas derivadas da propriedade do capital em função produtiva na reprodução capitalista. E, aqui, trata-se não da criação, mas, apenas da formação da riqueza capitalista neste país" (Idem, ibidem, p. 54). Finalmente, o autor vê não a produção burguesa, como a determinante da acumulação de capital no Brasil, mas a produção estatal (propriedade formalmente socializada), e apropriação burguesa, isto é, o enriquecimento burgueses.

tomada nesta dissertação como referencial teórico, que reconhece no Estado brasileiro a responsabilidade maior pela industrialização e pelo enriquecimento privado neste país, fez com que se empreendesse uma análise mais aprofundada e sistemática dos principais estudos sobre a economia catarinense, concentrando-se na ação do agente estatal e na superexploração da força de trabalho, objeto de análise desta dissertação.

Na compreensão de Estado que se adota nesta dissertação, reconhece-se a existência da sua dimensão marxista/classista. Pensa-se, aqui, o Estado, não como um agente acima das classes sociais, objetivando atender ao bem comum, mas sim como agente que, ao ser controlado pela burguesia, é usado com seus instrumentos, para garantir e ampliar a acumulação, o enriquecimento privado, bem como, a dominação política, ideológica, etc., das classes dominantes.¹⁰

¹⁰ - Nesta dissertação, por não ser seu objeto específico não se analisará de forma sistemática os diversos entendimentos sobre o Estado, existentes no seio da teoria marxista. Faz-se necessário entretanto, discorrer genericamente sobre as mesmas, para que se apreenda suas variáveis básicas.

Entre os analistas de MARX, existe um debate sobre a existência ou não, de uma teoria marxista do Estado, na medida que o autor não desenvolveu tal estudo de forma sistemática. Entretanto, aqui se compreende, que já em MARX e ENGELS, havia os elementos básicos de uma teoria marxista do Estado.

Na concepção marxista como um todo, o Estado é visto não como um agente preocupado com o interesse geral da sociedade, com o bem comum, mas uma instituição que visa primordialmente garantir os interesses da classe dominante, isto é, da burguesia. Em trabalhos diversos, MARX e ENGELS, mencionam, embora que de passagem uma compreensão de Estado, apesar de ENGELS, ter em A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado, 1884, se dedicado exclusivamente a problemática do Estado.

Entretanto, MARX, Karl e ENGELS, F. já em O manifesto comunista, 1948, expressam a tese marxista clássica de Estado, compreendendo o mesmo como "...o comitê da classe dominante". MARX ainda desenvolve sua concepção do Estado em: As lutas de classe na França de 1848 a 1850, 1850; Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte, 1852; e em, A guerra civil na França, 1871. Em A Ideologia Alemã, 1845-46, MARX e ENGELS afirmam: "A vida material dos indivíduos, que não depende em absoluto da sua vontade pura,

seu modo de produção e a forma de relacionamento que os condiciona reciprocamente são a base real do Estado (G.A.), e continuam a sê-lo em todas as fases nas quais é ainda necessária a divisão do trabalho e a propriedade privada... Essas relações reais não são em absoluto criadas pelo poder do Estado; na verdade, elas constituem o poder que cria o Estado". BOBBIO, afirma: "...os dois elementos principais da concepção negativa do Estado [a que lhe atribui a função essencial de remediar a natureza má do homem, vendo-o sobretudo como uma dura necessidade, considerando-o particularmente no seu aspecto repressivo] em Marx são: a) consideração do Estado como pura e simples superestrutura que reflete o estado das relações sociais determinadas pela base econômica; b) a identificação do Estado como aparelho de que se serve a classe dominante para manter seu domínio, motivo pelo qual o fim do Estado não é um fim nobre, como a justiça, a liberdade ou o bem estar, mas pura e simplesmente o interesse específico de uma parte da sociedade; não é o bem comum, mas o bem da classe dominante, o bem particular de quem governa - o que, como vimos, fez com que se considerasse sempre o Estado que o manifesta como uma forma corrompida" (BOBBIO, Norberto. A Teoria das Formas de Governo, Brasília, UNB, 1980).

ENGELS, em "A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado" 1884, faz um estudo histórico da origem do Estado, dando continuidade a lógica interpretativa, onde o mesmo é colocado como o agente de dominação da burguesia.

Em LENIN, V. I. O Estado e a Revolução, 1917, expressa-se tal como o marxismo clássico, "...o Estado é essencialmente a instituição pela qual uma classe dominante e exploradora impõe e defende seu poder e seus privilégios contra a classe ou classes que domina e explora". Marxistas posteriores a MARX e ENGELS e LENIN, passam a dar contribuições distintas das expressas anteriormente, na medida em que não compreendem o Estado como única e exclusivamente o "comitê da classe dominante". Dão ao Estado uma complexidade maior, entendendo que o mesmo sofre interferência, em sua atuação, também da classe trabalhadora, ou melhor, da sociedade. Entre estas, destacam-se GRAMSCI e POULANTZAS. GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere, 1949 e outros, afirma que o Estado burguês não busca a legitimação da classe dominante somente via coerção, mas também pelo consentimento. "Para Marx e Engels, o Estado é a expressão da dominação de classe, o comitê para gerir os interesses da burguesia e o braço armado da classe dominante. Para eles, o Estado burguês é expressão dos interesses burgueses, e ponto. Para Gramsci, "O Estado burguês não se sustenta só com a dominação e a repressão, mas também pelo consenso. Mais pelo consenso que pela repressão, pois sua força verdadeira, nas sociedades ocidentais é a hegemonia exercida através da sociedade civil" (STACCONE, Giuseppe. GRAMSCI: Bloco Histórico e Hegemonia, CPV, 1987).

Já em POULANTZAS o Estado é visto como um reflexo dos

Nesta dissertação, acumulação é entendida como a lógica determinante da ação capitalista, isto é, o enriquecimento do proprietário do capital. Em outras palavras, a ação capitalista tem como objetivo último o enriquecimento privado. MARX afirma: "Com a acumulação do capital desenvolve-se o modo de produção especificamente capitalista e com o modo de produção especificamente capitalista a acumulação de capital" (MARX, 1982: 726). "Acumular, acumular! Essa a lei de Moisés e dos profetas!" (O Capital, I, cap. XXIV). Com essas palavras, Marx revela o que, em sua análise, constitui o imperativo mais importante, ou a força motriz da sociedade burguesa" (BOTTOMORE, 1988: 01). é fundamental compreender a acumulação de capital, ou modo de produção especificamente capitalista, não como somente produção, ou produção de bens de capital, como afirma MELLO:¹⁷ "Penso que o conceito de forças produtivas capitalistas prende-se a um tipo de desenvolvimento das forças produtivas cuja a natureza e ritmo estão determinados por um certo processo de acumulação de capital. Isto é, aquele conceito só encontra sua razão de ser na medida em que se defina a partir de uma dinâmica da acumulação

interesses das classes sociais, tendo no seu interior, representantes das diversas classes, e seus resultados são, internamente no aparelho do Estado, as disputas, objetivando a definição dos destinos do mesmo. "Assim, o Estado de Poulantzas torna-se muito mais que o local de organização do poder da classe dominante por parte do grupo dominante. O Estado é mais que o unificador das frações da classe capitalista e o individualizador isolador da classe operária. É, nesse último trabalho [O Estado, o Poder e o Socialismo, 1978], um local de conflito de classes, onde o poder político é contestado. O Estado, para Poulantzas, em 1978, é moldado pelas lutas na produção e no seio do Estado; no entanto, ele mantém sua noção de um Estado de classes e suas origens" (CARNOY, Martin. Estado e Teoria Política, Papirus, 1986).

Vê-se pois, que das compreensões marxistas mais significativas sobre o Estado, mudam-se variáveis diversas, mas permanece o entendimento de que este constitui-se num aparato que não pretende o bem comum, mas o favorecimento de uma classe social.

¹⁷ - MELLO, João Manuel C. de. O capitalismo Tardio, Editora Brasiliense, São Paulo, 1982, pg. 183.

especificamente capitalista, que vai muito além do aumento do excedente por trabalhador derivado da introdução do progresso técnico...Deste ponto de vista, pensamos em constituição de forças produtivas capitalistas em termos de processo de criação das bases materiais do capitalismo. Quer dizer, em termos da constituição de um departamento de bens de produção capaz de permitir a autodeterminação do capital, vale dizer, de libertar a acumulação de quaisquer barreiras decorrentes da fragilidade da estrutura técnica do capital" (G.A.) (MELLO, 1982: 97-98). Acumulação é captada aqui como busca do enriquecimento privado. Portanto, para MELLO, a base da lógica capitalista é produção, e especificamente produção de bens de capital.

XAVIER,²⁰ ao criticar MELLO pelo fato desse compreender a lógica da ação capitalista não com base na busca constante e intermitente da acumulação, do enriquecimento, mas sim na produção e especificamente de bens de capital, assevera: "é falseada a percepção do que seria o modo de produção especificamente capitalista (G.A.), porque, se para a escola campineira, é autodeterminação da acumulação de capital, derivada da constituição de um departamento de bens de produção (G.A.), para MARX, do qual subtraem a categoria e falseiam-na em sua determinidade histórica, modo de produção especificamente capitalista é acumulação de capital derivada da acumulação de mais-valia. Ademais, acumulação de capital, não apenas enquanto conversão produtiva de mais-valia, mas do enriquecimento privado especificamente capitalista" (XAVIER, 1989: 56-57). Vê-se pois, que o autor tomado aqui como base teórica, é enfático, em relação a lógica de acumulação de capital no Brasil.

Neste sentido, afirmações, por exemplo, como a da

²⁰ - XAVIER, Jurandir Antônio. O Capitalismo Financeiro no Brasil, Tese de Doutorado, USP/SP, Mimeografado, São Paulo 1989, pg. 372.

sindicalista Ideli Salvatti, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação (SINTE/SC): "A burguesia brasileira é burra, pois deveria distribuir renda, para possibilitar o consumo, que geraria mais renda logo mais consumo...",²¹ expressam o desconhecimento do que vem a ser a lógica capitalista. Referir-se a burguesia brasileira como "burra", ou demonstra desconhecer o quanto esta burguesia acumulou ao longo dos últimos anos, ou que Salvatti, não reconhece no capitalismo a busca do enriquecimento privado, mas sim produção, e para que ocorra a produção é necessário distribuição de renda para o consumo, segundo a lógica da sua entrevista. Capitalismo não é, na sua fase imperialista somente produção, mas sim a busca nas mais diversas formas do enriquecimento, isto é, do enriquecimento privado. MARX é esclarecedor: "Nos primórdios do modo capitalista de produção - e todo nôvo-rico percorre esse estágio - dominam o impulso para enriquecer e a vareza como paixões absolutas. Mas, o progresso da produção capitalista não cria apenas um mundo de fruções. Com a especulação e com o crédito, abre milhares de fontes de enriquecimento rápido. A certo nível de desenvolvimento, certa dose convencional de prodigalidade se torna necessária para o negócio do infeliz (G.A.) capitalista, a qual serve para exibir riqueza, sendo por isso meio de obter crédito. O luxo entra nos custos de representação do capital. Além disso, o capitalista se enriquece não como o entesourador, na proporção do seu trabalho pessoal e do que deixa de gastar consigo mesmo, mas na medida em que suga força de trabalho alheia e impõe ao trabalhador a renúncia a frução da vida" (MARX, 1982: 690).

Ao referir-se a relação inovação tecnológica e lucros HOBBSAWM, é enfático: "Supõe com frequência que uma economia de iniciativa privada tende automaticamente para a inovação, mas

²¹ - Ideli SALVATTI, em entrevista ao jornalista Moacir Pereira, no "TJ O Estado", em janeiro de 1993.

isto é uma inverdade. Ela só tende para o lucro. Ela só revolucionará as atividades econômicas no caso de esperar maiores lucros com a revolução do que sem ela".²²

Resgata-se aqui este debate sobre, o que se entende por acumulação de capital, porque em geral as análises sobre o enriquecimento privado em Santa Catarina, norteiam-se pela lógica clássica da acumulação, isto é, o indivíduo esforçado/trabalhador, que ao dispor de certa quantidade de dinheiro, passa a atuar como capitalista, na medida em que o investe produtivamente, investe comprando meios de produção (máquinas e equipamentos) e contratando força de trabalho. A ação da força de trabalho sobre os meios de produção, dão origem a uma nova mercadoria, que não tem o mesmo valor das somas pagas as mercadorias anteriores, mas um valor maior. Esse valor excedente, apropriado pelo capitalista, fruto do valor gerado pelo trabalhador e não pago ao mesmo pelo capitalista, constitui-se na denominação de MARX, em mais-valia. "A lei da produção capitalista, que serve de base à pretensa lei natural da população, reduz-se simplesmente ao seguinte: a relação entre capital, acumulação e salários é apenas a relação entre o trabalho gratuito que se transforma em capital e o trabalho adicional necessário para pôr em movimento esse capital suplementar. Não é de modo nenhum uma relação entre duas grandezas independentes entre si, de um lado a magnitude do capital, do outro o número dos trabalhadores; em última análise, é apenas a relação entre trabalho não pago e trabalho pago da mesma população trabalhadora" (MARX, 1982: 721). É fundamental compreender que a análise de MARX, concentra-se na fase

²² - HOBBSAWM, E. J. Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo, Forense-Universitária, Rio de Janeiro, 1983, pg. 325.

concorrencial do capitalismo,²³ onde a acumulação de capital tinha como sustentáculo básico, na reconversão produtiva de parte da mais-valia, base da dinâmica da acumulação. O que aqui quer se diferenciar é que o desenvolvimento capitalista da economia nacional e neste caso catarinense, o desenvolvimento ocorre não na fase concorrencial do capitalismo, mas sim na fase imperialista.²⁴ "Os monopólios a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um número cada vez menor de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isto originou os traços distintivos do imperialismo que obrigam a qualificação de capitalismo parasitário ou em estado de decomposição" (LENIN, 1982: 668).

O capitalismo na sua fase imperialista desenvolve-se sob intensa ação do Estado. Logo, a acumulação já não é mais regida somente pela reconversão produtiva da mais-valia. Os mecanismos de crédito, subsídios, incentivos, constituem-se em elementos básicos da acumulação. Nesse sentido, afirma esclarecedoramente XAVIER: "Que o imperialismo tenha acabado com o capitalismo de

²³ - Para compreender a dinâmica das relações capitalistas de produção, aqui entende-se que o capitalismo não se limitou a sua fase clássica, a concorrencial, onde a mais-valia apropriada, sustenta-se basicamente no lucro. No capitalismo monopolista, sob o predomínio da indústria moderna, a mais-valia não mais apropriada na forma do lucro empresarial, mas sim dividindo-se entre lucros e juros. Com a crescente inserção do capital financeiro (relação entre capital industrial e bancário), e sua expansão internacional, se caracteriza para Hilferding, Bukharin e Lenin, o imperialismo. Finalmente, tem-se o capitalismo monopolista de Estado, onde o Estado passa a intervir diretamente na economia, seja via produção, tributação, déficit, crédito, educação, objetivando auxiliar diretamente a acumulação de capital.

²⁴ -LENIN, Vladimir I. O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. Obras Escolhidas. São Paulo, Alfa-Ômega, 1982, 2a. ed., pp. 575-671.

livre-concorrência significou que a industrialização capitalista se desenvolveu monopolizando, concentrando e centralizando a propriedade, a produção e apropriação capitalistas. Entretanto, que a propriedade, produção e apropriação de riqueza continuasse aqui como antes, portanto, sobre os mesmos fundamentos fundiários da época das capitanias, não significou inexistência de capitalismo, ao contrário, somente que não passou por aqui qualquer revolução capitalista nem, muito menos, da propriedade, da apropriação ou dos métodos do enriquecimento privado, então predominantes. Simplesmente porque o capitalismo aqui se apresentou em sua própria contra-revolução ou em seu próprio contrário capitalista, o imperialismo. E isso só significa preponderância, no enriquecimento capitalista, de transações comerciais, tanto nas de exportações-importações, quanto nas monetárias, em substituição àquelas derivadas de métodos produtivos".

Continua o autor: "De um lado, a integração (agro-exportadora e industrial importadora) no mercado capitalista mundial, de outro, combinada nessa integração, a conservação obscurantista do monopólio da propriedade agrária permitiriam a expansão do enriquecimento capitalista, porém, exatamente sobre as bases seculares de reprodução da riqueza na economia nacional. Enquanto a centralização da propriedade da produção capitalista industrial emergiu, na economia industrializada, da contra-revolução imperialista à revolução capitalista industrial. No Brasil, ao contrário, a propriedade fundiária foi fortalecida no mercado capitalista mundial, só se reproduzindo positivamente ao deslocamento da produção capitalista industrial nos métodos do enriquecimento capitalista parasitário".

Finaliza XAVIER: "A produção capitalista de mercadoria, na economia nacional, não estava sob os desígnios de qualquer concorrência capitalista, ao contrário, estava monopolizada nacionalmente, ademais, sob os desígnios da bolsa londrina. E,

por isso mesmo, a produção cafeeira, algodoeira, ou cacaueteira, a propriedade fundiária ou o escravismo não foram derrubados por qualquer revolução (por exemplo, de preços de produção) na concorrência capitalista nacional, porém, na concorrência monopólicia do mercado capitalista mundial" (XAVIER, 1989: 233).

Com relação aos novos mecanismos criados pelo capital, na busca do enriquecimento privado, destaca-se aqui a corrupção, ou seja, uma forma de enriquecimento que neste país, e em Santa Catarina, não é diferente, foi e é uma das formas de enriquecimento. A corrupção, sustenta-se como um mecanismo de enriquecimento, sem base na propriedade privada dos meios de produção - lógica da acumulação clássica capitalista. Entretanto, na medida em que nem a ciência econômica e nem a ciência jurídica, investigaram os múltiplos mecanismos de corrupção (superfaturamento, subfaturamento, encomendas fantasmas, etc.), torna-se muito difícil comprovar "cientificamente" tais formas de enriquecimento, o que não significa a inexistência dos fatos, mas sim um vácuo das investigações acadêmicas.

Ainda com relação a lógica da acumulação com base na corrupção, bem como com uma atuação voltada aos interesses privados, basta uma rápida análise da composição da Assembléia Legislativa, Câmara dos Deputados ou mesmo dos Secretários de Estado, para se identificar que a representação política estadual ou federal, tem uma atuação voltada predominantemente para os interesses privados, ou quando muito para setores específicos (bancários, agricultores, sem-terra) da sociedade. Não se observa, em geral, uma representação voltada para os interesses da sociedade catarinense, ou geopoliticamente do Estado na totalidade. Verifica-se uma atuação das representações políticas

de forma absolutamente parcial, salvo raríssimas exceções.²⁵

Metodologicamente, optou-se por desenvolver esta dissertação, não nas formas tradicionais que as mesmas se estruturam, onde tem-se inicialmente o referencial teórico e num segundo momento o desenvolvimento do conteúdo específico do objeto de pesquisa. Tal opção metodológica considerou, entre outras a reflexão de FRIGOTTO: "Pode-se perceber, como decorrência desta confusão, que muitos trabalhos de pesquisa na área de educação - principalmente dissertações e teses -, no esforço de superação do empiricismo e positivismo, se esmeram em expor um quadro referencial de análise. Ora, quando esse quadro de análise é feito tomando-se as categorias abstratamente, o resultado de análise é uma relação externa com essas categorias ou elas funcionam como camisas-de-força dentro da qual os fatos reais têm de se enquadrar. Para que o processo de conhecimento seja dialético, a teoria, que fornece as categorias de análise, necessita, no processo de investigação, ser revisitada, e as categorias reconstituídas. Ou por acaso a totalidade, as contradições e as mediações são sempre as mesmas? Que

²⁵ - Assembléia Legislativa de Santa Catarina: Deputado Joaquim Lemos, usou a estrutura da CELESC, para eleger-se; Vânio De Oliveira, ligado aos evangélicos; Edson B. Oliveira, usou a estrutura da CEF para eleger-se; Jair Silveira, tem ligação política com a Polícia Civil; Gilmar Knaesel, foi apoiado pelos fiscais da Fazenda Estadual; José Zeferino Pedroso, tem ligação com as cooperativas agropecuárias e pela Federação da Agricultura do estado de Santa Catarina; Reno Caramori, apoiado e financiado pela empresa Reunidas Transportes Coletivos S.A.; Adelor Francisco Vieira, ligado aos evangélicos; Mário Cavalazzi, ligado ao Banco do Estado de Santa Catarina; Afonso Spaniol, ligado aos bancários do Banco do Brasil e agricultores do Oeste de Santa Catarina; Idelvino Furlanetto, vinculado a Central Única dos Trabalhadores, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Comissão Pastoral da Terra; Vilson Santin, Central Única dos Trabalhadores, Movimento dos Sem-Terra e Comissão Pastoral da Terra; Marcelo Rego, representante do Grupo Hering; Antônio Ceron, representante dos supermercados; Leodegar Tiskoski, ligado ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e a empresa familiar Irmãos Tiskoski.

historicidade é essa?"²⁶ Neste trabalho portanto, as categorias teóricas serão resgatadas no seu desenvolvimento, relacionando-as com objeto específico desta investigação.

Ainda quanto a metodologia, ressalta-se a importância da revisão bibliográfica, acompanhamento jornalístico diário, entrevistas, bem como a experiência didática na Disciplina Economia Catarinense, do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC.

Finalmente, esta dissertação busca captar o desenvolvimento da economia catarinense no contexto do desenvolvimento do capitalismo internacional, na sua fase imperialista, considerando as múltiplas variáveis determinantes de tal lógica, quais sejam: monopólios, Estado, classes sociais (superexploração do trabalho), parasitismo burguês e outros.

Entende-se ser a realidade catarinense complexa e dinâmica, permeada de conflitos profundos, contrariamente portanto, ao que afirma a classe dominante estadual compreender tais elementos é fundamental para alterar essa realidade.

²⁶ - FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. in FAZENDA, Ivani. Org., Metodologia da Pesquisa Educacional, 1989.

Primeira Parte

Revisão Crítica da Economia Política Catarinense

Nesta primeira parte, será realizada uma revisão e crítica das principais interpretações sobre a realidade econômica e social de Santa Catarina. Serão analisadas obras de autores, que versaram especificamente sobre a economia política catarinense.

Após análise das variáveis determinantes das suas análises, empreende-se a crítica as referidas interpretações.

As matrizes interpretativas e autores analisados pela ordem são: Periféricos (SILVA e CEAG); Schumpeterianos (CUNHA, HERING, BOSSLE e VIEIRA FILHO); Outras Contribuições (MAMIGONIAM, SINGER e CASTRO) e Desenvolvimentistas (ABREU, MATTOS, LAGO e Secretaria do Desenvolvimento Econômico).

Verificar-se-á que as interpretações analisadas, diferem entre si, por múltiplos aspectos: periodização, variáveis determinantes do desenvolvimento, agentes do desenvolvimento, entretanto, sem uma única exceção, todas as interpretações, excluem a ação estatal e a exploração do trabalho, das determinantes explicativas da acumulação de capital em Santa Catarina. É com base nesta omissão que se desenvolve a crítica às referidas interpretações, nesta dissertação.

Capítulo 1 - Periféricos

Os autores aqui denominados de periféricos, constituem a matriz interpretativa da economia política catarinense, que ao analisar a evolução histórico-econômica de Santa Catarina constata em tal processo a existência de uma relação de centro (economia nacional, especialmente Rio de Janeiro/São Paulo) e periferia (Santa Catarina). É com base nessa lógica que estes vão interpretar a economia catarinense, desde a sua formação.

Em outras obras que retratam a dinâmica da economia estadual, se faz presente a noção centro-periférica de Santa Catarina em relação aos estados do Sudeste, contudo é em SILVA²⁷ com o CEAG,²⁸ que tal concepção é utilizada de forma sistemática.

Os periféricos defendem que a evolução econômica e social de Santa Catarina esteve sempre determinada pelas questões externas, mais precisamente pelo centro econômico do país, o Rio-São Paulo. Essa relação de dependência externa, veio a caracterizar o estado como uma economia voltada para o mercado externo.

A análise com base no conceito de centro-periferia, foi inicialmente desenvolvida pela Comissão Econômica para América

27 - SILVA, Etienne Luiz. O Desenvolvimento Econômico Periférico e a Formação da Rede Urbana de Santa Catarina, Dissertação de Mestrado, UFRGS, Porto Alegre, 1978, pg. 139.

28 - CEAG - Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina, "Evolução Histórico-Econômica de Santa Catarina - Estudo das alterações estruturais (Século XVII-1960), Imprensa Universitária, UFSC, Florianópolis, 1980, pg. 217.

Latina (CEPAL), para caracterizar a relação dos países do capitalismo central, com os subdesenvolvidos. As periferias (geração de riquezas basicamente com mão-de-obra e recursos naturais) supriam os centros (uso crescente de tecnologias) com as matérias primas agrícolas, com preços decrescentes e os centros vendiam as mercadorias industrializadas com preços crescentes. "...a análise enfocava, de um lado, as peculiaridades da estrutura sócio-econômica dos países da periferia (G.A.) ressaltando os entraves ao desenvolvimento econômico (G. A.) em contraste com o dinamismo das estruturas dos centros avançados; e, de outro lado, centrava-se nas transações comerciais entre parceiros ricos e pobres do sistema capitalista mundial que, ao invés de auxiliarem o desenvolvimento da periferia, agiam no sentido de acentuar as disparidades" (MANTEGA, 1985: 34). É fundamental constatar que esse tipo de relação, implica também na impossibilidade ou mesmo em grandes dificuldades de industrialização, pois esses países (periféricos) não teriam excedentes para reinvestir em tal setor.

SILVA e CEAG, partem do mesmo pressuposto - relação centro-periferia -, entretanto vão diferenciar-se entre si, na periodização da economia catarinense, isto é, se com relação a base da formação ambas as análises concordam, estas divergem quanto aos períodos marcantes na evolução econômica de Santa Catarina. As discrepâncias quanto a periodização da economia, entre os periféricos, são também um dos aspectos básicos do debate entre as escolas e autores da economia política brasileira.²⁹

²⁹ - Na economia política brasileira, juntamente com a endogeneidade (determinações internas) ou exogeneidade (determinações externas) do desenvolvimento econômico brasileiro, a periodização consiste no outro ponto de divergências entre as escolas e pensadores. A escola cepalina (exógena), tendo FURTADO como o principal intelectual, define a periodização da economia nacional, em três grandes períodos: 1o. - Economia Colonial/Economia Nacional; 2o. - Crescimento para

Fora/Industrialização por Substituição de Importações; e 3o. - Industrialização Extensiva/Industrialização Intensiva. Já os dependentistas (endógenos), tendo no Brasil CARDOSO como o principal intelectual, não se contrapõem aos cepalinos com relação a periodização, definindo-a como praticamente igual aos mesmos: 1o. - Sociedade Colonial/Sociedade Nacional; 2o. - Crescimento para Fora; 3o. - Consolidação do Mercado Interno; e 4o. - Internacionalização do Mercado. Já os campineiros, sendo MELLO, o principal teórico dos também chamados tardios consideram a contribuição da teoria da dependência importante, mas limitada, pois criticam os cepalinos somente com relação a endogeneidade ou exogeneidade da economia brasileira, e mantém praticamente a mesma periodização, "...a tentativa não pode se completar porque para isto seria indispensável fazer a crítica da Economia Política da CEPAL pelas raízes, e não a partir de seus resultados como se procedeu: basicamente do critério cepalino de periodização histórica..." (MELLO, 1982: 26). Nesse sentido, os campineiros definem os períodos em 1o. - Economia Colonial; 2o. - Economia Mercantil-escravista Nacional; 3o. - Economia Exportadora Capitalista-retardatária; 4o. - Economia Exportadora Capitalista-retardatária--Nascimento do Capital Industrial; e 5o. - Economia Exportadora Capitalista-retardatária--Consolidação da Grande Indústria 1919-1923. Quanto a continuidade da periodização da economia na lógica campineira, especificamente à indústria pesada, ver: TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil, Editora da UNICAMP, Campinas/SP, 1986, 2a. edição, pg. 160. Finalmente XAVIER, criticando as escolas e periodizações anteriores, define dois períodos na economia brasileira: 1o. - Agro-Exportador e 2o. - Estatal-Industrial. Com relação ao período agro-exportador, contrapondo-se as periodizações anteriores, bem como a visão de que a economia nacional era feudal, afirma XAVIER: "Estando o enriquecimento capitalista, em ambas as situações, derivado formalmente do monopólio da propriedade privada da mercadoria, torna-se indiferente, de um lado, se ela, por sua vez, se deriva da propriedade dos meios de produção, seja própria, seja alheia, da financeira, ou da propriedade colonial estamental ou oligáquica da terra. De outro lado, mais ainda indiferente se torna, para o comprador em Hamburg, se o café foi produzido por escravos africanos ou migrantes italianos; também, em São Paulo, se a máquina adquirida foi fabricada com tecnologia irlandesa, escocesa ou galesa... Simplesmente porque o capitalismo, aqui se apresentou em sua própria contra revolução ou em seu próprio contrário capitalista, o imperialismo. E isso só significa preponderância, no enriquecimento capitalista, de transações comerciais, tanto nas de exportações-importações, quanto nas monetárias, em substituição aquelas derivadas do desenvolvimento de métodos produtivos" (1989: 232-33). Para XAVIER, é na história do desenvolvimento capitalista mundial (exógeno), em sua fase imperialista, que se capta a essência do desenvolvimento

Os trabalhos, ora analisados, vão caracterizar a relação centro-periferia, com base especialmente na demanda dos bens produzidos em Santa Catarina. A economia catarinense é periférica porque a demanda externa (Rio de Janeiro e São Paulo) é que vai determinar a base de sua estruturação, bem como do processo de urbanização.

Em ambas as concepções são evidenciadas divergências quanto ao processo de acumulação (capitalização), uma vez que SILVA define três processos distintos: 1o. - capitalização primário-periférica; 2o. - capitalização devido à capacidade de inserção no processo de industrialização nacional; 3o. - crescimento urbano cumulativo. Por sua vez para o CEAG a acumulação vai ocorrer via comércio de exportação/importação, através dos

capitalista no Brasil, e o papel que o Estado veio a desempenhar. Assim, quanto ao período estatal-industrial, "A industrialização supera negativamente o capital financeiro, porque ela mesma, expansão da produção industrial de mercadoria, foi a superação específica do capitalismo agro-exportador, oligárquico-imperialista. Isso significa que, contrapositivamente ao capitalismo historicamente determinado, portanto, superando as oposições da propriedade capitalista no próprio desenvolvimento capitalista, e expansão da produção emerge sob a socialização formal do ciclo industrial do enriquecimento capitalista. Com efeito, na industrialização, encontram-se, de um lado, na expansão da produção capitalista, a estatização do capital em operação produtiva (socialização formal da propriedade do capital que, de improdutiva, na capitalista, se torna produtiva, na estatal), de outro, nos mercados capitalistas (que, de especulativos agro-imperialistas, se tornam realizantes de nova riqueza industrial-estatal, tanto, no mercado comercial, a estatização das compras (superfaturadas) e vendas (subfaturadas), quanto, no monetário-financeiro, a estatização creditícia (tornando-os gratuitos)" (XAVIER, 1989: 366-67). Observa-se que XAVIER concentra sua análise, em relação aos períodos da economia nacional, contextualizando a realidade econômica brasileira em suas relações com a economia capitalista mundial-imperialista, diferenciando, entretanto, os períodos, a partir da preponderância da ação dos agentes privados e estatal.

vendeiros.³⁰ No entanto, ambos convergem no sentido de que a relação periférica que Santa Catarina estabeleceu com o centro econômico-financeiro do país propiciou a acumulação de capital, e esta por seu turno, viabilizou a industrialização estadual.

A metodologia adotada para analisar os periféricos consiste na sintetização das linhas gerais desta matriz e, ao final do capítulo, na crítica sobre a lógica analítica dos mesmos.

³⁰ - Os vendeiros - proprietários de casas comerciais nas colônias - centralizavam as relações comerciais no período, comprando produtos agrícolas dos colonos e vendendo-lhes mercadorias manufaturadas, concentrando, portanto, a base das atividades econômicas.

1.1 - Etienne Luiz SILVA

Em sua visão, SILVA³¹ agrega o desenvolvimento econômico brasileiro, incluído o catarinense, em dois grandes períodos: 1o. - "a economia agro-exportadora até 1930"; 2o. - "a economia urbano-industrial pós-30". Além dessas duas grandes classificações, subdivide o primeiro em "período colonial" e da "imigração estrangeira"; quanto ao segundo o autor identifica também dois subperíodos distintos, "especialização urbano-regional de Santa Catarina - 1930-50" e a "unificação do mercado do Centro-Sul e a inserção dependente de SC - 1950-70".

Inseridos nessa classificação, os períodos do desenvolvimento da economia nacional são correlacionados à formação e desenvolvimento da economia estadual, onde a constituição da rede urbana em Santa Catarina é uma peculiaridade, em relação ao restante do país, posto que existem seis macrorregiões, com pouca relação entre si, tendo cada qual um município que cumpre a função de polarizador regional.

No tocante ao período de colonização, SILVA classifica Santa Catarina em duas fases e aspectos distintos: 1o.- "período colonial - dois séculos, quatro núcleos isolados" e 2o.- "a imigração estrangeira e a formação de regiões de colonização em Santa Catarina."

No primeiro período vão ocorrer os surgimentos de três portos-povoações. São Francisco (1658). Desterro (1673) e Laguna (entre 1674/1684), cujo objetivo imediato foi a simples ocupação das terras da Região Sul do Brasil. No Planalto surge a Vila

³¹ - SILVA, Etienne Luiz, O Desenvolvimento Econômico Periférico e a Formação da Rede Urbana de Santa Catarina, Dissertação de Mestrado, UFRGS, Porto Alegre, 1978, pg. 139.

Nossa Senhora dos Prazeres de Lages (1771).

Com o processo de ocupação definem-se também as especificidades econômicas de cada região colonizada. São Francisco constitui-se, nesse período, como a base da ocupação do estado; Desterro concentra o poderio militar e administrativo portugueses; Laguna reúne os caçadores de gado paulistas; Lages, um dos caminhos do gado vindo do Rio Grande do Sul, com destino a São Paulo. É observado que neste período a ocupação de Santa Catarina ocorre de forma desintegrada e com a pouca produção (mandioca e pesca) objetivando principalmente à exportação.

No segundo período, alemães e italianos inauguram uma nova fase no processo de formação da rede urbana catarinense, na medida que objetivam não somente a ocupação voltada para a defesa das terras nacionais, mas também a produção. Em 1850 surgem as grandes colônias, hoje Blumenau e Joinville.

Dois aspectos são fundamentais neste processo: a característica minifundiária (propriedades de 20 à 30 hectares) e a especialização da mão-de-obra imigrante.

SILVA caracteriza inicialmente três fases da evolução de Blumenau: 1a. fase: ocupação do Vale do Itajaí (pós 1850); 2a. fase: implantação das indústrias (pós 1880); 3a. fase: consolidação ampliada do parque industrial (pós 1914). A base da acumulação de capital em Blumenau é o excedente agrícola.

Em Joinville, tem-se como suporte da acumulação inicial, o comércio (erva-mate) e o beneficiamento dos recursos naturais (madeira). Entre 1880 e 1914 ocorrem as fundações das primeiras indústrias, sendo a 1a. Guerra Mundial um fator de aceleração desse processo. De fundamental importância para o desenvolvimento do Nordeste de Santa Catarina é a construção da Estrada de Ferro Dona Francisca (1868), que ligava a cidade de Mafra a São

Francisco do Sul e em 1913 ligando essa Estrada ao ramal da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (Porto União à Mafra).

Por conseguinte, o período de 1850 à 1930 representa a ocupação e consolidação econômica do Vale do Itajaí e do Nordeste de Santa Catarina, inicialmente com base na produção agrícola de subsistência e comercialização do excedente, e num segundo momento com o surgimento de pequenas indústrias atendendo à demanda local, e em alguns casos fornecimento ao mercado nacional. "Em Joinville, como em Blumenau, a especialização do imigrante foi decisiva para a implantação de seu parque industrial. Entretanto, enquanto em Blumenau a absorção comercial do excedente agrícola é a base da acumulação de capital e da industrialização, pelo menos em sua primeira fase, em Joinville, com uma agricultura bem mais limitada, o comércio e o beneficiamento dos recursos extrativos do planalto constituíram uma das bases em que se assenta o crescimento industrial." (SILVA, 1978: 65).

No Sul de Santa Catarina a colonização tem como base a influência italiana (1875). Antes dos italianos já são registrados, nesta região (Laguna), os vicentistas vindos de Santos/SP e originários de São Vicente de Fora - Portugal; há também algumas colônias alemãs, que emergem a partir de São Pedro de Alcântara, Braço do Norte, Armazém, São Ludgero, dentre outras.

A base da atuação econômica dos italianos concentra-se inicialmente na agricultura, com os mesmos introduzindo na região a técnica da rizicultura (cultura de arroz) e vinicultura.

Apesar de já em 1885 a região Sul de Santa Catarina ter a

Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina,³² ligando as cidades de Lauro Müller e Laguna, essa região ficará até os anos 30 sem ter uma posição destacada na economia catarinense. "O Sul do estado, ao contrário das regiões de Blumenau e Joinville, pelo menos até 1930, não acumulou um maior excedente e nem recebeu o aporte técnico da imigração alemã capaz de engendrar o processo de desenvolvimento industrial ou mesmo de constituir um núcleo com primazia regional." (Idem, ibidem, p. 68).

A constituição da rede urbana catarinense na região Oeste, passa, inicialmente, compreendendo o período até os anos 30, por uma grande indefinição. Dois conflitos distintos marcam o desenvolvimento da região Oeste de Santa Catarina até aquele momento. O primeiro é a disputa pelas divisas territoriais entre o Paraná e Santa Catarina, que abrangia uma faixa de 48.000 Km² de terras, cuja solução se daria em 1917. O segundo, é a Guerra do Contestado, conflito entre posseiros da região e os construtores de uma estrada de ferro que percorria o local. "Foi contratada a construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul, assumida pela empresa anglo-canadense Brasil Railway Company. A construção da estrada foi o estopim da Guerra do Contestado, que se desenvolveu durante quatro anos, entre 1912 e 1916, sendo um dos episódios mais cruentosos da ocupação do sul do país." (Idem, ibidem, p. 69).³³

32 - Sobre a história e importância da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, ver: ZUMBLICK, Walter. "TEREZA CRISTINA - A Ferrovia do Carvão", Ed. da UFSC, Florianópolis, 1987, pg. 181 e BOSSLE, Ondina Pereira. Henrique Lage e o Desenvolvimento Sul Catarinense, Ed. da UFSC, Florianópolis, 1981, pg. 79.

33 - Para aprofundar as análises sobre os conflitos por terras no Oeste de Santa Catarina, ver AURAS, Marli. Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla, Co-edição Editora da UFSC - Cortez Editora, Florianópolis, pg. 204 e AURAS, Marli. Poder Oligárquico Catarinense: da guerra aos "fanáticos" do Contestado à "Opção Pelos Pequenos", Tese de Doutorado, PUC/SP, Mimeografado, São Paulo, 1991, pg. 415.

No período pós conflitos, até 1930, surgem os principais municípios do Norte (Mafra e Porto União) e do Oeste (Joaçaba e Chapecó) do estado, ocorrendo também a ocupação de fato deste último, principalmente por agricultores gaúchos. SILVA afirma: "O Oeste do estado, ocupado num momento em que a economia nacional integra-se ao centro do país, organiza-se como uma nova região econômica, independente do litoral." (Idem. ibidem, p. 71).

De acordo com SILVA, a formação da rede urbana catarinense até os anos 30, é definida inicialmente a partir da ocupação lusitana no litoral, sendo a economia da região sustentada basicamente na produção da subsistência. Nesse período surgem também os campos (invernadas) de Lages, região de passagem do gado que era levado para o São Paulo. Posteriormente é analisado o surgimento das colônias de imigrantes alemães e italianos. Os primeiros ocupam a região Nordeste de Santa Catarina e o Vale do Rio Itajaí; os segundos, o Sul do estado. Finalmente é constatada a ocupação do Oeste pelos gaúchos.

Observa-se nesse processo de ocupação territorial, o isolamento das regiões entre si, ocorrendo poucas relações econômicas entre as mesmas. Este fato se agrava ainda mais devido à existência da Serra Geral, um acidente geográfico, com uma elevação de 1.200 metros, separando o planalto do litoral."O processo de colonização, por outro lado, respondendo à progressiva integração das várias zonas do estado ao mercado nacional e condicionado pela estrutura geográfica peculiar de Santa Catarina, forma um conjunto de regiões econômicas praticamente isoladas: o Vale do Itajaí, centralizado por Blumenau e articulado externamente pelo porto de Itajaí; o Nordeste, liderado por Joinville, com interesses econômicos ligados ao Planalto Norte e contando com o antigo porto de São Francisco; o Sul do estado, tendo por escoadouro e centro de convergência Laguna; o Oeste, tendo como base os municípios de Joaçaba e Chapecó, em plena dinâmica de ocupação, vinculado à

expansão da fronteira gaúcha e praticamente sem comunicação com o litoral; Florianópolis, ilha geográfica e economicamente, permanece à margem desse processo, pois não está situada em posição favorável com relação aos novos núcleos dinâmicos da economia catarinense" (Idem, ibidem, p. 72).

Continua o autor, notando que a ocupação do Estado de Santa Catarina até o ano de 1930 ocorre objetivando-se principalmente a garantia da posse do território, até então ocupado somente por silvícolas,³⁴ sendo que as atividades produtivas, serviam à simples subsistência dos habitantes das localidades isoladas. Posteriormente ocorre o direcionamento econômico voltado para outras regiões do país, em particular para o eixo Rio-São Paulo.

Os anos 30 marcam para Santa Catarina uma ruptura no processo de acumulação, pois de acordo com o autor, vai se ocorrer uma maior inserção, por parte dos catarinenses, na economia nacional.

No período compreendido entre 1930 e 1950, é evidenciada a tendência de produção para o mercado do Sudeste, esta posterior ciclo de substituição de importações (1929/32). Entre 1950 e 1970, ocorre a consolidação da estrutura produtiva catarinense, voltada para o mercado do Sudeste do Brasil.

SILVA vai destacar, nesse período, as diversas alterações que ocorrem na economia brasileira e mundial e de que forma as mesmas alteram a relação de Santa Catarina com o centro da economia nacional.

O Rio de Janeiro (centro administrativo/político) e São

³⁴ - Sobre ocupação do território catarinense, e a relação dos missionários com os índios existentes, ver: PIAZZA, Walter Fernando, e HUBENER, Laura Machado, "Santa Catarina: História da Gente", Ed. Lunardelli, Florianópolis, 1983, 19a. ed., pg. 150.

Paulo (centro exportador) constituem-se nos grandes pólos da economia nacional, superando o domínio das economias regionais, existentes até então (Nordeste, Sudeste, Sul). Nesse período devem ser observados dois processos importantes: 1o. No contexto interno, as mudanças que ocorrem no bojo da revolução de 1930; 2o. No contexto externo, a crise de 1929 e o conseqüente agravamento dos termos de intercâmbio comercial entre os países. Com a estruturação crescente da economia nacional, o autor assinala que os excedentes regionais (periféricos) são apropriados pelo centro. "A expansão do sistema capitalista no Brasil, tendo por base a região (G. A.) comandada por São Paulo, engendra uma divisão de trabalho nacional, em que as demais regiões à medida que são efetivamente incorporadas ao mercado nacional, passam a gravitar sob a dinâmica de funcionamento do centro do sistema, como exportadoras de alimentos, matéria-prima, de capitais e, em alguns casos, inclusive de mão-de-obra." (Idem, *ibidem*, p. 78).

A economia catarinense caracteriza-se até 1929 por ter algumas regiões autônomas, ou melhor não integradas do ponto de vista estadual, produzindo para o consumo próprio e exportando determinados excedentes (madeira, mate, carvão, produtos alimentares). A partir de 30, tal tendência econômica se acentua, pois as demandas do centro da economia nacional acabam por consolidar a emergente divisão do trabalho estadual, baseada em regiões autônomas e praticamente independentes.

O próprio sistema viário catarinense acaba por influenciar significativamente a estrutura urbana catarinense. "O sistema rodoviário projetado é funcional às relações entre o Sul e o Sudeste e, particularmente, à constituição do poderoso eixo econômico Rio-São Paulo; todavia, no interior do estado as suas vias de comunicação desestimulam as relações internas, particularmente entre o litoral e o planalto" (Idem, *ibidem*, p. 85). Nesse sentido, verifica-se que o estado dividido em regiões

produtivas com características produtivas distintas, a seguir descritas:

1a. - No Planalto, tendo Lages com centro polarizador, emergem, além da pecuária, baseada no período anterior, a extração e industrialização da madeira, produção voltada em sua maioria para a exportação para o Sudeste e também para a Argentina. Surgem, de 1940 à 49, 309 novos estabelecimentos no ramo madeireiro. A partir dos anos 40, afloram também indústrias de papel e papelão;

2a. - No sul, Laguna e posteriormente Tubarão cumpre a função de centros polarizadores do Sul, sendo que nesta macrorregião a análise que se faz sobre seu desenvolvimento está associada à crescente exploração do carvão ali produzido, cuja exportação é feita principalmente para a Usina Siderúrgica de Volta Redonda/RJ. SILVA, menciona ainda, o importante papel das políticas protecionistas, isto é, a obrigatoriedade do consumo do carvão nacional. "Assim, o Sul do estado, mais especificamente a região extrativa mineral, especializa-se na indústria carbonífera, intimamente vinculada aos requerimentos do centro do país" (Idem, ibidem, p. 89).

3a. - No Vale do Itajaí, Blumenau coordena o desenvolvimento da região. Há, conforme a análise de SILVA, uma associação direta entre o processo de substituição de importações e a indústria têxtil, na medida em que antes desse período as mercadorias deste setor eram importadas, e naquele momento tiveram que ser produzidas internamente. Ressalte-se que um dos aspectos mais importantes, para essa industrialização crescente, é a especialização e pioneirismo do imigrante de origem alemã. "No período de 1939 a 1945 diversos produtos, entre os quais as pês e os tecidos, não são mais importados, o que permite um crescimento significativo da produção destes artigos em Blumenau" (Idem, ibidem, p. 89).

4a. - Na região Nordeste do estado, o metal mecânico e o material elétrico são os setores produtivos que fornecem a base do desenvolvimento. A dinâmica econômica da região, cujo centro é Joinville, é afetada a partir dos anos 30 pela queda nas exportações de erva-mate, atingindo a produção e o comércio daquela cidade. Por isso, com a ampliação do mercado nacional para segmentos até então dominados por produtores externos, ocorre na região uma diversificação produtiva, objetivando atender à crescente demanda. Ocorre neste período, também, o aumento da comercialização da madeira. Afirma SILVA que, "Para a particular inserção de Joinville no processo de industrialização do país concorre, a exemplo de Blumenau, além da estrutura assentada em 1930 e da capitalização comercial, sobretudo o pioneirismo em diversos produtos, viabilizado pela especialização do imigrante e suas estreitas relações econômicas e técnicas com a Alemanha industrializada" (Idem, ibidem, p. 94).

Entre 1930 e 1950 surgem as mais importantes empresas da época naquela região, tais como: Fundação Tupy - fabricação de ferro - (1938); Nielson e Cia. - carrocerias de ônibus - (1946); Indústrias Scheneider - bombas hidráulicas - (1946); Cia. Hansen - pentes de chifre (1941); Indústrias de Refrigeração - geladeiras/Cônsul (1950).

5a. - A região Oeste, cujo centro desenvolve-se com base na indústria alimentar. A ocupação dessa região passa a ocorrer, a partir de 1930 com a expansão da fronteira agrícola gaúcha. A base produtiva dessa ocupação sustenta-se na produção de trigo, milho e suínos.

A industrialização de derivados de animais em maior escala passa a ocorrer somente a partir de 1940, com o surgimento da Perdígão (1940) e Sadia (1944).

O Oeste acaba também por se constituir em uma região

englobando duas microrregiões. A microrregião do Extremo Oeste e a microrregião do Vale do Rio do Peixe. A primeira tem como principal cidade Chapecó e a segunda tem Joaçaba, Concórdia e Videira.

Quanto ao processo de ocupação regional, SILVA, afirma: "O Oeste de Santa Catarina, com as suas duas zonas, como comumente é dividido, apresenta-se, portanto, em 1950, em plena dinâmica de ocupação, com intensa exploração florestal e afirmando a sua especialização agrícola (milho, trigo, cereais) e na agroindústria porcina, apresentando características de pionerismo e uma incipiente rede urbana" (Idem, ibidem, p. 96).

Estes são os aspectos gerais, apontados por SILVA, da ocupação de Santa Catarina e constituição das principais regiões produtivas do estado. O autor mencionado destaca, ainda, que o processo de ocupação constituído numa relação de "centro-periferia" fez também com que no estado não ocorressem grandes concentrações urbanas, com a população estadual sendo distribuída sem grandes diferenças regionais.

Em seguida, o autor aborda o período 1950 à 1970, quando acentua-se a especialização das regiões e amplia-se a dependência de Santa Catarina em relação ao mercado nacional.

Assim, de acordo com SILVA, o desenvolvimento da economia nacional acaba por consolidar o modelo de desenvolvimento baseado nas relações desiguais entre o Sudeste e as demais regiões do país. "A unificação do mercado nacional radicaliza a supremacia industrial do Sudeste, que em 1968 representa 80.9% da renda da indústria brasileira, ao mesmo tempo que cabe à Região Sul e, particularmente ao Nordeste, a despeito das transformações estruturais intra-regionais (crescimento de atividades secundárias e terciárias em relação às primárias, substituição das atividades artesanais por fabris, criação de serviços, etc.,)

um papel periférico de fornecedor de alimentos e matérias-primas" (Idem, ibidem, p. 99).³⁵

Santa Catarina consolida, nesse período, sua condição periférica, tendo parte significativa de sua produção voltada para o mercado do Sudeste, como também passa a demandar mercadorias produzidas pelo eixo Rio-São Paulo, obtendo como resultante, saldos comerciais negativos.

O autor ilustra essa tendência comercial, desvantajosa para o estado, com base na estrutura rodoviária, onde as BRs 116 e 101 (ligando o estado ao Sudeste), entre os anos 50 e 60, já estavam concluídas, enquanto que não havia nenhuma ligação completa entre o Litoral e o Oeste de Santa Catarina, pois a BR 282, rodovia que deveria unir o extremo Oeste ao Litoral, até a conclusão do trabalho de SILVA, ainda não havia sido realizada.³⁶

Quanto ao processo de urbanização o autor evidencia que até 1950 não havia no estado nenhuma cidade com mais de 50.000 habitantes, caracterizando-se, desta forma, a ausência de um

³⁵ - Ressalte-se que para a CEPAL, a relação centro-periferia, dos países periféricos, tem como uma das principais consequências, a impossibilidade da industrialização, devido as trocas desiguais, entre os desenvolvidos e subdesenvolvidos. "A preocupação básica da CEPAL era a de explicar o atraso da América Latina em relação aos chamados centros desenvolvidos e encontrar as formas de superá-lo. Nesse sentido, a análise enfocava, de um lado, as peculiaridades da estrutura sócio-econômica dos países da periferia (G.A.), ressaltando os entraves ao desenvolvimento econômico (G.A.), em contraste com dinamismo das estruturas dos centros avançados; e, de outro lado, centrava-se nas transações comerciais entre os parceiros ricos e pobres do sistema capitalista mundial que, ao invés de auxiliarem o desenvolvimento da periferia, agiam no sentido de acentuar as disparidades (MANTEGA, 1985: 34). Esta discussão será retomada ao final deste capítulo.

³⁶ - A BR 282, até início de 1993, ainda não estava totalmente concluída.

centro hegemônico que coordenasse o desenvolvimento econômico estadual.

No período de 1930 a 1950, consolidam-se os centros urbanos regionais. "A crescente afirmação do modo de produção urbano-industrial, com o conseqüente crescimento das oportunidades de emprego urbano e a progressiva penetração dos produtos industrializados no interior, paralelamente ao processo de fragmentação das propriedades no litoral e à concentração e/ou modernização em outras áreas, fazem com que se intensifique o processo de urbanização a partir da década de 1950" (Idem, *ibidem*, p. 109).

São diferenciados três modelos de crescimento urbano: o "crescimento urbano associado à capitalização do excedente primário periférico", "crescimento urbano associado à capacidade de inserção no processo de industrialização nacional" e o "crescimento urbano cumulativo".

No primeiro caso, capitalização do excedente primário periférico, formou-se, por exemplo Lages, com base na extração vegetal, indústria da madeira, pecuária extensiva e mais recentemente com a indústria de papel e celulose. No Planalto Norte, baseado também no extrativismo vegetal e indústria da madeira, emergem as cidades de Mafra, Porto União e Canoinhas. No Sul temos Tubarão e Criciúma, ambas direta ou indiretamente ligadas a extração, beneficiamento, transporte e uso do carvão mineral. Finalmente, no Oeste, sustentado pelo excedente agrícola e exploração vegetal, bem como pelas agroindústrias, tem-se Concórdia e Videira.

Quanto à caracterização das regiões que capitalizam o excedente primário periférico, conclui SILVA: "A dinâmica do Planalto, do Sul e do Oeste catarinense, por mais que apresentem aspectos diferenciadores, está, portanto, diretamente ligada ao

nível de capitalização e reinversão do excedente primário periférico requerido, sobretudo, pelo centro do país" (Idem, ibidem, p. 120).

Os centros urbanos que vão estruturar-se com base na capacidade de inserção no processo de industrialização nacional são Blumenau e Joinville. A primeira, juntamente com a região correspondente, adentra ao contexto da economia nacional, com base na indústria têxtil. A segunda é incluída nesta classificação, a partir da produção metal-mecânica, de material elétrico e de plásticos. As duas regiões com as respectivas cidades, constituem a chamada região industrial de Santa Catarina. "Uma análise rápida da concentração territorial da indústria da transformação em Santa Catarina revela que, enquanto na década de 50 as regiões do estado especializadas na indústria tradicional - têxtil (Vale do Itajaí - AMVI) e alimentar (Meio-Oeste - AMMOC) - ainda apresentavam uma participação crescente no setor secundário; na última década, acompanhando uma tendência nacional, perdem posição no contexto estadual, em contrapartida ao maior crescimento da indústria dinâmica localizada em Joinville (AMUNESC) e à implantação dos complexos industriais de celulose e papel em Lages (AMURES)" (Idem, ibidem, p. 124).

Quanto ao crescimento urbano cumulativo, vamos ter as cidades de Itajaí e Florianópolis, a primeira com base no extrativismo vegetal e no porto marítimo, e a segunda como cidade administrativa, comercial e de serviços. Ambas, de acordo com SILVA, constituem-se em centros urbanos, devido ao crescimento urbano cumulativo. "Florianópolis sustentada no crescimento cumulativo de sua economia urbana mantém-se como principal cidade de Santa Catarina, porém com um diferencial muito pequeno em relação a Joinville. Blumenau e Lages, apresentando ainda uma base econômica mais limitada. Assim, ao contrário dos demais estados do Centro-Sul, não há em Santa Catarina nenhuma primazia urbana e muito menos um núcleo que centralize a economia

catarinense" (Idem, ibidem, p. 131).

SILVA conclui seu trabalho sobre os determinantes da evolução econômica de Santa Catarina, evidenciando as diversas regiões e as respectivas características econômicas, cujos aspectos regionais se ampliam, na medida que a economia estadual aumenta a sua inserção na economia nacional. Os períodos analisados por SILVA até 1930, de 1930 à 1950 e de 1950 à 1970, diferem pelo grau de inserção do estado na economia nacional. "Porém, mais do que interdependentes, ou mesmo vinculadas às localidades centrais de Porto Alegre e Curitiba, como enfatizam alguns estudos, todas as zonas do estado estão ligadas à dinâmica de desenvolvimento capitalista, comandada pelo centro do país" (Idem, ibidem, p. 135).

O desenvolvimento econômico periférico e a reconversão produtiva dos excedentes do setor primário-exportador, bem como a capacidade de inserção na industrialização nacional, constituem, para SILVA, os determinantes da evolução econômica do estado de Santa Catarina. A industrialização do estado, portanto, tem suas bases na capitalização dos excedentes, originários da relação periférica mantida com o Sudeste do país.

1.2 - Centro de Assistência Gerencial - CEAG/Santa Catarina

Na mesma linha de interpretação do desenvolvimento econômico de Santa Catarina - relação centro-periferia -, tem-se também o trabalho do CEAG. "é neste contexto que se situa Santa Catarina. Desde o início de sua formação, seu papel foi de complementar o centro dinâmico (exportador) da economia brasileira, não só como fornecedora de certos bens, mais ainda exercendo uma função peculiar: território de passagem, especialmente no caso do gado gaúcho e no avanço militar contra espanhóis confinantes" (CEAG, 1980:42).³⁷

Para evidenciar sua vertente periférica, a cada período analisado, o CEAG empreende uma análise estrutural e conjuntural em nível regional, nacional e internacional.

A pesquisa do CEAG, embora partilhando da concepção que Santa Catarina se constituiu historicamente na periferia da economia nacional, vai diferenciar-se em relação a SILVA no que diz respeito a periodização da economia catarinense, uma vez que divide em três períodos distintos: 1o. - Período Colonial, dos portos povoações à imigração estrangeira, de 1650 à 1930; 2o. - Santa Catarina e a unificação do mercado nacional, de 1930 à 1950; 3o. - Santa Catarina e a unificação do mercado do Centro-Sul, de 1950 à 1970. Para o CEAG, temos: 1o. - produção de subsistência e agroexportação, do século XVII à 1850; 2o. - indústria tradicional de 1850 à 1914; 3o. - início da indústria

³⁷ - CEAG/SC - Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina. Evolução Histórico-Econômica de Santa Catarina: estudos das alterações estruturais (Século XVII-1960), Imprensa Universitária, UFSC, Florianópolis, 1980, pg. 217.

dinâmica, de 1914 à 1960.³⁸

Prioriza-se, na análise do trabalho do CEAG, os aspectos diferenciadores em relação a SILVA, isto é, especialmente a periodização, pois como já mencionado, ambos partilham da concepção de relação "centro-periferia".

O primeiro período para o CEAG é o "Da Economia de Subsistência à Subsidiária - Território de Passagem", que vai do século XVII à 1850.

Neste período, as regiões ocupadas no Estado de Santa Catarina geram poucos produtos de exportação. Caracterizam-se muito mais como áreas de passagem, para o gado do Rio Grande do Sul com destino a São Paulo. A ocupação do estado é caracterizada também por características geográficas, isto é, o bloqueio natural ruptura entre o litoral e o planalto. "Em resumo, Santa Catarina, nos dois primeiros séculos de sua ocupação servia mais à sustentação e defesa (G.A.) do sistema colonial do que a produção (G.A.) colonial. Seu excedente se destinava a suprir o centro exportador colonial e à manutenção da tropa e administração" (Idem, ibidem, p. 48).

³⁸ - Indústrias Tradicionais, caracterizam-se pelas produções voltadas principalmente ao atendimento direto ou indireto das necessidades mais elementares de consumo da população, com uso intensivo de força de trabalho. Indústrias Dinâmicas, são as que em geral necessitam de formas produtivas mais complexas e avançadas, tendo o predomínio de investimentos em tecnologia. Ou ainda: Tradicional: "...aquelas que se implantaram nas primeiras fases do processo de industrialização em qualquer região, tendo em vista sua vocação natural e necessidades locais de subsistência...". Dinâmica: "...aquelas que se implantam somente em fases mais avançadas do processo de industrialização, por exigirem maior grau de tecnologia...", definido em, TEIXEIRA, Valter Nunes. Alguns Fatores do Crescimento Industrial de Santa Catarina, Dissertação de Mestrado, UFRGS, Mimeografado, Porto Alegre, 1977, pg. 57, pp. 22.

No período "da Economia Subsidiária e Primário Exportadora à Indústria Tradicional", de 1850 à 1914, a análise do CEAG evidencia o forte reflexo das modificações internacionais, nacionais e até mesmo regionais, em relação à inserção de Santa Catarina à economia nacional.

Em nível nacional, é fundamental salientar a influência da abolição da escravatura, emergindo daí o assalariamento e um mercado consumidor interno. A Lei de Terras³⁹ foi outro aspecto importante, pois possibilita o acesso à terra por parte dos colonos, e no caso de Santa Catarina, pelos imigrantes, estes intermediados pelas empresas colonizadoras.⁴⁰

Internacionalmente, destaca-se a alta de preços dos produtos industriais e alimentícios, bem como os reflexos deste fator

³⁹ - "Lei No. 601, promulgada no Brasil em 1850, conhecida como Lei de Terras. Visava fundamentalmente a alcançar três objetivos: 1. Proibir a aquisição de terras que não fosse por outro meio senão a compra, extinguindo, portanto, o regime de posses; 2. Aumentar o preço da terra e dificultar a sua obtenção por parte dos trabalhadores rurais visando a impedir a redução da oferta de trabalho na agricultura e conseqüentemente a elevação dos salários. Para tanto, as terras eram vendidas em leilões públicos a partir de um preço mínimo bastante elevado; 3. Os recursos obtidos com a venda das terras seriam destinados ao financiamento da imigração de trabalhadores, com a finalidade de ampliar a oferta de força de trabalho e impedir que os salários se elevassem. A Lei de Terras foi objeto de muita controvérsia, e sua regulamentação realizada somente em 1854. A motivação básica, no entanto, foi impedir o livre acesso dos trabalhadores à terra diante da evidência da falência do escravismo. Os proprietários de terras de São Paulo estavam conscientes de que, se os homens passassem a ser livres, o acesso à terra deveria deixar de sê-lo" (SANDRONI, Paulo (org.). Dicionário de Economia, Editora Best Seller, São Paulo, 1989, 2a. edição, pg. 331, pp. 169.

⁴⁰ - Empresas privadas que organizaram a colonização em certas regiões do Brasil a partir da compra ou doação de terras do Estado. Tais empresas financiavam a vinda de imigrantes, da passagem da Europa para o Brasil, até os gastos iniciais com a construção das casas, bem como custos iniciais para a produção agrícola.

sobre a força de trabalho na Europa. O excesso de força de trabalho europeia e as lutas políticas dos trabalhadores oriundas de tal situação, levam ao crescente êxodo dos mesmos para outros países, estes geralmente em processo de colonização. É neste contexto que ocorre a imigração para o Brasil, sobretudo de alemães e italianos.

A imigração de alemães e italianos para Santa Catarina assume uma relevância maior, devido, especialmente, ao domínio que estes possuem da tecnologia produtiva.

Neste sentido, tanto no Brasil quanto no plano internacional, um quadro propício à ocupação e inserção da economia catarinense na economia nacional: "Simultaneamente, ocorre uma crise econômica em nível nacional em consequência da conjuntura internacional, no período posterior à crise de 1848. O ouro da Califórnia e Austrália, se provocava a superação da depressão anterior, provocava também a alta dos preços. No caso do Brasil, os gêneros de subsistência chegaram a ter um aumento de 200%. A expansão da monocultura cafeeira, expulsando a agricultura de subsistência, fazia também com que o país dependesse da importação de gêneros alimentícios, que subiram, na pauta de importações até cerca de 20% na década em questão" (Idem, ibidem, p. 59). Estas transformações, contribuem para a formação da economia catarinense, especialmente pela vinda de imigrantes e em virtude da ruptura do comércio internacional, com a consequente ampliação da economia de Santa Catarina no mercado nacional.

A obra do CEAG ressalta como fundamental no período em análise, o papel que os "vendeiros" cumprem em especial na região de Blumenau e Joinville. A ação dos mesmos deve ser analisada a partir de dois aspectos. Primeiro, da grande influência que possuem nas regiões, como compradores, vendedores e mesmo como guardadores de dinheiro, onde, neste caso, os proprietários do

dinheiro - colonos - pagam uma taxa para guardá-lo. Segundo, dada a importância do comércio de importação e exportação, onde os vendedores centralizam tal processo, comprando (mercadorias locais) e vendendo (mercadorias importadas). Essas duas ações fazem com que surjam excedentes financeiros, que posteriormente serão investidos na industrialização catarinense. "Este comerciante dominava a economia da região. Era ele quem assegurava o intercâmbio com o porto de Itajai e o exterior em geral. A venda, entre suas funções, passou a exercer a de banco, onde o juro era pago não pelo vendista, mas pelo depositante, que não tinha outra forma de guardar suas economias com segurança" (Idem, ibidem, p. 71).

Com relação as macrorregiões e as respectivas características no período, o CEAG conclui que no Vale do Itajai destaca-se a produção alimentar e têxtil. Com a produção inicialmente voltada para o mercado local (região), acrescidas das modificações já citadas, passa lentamente a direcionar-se para o mercado nacional em ascensão. A Estrada de Ferro Santa Catarina, ligando Blumenau ao porto de Itajai, cumpre papel fundamental neste período. "No porto de Itajai, temos, ao menos em três casos importantes, ligações explícitas entre comércio "import-export" e indústria. Assim Renaux, o empresário têxtil de Brusque, mantinha ali empresa de navegação, exercendo esse tipo de atividade comercial. Outro, João Bauer, ao mesmo tempo que mantinha armazém de despachos, funcionava com fábrica de cerveja. Finalmente, Gottlieb Reif, ex-vendedor em Blumenau, e que instalou fábrica de caixas para charutos em Itajai, que exportava para as grandes empresas de charutos no Brasil..." (Idem, ibidem, p. 85).

No Nordeste de Santa Catarina, o processo é relativamente parecido com o do Vale de Itajai, isto é, excedente acumulado com base no comércio de importação/exportação e no papel dos vendedores. Na produção e venda destacam-se a madeira e a erva-

mate.

Evidencia-se também, nesta região, a crescente relação entre Joinville e Curitiba (PR), direcionando, portanto, sua atuação produtiva para fora do estado, não tendo vínculos significativos com outras regiões de Santa Catarina.

O desenvolvimento econômico da região é feito diminuindo-se a importância crescente da madeira e da erva-mate, em relação a outros setores, isto é, a evolução do setor tradicional para o setor dinâmico, constituindo-se, posteriormente, como será visto na região mais industrializada do estado. "Vejam os aqui o caso do mate. Seu transporte, da área de produção a de beneficiamento e exportação, de início em lombo de burro, passou depois a ser feito em carroças de quatro rodas e exigindo barricas para o acondicionamento. Ora, isso requeria, naturalmente, a presença de carpinteiros, ferreiros, mecânicos, para a fabricação desses veículos e seus acessórios, ferraduras para os animais, bem como tanoaria para a fabricação de barricas. A presença de artesãos ligados à metalúrgica seria, pois, evidente. Poderia isto sugerir, a nosso ver, o germen de uma das futuras especializações do ramo metal-mecânico da região" (Idem, *ibidem*, p. 88).

No Sul de Santa Catarina, de acordo com a interpretação do CEAG, tal como a de SILVA, o carvão é o principal produto, base do desenvolvimento da mesma.

A influência da colonização italiana é marcante na região. Destaca-se também nesta região o importante significado da construção da Estrada de Ferro D. Teresa Cristina, ligando a cidade de Lauro Müller à Laguna, concluída no final do século passado (1883). Entretanto, o carvão do Sul de Santa Catarina é uma das mercadorias mais dependentes da conjuntura internacional (interrupção das importações).

O Meio-Oeste é marcado predominantemente por conflitos fundiários neste período. Inicialmente, devido ao crescente uso da terra para o cultivo do mate, ou mesmo da pecuária, os agregados (despossuídos de terras) são expulsos, especialmente com a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, das terras ocupadas anteriormente por eles.

A região sob enfoque, conhecida também como região do Contestado, tem como fato mais importante no período as disputas fronteiriças entre Paraná e Santa Catarina. Juntamente com essa disputa, ocorrerá o massacre dos posseiros, quando da construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul, que ficará registrado como a "Guerra do Contestado".

Quanto ao Meio-Oeste catarinense afirma o CEAG: "...que fez convergir para a região que lhe serviu de palco todas as contradições de um sistema, que a conjuntura aguçava, tornando inevitável a explosão. Coronéis e empresas estrangeiras contra posseiros; os dois Governos Estaduais, ao mesmo tempo dando cobertura ao capital estrangeiro e entre si disputando a jurisdição sobre a área, de fartos recursos econômicos; o conflito dos interesses ervateiros entre catarinenses e paranaenses rompendo a solidariedade econômica formada entre a área de Joinville e a de Curitiba" (Idem, ibidem, p. 95).

A produção do gado "vacum" é a base econômica do Planalto de Santa Catarina. A maior parte da produção local é consumida internamente. Entretanto, há uma maior importância da região, devido à passagem do gado vindo do Rio Grande do Sul para São Paulo.

No Litoral observa-se que, além de capital da província, Desterro (hoje Florianópolis), dada a influência da cultura açoriana, caracteriza-se pela produção da mandioca e farinha. O comércio de importação e exportação, também tem desenvolvimento

significativo nesta região.

Esses são os aspectos marcantes de SC no período de 1850 à 1914, apontados pelo CEAG.

Entre 1914 e 1960, tem-se o "apogeu da indústria tradicional e posterior ascensão da indústria dinâmica".

A análise deste período compõem-se, inicialmente, de uma contextualização da conjuntura nacional e internacional, passando em seguida a considerar o apogeu da Indústria Tradicional (1914-1930), e por último a ascensão dos ramos dinâmicos (1930-1960).

Neste período o CEAG atribui uma profunda importância à 1a. e a 2a. Grandes Guerras Mundiais, evidenciando de que forma esses conflitos atingem diretamente a economia nacional e em especial a catarinense, caracterizando-se a fase de substituição de importações.

Com a interrupção das transações comerciais com o restante do mundo, as regiões mais urbanizadas, em particular São Paulo, passam a demandar mercadorias produzidas nas demais regiões do país. Portanto, Santa Catarina vai participar da divisão nacional do trabalho, com a produção de bens de consumo e matérias primas. "A 1a. Guerra e, logo em seguida, os anos vinte, têm particular importância para a evolução econômica de Santa Catarina, em termos, sobretudo, de substituição de importações, contribuindo para a inserção da economia do estado no mercado nacional" (Idem, *ibidem*, p. 103).

O setor da economia catarinense que consegue maior inserção na economia nacional, em São Paulo especialmente, é o têxtil.

De acordo com o CEAG, é destacável, também, no período, a política tributária que acaba por beneficiar os setores que

exportavam para o Sudeste, com a redução dos impostos sobre a exportação.

A Primeira Grande Guerra marca o início da constituição do chamado mercado nacional. "Enfim, é o modelo primário-exportador e a divisão interregional do trabalho, colocando estados periféricos na função de celeiros do centro (G.A.). Assim a nós parece, em certo sentido, uma antecipação da unificação legal do mercado nacional (G.A.) que ocorrerá em 1937" (Idem, ibidem, p. 113).

Portanto, neste período em análise, o que antes era importado, especialmente da Europa, passa na maioria dos casos a ser produzido internamente, pelas regiões periféricas, agora para o eixo Rio-São Paulo e não para os mercados locais. Ocorre, de fato, uma real aceleração na industrialização, devido a gigantesca ampliação do mercado consumidor.

Ocorre, no período de 1930 à 1950, a ruptura definitiva com o modelo agro-exportador, emergindo o modelo urbano-industrial. "Define-se aí uma mudança no modo de acumulação e uma tendência da economia a se voltar para o mercado interno" (Idem, ibidem, p. 116).

O período de 1914 à 1945, marcado pelas 1ª e 2ª Grandes Guerras, insere Santa Catarina na economia nacional, consolidando a sua industrialização que inicialmente estava voltada para o mercado local/regional e posteriormente amplia a diversificação produtiva existente até então. As principais mercadorias são: madeira, carvão, têxteis e alimentos.

O trabalho do CEAG ressalta, ainda, que até o final da 2ª Guerra, Santa Catarina ocupa o mercado nacional, baseado na indústria tradicional. Após o término do conflito, em razão das transformações internacionais e nacionais, o ramo dinâmico da

economia passa a ter um papel preponderante na economia catarinense.

Na Indústria Tradicional (1914-1930), as regiões produtivas catarinenses tem as seguintes características:

-No Vale do Itajaí, a produção têxtil é a que imediatamente sofre a influência da 1ª. Guerra, aumentando gradativamente suas exportações para o centro da economia nacional, especialmente de camisas e meias, é fundamental ressaltar, também, a importância da substituição local das importações, pois até 1914, existe a competição da produção local com os importados. Blumenau e Brusque, são as cidades mais importantes desta região no período de análise, ambas especializando-se na produção têxtil.

-Até então (1914), a economia do Nordeste de Santa Catarina era baseada na extração e exportação da erva-mate e da madeira. Com a 1ª. Guerra, as exportações aumentam, agora para o mercado nacional. Entretanto, além do mate e da madeira, passa, esta região, a produzir também, de forma intensiva, mercadorias ligadas aos ramos metalúrgico e têxtil, fazendo emergir as bases do que viria no futuro a se constituir no dinâmico setor metal-mecânico de Santa Catarina.

-No Sul de Santa Catarina, a interrupção dos fluxos comerciais com a Europa faz com haja a necessidade de valorização do carvão nacional. Para o CEAG, aí se encontra a explicação para o novo ciclo de desenvolvimento no Sul catarinense. Destaca-se, que neste período, já há uma importante infra-estrutura na região, com destaque para a Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina.

Entretanto, com o fim da guerra, o carvão catarinense volta a ser relegado a segundo plano.

-O Vale do Rio do Peixe, o Oeste e o Planalto, ainda são regiões em definição. Nos anos 20, após o término do conflito do Contestado, as regiões supracitadas, em especial a do Vale do Rio do Peixe e o Oeste, passam a ser definitivamente ocupadas. A base de tal ocupação é feita preponderantemente com base na extração de madeira e produção de alimentos.

Com a construção da Ferrovia Rio Grande do Sul-São Paulo, aumenta a imigração de colonos, especialmente alemães, italianos e poloneses. "Tais núcleos se dedicaram à agropecuária (em especial, milho e suinocultura). A demanda de alimentícios no resto do País, durante a 1ª. Guerra, e, posteriormente, na década de 20, sobretudo no centro (G.A.) paulista, estimulou o seu crescimento" (Idem, ibidem, p. 167).

-No Litoral, consolida-se neste período a cidade de Florianópolis como centro administrativo do estado. Políticas, por parte do governo estadual, tem influência direta nesta definição. "Até 1930, Florianópolis, apesar de sua precariedade como capital, era a maior cidade e o maior centro comercial do estado (e para isso contribuiu a ligação ilha-continente), exercendo certa centralidade sobre todo o litoral, convergindo para ela as importações, bem como o excedente provindo da tributação, por ser a capital administrativa" (Idem, ibidem, pg. 169).

Com a ascensão dos ramos dinâmicos (1930-1960), as regiões têm suas características básicas definidas.

No vale do Rio Itajaí ocorre, no período em análise, a continuidade do processo de substituição de importações e a conseqüente integração ao mercado nacional, bem como a conquista do mercado externo. "Deve-se acrescentar que Blumenau soube aproveitar a conjuntura favorável da Crise de 29, na qual os artigos têxteis sofisticados foram praticamente banidos da pauta

de importações. Sendo estes justamente a sua especialidade pioneira. Blumenau conseguiu sustentar-se no mercado nacional, sem competidores no ramo" (Idem. ibidem. p. 171).

Nos anos 50, percebe-se a intensificação da indústria em Blumenau, permanecendo o setor têxtil como o mais importante da região.

É indiscutível que o aspecto mais marcante da industrialização do Vale do Itajaí é o domínio da tecnologia produtiva, trazida pelos imigrantes, o que possibilita, à princípio, a produção industrial para consumo local, e num segundo momento, a inserção desta produção na economia nacional e mesmo internacional. No setor têxtil o papel fundamental cabe a família Hering.

No Nordeste de Santa Catarina, ocorre a crescente ligação com o mercado nacional, fazendo com que ali se consolide a indústria metal-mecânica, bem como outros ramos dinâmicos.

O surgimento do setor metal-mecânico, como já se viu, vinculou-se inicialmente ao transporte do mate. Neste segmento, observa-se que sua expansão passa a ocorrer em função da necessidade da produção de instrumentos de trabalho para a extração e beneficiamento da madeira, que antes da crise de 1929 eram importados.

Num segundo período, mais voltado para a produção nacional, o setor metal-mecânico passa a produzir consoante às demandas do centro da economia nacional. "Neste caso, devemos assinalar que já se esboçava, nível nacional, essa tendência: os produtos metálicos tem a sua importação diminuída de 40%, entre 1929 e 1948. E na década de 30, São Paulo prenunciava aquilo que só se consolidaria na década de 50: começava a produzir materiais elétricos (G.A.), motores elétricos, máquinas têxteis, equipamento

para a industrialização da cana-de-açúcar. peças de automóveis. acessórios. ferramentas. implementos agrícolas...Joinville deveria provavelmente suplementar as novas tendências da demanda central" (Idem, ibidem, p. 177).

Em 1938, a família SCHMIDT inaugura a Fundação Tupy, produzindo ferro maleável para a fabricação de conexões. A partir de sua fundação, a crescente integração ao mercado nacional transforma a Tupy numa das principais fundições do país, em particular a partir do surgimento da indústria automobilística nacional.

Nesta região, o mate deixa de possuir a importância do passado; entretanto, a madeira, especialmente na região de São Bento do Sul e Rio Negrinho, ainda continua tendo importância, agora com a indústria moveleira. Observa-se também nesta região, uma diversificação produtiva: adubos químicos, malharias, produtos farmacêuticos, farinha de trigo, cervejaria.

Portanto, evidencia-se que no Nordeste de Santa Catarina o setor dinâmico da economia ocupa papel de maior relevância, do que na região do Vale do Itajaí. De acordo com o CEAG, as razões que levam a região de Joinville a concentrar-se na produção dinâmica ainda não foram profundamente estudadas, mas duas hipóteses devem ser consideradas: "1o. - A extração da madeira, do mate e a indústria do mobiliário exigiram a complementaridade do ramo metal-mecânico. 2o. - A atualização (entrada nos ramos dinâmicos) da indústria de Joinville decorreria de uma sincronização maior com as exigências do centro (GA), mercê de seu contato maior com o Paraná e São Paulo" (Idem, ibidem, p. 181).

No Sul de Santa Catarina, com o Governo Vargas e 2a. Grande Guerra, ocorre a valorização do carvão de Santa Catarina, cujo consumo é ampliado com a implantação da Companhia Siderúrgica

Nacional, absorvendo o carvão metalúrgico e com a SOTELCA (usina termoelétrica), consumindo o carvão energético. De acordo com o CEAG, nos anos 50 surgem também as primeiras indústrias cerâmicas.

O Planalto Catarinense, mantendo a lógica de toda a economia estadual, também vai voltar a sua produção para o mercado nacional. Entretanto, passa a ocorrer a partir dos anos 30 uma alteração na produção, até então baseada na madeira e pecuária extensiva. "Na década de 30, verifica-se tendência à industrialização do produto inclusive entrando nos ramos dinâmicos. Assim, temos a expansão da indústria do mobiliário, de compensados e laminados (da qual já falamos ao abordar Joinville e o Litoral de São Francisco), além do papel e da pasta mecânica"⁴¹ (Idem, ibidem, p. 183).

Essas alterações econômicas fazem com que ocorram, também, modificações políticas, alterando-se o eixo político regional, da base da oligarquia latifundiária para uma burguesia industrial incipiente, inclusive multinacional (Olinkraft Papel e Celulose SA - 1958).⁴²

No Vale do Rio do Peixe e Oeste, a produção alimentar e a extração da madeira continuam a ditar a dinâmica desta região. A base da ocupação é a expansão da fronteira gaúcha, sob influência italiana e germânica. Nos anos 40, a Perdigão e a Sadia são

⁴¹ - Resultado da desintegração mecânica da madeira, no desfiador.

⁴² - Com relação as alterações econômicas e políticas ocorridas no Planalto de Santa Catarina, ver AURAS, Marli. Poder Oligárquico Catarinense - da Guerra aos "Fanáticos" do Contestado à "Opção Pelos Pequenos", Tese de Doutorado, PUC/SP, Mimeografado, São Paulo, 1991, pg. 415, cap. 3, pp. 50-81; e LENZI, Carlos Alberto Siveira. Poder Político e Mudança Social, Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 1977, pg. 145, cap. 5, pp. 84-107.

fundadas, via sistema integrado,⁴³ determinando características definitivas à região.

No Litoral, Florianópolis, nos anos 30, entra em profunda estagnação sendo afetada pela crise de 29 bem como pela posição contrária a Getúlio Vargas na revolução de 30: fatos estes que colocam a capital à margem dos acontecimentos internacionais, especialmente por ter a sua atividade econômica basicamente comercial e administrativa.

O desenvolvimento econômico de Florianópolis só é retomado com a crescente inserção das outras regiões do estado na economia nacional, tendo como consequência a ampliação das funções político-administrativas da capital.

Nos anos 50 com a instalação da energia elétrica, o planejamento e a criação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a capital retoma o papel de principal centro comercial do estado. "...em 1950, Florianópolis era o principal centro varejista do Estado e detinha 25% do comércio atacadista, estendendo seu raio de influência a todo o litoral catarinense" (Idem, ibidem, p. 194).

Estas são portanto, no período de 1914 à 1960 as principais características do estado de Santa Catarina, de acordo com o CEAG.

Como constatações e conclusões, afirma o CEAG: "Santa Catarina, desde o início de sua formação econômica, teve por função suprir os núcleos exportadores do sistema econômico

⁴³ - O Sistema Integrado, tem como característica básica a transferência para o pequeno produtor, por parte da empresa, da responsabilidade pela criação dos animais (frangos e porcos), em geral recebendo a empresa ou financiando os equipamentos e insumos, tendo a garantia da compra da produção pela empresa.

brasileiro como um todo, ou servir de território de passagem para cumprir tal função...Dentro do escalonamento das satelizações internas, no Brasil, a economia catarinense ocupa posição periférica relativamente às metrópoles externas a seu território, representadas não apenas pelo eixo Rio-São Paulo, como também, apesar de em grau bem menor, por Curitiba e Porto Alegre...Quanto à geração de seu excedente econômico, responsável por um dinamismo que foi até à montagem de um parque industrial de razoável significado, o mesmo, foi, de início e em geral, de origem agrícola e canalizado pelo comércio import-export...Caracterizam também sua economia a pequena propriedade e a policultura, o que contribuiu para dar feição especial a sua pauta de exportação, que se manteve sempre diversificada. Destaque-se também a presença do pioneiro schumpeteriano (G.A.), no caso dos imigrantes e descendentes" (Idem, ibidem, p. 197-8).

Portanto, SILVA e o CEAG adotam como base de interpretação para a formação e desenvolvimento econômico de Santa Catarina, a concepção cepalina de relação "centro-periferia", onde à Santa Catarina coube historicamente a produção voltada para fora do estado, buscando o mercado do Sudeste brasileiro. Enfim, sua produção foi determinada externamente.

Apesar da base da acumulação de capital estar, para os autores supracitados, associada a relação periférica que o estado estabeleceu com a centro da economia nacional, observa-se, entretanto, que os mesmos divergem quanto a aspectos específicos desse processo. SILVA define dois processos distintos do avanço da acumulação de capital, a partir da relação centro-periferia, quais sejam: "a capitalização primário-periférica" (Planalto, Sul e Oeste do estado) e "a capacidade de inserção no processo de industrialização nacional" (Blumenau e Joinville). Para o CEAG o sustentáculo do processo de acumulação inicial em Santa Catarina deu-se através do comércio de importação e exportação, controlado pelos vendeiros.

Quanto aos períodos, observou-se que SILVA divide a formação histórica da economia catarinense em dois grandes períodos: 1o. - economia-agro-exportadora (período colonial e da imigração estrangeira); 2o. - economia urbano-industrial (especialização urbano regional e unificação do mercado do Centro-Sul e inserção dependente). Já no trabalho do CEAG, observa-se: 1o. - produção de subsistência e agroexportação; 2o. - indústria tradicional; 3o. - início da indústria dinâmica.

Dessa forma, os trabalhos em análise divergem com relação ao papel atribuído ao empresário pioneiro schumpeteriano (44), identificado pelo CEAG e não constatado por SILVA.

A crítica aos periféricos baseia-se na exclusão, em suas análises, do papel da intervenção do Estado na economia catarinense, juntamente com a completa desconsideração, no estudo dos mesmos, da superexploração do trabalho, como os alicerces fundamentais da acumulação de capital em Santa Catarina. Estes superestimaram a relação centro-periferia, como a base da acumulação de capital no estado.

Interpretar todo o processo de enriquecimento capitalista desse estado somente com base nessa relação, ver a industrialização catarinense, hoje 6o. maior parque industrial do país, a partir da reconversão dos excedentes primário-periféricos; na capacidade de inserção no processo de industrialização nacional; ou mesmo no comércio de importação e exportação, é uma absolutização do papel da relação centro-periferia.

Critica-se tal entendimento, na medida em que não relativiza o papel que a relação centro-periferia estabeleceu no

44 - Os schumpeterianos serão analisados no próximo capítulo.

enriquecimento privado de Santa Catarina.

O próprio conceito de relação centro-periferia, em sua forma original, desenvolvida pela CEPAL, traz em si mesmo a negação ou profundos entraves à industrialização. Para a CEPAL a dependência dos países periféricos, em relação aos centrais, levaria entre outras, a grandes dificuldades ou mesmo a impossibilidade da industrialização, devido as trocas desiguais não possibilitarem o acúmulo de excedentes necessários à industrialização. Logo, se a relação centro-periferia para a CEPAL tem como um dos elementos, as dificuldade da industrialização, portanto, no caso dos periféricos catarinenses, atribuir a industrialização exatamente aos excedentes "primário-periféricos" ou a "inserção no processo de industrialização nacional", ou ainda, ao "comércio de importação e exportação", tal relação é questionada, em seu conceito original exatamente por não permitir a industrialização dos países periféricos.

Caracterizar a relação da economia catarinense como periférica em suas transações comerciais com o centro do país, é plausível. Entretanto querer explicar a industrialização catarinense a partir dessa e somente dessa relação e onde reside um lapso teórico, pois a característica básica da relação centro-periferia é impossibilitar ou mesmo dificultar ao máximo a industrialização.

é sob tal enfoque que se faz a crítica aos periféricos: querer explicar a industrialização nacional ou catarinense sem considerar ou mesmo mencionar a ação do agente estatal é excluir da análise o maior agente fomentador da economia privada deste país.

Em Santa Catarina, o estado enquanto agente econômico,⁴⁵ tem sua atuação mais efetiva a partir dos anos 50 quando este passa a realizar as políticas econômicas a partir do planejamento.⁴⁶ É a partir desse período que deve-se captar a ação do agente estatal catarinense.

O que se tem a partir de então é uma intensa ação estatal nas suas múltiplas formas: investindo em infra-estrutura (rodovias, energia, comunicação), na educação, objetivando qualificar força de trabalho para as indústrias, ampliando o crédito (anos 60 surgem o BDE, atual BESC, BRDE), bem como os programas de apoio as empresas, FUNDESC, PROCAPE. Além das ações em geral consideradas normais, não pode-se relegar a segundo plano, que o estado foi ao longo dos anos se constituindo, no grande comprador de bens e serviços (via superfaturamento) e em vendedor de matérias primas, energia, comunicação (normalmente subfaturadas).⁴⁷

É a partir dessa lógica, que se entende que não é possível explicar a industrialização catarinense excluindo o agente

⁴⁵ - Para analisar a atuação do Estado em Santa Catarina seus múltiplos aspectos, ver: AURAS, Marli. Poder Oligárquico Catarinense - da guerra aos "fanáticos" do Contestado à "Opção Pelos Pequenos", Tese de Doutorado, PUC/SP, Mimeografado, São Paulo, 1991, pg. 415.

⁴⁶ - Na parte 2, serão analisados os diversos planos de governo do Estado de Santa Catarina, a partir do Plano de Obras e Equipamentos (POE), de 1955.

⁴⁷ - O superfaturamento (das compras) e o subfaturamento (das vendas), por parte do Estado no Brasil, é algo tão evidente, apesar das dificuldades de compravação, que basta analisar a evolução patrimonial das grandes empresas da construção civil brasileiras, todas contratadas para grandes obras públicas no país. O subfaturamento verifica-se nas empresas estatais que vendem matérias-primas para as empresas privadas, geralmente abaixo do mercado.

estatal, bem como a superexploração do trabalhador catarinense.⁴⁸

Portanto, o gigantesco enriquecimento privado verificado pelos grupos econômicos de Santa Catarina,⁴⁷ nos últimos 30 anos, são inexplicáveis, somente a partir da ação privada da burguesia catarinense, mesmo na sua relação de exploração do trabalho do proletariado catarinense. A intervenção do Estado, tanto em nível estadual, quanto federal cumpriram papel preponderante nesse processo.

Até o momento estudou-se o pensamento dos periféricos, caracterizando-lhe os aspectos básicos de seus trabalhos e concepções. No próximo capítulo serão analisados os schumpeterianos, autores e respectivos trabalhos que identificaram na ação do empresário catarinense a causa básica da industrialização (acumulação catarinense).

48 - A superexploração do trabalho será abordada mais detidamente no capítulo que trata dos schumpeterianos.

49 - Os periféricos destacam ainda como relevante (e expressão da relação centro-periférica com o centro do país), o fato de Santa Catarina, constituir-se num estado desintegrado, com regiões produtivas com pouca inter-relação entre si. Entretanto, nesta dissertação entende-se que tal fato é irrelevante para acumulação de capital em Santa Catarina, antes ao contrário, souberam os capitais regionais, fazer uso de sua influência local, para ampliar seus poderes junto ao aparelho estatal catarinense, bem como, impor uma subjulgação maior à classe trabalhadora catarinense.

Capítulo 2 - Schumpeterianos

Dando continuidade à revisão crítica da economia política catarinense, passa-se a analisar as contribuições de autores(as), que atribuem a correlação entre a economia catarinense à ação empreendedora e inovadora dos empresários. É a partir do desempenho de homens de visão ampla, que vislumbam o futuro, que ousam, que tem iniciativa, enfim, cuja característica básica é o pioneirismo, que o desenvolvimento de Santa Catarina pode ser explicado. Esses são os aspectos fundamentais do desenvolvimento econômico catarinense, para os schumpeterianos.⁵⁰

⁵⁰ - Em SCHUMPETER, Joseph A. Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma Investigação Sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico, 1982., que analisa a economia a partir de ciclos econômicos (longos, médios e curtos), as bases para o início de um novo ciclo, dariam-se a partir das inovações tecnológicas introduzidas por empresários empreendedores. O autor afirma a necessidade da existência de empresários audaciosos, juntamente com suas propostas de inovações tecnológicas, caso contrário a economia não se desenvolveria. "No entanto as inovações no sistema econômico não aparecem, via de regra, de tal maneira que primeiramente as novas necessidades surgem espontaneamente nos consumidores e então o aparato produtivo se modifica sob sua pressão. Não pegamos a presença desse nexos. Entretanto, é o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores são educados por ele, se necessário; são, por assim dizer, ensinados a querer coisas novas, ou coisas que diferem em um aspecto ou outro daquelas que tinham o hábito de usar. Portanto, apesar de ser permissível e até necessário considerar as necessidades dos consumidores como uma força independente e, de fato, fundamental na teoria do fluxo circular, devemos tomar uma atitude diferente quando analisamos a mudança" (Idem, ibidem, p. 48). De acordo com SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia, 1989, as inovações tecnológicas em SCHUMPETER, devem ser entendidas: "...a fabricação de um novo bem; a introdução de um novo método de produção; a abertura de um novo mercado; a conquista de uma nova fonte de matérias-primas; a realização de uma nova organização econômica, tal como o estabelecimento de uma situação de monopólio" (Idem, ibidem, pg. 284), ou para HERING, que afirma: "Na definição schumpeteriana,

No capítulo destinado aos periféricos, observou-se que está presente, além de suas contribuições específicas (relação centro-periferia), a visão schumpeteriana do empresário catarinense. Porém é em CUNHA,⁵¹ HERING,⁵² BOSSLE,⁵³ VIEIRA FILHO,⁵⁴

que se tornou clássica para o conceito de empreendedor, este é o indivíduo que preenche a função de realizar novas combinações no processo produtivo. Essas inovações se resumem na dinâmica que abandona os caminhos habituais, opera com novos produtos, novas técnicas de elaboração, novos procedimentos de venda, novas formas de organização e financiamento e que, com frequência, cria novos setores de produção" (HERING, 1987: 14-15). NAPOLEONI, Cláudio. O Pensamento Econômico do Século XX, Circulo do Livro, São Paulo, 1983, pg. 191, afirma que Schumpeter faz sua análise a partir do "estado estacionário" de Walras, vendo a superação do mesmo a partir da produção. "Segundo Schumpeter, a ruptura desse mundo estacionário e também o início de um processo de desenvolvimento ocorrem precisamente no âmbito da produção, em consequência de eventos que modificam, às vezes profundamente, os velhos sistemas produtivos" (NAPOLEONI, 1983: 42). Essas modificações consistem em: introdução de um novo bem; invenção de um novo método de produção; a abertura de um novo mercado; a conquista de um novo mercado fornecedor de matérias primas; e por último a estruturação de uma nova organização industrial. "Tais modificações são em seu conjunto indicadas pelo termo inovações (G.A.). Schumpeter, além disso, chama ato empresarial (G.A.) à introdução de uma inovação no sistema econômico e empresário (G.A.) ao que executa esse ato. A empresa e o empresário são fatos específicos do desenvolvimento e de todo inexistentes no estado estacionário..." (NAPOLEONI, 1983: 43). Sobre Schumpeter, SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento Econômico, Atlas, São Paulo, 1993. pg. 242, afirma: "O empresário é um líder, um homem de vontade, que ousa, que tem força e se dispõe a assumir riscos...A característica fundamental do empresário é a de liderança (G.A.) e não de propriedade, isto é, de capacidade de previsão (G.A.) e iniciativa (G.A.) e não da posse de capital..." (SOUZA, 1993: 113).

⁵¹ - CUNHA, Idaulo José. Evolução Econômico-Industrial de Santa Catarina, FCC edições, Florianópolis, 1982, pg. 169.

⁵² - HERING, Maria Luiza Renaux. Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento, Editora da FURB, Blumenau, 1987, pg. 328.

⁵³ - BOSSLE, Ondina Pereira. História da Industrialização Catarinense, CNI/FIESC, Florianópolis, 1988, pg. 155.

e TERNES,⁵⁵ que a noção schumpeteriana do desenvolvimento econômico de Santa Catarina adquire uma forma mais acabada e consistente.

Esses autores (as) e obras, todos, sem uma única exceção, atribuem ao empresário catarinense, especialmente aos de origem germânica e italiana, a responsabilidade pelo desenvolvimento econômico do estado. Interpretam os grandes grupos econômicos existentes hoje, em Santa Catarina, a partir da ação empresarial empreendedora e inovadora.

Um dos aspectos presentes, especialmente em CUNHA, HERING e BOSSLE, refere-se à tentativa de ver a industrialização catarinense não relacionada com a economia nacional, isto é, não associada à acumulação cafeeira.⁵⁶ Esses autores examinam a

⁵⁴ - VIEIRA FILHO, Ady. As Raízes da Industrialização: grupos empresariais catarinenses - origem e evolução (1880-1985), edição do autor, Florianópolis, 1986, pg. 203.

⁵⁵ - TERNES, Apolinário. História da WEG: 25 anos, Departamento de Comunicação da WEG S.A., Jaraguá do Sul, 1986, pg. 175; e TERNES, Apolinário. A Estratégia da Confiança, (S. ed.), Joinville, 1988, pg. 296., este autor não será analisado sistematicamente nesta dissertação na medida que, apesar de sua base interpretativa derivar da matriz schumpeteriana, nos trabalhos citados limita-se simplesmente a fazer apologia aos empresários catarinenses, da WEG e da TUPY, sem uma abordagem analítica maior da economia catarinense.

⁵⁶ - A industrialização brasileira é analisada pela maioria dos autores brasileiros, com base na acumulação cafeeira. Segundo essas análises, os excedentes das empresas cafeeiras eram canalizados para os bancos, que emprestavam ao capital industrial emergente e esses investiam na produção industrial. SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil, São Paulo, Alfa-Omega, 1985, 6a. edição, pg. 120, afirma: "Vimos como a indústria nasce das próprias contradições do desenvolvimento capitalista cujo centro é a expansão cafeeira. Mas o nosso estudo não pretende limitar-se a indicar como o desenvolvimento capitalista sob a égide do capital cafeeiro conduz à industrialização, mesmo se tal fato constituiu uma grande dúvida para muitos intelectuais brasileiros, durante muito tempo" (p. 110)...Concretamente, a reprodução do capital cafeeiro e das

formas de subordinação da economia brasileira levam ao nascimento e ao desenvolvimento da indústria..." (SILVA, 1985: 112). CARDOSO, Fernando Henrique. "Condições sociais da industrialização: o caso de São Paulo", in Mudanças sociais na América Latina, 1969, é enfático: "O processo de industrialização em qualquer região supõe, como pré-requisito, a existência de certo grau de desenvolvimento capitalista e, mais especificamente, supõe a preexistência de uma economia mercantil e, correlatamente, implica um grau relativamente desenvolvido da divisão social do trabalho. Este último processo, por sua vez, na medida em que se intensifica em moldes capitalistas, resulta na formação de um mercado especial, o de força de trabalho... Contudo, estes pré-requisitos são criados pela organização capitalista que antecede a produção propriamente industrial. Antes de existir como empresário industrial, o capitalista brasileiro já existia, nesta mesma qualidade de capitalista, como comerciante, como plantador ou como financista, e como tal, capitalista, criava as condições para a implantação do regime capitalista de produção industrial" (CARDOSO, 1969: 188-189). Quanto às bases da industrialização, tem-se ainda: "A economia cafeeira capitalista cria, portanto, as condições básicas ao nascimento do capital industrial e da grande indústria ao: 1) gerar, previamente, uma massa de capital monetário, concentrada nas mãos de determinada classe social, passível de se transformar em capital produtivo industrial; 2) transformar a própria força de trabalho em mercadoria; e finalmente, 3) promover a criação de um mercado interno de proporções consideráveis" in MELLO, João Manuel Cardoso de. Capitalismo Tardio. Editora Brasiliense, São Paulo, 1982, pg. 183, p. 99. Evidenciou-se que os supracitados, vêem a industrialização brasileira vinculada à acumulação cafeeira, ou melhor aos excedentes gerados pela acumulação cafeeira e canalizados para a industrialização. Entretanto, XAVIER capta a industrialização brasileira vinculada diretamente à ação do agente estatal, sem o qual a oligarquia agrária não seria superada, pela industrialização. "Ocorrendo sob o Estado, a industrialização não surge na economia nacional em decorrência de qualquer determinismo histórico próprio do desenvolvimento capitalista. Ao contrário, a industrialização capitalista foi uma especificidade negada no próprio curso natural do desenvolvimento que se apresentou como expansão da produção agrícola. A industrialização capitalista veio a emergir preponderantemente depois de desagregada a economia capitalista dos cafeicultores sob a condução do Estado nacional. Em consequência, sob métodos que, de um lado, suprimiram especificamente o parasitismo da riqueza capitalista, então formada e, de outro, reconstituíram especificamente o parasitismo da riqueza capitalista em formação. Por conseguinte, a industrialização capitalista da economia nacional foi um movimento determinativamente opositivo ao desenvolvimento capitalista específico da economia nacional e só

dinâmica da economia estadual, dissociada, se não totalmente, mas parcialmente da economia nacional. Afirmam que a economia catarinense desenvolveu-se preponderantemente por seus próprios meios, dependendo secundariamente do centro (Sudeste) da economia brasileira.

Com relação ao processo econômico daquele estado, CUNHA observa fatores externos, mas considera pequena a influência da acumulação cafeeira paulista na industrialização catarinense. HERING afirma tal inovação segue uma dinâmica interna própria (endógena), baseada em recursos autogerados, em vista do mercado interno e isolamento regional. Para BOSSLE existem certas peculiaridades regionais, logo é questionável apoiar-se na matriz interpretativa que estabelece a interrelação café-indústria, para explicar a industrialização de Santa Catarina. VIEIRA FILHO considera, apesar da ação pioneira dos empresários a existência de uma relação periférica da economia catarinense para com a nacional.

Entretanto, é sobretudo com relação à periodização da economia catarinense, que se encontram as maiores divergências entre os autores, especialmente entre CUNHA, HERING e BOSSLE.

Neste capítulo será usada a mesma metodologia de análise feita no capítulo dos periféricos, qual seja, descrição dos

se manteve especificamente industrial, enquanto o Estado, sustentando-o, logrou contrapor-se, ao curso parasitário da própria acumulação de capital, historicamente específico. E, no entanto, o Estado só logrou contrapor-se, promovendo contraditoriamente, a formação de capital financeiro no desenvolvimento capitalista especificamente industrial, o próprio parasitismo", in XAVIER, Jurandir Antônio. Capitalismo financeiro no Brasil, Mimeografado, UFPE/Campina Grande, 1989, pg. 372, p.53. Portanto, XAVIER questiona a concepção de que a acumulação cafeeira gestou a industrialização. Para o autor foi o Estado o agente preponderante da industrialização nacional, via incentivos, crédito, compras (superfaturadas), vendas (subfaturadas).

aspectos básicos das respectivas obras, para ao final empreender-se a análise crítica dos mesmos. A crítica aos schumpeterianos, tem como fundamento a exclusão em suas análises, da exploração capitalista existente desde os primórdios da ocupação do estado, bem como da omissão da intervenção estatal, objetivando o enriquecimento privado.

2.1 - Idaulo José CUNHA

Este autor exerce ativo papel como intelectual orgânico das elites catarinenses, ocupando, dentre outros cargos, a direção do BRDE, agência Florianópolis. Pode ser considerado um dos primeiros estudiosos no estado, a analisar a economia catarinense numa perspectiva schumpeteriana; ressaltando sobremaneira o papel pioneiro do imigrante, com o domínio das técnicas produtivas européias e, posteriormente via ação inovadora e empreendedora dos que continuaram na atividade industrial. "Enfatiza-se a base demográfica em decorrência da importância dos agentes econômicos privados no desenvolvimento do estado, especialmente os imigrantes estrangeiros e mais tarde os internos, os quais desempenharam papéis salientes, em cada época em que se subdividiu a evolução econômica estadual" (CUNHA, 1982: 05). Apesar do papel relevante que CUNHA atribui ao imigrante e empresário, SCHUMPETER, não consta na bibliografia básica de seus trabalhos.

O autor analisa, inicialmente, a economia estadual em dois grandes períodos: de 1746 à 1945⁵⁷ e de 1945-1990.⁵⁸

⁵⁷ - CUNHA, Idaulo José. Evolução Econômico-Industrial de Santa Catarina, FCC edições, Florianópolis, 1982, pg. 169.

⁵⁸ - CUNHA, Idaulo José. O Salto da Indústria Catarinense: um exemplo para o Brasil, Paralelo 27, Florianópolis, 1993, pg. 295.

De forma geral, o que CUNHA quer evidenciar são as diferenças entre os aspectos determinantes da industrialização catarinense, em relação à economia brasileira. O país tem a sua industrialização, segundo o autor, baseada na reconversão produtiva dos excedentes cafeeiros. Para Santa Catarina entretanto, o café pouco influência. "Denota-se que a ênfase ao estudo do polo industrial do Centro-Leste, liderado por São Paulo, fez com que frequentemente, se generalizassem para todo o País, aspectos próprios da industrialização daquela área resultando daí uma visão incompleta e imperfeita da industrialização regional, especialmente nas áreas em que o café não desempenhou papel estratégico no desenvolvimento capitalistas" (Idem, ibidem, p. 04). Nesse sentido, CUNHA quer evidenciar as peculiaridades do desenvolvimento catarinense em relação à economia nacional e especialmente desconsiderar o papel que a acumulação cafeeira tem para o processo de industrialização local.

A diferença fundamental da industrialização catarinense, em relação à nacional, sob esse enfoque, refere-se ao papel revolucionário dos imigrantes. "A influência desses imigrantes e de seus descendentes, como elementos motores e mantenedores do processo de desenvolvimento do estado caracterizou-se pela ocupação dos espaços vazios e semi-habitados: introdução de novas culturas; implantação e gestão de empreendimentos industriais; introdução de técnicas administrativas (desde logo adotadas nas Colônias mais avançadas) e monetização da economia" (Idem, ibidem, p. 05). Essas são as características básicas e gerais da base interpretativa que CUNHA utiliza, para explicar a industrialização de Santa Catarina, especificamente no 1o. período, de 1748-1945.

Em sua primeira publicação (Evolução Econômico-Industrial de Santa Catarina) caracteriza inicialmente a periodização da economia catarinense: 1o. - Subsistência 1748-1850; 2o.- Agricultura diversificada e desenvolvimento artesanal 1850-1880; 3o.- Primeira fase do desenvolvimento industrial 1880-1914; 4o. Desenvolvimento da pequena e média empresa 1914-1945.

Em função da perspectiva de aqui se caracterizarem os aspectos do trabalho de CUNHA, que o identificam com a concepção schumpeteriana do desenvolvimento em Santa Catarina, faz-se necessário mencionar que a cada capítulo o autor tece considerações gerais (não analisadas neste trabalho) sobre a situação populacional do estado; acontecimentos nacionais e internacionais que interferem e influenciam Santa Catarina; as situações das exportações estaduais; infra-estrutura; produção industrial; origens dos empresários e a fonte dos recursos.

Para CUNHA, no primeiro período tem-se a "economia de subsistência", de 1748-1850, onde examina a ocupação do território catarinense, que para ele subdivide-se em três subperíodos: 1o. subperíodo - A ocupação de São Francisco (1658), Desterro (1679) e Laguna (1682); 2o. subperíodo - a vinda de imigrantes madeirenses e açorianos entre 1748-1756; 3o. subperíodo - a chegada dos primeiros imigrantes europeus não portugueses, entre 1820-1840. Segundo o autor, essas primeiras tentativas de colonização européia em Santa Catarina fracassam, entre outros motivos, "...pela falta de assistência governamental e especialmente a má gestão das colônias e desinteligências internas" (Idem, ibidem, p. 10). Em 1842 há no estado, 65.280 pessoas, incluídos 12.580 escravos.

A análise sobre os determinantes econômicos do período, são baseadas nas relações do Brasil colônia com Portugal: "Sem margem de dúvida, Santa Catarina foi afetada diretamente, na primeira metade do século XIX, pelo quadro negativo brasileiro

(estancamento das exportações), que lhe condicionou o desenvolvimento, numa fase em que a economia açoriana se encontrava assentada" (Idem, ibidem. p. 17).

Para CUNHA, portanto, nesse período predominava a economia de subsistência, com alguns fluxos de exportação, sendo a farinha de mandioca o produto mais nobre da economia catarinense no período, dada a predominância açoriana naquele litoral. A pesca da baleia também constituiu-se numa atividade econômica significativa, entretanto de poucos retornos, pois "O monopólio da captura, processamento e comércio da atividade, detidos por portugueses e pela Coroa, causava a drenagem das rendas" (Idem, ibidem, p. 35).

Observa ainda, a existência do artesanato açoriano, de pouca expressividade econômica.

O autor afirma que o período para Santa Catarina é de pouca expressividade. Ao estado cabe o papel da segurança regional, atendendo à determinações de Portugal. Por outro lado, "...a única atividade passível de gerar excedentes significativos operou em benefício único dos detentores dos monopólios" (Idem, ibidem, p. 35).

No período da "agricultura diversificada e desenvolvimento artesanal" de 1850-1880, CUNHA estuda os aspectos demográficos, demonstrando um crescimento populacional, intensificado basicamente em função da vinda de imigrantes. Analisa ainda, as organizações econômicas e relações sociais, exibindo onde os imigrantes se estabelecem, ou seja, o Vale do Rio Itajaí (Blumenau) e o Nordeste do estado (Joinville). Além da ocupação, neste item, analisa o domínio do conhecimento técnico por parte dos imigrantes. "Cabe, finalmente, referência ao papel inovador dos administradores das colônias de Dona Francisca (Joinville) e Blumenau em todos os campos de atividades, que, pela constante

renovação. atualização de conhecimentos. fruto do permanente contato com a Europa, proporcionou a introdução de inúmeros melhoramentos e avanços às novas colônias" (Idem, ibidem, p. 44).

A agricultura com base na pequena propriedade, e o artesanato com uso de matéria prima natural e agropecuária são as atividades econômicas principais desse período.

Em nível nacional, o autor constata que a expansão da cafeicultura exportadora, juntamente com o combate à escravatura, são fatores que fazem ocorrer a carência de força de trabalho, levando ao aumento dos salários, razão esta que redundou na ampliação dos mercados consumidores para os excedentes de Santa Catarina.

Nesse período, ressalta CUNHA, há a importância fundamental do vendeiro, pois pelo mesmo passavam praticamente todos os fluxos econômicos da região. Já foi visto também em SILVA e CEAG, na ação dos vendeiros está a base da acumulação para industrialização posterior. "O vendeiro mantinha conta corrente com o colono. Ao mesmo tempo recebia em depósitos o fruto dos seus excedentes, percebendo para tanto uma remuneração. Já os empréstimos fornecidos aos colonos eram fortemente onerados com juros" (Idem, ibidem, p. 74).

Dessa forma, o que o autor constata nesse período é a ocupação efetiva do Vale do Rio Itajaí e Nordeste de Santa Catarina, predominantemente por imigrantes alemães que alteraram substancialmente a realidade catarinense, pois o "...imigrante, em geral, era dotado de habilidades, motivações, cultura e princípios econômicos (dentre os quais o hábito da poupança) evoluídos e adquiridos num país e num continente que em grande parte se achava em profundas transformações econômicas e em plena transição, com rápida expansão industrial e acentuada modernização da agricultura" (Idem, ibidem, p. 76).

O período entre 1880-1914 é denominado por CUNHA de "primeira fase do desenvolvimento industrial", considerando que no período anterior desenvolve-se a indústria artesanal, e neste verifica-se o desenvolvimento da indústria fabril.

Nacionalmente, prossegue o autor, a mudança do centro cafeeiro e industrial do Rio de Janeiro para São Paulo. Diferentemente de Santa Catarina, naqueles centros há capital, mão-de-obra, empresários e crédito disponível, enquanto que em Santa Catarina há carência, especialmente de capital.

Apesar das dificuldades para o desenvolvimento econômico do estado, constata nessa fase algumas transformações significativas, entre elas: energia elétrica, uso do vapor e embora ainda de modo incipiente, mecanismos de crédito, em substituição gradativa aos vendeiros.

Entre os fatores que levam à alteração da lógica da acumulação, de indústrias artesanais para fabris, cita:

- 1o. - surgimento de núcleos urbanos em regiões do estado, especialmente nas regiões de colonização européia;
- 2o. - a geração e apropriação de excedentes, transferidos para as inversões em atividades industriais;
- 3o. - melhorias no sistema de transporte.

Como já observado, ocorre uma urbanização crescente. "A maior concentração da população, o aumento do valor dos excedentes e a crescente especialização da economia, tornaram, de outra parte, exequível a implantação de sistema formal de crédito, embora com muito atraso em relação a outros estados"

(Idem, ibidem, p. 115).

Quanto à industrialização, CUNHA caracteriza dois tipos de empresários, ambos oriundos da imigração. O imigrante artesão (trabalho desenvolvido por conta própria) e o comerciante, sendo que o primeiro representa a base artesanal e o segundo, a fabril (trabalho desenvolvido na indústria).

No período de 1914-1945, denominado por CUNHA como o período de "desenvolvimento da pequena e média indústria", destacam-se as influências para Santa Catarina, da 1a. Grande Guerra Mundial, da depressão de 1929 e da 2a. Grande Guerra.

Nesse período, a imigração alemã, embora reduzida numericamente, tem uma importância maior em seus aspectos qualitativos, pois para o estado vêm técnicos e empreendedores. "...significativo número das atuais empresas de ponta do Vale do Itajaí e de Joinville foram fundadas por imigrantes ingressos nessa época. Nesse, ocorreu, além dos três grandes fenômenos bélicos e econômicos mundiais, a hiperinflação na Alemanha, que desorganizou o sistema econômico desse país e influenciou a vinda dos técnicos e empresários aludidos" (Idem, ibidem, p. 122).

Em nível de alterações populacionais, observa o autor, nesse período, a afluência de imigrantes do Rio Grande do Sul que ocupam especialmente o Oeste e Meio Oeste de Santa Catarina. CUNHA considera também essa imigração extremamente positiva, devido à proximidade entre origem e destino, semelhança das terras e experiência agrícola dos colonos.

Em nível nacional, tem-se ainda no período, o predomínio de uma economia cafeeira exportadora, setor onde todos os esforços são dispendidos. Para Santa Catarina o fator mais importante é o surgimento e desenvolvimento do mercado interno (nacional) que, com as crises externas, constitui-se em mercado para os

excedentes catarinenses. A seguir, identifica o referido autor, os períodos críticos e suas consequências para Santa Catarina:

A) 1a. Grande Guerra Mundial:

- uso da capacidade produtiva, constituída anteriormente;
- ampliação das exportações catarinenses;
- aumento da exportações de madeiras, devido à impossibilidade das importações;
- apoio à exploração do carvão mineral.

B) Crise de 1929

- regressão econômica, até 1933;
- surgimento de novos produtos industriais;
- vinda de imigrantes com excelentes qualificações técnicas;
- aumento considerável da venda de madeiras;
- decadência da economia da erva-mate, dada a influência da crise na Argentina.

C) 2a. Grande Guerra Mundial

- carência de matéria-primas, combustíveis, máquinas e equipamentos e meios de transporte;
- a substituição de importações ganhou força com a crise;
- o carvão e a madeira obtém forte apoio, objetivando aumentar suas ofertas.

Quanto à crise de 1929, são mínimas as desvantagens para Santa Catarina; afirma o autor: "...a economia catarinense não se encontrava tão voltada para mercado internacional, como as dos principais estados brasileiros na época. mas, sim, sobressaiam os produtos para o mercado interno..." (Idem, ibidem, p. 129). CUNHA observa ainda que, para o estado nos anos anteriores próximos a

2a. Guerra, ocorrem consideráveis aumentos nas importações, especialmente de bens de capital.

As indústrias, têxtil, madeireira e alimentar, bem como a do carvão, são os destaques nesse período, dada exatamente a vinculação com as necessidades do mercado nacional, este num momento de dificuldades de importar por razões já expressas. Também destacam-se, a indústria mecânica e metalúrgica que têm as suas atividades desenvolvidas no período. "Em Santa Catarina, nessa importante fase do desenvolvimento industrial, o empresário imigrante europeu e seus descendentes constituíram-se em agentes básicos do processo de industrialização. Trilharam o longo percurso da evolução industrial, desde os estágios do artesanato e da pequena empresa, até os estratos manufatureiros" (Idem, ibidem, p. 158). O autor reafirma, portanto, que Santa Catarina só ocupa os mercados que emergem com as crises, até aquele momento, porque os imigrantes-empresários que para cá vêm possuem o domínio de técnicas produtivas e constituem-se em empreendedores.

Destaca-se que CUNHA capta o surgimento e evolução da industrialização catarinense a partir do autofinanciamento, isto é, da reconversão produtiva dos lucros, mesmo porque até a segunda década deste século inexistem no estado instituições financeiras.

Assim, CUNHA sustenta sua análise quanto à industrialização catarinense, através do papel do empresário schumpeteriano, isto é, empreendedor e inovador, características dos imigrantes que chegam à Santa Catarina.

Não identifica o processo de industrialização catarinense associado a relação café/indústria, tal como fazem a maioria das interpretações sobre a industrialização brasileira. Capta influências externas que fazem com que a produção catarinense

amplie seus mercados. Nesse sentido, CUNHA identifica a industrialização catarinense com base no auto-financiamento dos empresários.

O autor caracteriza também, quatro períodos para economia catarinense, quais sejam: economia de subsistência (1748-1850); agricultura diversificada e desenvolvimento artesanal (1850-1880); primeira fase do desenvolvimento industrial (1880-1914); e, desenvolvimento da pequena e média indústria (1914-1945).

Em sua segunda obra,⁵⁹ lançada uma década depois da edição do trabalho analisado, CUNHA retoma a análise do desenvolvimento econômico de Santa Catarina, a partir de 1945 até 1990, bem como escreve um capítulo versando sobre as tendências dos anos 90.

O autor em estudo, em seu mais recente livro prossegue atribuindo ao empresário empreendedor e inovador a responsabilidade pelo desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, sendo este considerado um modelo a ser seguido pelo Brasil. "Ante a crise por que passa o Brasil, sem que se vislumbrem novos caminhos para o retorno a uma fase de desenvolvimento autosustentado, impõe-se o exame apurado da bem sucedida experiência catarinense de industrialização e o aproveitamento das lições que dela se pode extrair para ajudar na formulação das novas políticas industriais para o país" (CUNHA, 1993: 18).

Neste segundo grande período (1945-1990), CUNHA divide a economia catarinense, em três distintas fases: 1a. - 1945-1963 - Diversificação industrial e substituição das importações de bens de consumo duráveis; 2a. - 1963-1980 - Retomada do

⁵⁹ - CUNHA, Idaulo José. O Salto da Indústria Catarinense: um exemplo para o Brasil, Florianópolis, Paralelo 27, 1993, pg. 195.

desenvolvimento e grande impulso da industrialização: 3a. - 1980-1990 - Declínio da atividade econômica e ajustamento à crise.

A cada período de análise, CUNHA procede um estudo geral sobre o mesmo, bem como detalha aspectos específicos, tais como: demográficos; condicionantes nacionais e estaduais; oferta de emprego; pessoal ocupado: Santa Catarina na indústria nacional; investimentos; produtividade da mão-de-obra e outros.

No primeiro período - de 1945-1963 - "Diversificação industrial e substituição das importações de bens de consumo duráveis", contextualiza o desenvolvimento de Santa Catarina, no âmbito das mudanças do pós-guerra, especialmente a partir da crescente ampliação e consolidação do mercado nacional.

Destaca em Santa Catarina, o crescente fluxo de colonizadores que vêm do Rio Grande do Sul para o Oeste e Meio-Oeste do estado, bem como a urbanização. "O fenômeno demográfico após 1950 foi o da urbanização... Em 1940, 21,5% da população vivia nas cidades ou áreas urbanas; em 1950, 23,2%; e somente em 1960 é que se constatou uma apreciável elevação do índice de urbanização (32,3%)" (Idem. ibidem, p. 30). Menciona ainda, que o processo de urbanização ocorre em Santa Catarina, não concentrado, sem centralidade, isto é, algumas cidades distribuídas pelo estado, coordenam o processo de urbanização.

Prossegue CUNHA afirmando que nesse período o Brasil vive um processo de intensa industrialização, destacando como instrumentos de tal processo, o Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transportes e Energia) de 1950-1954 e o Plano de Metas, 1955-1960. O autor faz menção, tentando diferenciar a industrialização nacional da catarinense, aos incentivos aos empresários nacionais: "Os estímulos oferecidos aos empresários eram substanciais: garantias a créditos estrangeiros mediante avais públicos, em condições favoráveis; concessão de financiamentos

nacionais com largos prazos e com juros negativos; além da reserva de mercado, pela manipulação das tarifas aduaneiras e controle das operações de câmbio" (Idem, ibidem, p.37).

Com relação a industrialização de Santa Catarina, CUNHA observa que no período em análise, identificam-se carências para a sua intensificação e ampliação: energia elétrica, transporte e crédito. Para o autor, tais deficiências são tão evidentes, que os planos de governo estaduais (POE e PLAMEG I), tem como proposta básica, a superação de tais estrangulamentos.

Tal como já expresso em seu livro anterior, CUNHA destaca a situação periférica do estado, em relação ao centro do país. "O desempenho da indústria catarinense pode ser classificado como satisfatório, ou mesmo bom, na medida que se confrontam seus indicadores com os registrados pela maioria dos estados periféricos e não somente com a média nacional..." (Idem, ibidem, p. 42-3). Acentua CUNHA que, apesar da situação periférica de Santa Catarina, no período em análise houve ali um significativo crescimento industrial.

A indústria de Santa Catarina concentra-se predominantemente nos ramos tradicionais, com uso intensivo de mão-de-obra. "O exame sob a ótica quantitativa conduz à conclusão irretorquível de que o desenvolvimento industrial de 1945 a 1963 esteve ligado ao comportamento dos gêneros da madeira, têxtil e alimentar" (Idem, ibidem, p. 48). Os ramos supracitados, englobam entre 75% a 80% da mão-de-obra industrial do estado.

Destaca-se que CUNHA, reconhece a concorrência da indústria estadual com a paulista, como uma relação predatória. "Ressalta-se que não menos importante é a constatação de que o estado conseguiu ampliar seu parque produtivo, apesar da forte e destrutiva concorrência da indústria paulista, beneficiada por precondições naturais e pela indisfarçável política de

centralização do desenvolvimento neste estado, que resultou num penoso processo de sucateamento de boa parte da indústria das regiões periféricas do País" (Idem, *ibidem*, p. 54). Apesar da situação descrita, destaca a grande capacidade de competitividade da indústria catarinense, com base nas vantagens comparativas.⁶⁰

Atenta ainda CUNHA, que há uma distribuição industrial equilibrada entre os portes das empresas, com participação relativamente equitativa entre pequenas, médias e grandes empresas. "Duas constatações se impõem: a primeira, de que no universo do setor secundário os estabelecimentos de pequeno porte salientavam-se e cumpriam inequívoca função social, como a de geração de emprego, renda e de atender demandas localizadas; e a segunda, de que existia um outro subsetor industrial, mais avançado, tipicamente fabril e capitalista, que prenunciava as bases de um novo estágio do capitalismo industrial catarinense" (Idem, *ibidem*, p. 77).

Ao concluir a análise desse primeiro período, CUNHA volta a afirmar que a base da acumulação de capital em Santa Catarina deve-se à pioneira iniciativa empresarial da burguesia catarinense. "Santa Catarina obteve êxito na industrialização, explorando vantagens comparativas em ramos de indústrias tradicionais, apesar do menor ritmo de expansão desses mercados, aproveitando a disponibilidade de recursos naturais (madeira e carvão), a experiência e conhecimentos acumulados e a inquestionável capacidade empreendedora (indústria têxtil) e a geração de excedentes agrícolas (caso das agroindústrias)... Santa Catarina demonstrou inegável capacidade de inserção na moderna

⁶⁰ - Teoria desenvolvida por David Ricardo, que afirma existir vantagens comparativas na produção de determinadas mercadorias em relação a outras. Em outras palavras, dadas certas condições de produção, seria vantajoso a certos países, ou mesmo regiões, especializarem-se na produção de certas mercadorias, que os mesmos produzissem em melhores condições (localização, matérias-primas, mão-de-obra).

industrialização brasileira, com recursos financeiros e empresariais próprios" (Idem, ibidem, p. 83).

O segundo período analisado por CUNHA, 1963-1980 - "Retomada do desenvolvimento e grande impulso da industrialização". evidencia para o mesmo, a arrancada definitiva de Santa Catarina na consolidação da sua industrialização.

Tal desenvolvimento é evidenciado pela crescente urbanização. "O processo de urbanização ganhou novo ímpeto: evoluiu de 32,3% em 1960 para quase 50% em 1975" (Idem, ibidem, p. 85). Entretanto, tal como já se identifica no período anterior em Santa Catarina, a evolução urbana ocorre de forma desconcentrada, isto é, há uma dispersão populacional.

Em nível nacional, o autor define o início dos anos 60 como o término de um ciclo de desenvolvimento (substituição das importações), emergindo profunda crise política e econômica. "Na verdade, houve crise no modelo de acumulação, baseado na industrialização com investimentos externos e voltado ao atendimento da demanda interna" (Idem, ibidem, p. 93). A crise econômica segundo CUNHA, estende-se até 1967, quando é iniciado um período de grande crescimento neste setor.

O autor constata ainda, quanto a economia nacional, que entre 1967 e 1973, ocorre um intenso desenvolvimento econômico, enquanto que entre 1973 e 1980 evidencia-se um crescimento do PIB, em níveis menores que na fase anterior. Os incentivos governamentais cumprem importante papel, especialmente o crédito.

Para o autor, Santa Catarina teve nesses anos grande capacidade de resposta ao desenvolvimento, apesar de suas precariedades nos setores como de malha rodoviária e telecomunicações particular a partir de início dos anos 60. Na

melhoria das condições infra-estruturais. os investimentos federais têm grande importância.

Entretanto, a superação dos entraves a economia catarinense, se evidencia especialmente a partir de meados dos anos 70. "A integração de Santa Catarina só ocorreu a partir da metade dos anos 70 quando o estado passou a dispor de uma rede de transportes e comunicações mais compatível com suas necessidades" (Idem, ibidem, p. 98).

CUNHA destaca quanto aos instrumentos institucionais, o papel desempenhado pelo crédito (BRDE, BADESC, BB), no desenvolvimento de Santa Catarina. "A criação de fontes de recursos institucionais permitiu a viabilização de grande número de investimentos, que normalmente não teriam sido implantados com os antigos mecanismos de financiamento..." (Idem, ibidem, p. 99).

Capta o autor, que a partir de 1967 a industrialização catarinense cresce de forma exagerada, sendo que o estado tira melhor proveito dos estímulos ao desenvolvimento, em relação ao Brasil ou mesmo a outros estados da federação. "O que impressiona é que, em duas décadas, o setor industrial dobrou sua presença na economia estadual, enquanto o setor primário perdeu quase 30 pontos percentuais. Foi, sem dúvida, uma fase de grandes mudanças no sistema produtivo catarinense, sob a ótica setorial, procedidas com uma velocidade, muito elevada" (Idem, ibidem, p. 102).

Os setores industriais que mais se desenvolvem no período, são: o metal-mecânica e plásticos, caracterizando um significativo crescimento dos setores dinâmicos da economia. Entretanto, destaca CUNHA, que ainda há o predomínio dos setores tradicionais. "Em 1970, embora permanecesse elevada a participação das indústrias tradicionais no Valor de Transformação Industrial, registrou-se queda em relação a 1959 -

de 74.9% para 64.2%. caracterizando-se pois o subperíodo como de intensa transformação estrutural" (Idem. ibidem. p. 106). Ocorre, então um intenso período de crescimento industrial, apesar do predomínio do setor tradicional.

Com tal lógica de crescimento, observa-se a continuidade de uma indústria intensiva em mão-de-obra, apesar do aumento da produtividade na indústria do estado ser maior que a média nacional. "O aumento na eficiência da indústria catarinense se deu, indistintamente, nos categorias tradicionais e dinâmicas, com maiores ganhos nas de material de transportes, vestuário e calçados, do mobiliário, matérias plásticas, químicas, mecânica, minerais não-metálicos e produtos alimentares" (Idem, ibidem. p. 115).

Quanto a distribuição espacial da indústria, verifica-se que em Santa Catarina um equilíbrio, sendo que a mesma se faz entre as regiões Sul, Norte, Planalto, Litoral, Vale do Rio Itajaí e Oeste, através dos múltiplos ramos de atividade e volume de emprego.

Constata CUNHA que há uma alteração no papel das pequenas, médias e grandes empresas, em relação ao período anterior. Até os anos 70, verifica-se uma significativa participação (43,2% dos empregos e 33,8% do Valor da Transformação Industrial-VTI), das pequenas empresas, sendo que na década de 70, verifica-se a redução (1980= 35,3% dos empregos e 20,8% do VTI), da participação das mesmas. "As médias e grandes unidades produtivas responderam, pois, por 64,7% do pessoal ocupado e 79,2% do VTI, em 1980, contra 56,8% e 66,2% em 1970" (Idem. ibidem. p. 141). Tal alteração, de acordo com CUNHA, acaba por levar a ruptura do "modelo catarinense de desenvolvimento", baseado na produção de pequenas empresas. "Rompeu-se, em decorrência, o equilíbrio entre as pequenas, médias e grandes empresas, uma das características do chamado modelo de desenvolvimento (G.A.) de Santa Catarina..."

(Idem, ibidem, p. 147). Emergem desta forma, de acordo com o autor, as grandes empresas, base dos poderosos grupos econômicos que se consolidam nos anos 80.

Com relação as bases das alterações supracitadas, CUNHA, afirma: "O processo de concentração ocorreu por duas vias. A primeira, pela aquisição de estabelecimentos já existentes, do mesmo ramo ou complexo industrial. Ilustram bem este fenômeno as indústrias têxteis-confecções e, sobretudo, as agroindústrias. E a segunda, mediante a implantação de novos projetos e empresas, buscando a integração vertical, ou da cadeia produtiva, daí surgiram novas fiações e plantas de confecções no ramo têxtil" (Idem, ibidem, p. 158).

Entre 1970 e 1980, observa-se segundo o autor, a significativa ampliação dos mercados externos para Santa Catarina, onde empresas do estado, crescentemente passam a atender às demandas externas. Tal alteração expressa-se pelo virtual aumento das exportações catarinenses em relação a nacional, que em 1973 era de 1,8%, passando para 4,3% em 1980.

Finalmente, ao referir-se a avaliação do desempenho da economia catarinense no período, mais uma vez o autor vai destacar o preponderante papel do empresário catarinense em tal processo. "Dentre os fatores que explicam o maior dinamismo da indústria catarinense salientavam-se a experiência industrial, a qualidade da mão-de-obra e, sem dúvida, a inquestionável capacidade empresarial. O que se costuma classificar de cultura industrial jogou destacada influência nas áreas de colonização alemã" (Idem, ibidem, p. 173). CUNHA considera ainda, que a formação dos grandes grupos privados do estado, tem como principal base os reinvestimentos. "A formação de grandes grupos empresariais estaduais, que direcionavam os recursos gerados nos seus negócios primordialmente ao reinvestimento no próprio setor, também contribuiu muito para a viabilização do notável desempenho

do setor industrial catarinense" (Idem, ibidem, p. 174).

Dando continuidade a sua análise, CUNHA em "Declínio da atividade econômica e ajustamento à crise", 1980-1990, caracteriza os aspectos gerais da economia catarinense nos anos 80, respeitando a mesma base de análise desenvolvida nos períodos anteriores.

Ao estudar a situação demográfica, entre 1980 e 1990, constata o autor um baixo crescimento. Verifica também, uma taxa crescente de urbanização, onde aproximadamente 71% da população estadual vivem em centros urbanos. Quanto a urbanização, depreende-se ainda que em 1990, os 10 grandes municípios do estado, concentram 33,7% da população estadual. "Santa Catarina continua apresentando uma estruturação urbana peculiar, pois não se constata o fenômeno de polarização, como ocorre na maioria dos estados brasileiros, e sim o de centralidade, o que existem são capitais (G.A.) regionais, com áreas de influência limitada" (Idem, ibidem, p. 178-9).

No contexto nacional, segundo o autor, os anos 80, caracterizam pela crise geral da economia brasileira, com grandes desequilíbrios internos (inflação, déficit, dívida pública). A busca da superação dos desequilíbrios, se dá com os planos de estabilização, pela ordem, Cruzado, Bresser, Verão e Collor.

No quadro geral da crise nacional, a economia catarinense, segundo CUNHA, não enfrenta grandes problemas infra-estruturais, apesar da desativação do PROCAPE. "Contudo, a oferta de financiamento a longo prazo não foi impeditiva da execução de programas de investimentos do setor privado" (Idem, ibidem, p. 186).

Portanto, apesar da quase estagnação da economia nacional nos anos 80, o autor observa o bom desempenho da economia

catarinense. "Note-se que a Região Sul e principalmente Santa Catarina exibiram indicadores de crescimento superiores a média brasileira. O estado obteve taxa de 6.7% a.a. entre 1981 - 1984, o que lhe proporcionou uma expansão de 0.9 pontos percentuais na formação do PIB brasileiro, ou seja um incremento de 30% em tão somente quatro anos" (Idem. ibidem, p. 186).

Portanto, a economia catarinense nos períodos de regressão da economia nacional, decresce menos e nos períodos de ascensão, alcança níveis de crescimento maiores que a média nacional.

Setorialmente, CUNHA assinala o avanço da indústria alimentar, têxtil-vestuário, cerâmica e mecânica. As tradicionais não acompanham o ritmo de desenvolvimento. "Em suma, a indústria mecânica, conjuntamente com a de material elétrico e de comunicações e a metalúrgica, contribuíram com quase 2/3 da composição da taxa de crescimento setorial" (Idem. ibidem, p. 193).

Regionalmente observa-se a redução da importância econômica da região de Blumenau (Vale do Rio Itajaí Açu), contraposta ao aumento na região de Joinville e Jaraquá do Sul.

Entretanto, apesar do desempenho da economia catarinense, nos anos 80 apresentar-se melhor que a média nacional, segundo CUNHA, "...é inquestionável que a indústria catarinense revelou, na década passada, o pior desempenho da história da industrialização do estado...Esse período foi extremamente instável, apresentando três comportamentos diferenciados: - entre 1981-1989, com supremacia dos gêneros ditos dinâmicos; - de 1980-1985, sob a liderança da indústria alimentar e - de 1990-1991, com acentuado recuo das indústrias dinâmicas" (Idem. ibidem, p. 201). Nesse sentido, observa-se a queda no nível de emprego, e o aumento da economia informal.

Dada a crise no âmbito dos investimentos, verifica-se

segundo o autor, a redução nos investimentos e na modernização dos ramos alimentar, complexo têxtil-vestuário e madeireiro. Enquanto que as empresas do setor dinâmico (material elétrico, comunicação e transporte), ampliam seus investimentos.

As exportações catarinenses sofrem influências, dados os fatores conjunturais internacionais, entre eles o choque do petróleo. Nesse sentido, nos anos 80 as exportações locais reduzem-se a 4% das exportações total do Brasil. Entretanto, afirma CUNHA: "Saliente-se, na análise da política de exportações, as destacadas vantagens oferecidas aos empresários nos últimos 20 anos. Contudo, é também inegável a competência da economia industrial catarinense de absorver os estímulos oferecidos à exportação. Chegou-se a implantar unidades industriais com a finalidade principal de atendimento da demanda externa" (Idem, ibidem, p. 219-20).

Ainda quanto às exportações, o autor observa uma crescente diversificação evidenciando o esforço de Santa Catarina, que busca o mercado externo.

Na avaliação final, quanto ao período em análise, CUNHA menciona a existência, em Santa Catarina, dada a crise dos anos 80 e a conseqüente queda de emprego, de bolsões de pobreza, antes não verificado. Chega o autor inclusive a mencionar a possibilidade da existência de "...duas Santa Catarinas, uma industrial, moderna e mais desenvolvida representada por poucas microrregiões e municípios e outra formada por áreas com economias deprimidas, que gradualmente se distancia da produtividade e do ritmo de modernização do sistema econômico estadual" (Idem, ibidem, p. 225). Outro aspecto que destaca, refere-se a existência e consolidação dos grandes grupos empresariais, fenômeno típico nos anos 80.

Tal como nos períodos anteriores o autor retoma a sua base

interpretativa-explicativa, qual seja, a eficiência empresarial. Para analisar as razões dos comportamentos da economia catarinense. "A crescente participação do mercado internacional na estimulação da economia catarinense não se deve a disponibilidade de recursos naturais abundantes, mas, primordialmente à capacidade do parque produtivo assimilar os estímulos decorrentes de um ciclo de acentuado crescimento do mercado internacional e de incentivos internos à exportação" (Idem, ibidem, p. 226).

Finalmente, na última parte de seu livro, "O novo modelo industrial e as perspectivas da indústria catarinense", CUNHA constata a significativa alteração na estruturação econômica de Santa Catarina, a partir da emergência dos grandes grupos econômicos. A preponderância de tais grupos, altera a base da acumulação de capital, existente até aquele momento, o que para o autor significa o "rompimento do equilíbrio", que para ele é perceptível até então. "Em síntese, assinala-se que houve o rompimento do sub-modelo catarinense em face: a) da prevalência das grandes empresas e grupos empresariais e dos médios estabelecimentos (empresas), em detrimento das unidades de pequeno porte; b) concentração territorial da indústria, não obstante o fortalecimento dos eixos industriais do Sul (até 1980) e do Oeste; e c) o predomínio das cidades de maior porte" (Idem, ibidem, p. 230).

Segundo CUNHA portanto, os anos 70 são os mais importantes no que diz respeito ao crescimento econômico, onde Santa Catarina, tem o maior impulso desenvolvimentista de sua história. Já nos anos 80, observa-se durante a década um aumento de somente 30% da produção, entre 1980-1990. Finalmente, nos anos 90, há a consolidação dos grandes grupos econômico.

A expansão dos grupos é muito significativa, atingindo inclusive outros estados e mesmo outros países. "Quanto à

dispersão das empresas e fábricas no território brasileiro, a liderança cabe ao grupo Sadia, que, hoje, possui a maior parte do seu parque produtivo fora de Santa Catarina, embora a Sadia Concórdia ainda sobrepuje, em todos os indicadores, as demais empresas" (Idem, ibidem, p. 242). A ocupação tanto do mercado nacional, quanto do internacional, dá-se segundo o autor em virtude da competitividade da indústria catarinense. "Muitos desses grupos ultrapassaram as fronteiras de empresas tipicamente catarinenses, situando-se como grandes grupos nacionais com sede e origem em Santa Catarina, na medida em que assumiram o papel de empresas líderes na oferta nacional. Salienta-se que alguns estão adquirindo status (G.A.) de multinacional" (Idem, ibidem, p. 247). Constatase, assim a estupenda expansão das inicialmente empresas e posteriormente grupos, estando hoje entre as primeiras empresas nos respectivos setores de atuação.

A expansão das empresas catarinenses pelo mundo é muito significativa, tendo entre outras: Hering no Europa; Hansen no Paraguai; Weg e Tupy nos E.U.A; Cerâmica Oxford na Irlanda do Sul; Ceval, Haco e Fábrica de Bordados Blumenau em Portugal; Embraco no México e Europa.

Afirma CUNHA, que a economia catarinense é periférica e que consegue chegar a industrialização. "Santa Catarina foi um exemplo marcante de bem sucedida experiência industrial periférica..." (Idem, ibidem, p. 251).

Entretanto, é no tópico "explicações para o sucesso da industrialização de Santa Catarina" que CUNHA expressa enfaticamente sua vocação schumpeteriana, apontando o empresariado catarinense como a grande razão da industrialização, entre outras por: "...perfil do empresário local que reinvestiu seus lucros e se capacitou para vencer os desafios...a inequívoca e invulgar capacidade empresarial...espírito de iniciativa...assumir riscos...a existência e desenvolvimento de

cultura que valoriza o trabalho industrial...frequente atualização tecnológica e técnica...percepção de oportunidades para exportar...a concentração empresarial (criação de verdadeiros conglomerados industriais) como fator determinante da redinamização da indústria em virtude dos ganhos de escala...a influência das universidades, dos estabelecimentos de ensino superior e das escolas técnicas na formação de profissionais..." (Idem, ibidem, p. 252-53).

CUNHA destaca vários aspectos, entretanto, reforça que a maior razão da industrialização de Santa Catarina, é a impetuosidade do empresariado catarinense. Substima o papel da intervenção do Estado em tal processo. "Assinala-se que os incentivos à industrialização, notadamente os financiamentos com taxas de juros negativas, eram disponíveis em todo o território nacional e, embora fossem um importante mecanismo de fomento à industrialização, não justificariam os diferenciais de ritmos de crescimento das regiões e estados brasileiros" (Idem, ibidem, p. 254). Desconsidera, o fundamental papel do Estado na acumulação de capital em Santa Catarina, pois para ele, neste estado se houve auxílio estatal, também ocorreu em outros, tão logo, as peculiaridades econômicas de Santa Catarina, não se explicam pela ação de tal agente, mas sim pela visão empreendedora do empresário catarinense.

Entretanto, reconhece pelo menos de passagem, que a força de trabalho em Santa Catarina recebe uma remuneração abaixo do valor necessário para a reprodução da vida. "É imperativo examinar os impactos da nova revolução tecnológica na manutenção das atuais vantagens comparativas detidas pelo Brasil e Santa Catarina, em função do menor custo da mão-de-obra e da abundância de matérias-primas" (Idem, ibidem, p. 256).

Após versar sobre os múltiplos aspectos da realidade

econômica catarinense. CUNHA dedica duas páginas de seu extenso livro, para versar sobre as "contradições e ineficiências do desenvolvimento catarinense", onde afirma: "O inequívoco sucesso da economia catarinense, nos últimos 45 anos, apresentou, em contrapartida, resultados negativos, ou seja, custos sociais e ecológicos..." (Idem. ibidem, p. 276). Entretanto, ao tentar explicar as razões dos problemas sociais em Santa Catarina, CUNHA não os atribui ao "modelo catarinense de desenvolvimento" mas sim, remete-os, à economia nacional. "Vê-se, pois, que a política econômica nacional traz em seu bojo um viés concentracionista, o qual reproduz, com maior ou menor intensidade, em todas as regiões do País, e nem estados, como o de Santa Catarina, tido como exemplar para o Brasil, conseguem rompê-lo" (Idem. ibidem, p. 277).

Ao finalizar sua análise, CUNHA define algumas perspectivas para Santa Catarina, onde a expansão de sua economia, após ter alcançado o mercado nacional e internacional, deve buscar a consolidação no mercado mundial. "Santa Catarina tem em seus horizontes três novas fontes de estímulos: a ressaltada desconcentração da indústria paulista; a mundialização e, no bojo desse fenômeno, a integração com os países do Cone Sul" (Idem. ibidem, p. 284).

São essas as considerações de CUNHA, quanto a evolução econômica de Santa Catarina, com ênfase na ação empreendedora do empresário catarinense. Passa-se a analisar agora, também sob a ótica schumpeteriana, as considerações de HERING sobre a economia catarinense.

2.2 - Maria Luiza Renaux HERING

O livro de HERING⁶¹, tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, constitui-se, dentre as contribuições schumpeterianas, a de maior fôlego em defesa da iniciativa empresarial inovadora e empreendedora, e coloca em oposição a interpretação dos periféricos, ou da noção de que a industrialização catarinense é um simples reflexo do mesmo processo, iniciado em São Paulo.

Atente-se que o livro é prefaciado por Ingo Hering, principal executivo do Grupo Hering que, de imediato, afirma que o desenvolvimento de Santa Catarina tem uma dinâmica interna própria, dizendo ainda: "Sem veleidades de sociólogo, mas como velho e portanto amadurecido expectador do nosso ambiente, acho mesmo que está em tempo de julgar os fatos históricos e sociais com mais naturalidade, sem aplicar-lhes termos préconcebidos e préfabricados como dependente, periférico (G.A.), e semelhantes e as relações dos homens entre si como dominantes e dominado-explorado (G.A.) que, no fundo, atentam contra o livre arbitrio do homem" (HERING, 1987: 07). Verifica-se que Ingo Hering desfere suas baterias contra quaisquer interpretações que não coloquem os empresários no centro da análise, como os únicos e exclusivos responsáveis pela geração de riquezas em Santa Catarina. Tenta ainda descaracterizar interpretações que identifiquem conflito entre as classes sociais.

Em seu trabalho a autora parte do pressuposto que a industrialização catarinense desenvolve-se a partir de um potencial próprio, ou seja, determinações endógenas. "Nosso ponto

⁶¹ - HERING, Maria Luiza Renaux. Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento, Editora da FURB, 1987, pg. 328.

de partida é a hipótese de que o desenvolvimento da economia do Vale do Itajaí obedeceu a dinâmica interna própria. O crescimento gradativo da indústria, a partir de recursos autogerados e mercado interno, teve por base o isolamento regional" (idem, ibidem, p. 11).

HERING manifesta clara discordância em relação aos periféricos (CEAG e SILVA), afirmando que o estado não manteve uma relação periférica com outros estados, nem nos primeiros períodos de ocupação e colonização locais. Ocorre, de acordo com HERING, o isolamento do Vale do Itajaí, que lentamente é rompido com a integração da região à economia nacional. "Essa integração não se fará, contudo, como dependência periférica, mas a partir de uma indústria têxtil formada na mesma época que sua congênere do centro, a indústria de São Paulo na década de 1880-1890. A produção têxtil catarinense despontou como concorrente no mercado nacional ao nele identificar, a partir de 1920, o alvo principal de sua atividade produtora" (idem, ibidem, p. 13).

Reafirmando sua base interpretativa schumpeteriana, HERING diz que os investimentos da indústria têxtil realizam-se com recursos próprios, independentes do governo, sem subsídios e favores governamentais. "A falta de condições básicas para o início da industrialização, refletida na precariedade de capital disponível - devida a estrutura da exploração econômica local e a ausência de matéria-prima e energia abundante - destaca, como elemento explicativo, o recurso humano. Por isso, a relevância do tipo de mão-de-obra e do tipo de empreendedor como agentes da transformação econômica no Vale do Itajaí" (idem, ibidem, p. 14). Eliminadas todas as outras possibilidades de influência na industrialização, HERING incorpora a base schumpeteriana, vendo nos imigrantes a única e básica razão do desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

Na defesa de sua posição proselitista ao empresariado

estadual, especialmente os do Vale do Itajaí, a autora desautoriza economistas, historiadores e sociólogos: "A história de uma empresa é envolvida por preconceitos, tanto da parte dos economistas, a quem interessam tão-somente os aspectos formais da microeconomia, quanto dos historiadores, que temem assumir o papel de apologistas de empreendedores bem-sucedidos. Mais grave talvez seja a acusação de certos sociólogos, para quem a história empresarial resume-se à atuação do empreendedor, não apenas vista como secundária, mas revestindo-se de conotação negativa nas conquistas econômicas da sociedade" (Idem, ibidem, p. 15). Nota-se, portanto, que HERING não poupa críticas as interpretações que não façam a defesa do empresariado ou mesmo questionem a ação empresarial, como a única responsável pelo desenvolvimento econômico do estado, e por isso discordem de seu trabalho.

Os períodos que determinam a evolução da economia catarinense para HERING, são: 1o.- 1820-1880 - Antecedentes da industrialização; 2o.- 1880-1914 - Nascimento da indústria catarinense; e 3o.- 1914-1945 - Expansão das empresas têxteis tradicionais do Vale do Itajaí. Vê-se assim que sua periodização, embora com designações diferente da realizada por CUNHA, mantém os elementos básicos dos períodos.

Tal como feito em CUNHA, a análise da contribuição de HERING não se concentrará nas experiências ilustrativas de seu trabalho, mesmo porque o predomínio da descrição histórica, da constituição e evolução das empresas Hering e Renaux, foge ao propósito deste trabalho.

No primeiro período analisado por HERING, 1820-1880 - "antecedentes da industrialização" ou "fundamentos sócio-econômicos do desenvolvimento catarinense", a autora observa inicialmente a povoação catarinense ou os "núcleos de povoamento no século XVII": num segundo momento caracteriza a "colonização com base na pequena propriedade"; e, por último, nesta grande

fase, o "apogeu do comércio e a transição para a fase industrial".

Nesse primeiro período, ao analisar desde a ocupação até os primórdios da industrialização, a autora constantemente enaltece o papel pioneiro dos imigrantes que se estabeleceram em Santa Catarina, e buscam a superação das dificuldades econômicas através de grande esforço e criatividade.

O cooperativismo segundo HERING, foi uma das formas encontradas pelos imigrantes para superar as barreiras inerentes a ocupação de uma terra desconhecida e permeada por dificuldades quase que insuperáveis. A lógica cooperativista manifesta-se concretamente nas sociedades de apoio. "Sociedade Popular de Blumenau fundada em 1900, o Sindicato Agrícola do município, a Cooperativa Brusquense, todas estas instituições privadas que visavam dar assistência aos colonos e posteriormente a comerciantes e pequenos industriais nas suas iniciativas" (Idem, ibidem, p. 27). Deve ser observado de acordo com HERING, que a mentalidade do imigrante, coloca "economia", "moderação" e "autocontrole" como valores básicos para a industrialização dos seus países de origem e os transferem para o Estado de Santa Catarina.

Constata, HERING, dois fluxos distintos de imigrantes (1820-1850 e 1850-1880) que veem para Santa Catarina: inicialmente alemães que chegam a São Pedro de Alcântara (1829), considerada pela autora como uma colônia não bem-sucedida, por razões diversas, especialmente a baixa qualidade das terras e a falta de infra-estrutura. Derivadas de São Pedro, surgem outras colônias, entre elas, Angelina e Teresópolis.

O segundo fluxo de colonização - 1850-1880 - ocorre com um apoio efetivo dos poderes constituídos, tais como a Lei de Terras de 1850, que determina o uso das terras devolutas do Império, para a colonização.

O novo período do processo imigratório para Santa Catarina que inicia-se em meados do século XIX, coloniza as regiões, onde hoje se localizam Blumenau, Brusque e Joinville, sendo considerados exemplos de colônias bem-sucedidas. Entretanto, em consonância com sua defesa da iniciativa privada, HERING, afirma: "No desenvolvimento das três colônias, talvez seja oportuno considerar que, enquanto Brusque foi colônia do governo, tendo sofrido várias administrações, as duas outras colônias permaneceram durante muitos anos sob a direção de seus fundadores, o que lhes garantiu maior estabilidade em suas diretrizes" (Idem, ibidem, p. 34-35). Apesar desta observação, é necessário ressaltar que todas as colônias, inclusive Joinville e Blumenau, recebem incentivos governamentais⁶², fator este desconsiderado pela aludida autora.

Também para HERING, os vendeiros cumprem papel de destaque na economia, nesse período, sendo por eles centralizadas a maior parte das atividades econômicas da colônia. Cumprindo o papel de vendedor, comprador e mesmo de banqueiro, esses comerciantes imprimem características inovadoras na colônia. "As vendas eram os reguladores da economia; o vendeiro, a figura central na vida colonial. Era dele que dependia, em última instância, a atividade econômica local. O colono produzia para sua subsistência mas, para sobreviver, necessitava dos manufaturados e de certos alimentos vindos de outras colônias e cuja provisão estava nas mãos do vendeiro. Por outro lado, se quisesse progredir juntando algum dinheiro sobretudo para a compra de novas terras, precisava colocar o excedente de sua produção também nas mãos do vendeiro" (Idem, ibidem, p. 46). Evidencia que os vendeiros tem um papel relevante, e por isso possuíam um grande poder diante dos colonos, inclusive determinando-lhes preços de compra e venda das

⁶² - Ver SINGER, Paul. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana, Editora Nacional, São Paulo, 1977, 2a. edição, pg. 377, Cap. 3, pp. 81-140.

mercadorias.

Para HERING o controle econômico da colônia por parte dos vendeiros possibilita a formação de poupanças internas à região, base para a reconversão industrial das mesmas.

Na sua concepção, é partir da pequena propriedade agrícola, e da venda dos excedentes por ela produzidos além do papel preponderante dos vendeiros, que a economia se sustenta internamente. Assim são formados os excedentes para o primeiro estágio da industrialização, e não através de uma relação periférica com a economia do Sudeste do país.

HERING diferencia ainda, dois tipos de imigrantes alemães que vão para Santa Catarina. "As iniciativas vistas até o presente, em Itajai e Blumenau, lideradas por indivíduos ligados ao comércio de importação/exportação, representam os chamados interesses conservadores na região, defendidos pelos imigrantes mais antigos do Vale do Itajai, vindos entre 1850 e 1870. Esses imigrantes complementaram a atividade agrícola, chegando até ao beneficiamento da matéria-prima local (madeira, açúcar, mandioca, cerâmica, charutos, laticínios) e ao preparo de infra-estrutura para as atividades econômicas (companhias de navegação, hidrelétrica), porém não criaram, propriamente, a indústria manufatureira. A liderança nesse processo coube a outros imigrantes, vindos em período mais tardio, quando sua própria região de origem se industrializava - na Alemanha, isto só ocorreu após 1850" (Idem, ibidem, p. 69). Em relação às demais interpretações, este aspecto de fato é bastante original, pois não generaliza o processo de ocupação do Vale do Itajai e Nordeste de Santa Catarina, via de regra atribuído a somente uma geração de imigrantes alemães.

Constata que os imigrantes pioneiros do Vale do Itajai, tem como atividade inicial a agricultura, por determinação da própria

empresa colonizadora. fato que os iguala socialmente. "Tal fato determinou que, quaisquer que tivessem sido suas profissões originais, elas se moldassem em uma única - a de colono. Esse foi o ponto de partida para que todas as diferenças econômicas, sociais, políticas e religiosas vividas pelos imigrantes alemães em sua terra de origem desaparecessem no novo mundo e se fundissem, através do trabalho, em solidariedade e experiência comum" (Idem, ibidem, p. 56).

HERING portanto, explica a industrialização do Vale do Itajaí, muito mais pela diferença entre as gerações dos alemães que para lá foram, do que pelo papel dos comerciantes ou artesões: "O desenvolvimento da indústria nas colônias de Blumenau e Brusque prende-se mais às diferentes etapas da imigração do que ao desdobramento da atividade artesanal ou comercial. Por isso, os comerciantes das primeiras levadas, que ainda não haviam vivenciado o trabalho industrial em sua terra de origem, não deram impulso nessa direção, cabendo essa tarefa aos mais tardios, vindos em torno de 1880" (Idem, ibidem, p. 76).

Ao examinar o "nascimento da indústria catarinense", de 1880 à 1914, a autora analisa inicialmente os "determinantes da industrialização" e posteriormente, "as primeiras fábricas de tecidos na Vale do Itajaí".

O seu estudo, nesse e no capítulo seguinte, trata predominantemente de descrever a origem das empresas Hering e Carlos Renaux, baseada na noção schumpeteriana do empresário, sendo este considerado o responsável pelas inovações tecnológicas e empreendimentos ousados, vencendo os obstáculos com trabalho e criatividade. Em função disso, este trabalho limita-se a observar os aspectos globais do período analisado por HERING.

Num primeiro momento, a autora tenta caracterizar as dificuldades da industrialização no Brasil e Santa Catarina, no

final do século passado, e afirma que o apoio à industrialização, por parte do Estado, não ocorre na perspectiva da industrialização como um todo, mas para setores, segmentos de empresários que detêm influência, poder no aparelho do Estado, direcionando-o a beneficiar os projetos de tal classe.

Para Santa Catarina também está colocada a necessidade da superação das atividades agrícolas primárias (farinha de mandioca), como as mais importantes da colônia, com a consequente substituição pelas atividades industriais. "Talvez falte como dado, nessa apresentação, a observação que já faziam os presidentes da província a respeito das possibilidades latentes em Santa Catarina: o despertar de atividades paralelas à lavoura, que incluíam o beneficiamento dos produtos agrícolas, e os pequenos ofícios nos quais começavam a desdobrar-se as opções econômicas" (Idem, ibidem, p. 83). Percebe-se, portanto, a preocupação dos dirigentes do estado em alterar a situação econômica de Santa Catarina, tendo para essa pretensão, um mercado interno em crescimento, uma mão-de-obra crescentemente qualificada e disposta ao trabalho, e cada vez mais, imigrantes empreendedores.

Porém a análise de HERING concentra-se, nesse período, na formação fabril do Vale de Itajaí, o que dará nova dinâmica econômica à região, baseada nas contribuições teóricas de SCHUMPETER. "No caso da região aqui considerada, sua vocação econômica não estava na exploração agrária original. A partir de base rural, desenvolvera-se um comércio bastante ativo, possibilitando o aparecimento de pequenas poupanças - investidores em potencial, as quais deviam ser direcionadas para novos fins, uma vez que o modelo da exploração agrícola se esgotara" (Idem, ibidem, p. 85). Portanto, observa-se que se coloca na ordem do dia, a necessidade de incrementar o processo de industrialização.

Antes de analisar, em Blumenau a Comercial Gebruder Hering e a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux em Brusque, a autora caracteriza os pre-requisitos para emergir uma sociedade industrial: "espírito capitalista (G.A.) ou impulso para algum tipo de lucro; a disponibilidade de capitais; a existência de mercado consumidor, o que implica meios de transporte; trabalho assalariado; matérias-primas e maquinário" (idem, ibidem, p. 86).

Ao versar sobre a origem de Hering e Renaux, a autora descreve, com base em documentos, cartas (Brasil/Alemanha e Alemanha/Brasil) e relatórios, passo a passo a constituição inicial das empresas familiares, até as mesmas constituírem-se nas principais empresas têxteis de Santa Catarina e do Brasil.

Na terceira parte, "expansão das empresas têxteis tradicionais de Blumenau e Brusque" de 1914 à 1945, HERING, concentra sua análise na "diversificação da produção industrial e conquista do mercado nacional" e "a resposta regional à política econômica nacional".

A 1a. e 2a. Grande Guerra influenciam a indústria catarinense de forma direta, especialmente com a vinda de mais imigrantes alemães, com experiência fabril, para o estado.

Nesse período a economia nacional continua dependendo do setor cafeeiro exportador. A industrialização brasileira, de acordo com HERING, é dependente do setor cafeeiro.

Com a crescente urbanização do Vale do Itajaí e com a ida de imigrantes com qualificações distintas, observa-se nesse período o surgimento de novos ramos industriais. "Diretamente relacionados à atmosfera fabril que se criou em Blumenau no anos de 1920 a 30, graças ao reforço representado pelos novos imigrantes, estão os ramos industriais que surgiram nesta época. Afora as circunstâncias econômicas e políticas, diferentes

oportunidades aguardavam os recém-chegados em Blumenau" (Idem, ibidem, p. 188). Cabe ressaltar que os empreendimentos industriais tem maior facilidades devido a melhoria da infraestrutura, especialmente de transporte e energia.

HERING evidencia que o 2o. periodo de imigração para Santa Catarina deve ser analisado também, a partir das relações de amizade entre os que se encontram no estado e os que para lá vão, fato que torna a imigração menos penosa.

A dinâmica econômica, para HERING, continua sendo determinada pelo mercado local, onde os empreendimentos realizados objetivam ocupar o mercado do Vale do Itajaí. "Para todas essas indústrias, criadas na segunda fase da industrialização do Vale do Itajaí revelou-se o fato comum que o mercado de Blumenau e seus arredores continuou como principal estímulo à produção, não só dos têxteis mas agora de ramos mais diversificados" (Idem, ibidem, p. 195).

A autora afirma, ainda, que da mesma forma que no periodo anterior, o capital investido na indústria concentra-se predominantemente, em mãos de investidores locais, sendo os lucros retidos ao máximo, para a reconversão produtiva dos mesmos.

Resumindo, para HERING a industrialização catarinense, no caso do Vale do Itajaí, estrutura-se a partir a ação empresarial, empreendedora e inovadora do empresariado catarinense, especialmente a partir da chegada dos imigrantes, de 1880 em diante. Além da ação pioneira do empresário, a autora examina a industrialização catarinense através de uma dinâmica interna própria, sem determinações externas ao estado.

A colonização do Vale do Itajaí, apesar da qualidade dos empreendedores e da mão-de-obra, desenvolveu-se isoladamente do

mercado nacional, o que, segundo HERING, levou ao fortalecimento do mercado interno regional, com a gradativa, mas segura industrialização, baseada esta em recursos autogerados.

Apesar de não explicar a industrialização através da ação dos vendedores, a autora lhes atribui papel importante, na medida que concentram em suas mãos as riquezas monetárias regionais.

Em HERING verifica-se, ainda, uma periodização distinta da realizada por CUNHA. Entre 1820-1880, caracteriza os "fundamentos sócio-econômicos do desenvolvimento catarinense/antecedentes da industrialização": de 1880-1914 observa-se o "nascimento da indústria catarinense": e, finalmente, de 1914-1945 verifica-se a "expansão das empresas têxteis tradicionais de Blumenau e Brusque".

2.3 - Ondina Pereira BOSSLE

Em "História da Industrialização Catarinense"^{es}, obra apresentada como tese de doutoramento ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, em junho de 1985, BOSSLE questiona as análises sobre a formação e desenvolvimento da economia catarinense cujas bases possuem uma única matriz teórica. Para a autora não é possível explicar o desenvolvimento desta economia com os mesmos parâmetros teóricos adotados para interpretar a economia brasileira.

Da mesma forma que CUNHA e HERING, BOSSLE critica as análises que buscam explicar o desenvolvimento de Santa Catarina vinculado à acumulação cafeeira, esta como fator de sua industrialização, presente na maioria das interpretações do desenvolvimento econômico brasileiro. "A história econômica brasileira, não deve ser interpretada à luz de uma única teoria. As dimensões territoriais e as particularidades de cada região, exigem considerações específicas. Muitas vezes o regional não condiz com o geral, ainda que enquadrado no mesmo sistema político-econômico" (BOSSLE, 1988:15).

BOSSLE contraria a interpretação cepalina de "centro-periferia", presente em SILVA e CEAG, e concebe como fundamental o papel do empresário empreendedor e inovador, sendo esta a razão preponderante do desenvolvimento alcançado por aquele estado.

Ao analisar a evolução econômica de Santa Catarina, BOSSLE, a cada período, contextualiza a situação nacional e internacional, caracteriza, e discute quais as variáveis

^{es} - BOSSLE, Ondina Pereira. História da Industrialização Catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro, CNI/FIESC, Florianópolis, 1988, pg. 155.

determinantes para a realidade econômica estadual.

A periodização para BOSSLE, consiste em: do século XVIII à 1880 - "economia de subsistência"; de 1880-1914 - "gênese da industrialização"; de 1914-1920 - "reflexos da 1a. Guerra"; de 1920-1930 - "década de 20"; de 1930-1940 - "década de 30"; e, finalmente, de 1940-1945 - "reflexos da 2a. Guerra".

Revisando a literatura histórico-econômica, sobre o período colonial no Brasil, afirma que os estudos dessa época referem-se basicamente à importância do setor exportador brasileiro. Pouca relevância econômica é atribuída à produção para o mercado interno, baseando-se especialmente numa economia de subsistência.

A economia de subsistência subdivide-se em duas: uma, voltada estritamente para o consumo de subsistência; outra, atendendo ao consumo próprio e parcialmente ao setor exportador, em períodos em que carências alimentares criam demanda.

Contextualizando o Estado de Santa Catarina, no período da economia colonial (séc. XVIII à 1880), BOSSLE evidencia inicialmente o período de subsistência, este vinculado diretamente ao processo de ocupação do Sul do Brasil, tendo a economia sustentado-se basicamente na produção de mandioca e pesca. "Seu papel era dirigido no sentido de atender as necessidades da colônia, não como produtor, mas como área de segurança, desenvolvendo, assim, uma função política importante de defesa, e uma função econômica secundária" (Idem, ibidem, p. 20).

O segundo momento, a partir de 1830, é marcado pela ocupação do território catarinense pelos imigrantes poloneses, austriacos, russos, alemães e italianos, tendo os últimos maior importância, devido ao desenvolvimento comercial e industrial de seus países de origem. "Os alemães e italianos foram de vital importância

para a economia catarinense, pelo seu desenvolvimento com o comércio e a futura indústria. Portadores de conhecimentos técnicos e empresariais trazidos da Europa, redefiniram a nova posição econômica de Santa Catarina, dentro do modelo tradicional de desenvolvimento" (Idem, ibidem, p. 22). Para BOSSLE portanto, é a partir da chegada, ocupação e colonização pelos imigrantes europeus que é configurada em Santa Catarina uma economia mais diversificada, que passa crescentemente a participar do mercado interno nacional. Inicialmente os imigrantes produzem para consumo próprio da colônia instalada, e num segundo momento, com o surgimento dos excedentes, há a exportação para o mercado nacional ou mesmo externo.

Ao analisar as interpretações sobre o início do processo de industrialização (gênese, 1880-1914), BOSSLE inicia questionando a generalização feita sobre tal processo a nível nacional, tendo como base a acumulação cafeeira. Para a autora tal concepção tem validade para o caso específico do Sudeste do país, mas é limitada ou mesmo inapropriada para as demais regiões, na medida em que essas não tem o café como o gerador da acumulação previa para a industrialização. Necessário se faz, portanto, localizar quais as bases da industrialização nas demais regiões, e neste caso, em Santa Catarina.

A priori BOSSLE não considera relevante o papel da agricultura catarinense, como base para a industrialização emergente. Aponta como fatores decisivos, as tarifas protecionistas e o câmbio favorável. "Todos estes fatores agregados ajudaram na transferência de recursos do comércio importador para formar e ampliar o capital industrial. Portanto, aceitar a hipótese de que a agricultura catarinense estava vinculada ao mercado cafeeiro, o que por sua vez deu origem ao capital industrial, seria incorrer em erro de análise já aqui apontado" (Idem, ibidem, p. 35).

Além das questões de política econômica, expressas acima, a autora atribui papel fundamental à iniciativa empresarial dos imigrantes, através do domínio técnico da produção, bem como a inovação tecnológica. "É de consenso geral entre os autores catarinenses que a inovação empresarial (segundo a teoria de Schumpeter), ligada a outros fatores de maior importância, promoveu a industrialização de Santa Catarina. O empresário inovador, neste caso, esteve representado pela mentalidade dos alemães, através de sua experiência e "know-how" que, transferidos e postos em prática, abriram espaço ao descobrimento e criação de novos mercados, em função do desenvolvimento capitalista" (Idem, ibidem, p. 35). Ilustra o papel do empresário empreendedor, com o surgimento das seguintes empresas: CIA. HERING LTDA., iniciado por Hermann Hering, que com seu pioneirismo, somado ao conhecimento da produção têxtil, foi crescentemente transformando a HERING num grande grupo econômico: a CIA. TEXTIL KARSTEN, que também deveu seu crescimento a experiência profissional no setor têxtil dos fundadores da empresa; e CIA. INDUSTRIAL SCHLOSSER, que iniciou com Gustavo Schlosser, empregando-se na RENAUX, pois dominava o ofício de tecelão, fundando em 1911 a supracitada empresa familiar.

Na gênese da industrialização catarinense, segundo BOSSLE, é significativo o papel dos vendeiros - casa comercial (arrazém, empório) que concentram as transações mercantis, cumprindo também o papel de uma espécie de banco (guardando o dinheiro dos colonos, ou mesmo financiando-os) -, que acumulando excedentes os investiu na indústria. Para a expansão do papel comercial dos vendeiros é fundamental a construção da Estrada de Ferro Dona Francisca, ligando o litoral, serra e norte do Estado de Santa Catarina.

Ainda algumas ilustrações da importância dos proprietários de vendas, como base da industrialização catarinense: a BUETTNER & CIA. LTDA., fundada por Eduardo V. Büettner, que inicia suas

atividades com uma casa de secos e molhados em Brusque: a INDUSTRIA CARLOS RENAUX S. A., fundada por Carlos Renaux, que era caixeiro de uma casa comercial em Blumenau, abrindo posteriormente um negócio próprio: a FIRMA CARL HOEPCKE & CIA., Carl Hoepcke que era sócio de uma casa de negócios, posteriormente passa a atuar também com exportação e importação. "Esses três empreendimentos industriais e seus respectivos fundadores testemunham a afirmação de que o capital industrial catarinense teve íntima ligação com o comércio de importação e exportação" (Idem, ibidem, p. 37).

Portanto, para BOSSLE "Fica, assim, esclarecido que o capital industrial catarinense não poderia ter tido origem na ligação com o complexo cafeeiro nem na transferência dos seus lucros, porque além do comércio de importação e exportação e dos recursos financeiros usados nas transações comerciais, Santa Catarina ainda contou com a contribuição efetiva do imigrante alemão e posteriormente dos italianos que migraram do Rio Grande do Sul para Santa Catarina" (Idem, ibidem, p. 38).

Os primeiros empreendimentos industriais em Santa Catarina constituem-se a partir de 1880, predominantemente no setor têxtil. E entre 1880 e 1899 já existem em Santa Catarina 86 estabelecimentos industriais. E entre 1900 e 1914, o número amplia-se para 392 estabelecimentos. Essas indústrias produzem principalmente para o mercado local das colônias, e secundariamente para o mercado nacional. A 1ª. Grande Guerra Mundial vai alterar tal dinâmica.

De acordo com BOSSLE, não há consenso entre os analistas da economia brasileira sobre os reflexos da Primeira Grande Guerra (1914-1920) para nossa economia. Algumas interpretações - entre

as quais FURTADO⁶⁴ - afirmam que o conflito mundial foi fundamental para nossa economia, iniciando o período de substituição de importações. Para outros - DEAN⁶⁵ e SIMONSEN⁶⁶ - essas análises superestimam o papel da guerra para o desenvolvimento brasileiro no período.

Prossegue BOSSLE, afirmando que Santa Catarina passa a ter uma inserção definitiva na economia nacional a partir da Primeira Guerra Mundial. Muitas mercadorias, que até o conflito eram produzidas para o mercado local das diversas regiões, passam a ocupar crescentemente o mercado nacional, em virtude da interrupção do fluxo comercial com os demais países do mundo.

Encontram-se entre os mais exportados, no período 1914-18, os agropecuários (65,35%), extrativos (22,79%) e têxteis (11,86%), isto é, a erva-mate, madeira, banha, manteiga, farinha de mandioca, têxteis (especialmente camisas de malha) e o carvão mineral.

Para BOSSLE portanto "A substituição de produtos importados por similares nacionais foi o fator determinante do desenvolvimento de nossa economia durante a Primeira Guerra Mundial" (Idem, ibidem, p. 55).

Numa análise mais atenta sobre o desempenho setorial da economia catarinense no período, a autora evidencia o maior índice de produtividade do setor alimentar, entre 1907-20, devido

⁶⁴ - FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil, 1977. _____, Pequena Introdução ao Desenvolvimento Enfoque Interdisciplinar, 1980. _____, Análise do Modelo Brasileiro, 1972.

⁶⁵ - DEAN, Warren. A Industrialização de São Paulo, 1979.

⁶⁶ - SIMONSEN, Roberto. Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos, s/d.

ao uso de recursos internos, não necessitando das importações de máquinas e equipamentos como o setor têxtil, que tem que limitar-se ao uso de sua capacidade produtiva.

A exploração carbonífera é outro setor que reinicia as atividades devido o conflito internacional. entretanto BOSSLE, se reportando a outro trabalho de sua autoria⁶⁷, menciona como dificuldade de consolidação das empresas extrativas de carvão neste período, apesar dos incentivos governamentais. a falta de mercado consumidor. "Apesar de todos os benefícios apontados acima e de outros que se criaram mais tarde, para a organização e funcionamento das Empresas carboníferas, o empreendimento não obteve o sucesso esperado. Outros fatores impediam a expansão da produção. Enquanto o carvão não era utilizado como fonte energética em Joinville e Blumenau, a energia elétrica era ativada pela iniciativa privada" (Idem, ibidem, p. 64).

Apesar das dificuldades setoriais entre as quais a do carvão e do setor têxtil que impossibilitam a ampliação da capacidade produtiva via importações. o período da guerra marca também, a ainda incipiente inserção das diversas regiões produtivas do estado na economia nacional, evidenciando a crescente especialização regional daquela economia. "A primeira delas, neste período do pós-Primeira Guerra definida pelos imigrantes alemães, abrange os municípios de Brusque, Blumenau e Joinville, nos quais se concentram as indústrias têxtil, mecânica e alimentar. Esta mesma zona subdividiu-se em duas outras pela importância de sua capital e localização. Ao norte, situa-se a região do litoral de São Francisco, tendo como capital Joinville, desenvolvendo o seu comércio através do Porto de São Francisco. No Vale do Itajaí, a capital é Blumenau, tendo como meio de

67 - BOSSLE, Ondina Pereira. Henrique Lage e o Desenvolvimento Sul Catarinense, Ed. da UFSC, Florianópolis, 1981, pg. 79.

comércio o Porto de Itajaí. No meio-oeste de Santa Catarina, fica a região do Vale do Rio do Peixe, povoada por agricultores de origem alemã e italiana, oriundos da migração interna, procedentes do Rio Grande do Sul a partir de 1913. Na mesma região, destaca-se o Planalto de Lages e o Planalto Norte. Este último, beneficiado economicamente pelo desfecho final da 'Questão do Contestado', desenvolveu-se inicialmente a atividade extrativa ervateira e madeireira. Em Lages, a atividade geradora de rendas passou a ser a criação de gado" (Idem. ibidem, p. 67).

BOSSLE ao analisar o comportamento da economia brasileira na década de 20 (1920-1930), afirma que autores diversos, entre eles, CANO⁶⁸, LUZ⁶⁹, STEIN⁷⁰, PELAEZ⁷¹ e VILLELLA & SUSIGAN⁷², em geral concordam com o papel reelevante das políticas monetária cambial e fiscal para o desenvolvimento econômico brasileiro. "Ainda com referência ao conjunto da economia brasileira durante o transcurso da década de 1920, observa-se que, diante da oscilação do câmbio, havia momentos de expansão da indústria de bens de consumo e momentos de retração, quando ocorria o crescimento dos bens de capital e de matérias-primas. Portanto, somando as duas variáveis, obteve-se como resultado o crescimento industrial alternado: ora aumentava a sua capacidade produtiva, ora a sua produção" (Idem. ibidem, p. 72).

⁶⁸ - CANO, Wilson. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil, 1981.

⁶⁹ - LUZ, Nícia Vilela. A Luta pela Industrialização do Brasil, 1975.

⁷⁰ - STEIN, Stanley J. Origens e Evolução da Indústria de Tecelagem no Brasil, 1979.

⁷¹ - PELAES, Carlos Manuel. História da Industrialização Brasileira, 1972.

⁷² - VILLELLA, A. & SUSIGAN, W. Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 12a. edição, 1985.

Para Santa Catarina, devido as políticas protecionistas do café, que acabam por fortalecer o mercado interno, especialmente o de bens de consumo, esse período vem a beneficiar sua economia, devido a uma inserção crescente no mercado nacional e mesmo internacional por intermédio da erva-mate.⁷³

Na década de 20, o carvão catarinense continua a não ter um papel significativo para a economia catarinense, devido principalmente à baixa qualidade e sua concorrência com o carvão americano, que então exportado para a América Latina. Os produtos têxteis por sua vez também mantêm a mesma lógica da maioria das mercadorias produzidas no Estado, isto é, entre 1923 e 1929, houve um crescimento significativo das exportações. "O desenvolvimento industrial na década em questão, esteve intimamente associado aos reflexos da política econômico-financeira brasileira e à possibilidade de reaplicação dos recursos acumulados durante a Primeira Guerra Mundial. As alterações da política cambial incidiam sobre o encaminhamento da indústria, tanto na ampliação da sua capacidade produtiva quanto da produção. Quanto à produção, sua estrutura não foi alterada: continuava dominada pelos bens de consumo, embora mostrasse tendências à diversificação" (Idem, *ibidem*, p. 84).

Com relação a economia nacional, na década de 30 (1930-1940), é destacado o debate em torno do papel desempenhado pelas políticas protecionistas ao café, como a alavanca da industrialização brasileira. Observa interpretações diversas, e apesar das discordâncias quanto aos determinantes de tais políticas, todas indicam que houve o fortalecimento do mercado interno.

Nos anos 30, tendo em vista a política de proteção do

⁷³ - A Erva-mate produzida no Norte de Santa Catarina, é naquela época, exportada para a Argentina.

mercado interno e integração do mercado nacional, via substituição de importações. Santa Catarina amplia seu espaço, especialmente na produção têxtil. A impossibilidade de importações faz com que tal segmento, em nível estadual, passe ao segundo lugar na pauta de exportações, em substituição a erva mate. A madeira ainda é a mercadoria mais exportada pelo estado.

O carvão mineral, que até aquele momento não se consolida no mercado nacional, começa a reverter esse quadro a partir de políticas de proteção à produção nacional, inexistentes até então. Destaca o autor, que o carvão catarinense, devido à quantidade de cinzas, apresenta baixa qualidade em relação ao importado ou mesmo comparado ao do Rio Grande do Sul. "Os limites impostos às importações de carvão fizeram que o governo provisório tomasse medidas no sentido de se utilizar o carvão nacional misturado ao importado" (Idem. *ibidem*, p. 97).

BOSSLE faz menção, ainda, que a inserção da economia catarinense à nacional ocorre devido à existência anterior de alguns focos de industrialização no estado, voltados para o consumo local, e que dada ampliação dos mercados ampliam seu potencial com vistas à demanda nacional nos anos 30. "...pode-se dizer que Santa Catarina já possuía um setor industrial relativamente estruturado. Pode, por isso, aproveitar com intensidade a valorização do mercado interno, fazendo uso da substituição de importação" (Idem, *ibidem*, p. 107).

Entre os setores industriais que passam a produzir para o mercado nacional, assinala o autor: o têxtil, o de fundição, o de gases medicinais, o de linhas e o de carvão.

A autora afirma ser praticamente consensual entre as análises do desenvolvimento da economia nacional, que a Segunda Grande Guerra (1940-1945) influencia negativamente a economia de Santa Catarina. O crescimento industrial dos anos 30 é reduzido

significativamente.

Por outro lado, mercadorias que até então são adquiridas no mercado internacional, agora interrompido, passam a ser compradas no mercado interno, desenvolvendo setores até então com pouca participação econômica no país.

Nos primeiros três anos da Segunda Guerra, Santa Catarina é atingida por um maior grau de crise principalmente por falta de matérias primas, porém com a continuidade do conflito, o estado passa a ocupar setores não atingidos até então.

Os produtos têxteis e o carvão são os que mais se destacam no período. No caso do carvão, há um incremento em sua produção da ordem de 734%, entre 1938 e 1945. Outras mercadorias também passam a ocupar lugar de destaque nas exportações catarinenses de 1939 à 1942, entre elas, os artefatos de ferro e aço, papel e papelão e a pasta mecânica. BOSSLE ilustra com dados "Fica, assim, demonstrado que Santa Catarina já se definira economicamente no contexto econômico nacional. Iniciada a partir da Primeira Guerra, a sua integração no mercado nacional efetivar-se, portanto, com a Segunda Guerra Mundial" (Idem, ibidem, p. 132).

Registram-se, portanto, os aspectos fundamentais da interpretação de BOSSLE sobre o desenvolvimento da economia catarinense no período colonial, até a Segunda Grande Guerra Mundial. A autora vê a industrialização catarinense ligada à prévia acumulação comercial no período de 1850 à 1900 e à iniciativa empreendedora do imigrante europeu, em especial dos alemães e italianos. "A industrialização catarinense não teve suas raízes implantadas nas interrelações binômicas do café-indústria, mas sim na relação do comércio importador e exportador, adicionada à experiência e visão empresarial dos imigrantes" (Idem, ibidem, p. 136).

À guisa de conclusão, identificou-se que BOSSLE, da mesma forma que CUNHA e HERING, atribui as características do desenvolvimento econômico de Santa Catarina, predominantemente à ação empresarial nos moldes schumpeterianos: e essa ação empreendedora e inovadora dos imigrantes que determina que a economia catarinense venha a ter a diversidade atual.

A autora também questiona as interpretações que identificam na industrialização catarinense a mesma relação estabelecida no Sudeste, entre o café e a indústria, onde, de acordo com a maioria das interpretações, o primeiro é a base da industrialização brasileira. Entretanto, diferentemente de HERING, BOSSLE identifica fatores externos marcantes para o desenvolvimento econômico-industrial de Santa Catarina, especialmente as vantagens obtidas pelo estado, com as políticas de fortalecimento do mercado interno nacional.

Evidencia-se também em BOSSLE, a caracterização das regiões produtivas do estado em, Sul/Carvão; Vale do Itajaí/Têxtil; Nordeste/Metal Mecânica; Planalto/Madeira e Papel; e Oeste/Alimentação.

A base da acumulação prévia para indústria catarinense está no comércio importador e exportador, juntamente com a capacidade empresarial dos imigrantes.

Identificou-se também, uma periodização distinta das interpretações anteriores: economia de subsistência (séc. XVIII à 1880); gênese da industrialização (1880-1914); reflexos da 1ª. Guerra (1914-1920); década de 20 (1920-1930); década de 30 (1930-1940); e, reflexos da 2ª. Guerra (1940-1945).

2.4 - Ady VIEIRA FILHO

O último trabalho a ser analisado, no âmbito dos schumpeterianos, é a dissertação de mestrado (publicada), de VIEIRA FILHO.⁷⁴ onde tal como nos trabalhos anteriormente vistos, identifica-se o empresário pioneiro catarinense como empreendedor e inovador, sendo o responsável maior pela dinâmica industrial de Santa Catarina.

VIEIRA FILHO analisa a economia brasileira e catarinense, buscando nelas contextualizar a origem e desenvolvimento dos grandes grupos empresariais existentes em Santa Catarina. "O papel do imigrante, principalmente alemães e italianos, foi fundamental, tanto na formação da riqueza (mão-de-obra) quanto na capitalização e liderança dos empreendimentos industriais da época...A contribuição técnica e empreendedora desses pioneiros em muito facilitou o desenvolvimento da industrialização na Região Sul e fundamentalmente em Santa Catarina" (VIEIRA FILHO, 1986: 11-12). O que o autor objetiva explicar são os grupos existentes hoje no estado, a partir das empresas familiares.

Ao observar o "contexto brasileiro - antecedentes históricos", VIEIRA FILHO discorre inicialmente sobre o Brasil de 1500 à 1930, identificando nesse período o "modelo primário-exportador", fazendo uma passagem pelos diversos ciclos da economia brasileira, culminando com o do café: "Esta fase propiciou o surgimento de uma nova classe empresarial que desempenhou um papel significativo no desenvolvimento subsequente do país" (Idem, ibidem, p. 19). Ainda quanto o empresariado nacional, e as empresas cafeeiras em particular, o autor aponta o

⁷⁴ - VIEIRA FILHO, Ady. As Raízes da Industrialização: grupos empresariais catarinenses - origem e evolução (1880-1985), Edição do autor, Florianópolis, 1986, pg. 203.

empresário deve ser relativizado, isto é, sua participação foi relevante, mas não exclusiva para explicar a acumulação patrimonial dos grupos empresariais catarinenses.

Quanto ao imigrante, o que em linhas gerais é possível identificar, especialmente no trabalho de HERING, embora a autora não explicita tal fato, é a chegada em Santa Catarina de dois tipos de imigrantes, independente do período em que ocorre a imigração. O primeiro grupo, minoritário, objeto específico da análise dos schumpeterianos, refere-se ao imigrante que já saem de seu país de origem com excedentes monetários e através de contatos previamente mantidos com o local de destino, sendo chamado pelos que lá se encontram, dado o domínio de técnicas produtivas, comerciais, educacionais, entre outras, que na colônia se necessita. "...Carlos Renaux, emigrou ao Brasil em fase bem posterior, deixando o Grão-Ducado de Baden, na Alemanha, em 1882, aos 22 anos. Sua acolhida nos núcleos de colonização alemã já florescentes mostra bem como se davam os contatos e o apoio prestado pelos emigrantes entre si" (HERING, 1987: 74). Esse imigrante, portanto, já vem com certas facilidades, na medida em que os que aqui estão radicados, já lhe abrem certos espaços. O segundo grupo, quantitativamente maior, em geral chega exclusivamente com o dinheiro da viagem e obtêm empréstimos junto a Cia. Colonizadora para compra de terras, e também, junto aos vendeiros. A partir da produção agrícola e comercialização de alguns deles com os vendeiros, pagam lentamente seus débitos. Esses, portanto, não chegam com as facilidades que têm os primeiros. Os integrantes desse segundo grupo, despossuídos⁷⁵ de qualquer excedente, que lhes possibilite outra condição que não o trabalho agrícola, com o desenvolvimento da colonização e,

75 - MELLO, J. M. C. de. O Capitalismo Tardio, Editora Brasiliense, São Paulo, 1982, pg. 183, desenvolve análise sobre a ação dos cafeicultores paulistas, para vinda para o Brasil de imigrantes absolutamente despossuídos de qualquer posse, tendo que se submeter necessariamente ao assalariamento.

especificamente com a industrialização, constituem-se nos assalariados do setor têxtil. O que se quer evidenciar é que não se pode constatar nos imigrantes originários da Alemanha ou da Itália, uma absoluta homogeneidade⁷⁶ como quer ver HERING, sob pena de mistificação, ao afirmar que: "Todos os imigrantes, por necessidade ou por decreto, ou por ambos, foram obrigados a ter, como atividade inicial, numa região cuja a base econômica ainda estava por ser criada, o trabalho na terra. Tal fato determinou que, quaisquer que tivessem sido suas profissões originais, elas se moldassem em uma única - a de colono. Esse foi o ponto de partida para que todas as diferenças econômicas, sociais, políticas e religiosas vividas pelos imigrantes alemães em sua terra de origem desaparecessem no novo mundo e se fundissem, através do trabalho, em solidariedade e experiência comum" (Idem, ibidem, p. 56). É também com base nessa situação inicialmente igualitária segundo HERING, que emergem os mais aptos, criativos, inovadores, afeitos ao risco do empreendedor, enfim aqueles dignos do enaltecimento por parte dos schumpeterianos catarinenses.

Ver na condição de colono, na qual a maioria dos imigrantes se situa, a supressão de todas as diferenças econômicas e sociais é um sofisma, pois desconsidera-se as condições em que se encontram a maioria dos mesmos na Alemanha. O fato de a maioria se dedicar à atividade campesinal deve-se, principalmente, a absoluta impossibilidade econômico-financeira de atuar em outras atividades, tais como por exemplo a comercial. Nesse sentido, o

⁷⁶ - A Federação do Comércio do Estado de Santa Catarina (FECESC), em "Histórias de Sucesso" (Diário Catarinense - 19.04.93, pg. 17), ao versar sobre os 165 anos da vinda da família KOERICH (importante empresa comercial de Florianópolis), para o Brasil afirma: "...deixaram a Alemanha sob um clima de tensão e tristeza. Ainda não unificada, a população se traduzia numa massa de proletários, sem qualquer esperança de um dia progredir na vida. Foi por esta, entre outras razões, que o jovem, de apenas 27 anos, resolveu dar um novo rumo em sua vida e atravessar o Atlântico em busca do progresso".

livro de SEYFERTH⁷⁷ é claro e objetivo: "Pelas informações que pudemos obter entre os descendentes de imigrantes de Baden e outras regiões da Alemanha, estabelecidos no Vale do Itajaí-Mirim, as razões mais importantes que levaram seus pais ou avós a deixarem seu país de origem foram a escassez de terras, a fragmentação das propriedades (em Baden) a *Anerbenrecht* (no Holstein), o excesso de trabalho nas áreas industrializadas e os baixos salários tanto dos operários como dos trabalhadores rurais. Além disso havia também a propaganda das companhias de colonização e de agentes de emigração, tanto sobre Brasil como outros países. Essa propaganda se fazia em torno da concessão de terras no Novo Mundo, com a afirmação de que todos seriam proprietários, sem qualquer referência às dificuldades que os futuros colonos teriam de enfrentar. De qualquer forma a maioria dos imigrantes alemães que entraram no Itajaí-Mirim entre 1860 e o final do século XIX eram camponeses e artesões..." (SEYFERTH, 1974: 28).

Ainda quanto a colonização, destaca-se que há o interesse do Governo Imperial ou provincial, e das Sociedades de Colonização, que objetivam lucros através das vendas das terras. A colonização de Blumenau, numa perspectiva idealista não tem possibilidade de êxito. "As sociedades de colonização tinham interesse principalmente na venda das terras a longo prazo, que dava um lucro razoável, acrescentando-se o financiamento da passagem dos imigrantes e os empréstimos iniciais para permitir a instalação dos mesmos nos lotes. Iniciativa individual e idealista como a do Dr. Blumenau é uma exceção à regra e teria fracassado se não fossem os esforços dos mesmos para transformá-la em colônia oficial" (Idem, *ibidem*, p. 31). Verifica-se portanto, que mesmo no período colonial, a ação estatal é necessária para manter o processo de colonização, assunto que voltará a ser abordado.

77 - SEYFERTH, Giralda. A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim, Editora Movimento, Porto Alegre, 1974, pg. 159.

Entende-se que acumulação de capital em Santa Catarina é estruturada no âmbito da relação capital versus trabalho, com base na superexploração da força de trabalho. Os salários pagos pela indústria estadual,⁷⁸ não estão acima da média nacional, como quer fazer crer a burguesia catarinense; ao contrário, quando da viagem de estudos já citada, em todas as empresas (Eliane, Papel e Celulose Catarinense, Weg, HERING, Embraco e Tupy) visitadas, sem uma única exceção, seus representantes afirmam que o poder de competitividade das empresas catarinenses não se encontra somente na tecnologia das indústrias e na qualidade das mercadorias produzidas, mas sim e principalmente nos baixos salários pagos aos seus "colaboradores", fato que torna essas mercadorias competitivas internacionalmente, pois os trabalhadores da Europa, Estados Unidos e Japão não trabalham com uma remuneração tão ínfima.

MOSER,⁷⁹ ao analisar as consequências sociais e econômicas, quando da instalação de uma fábrica de confecção, filial do Grupo Hering no município de Rodeio/SC, ilustra claramente de que forma as empresas catarinenses tratam seus "colaboradores". "A partir desta realidade, a empresa pode escolher não só os melhores elementos (G.A.) em eficiência e submissão, mas também, explorar largamente esta situação com exigências e pressões sempre novas em consonância com os métodos da Organização Científica do Trabalho (G.A.). Leve-se em conta que a eficiência desta mão-de-obra está relacionada com a prática de um trabalho anterior árduo, na unidade produtiva familiar da

⁷⁸ - Na parte dois desta dissertação ilustra-se-á, tal situação, ao se verificar setorialmente a repartição das rendas do trabalho e da propriedade, na Valor da Transformação Industrial, em Santa Catarina.

⁷⁹ - MOSER, Anita. A Nova Submissão: mulheres da zona rural no processo de trabalho industrial, Edipaz, Porto Alegre, 1985, pg. 128.

lavoura de subsistência. O mesmo pode-se dizer da submissão, a partir de um passado de patriarcalismo familiar e religioso. Isto nos leva a considerar que a empresa veio a explorar não só a situação de carência econômica, evidenciada pela abundância de força de trabalho, mas também que esta exploração se tornou facilmente possível devido ao condicionamento sócio-cultural e religioso da população local, adaptável a estrutura de comportamento exigido pela empresa" (MOSEK, 1985: 121). Outra situação que demonstra o conflito entre o capital e o trabalho em Santa Catarina é destacado no livro de VOLPATO,⁸⁰ que ao estudar a indústria carbonífera localizada no Sul de Santa Catarina, constata que a histórica luta dos mineiros dessa região estabelece-se em confronto com a busca do enriquecimento a qualquer custo por parte dos mineiradores. "A Carbonífera Metropolitana,⁸¹ não utiliza o sistema de pagamento adicional por produção. Adota o sistema de salário fixo. A companhia estabelece, contudo, um teto de produção a ser atingido. O processo de controle da produção é acompanhado por sistema de cobrança direta, diária e em cadeia, obedecendo à hierarquia que supervisiona o processo: encarregados, capatazes e engenheiros; este sistema desenvolve uma clima de trabalho competitivo, que induz o trabalhador, em todas as esferas, a mostrar serviço (G.A.) para garantir sua permanência no emprego. Na Metropolitana vadio não se cria, dizia um supervisor da Companhia" (VOLPATO, 1984: 57).

SEYFERTH, referindo-se especificamente à indústria têxtil Carlos Renaux em Brusque afirma: "A acumulação prévia na venda permitiu, sem dúvida, a instalação da fábrica. Mas esta só

⁸⁰ - VOLPATO, Terezinha Gascho. A Pirita Humana: os mineiros de Criciúma, Editora da UFSC/Ass. Legislativa, Florianópolis, 1984, pg. 160.

⁸¹ - Propriedade do Grupo Guglielmi, 3o. maior grupo privado do Sul de Santa Catarina, atuando na extração do carvão, saúde, turismo, pecuária e outros.

poderia se manter a partir da exploração da mão-de-obra ao máximo, pagando um mínimo, e pela própria continuidade do processo do comércio através da venda. Como o vendedor, o proprietário da fábrica podia controlar não só o mercado consumidor, mas também o próprio operário, forçando-o a comprar na sua venda e não dos outros" (SEYFERTH, 1974: 128).

Exemplos são abundantes para ilustrar as relações capitalistas de produção em Santa Catarina, especificamente a superexploração submetida à força de trabalho (os "colaboradores") catarinenses.

A rigor, os autores aqui estudados captam na obra de SCHUMPETER, somente aquilo que lhes auxilia teoricamente na exaltação ao empresariado catarinense, na medida que não vêem, ou omitem, em suas obras aquilo que eles próprios não podem mencionar. "Assim, temos aqui dentro de um grupo social [os empreendedores] que possui grande peso político, um forte e inegável interesse econômico em coisas tais como tarifas protecionistas, cartéis, preços de monopólio, exportações forçadas (dumping), uma política econômica agressiva, uma política externa geralmente agressiva e guerra, incluindo guerras de expansão, de caráter tipicamente imperialista".⁸² A vasta contribuição de SCHUMPETER, se corretamente estudada, não conduz a interpretações tão simplistas, parciais ou mesmo distorcidas de sua obra. O trecho abaixo, em seu clássico, "Capitalismo, Socialismo e Democracia", de 1942 ilustra a sua visão sobre o capitalismo. "A tese que nos esforçaremos por provar é a que as realizações presentes e futuras do sistema capitalista são de tal natureza que repelem a idéia da sua derrocada sob o efeito do colapso econômico, mas, também, que.

⁸² - Esta referência a SCHUMPETER, relativa a seu livro: "Zur Soziologie der Imperialismen" (1919), é citada em HILFERDING, Rudolf. O capital financeiro, São Paulo, Abril Cultural, 1984, p. 16.

por outro lado, o próprio êxito do capitalismo solapa as instituições sociais que o protegem e criam. inevitavelmente (G.A.), as condições em que não lhe será possível sobreviver e que apontam claramente para o socialismo como seu herdeiro legítimo. Nossas conclusões finais não diferem, por muito que possa diferir nossa argumentação, por conseguinte, daquelas a que chegam a maioria dos escritores socialistas e, em particular, todos os marxistas. Mas não é necessário ser socialista para aceitá-las. O prognóstico nada implica sobre a desejabilidade do curso dos acontecimentos que se predizem. Se um médico prediz que o paciente morrerá em breve, não quer dizer que ele deseje a sua morte. Pode-se odiar o socialismo, ou pelo menos submetê-lo ao crivo de uma crítica fria e, não obstante prever seu advento. Muitos conservadores previram e prevêm isso" (SCHUMPETER, 1961: 80).

Entretanto, o portentoso enriquecimento privado existente em Santa Catarina não se explica somente a partir da exploração da força de trabalho catarinense, por parte dos grandes grupos econômicos. Nesse caso embora os schumpeterianos omitam em suas análises, o Estado tem um papel fundamental na acumulação de capital, especialmente dos grandes grupos.

Entende-se nesta dissertação, que desde o processo de ocupação e colonização⁸³ a intromissão estatal faz-se presente.

⁸³ - A transformação de Blumenau, de colônia particular a oficial é uma demonstração do papel do Estado no Brasil e em Santa Catarina, onde a ele se recorria, em diversas situações. "...tornava-se forçoso concluir que, como empreendimento particular, a colônia só poderia proporcionar lucros a longo prazo e após maciças inversões de capital, para as quais o Dr. Blumenau não passava recursos. Propôs ele, portanto, ao governo imperial que este lhe comprasse a colônia. A transação efetuou-se em 1859. Pelos seus termos o poder público recebeu terras numa extensão de 23,75 léguas quadradas (exceto alguns terrenos, num total de 8.500 jeiras, que ficaram em posse do Dr. Blumenau), bem como todas edificações, estradas, pontes, plantações e os débitos do colonos para com o antigo proprietário, da ordem de 40 contos.

inicialmente de uma forma não tão incisiva. Especialmente a partir de 1960, com os planos de governo, criação das instituições de crédito, melhoria na infra-estrutura, é que o aparelho estatal passa a ter uma atuação econômica direcionada para a acumulação de capital privado.

Trabalha-se aqui com o fato de que os grupos empresariais catarinenses não teriam tamanho êxito em suas atividades, se seus proprietários e dirigentes não desenvolvessem, aos longo dos anos, um íntima relação com o poder público, buscando facilidades para os seus empreendimentos. AQUINO⁸⁴ é enfático ao mostrar o interesse dos empresários junto ao poder político: "As empresas, sobretudo as de grande porte, crescem em grande parte, como fruto de lances políticos, da capacidade de seus dirigentes em saber burilar as intimidades do Poder, de investir nos poderosos. Há empresários bancando as mais variadas e antagônicas candidaturas, principalmente para cargos na esfera federal, mormente para Presidente da República, não importando o rótulo ideológico dos candidatos, com o intuito de ficar "bem" com o vencedor e com isso assegurar tranquilidade - e vantagens - a seus negócios...As multinacionais usam outra estratégia. Costumam cooptar com as autoridades dominantes no país onde elas operam. Rara a multinacional não ter um ex-figurão da República (ou pessoas com grande prestígio junto a cúpula governamental) em sua diretoria ou Conselho de Administração, com a incumbência de fazer o tráfico de prestígio...A habilidade política, imprescindível para sobrevivência da empresa, é atribuição da alta direção da organização, especialmente do Conselho de Administração e da Presidência Executiva" (AQUINO, 1991: 45-46).

O preço total foi fixado em 120 contos, dos quais Blumenau só recebeu 35, pois 85 contos foram descontados pelos adiantamentos e empréstimos feitos anteriormente" (SINGER, 1977: 103).

⁸⁴ - AQUINO, Cleber (org.). História Empresarial Vivida: depoimentos de empresários brasileiros bem sucedidos, Editora Atlas, São Paulo, 1991, vol. V, pg. 265.

Por conseguinte, tem-se como uma das hipóteses centrais deste trabalho, o estreito vínculo que é estabelecido historicamente entre os interesses privados e a ação estatal, tanto no Brasil quanto em Santa Catarina. Ver o enriquecimento privado, excluindo ou minimizando a intervenção do Estado em Santa Catarina, constitui-se numa forma de ideologizar a análise.⁸⁵

As recentes pesquisas desenvolvidas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), especialmente no Curso de Mestrado em Sociologia, nos dão significativas ilustrações, do direto envolvimento, inclusive participação própria, do empresariado catarinense no aparelho do Estado, objetivando obter vantagens para seus grupos empresariais. Inicialmente tem-se BENAKOUCHE,⁸⁶ onde os autores analisam os 15 maiores grupos econômicos da região Sul do Brasil, e em Santa Catarina, a Hering, Artex, Sadia e Perdigão, mostrando a estratégia de crescimento dos grupos, estreitamente vinculada aos benefícios estatais. AGUIAR⁸⁷ utiliza todos os instrumentos que a burguesia catarinense utilizou para eleger governador o seu representante, Esperidião Amin (ex-PDS, atual PPR) em 1982, onde só evidencia que os interesses de tal elite vão muito além da propalada preocupação

⁸⁵ - CUNHA, Idaulo José., o primeiro autor analisado nesta parte, é um dos schumpeterianos, que mais participou da ação estatal, visando auxiliar a burguesia catarinense, dadas as funções que exerce no BRDE e mesmo na participação da elaboração de diversos "Diagnósticos Setoriais" sobre a economia catarinense, objetivando o financiamento de tais setores. Mesmo na condição de concededor dos incentivos estatais às empresas catarinenses, o autor não deixa de fazer apologias ao empresariado catarinense.

⁸⁶ - BENAKOUCHE, R. (org.). Grupos Empresariais da Região Sul do Brasil, UFSC - Núcleo de Política Científica e Tecnológica, Mimeografado, Florianópolis, 1985, pg. 259.

⁸⁷ - AGUIAR, Itamar. As Eleições de 1982 para Governador em Santa Catarina: Táticas e Estratégias das Elites no Confronto com as Oposições, Dissertação de Mestrado, UFSC, Mimeografado, Florianópolis, 1991, pg. 312.

com eficiência empresarial. interna à empresa. GIESE⁸⁸ estuda como o empresariado do setor têxtil e agroindustrial beneficiou-se de facilidades creditícias, fiscais, e outras, através de sua influência junto ao poder público estadual, principalmente, CARIO⁸⁹ a partir dos conglomerados econômicos de Santa Catarina, também versa sobre a direta influência dos mesmos nas propostas de política econômica, em nível estadual e nacional, apesar da afirmação pública do discurso neoliberal de não intervenção estatal.

XAVIER chega inclusive a afirmar que a relação das empresas e grupos privados com o Estado é tão significativa, do ponto de vista do enriquecimento privado, que no Brasil a acumulação de capital não se sustenta somente sobre a propriedade dos meios de produção, a forma clássica do enriquecimento, via extração da mais-valia. Segundo XAVIER, no Brasil a corrupção constitui-se num objeto de grande interesse de estudo, dado que aqui, a mesma não ocorre de forma esporádica, ocasional ou fortuita: a apropriação do patrimônio público é regra. A "economia política da corrupção", é, segundo o autor entendida como "o enriquecimento privado sem base na propriedade privada dos meios de produção".⁹⁰ Em outras palavras, as pessoas, empresas e grupos econômicos, não tem mais seu enriquecimento sustentado somente na posse dos meios de produção, acumulação em sua forma clássica (primórdios do capitalismo), mas podem acumular riquezas

⁸⁸ - GIESE, Barbara. A Atuação Política do Empresariado Catarinense dos Ramos Têxtil e Agroindustrial: demandas e canais de influência (1970-1985), Dissertação de Mestrado, UFSC, Mimeografado, 1991, pg. 149.

⁸⁹ - CARIO, Sílvio Antônio Ferraz. Conglomeração de Capitais e Empresariado: dinâmica capitalista, valores e posições de classe, Dissertação de Mestrado, UFSC, Mimeografado, Florianópolis, 1991, IIo. volume, pg. 474.

⁹⁰ - Em palestra proferida em Campina Grande/PB, 2o. semestre de 1991.

a partir do nada, ou melhor, a partir de influência política junto ao Estado. Basta uma assinatura em Brasília para que alguém possa enriquecer, não necessitando previamente ter posse sobre coisa alguma. é o papel peculiar que o Estado vem a desempenhar no Brasil, de maior comprador, vendedor, empregador, emprestador, enfim o agente econômico mais importante.⁹¹

Em Santa Catarina, desde o início do processo de ocupação, as classes dominantes apoderam-se do aparelho estatal, constituindo oligarquias que mantêm-se no domínio político e econômico há quase um século.

O livro de HERING, "Colonização e Indústria no Vale do Itajaí" é farto em passagens que ilustram o vínculos políticos-econômicos estabelecidos entre certos imigrantes "empreendedores" e o poder político estadual. A Cia. Têxtil Carlos Renaux (nome do proprietário), uma das empresas que a autora analisa, tem uma atuação política significativa sempre muito próxima dos governantes desde que é instalada em Brusque. "...em 1908 Carlos Renaux obteve do governador de Santa Catarina, Gustavo Richard, a concessão para a exploração de calcário e compra de 412 ha de terras...Ao mesmo tempo, apresentou memorial ao ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas sobre a estrada de ferro Itajaí-Lages-Passo Fundo (Rio Grance do Sul), com um ramal Brusque-Estreito (Desterro). Enquanto o industrial se comprometia com a construção de uma fábrica de cimento, o governo deveria encarregar-se da construção de uma estrada para acesso à área" (HERING, 1987: 166). Carlos Renaux, foi cônsul brasileiro na Europa, "...o retorno à Europa onde ocuparia posição de certo

⁹¹ - Uma ilustração da importância da corrupção, como um mecanismo de enriquecimento, na atual fase do capitalismo, evidencia-se, com a oferta por parte da Universidade de Buenos Aires, de um curso que estudará a corrupção. Ao invés de estudar teóricos de toda a ordem, o mesmo será baseado em leituras do dia-a-dia de juizes, executivos e homens públicos (Expresso em: TIME, No. 19, Maio 10, 1993, p. 8).

destaque em sua terra natal, naturalmente influenciaram as relações que sempre cultivara nos círculos políticos do estado, seja como deputado, seja como intendente do município de Brusque, numa época em que Santa Catarina contava com figuras proeminentes na vida política nacional...Sobre sua missão em Baden-Baden Carlos Renaux escreveu, em 17 de abril de 1923, ao então governador de Santa Catarina, Hercílio Luz. (...) muito me dedico a propaganda em favor do nosso estado e tenho a certa esperança que em breve posso encaminhar para ai gente de escol, lavradores ricos e hábeis, possuidores de grandes terrenos na Alta Silésia, que vão vender porque não se podem conformar com o regime polaco. Como são donos de excelentes rebanhos de gado de raça que querem levar consigo a Santa Catarina, aconselhei-os de comprar terrenos particulares entre o Itajai e o Tijucas. Na vizinhança de Tijucas há um terreno na beira-mar que se presta magnificamente para pastagem. Convém que o doutor Guilherme (Engenheiro Agrônomo, filho de Carlos Renaux), requeira esse terreno por compra ao estado e desde já rogo ao iminente amigo de estender sua benevolência a essa nova pretensão" (Idem, ibidem, p. 236-37). Essas transcrições ilustram o estreito vínculo, dos chamados "empresários, empreendedores e inovadores", com o aparelho estatal, tanto em nível estadual, quanto federal.

Outro caso muito importante dos vínculos históricos da burguesia com o poder político, e sua clara compreensão de que o enriquecimento privado não se constitui somente dentro da fábrica, através da capacidade empresarial e na exploração do trabalho, é o de Attilio Fontana, fundador da SADIA. A empresa foi fundada em 1944, na cidade de Concórdia, Oeste de Santa Catarina. Seu proprietário entretanto permanece somente 2 anos na direção interna da empresa, pois em 1946 é vereador de Concórdia; em 1950, prefeito; em 1954 e 1958, deputado federal; em 1961, Secretário dos Negócios da Agricultura, no Governo Celso Ramos; em 1962, senador da república; e em 1970 vice-governador do estado. Constatam-se, dessa forma, os vínculos históricos dos

"empreendedores-schumpeterianos" com o aparelho estatal.

Pôr fim, entende-se que não será possível desconhecer o pioneirismo dos imigrantes que chegam em Santa Catarina, entretanto há que se relativizar tal importância, pois, do modo como querem os schumpeterianos, explicar o magnífico enriquecimento dos grupos empresariais catarinenses, exclusivamente a partir da capacidade da ação empresarial, constitui-se numa simplificação e distorção da realidade sócio-econômica catarinense.

Além dos aspectos já mencionados, quanto a estreita vinculação do empresariado catarinense com o Estado,⁹² bem como em relação a superexploração do trabalho, cabe observar ainda que as empresas locais notabilizam-se também, na relação capital versus trabalho, pela expropriação, não só da mais mais-valia, mas também do saber do trabalhador catarinense. Nos contatos com as empresas catarinenses, verificou-se a ocorrência de muitos casos em que as descobertas dos trabalhadores, objetivando a melhoria do processo produtivo (entenda-se redução do processo de produção), simplesmente foi incorporado pelas empresas, sem qualquer retribuição para os trabalhadores que as desenvolvem.

Ocorre também em muitas empresas catarinenses, nas suas relações com os proletários, o incentivo à dupla jornada de trabalho. Tal fato observa-se especialmente, no incentivo por parte das empresas para que seus operários, além do cumprimento da jornada normal de trabalho, desenvolvam em suas residências trabalhos específicos, especialmente no âmbito da produção alimentar.⁹³ Tal situação ilustra-se no "Jornal da HERING".⁹⁴

⁹² - Aspecto a ser aprofundado na 2a. parte deste trabalho.

⁹³ - Muitos trabalhadores catarinenses trabalham nos centros urbanos, e tem suas residências próximos, entretanto, no meio rural, residem em pequenas propriedades, o que lhes possibilita

que afirma: "Está provado. Trabalhar na cidade e morar no campo dá um sabor especial à vida. Tanto que muita gente é capaz de enfrentar uma sessão extra na lavoura, mesmo depois de uma madrugada inteira de serviço...a produção caseira ajuda no orçamento doméstico mas não dá para sustentar a família..." (HERING Têxtil. Depois do expediente...começa uma nova jornada). A produção da segunda jornada concentra-se basicamente em produtos alimentares (aipim/mandioca, batata-doce, verdura, frutas, farinha de mandioca, geléias, conservas, doces, queijo, carne e outras). Tal incentivo objetiva fazer com que os trabalhadores produzam bens que venham a completar a renda familiar, o que caracteriza não uma possibilidade de melhoria das condições de vida, mas uma necessidade para complementar a remuneração ínfima percebida por estes.

Viu-se portanto, a lógica interpretativa dos schumpeterianos, que atualmente⁹⁴, ainda identificam no

desenvolver a produção de certos bens alimentares.

⁹⁴ - Jornal HERING Têxtil, Número 16 - Ano 2 - Março de 1993, pp. 06 e 07.

⁹⁵ - Na mesma lógica - defesa incondicional do empresariado catarinense -, surge em 1991 a revista "Expressão - Economia & Empresas", que, muito além das informações, assume a mais aberta apologia do empresariado catarinense, correntemente enaltecendo sua capacidade empresarial, modernizadora, concorrencial, e outras. Esta publicação, objetiva ser uma espécie de voz da burguesia catarinense, cumprindo um papel muito mais ideológico do que informativo. A edição especial, "Pioneiros Catarinenses", de 1992, com o devido apoio financeiro do BESC, por ela chamado de "Parceiro dos pioneiros", o BESC, a revista analisa a história empresarial de 13 empresas catarinenses, enaltecendo os pioneiros. "A parceria entre o pequeno agricultor e as empresas transformou o estado num império de vitoriosas agroindústrias e cooperativas. Contando com o segundo maior pólo têxtil do planeta - Blumenau - Santa Catarina mantém um parque industrial diversificado, criativo e surpreendente. Muito disso se deve e faz parte do sonho de homens que tiveram a coragem de levar adiante projetos visionários. Em poucas ocasiões juntou-se em um único ponto pioneiros destinados a tanto sucesso...Que a aventura desses homens sirva de inspiração para os novos pioneiros

empresariado catarinense a responsabilidade maior pela singularidade do parque industrial do estado.

Portanto, após análise desses e dos periféricos, analisa-se as outras contribuições (MAMIGONIAM, SINGER e CASTRO).

catarinenses, que enfrentam tempos tão árduos como aqueles e vão precisar de muita imaginação e convicção para poder realizar suas façanhas empresariais" (Expressão/Pioneiros Catarinenses, 1992, p. 05).

Capítulo 3 - Outras Contribuições

Neste capítulo, serão abordadas três contribuições a temática, isto é, estudos acerca da evolução econômica-social de Santa Catarina.

Tais análises referem-se não precisamente a contribuições isoladas, mas sim a autores que trabalham com variáveis distintas das expressas nos capítulos anteriores.

Nesse sentido, primeiramente tem-se as considerações de MAMIGONIAM, sustentando que a base da acumulação de capital em Santa Catarina está na pequena produção mercantil. Consoante o autor, a evolução econômica de Santa Catarina tem suas bases calcadas na evolução da pequena produção mercantil, esta desenvolvendo-se ao longo dos anos, a partir da reconversão produtiva dos excedentes.

O segundo autor considerado é SINGER, que ao analisar a formação e desenvolvimento de Blumenau, considera como variáveis básicas, a produção camponesa, e a lenta e segura inserção da economia catarinense à nacional, através de mercadorias de boa qualidade.

Finalmente analisa-se a contribuição de CASTRO, que estabelece uma caracterização da industrialização nacional, comparada ao desenvolvimento das indústrias regionais. Instaura um debate com SINGER e MAMIGONIAM com relação ao futuro de Blumenau, dado o predomínio ali existente, do ramo tradicional, isto é, o setor têxtil.

Para análise dos supracitados, usa-se a metodologia aplicada

até o momento, isto é, uma breve síntese das concepções dos autores mencionados, seguida da crítica, a partir da perspectiva teórica que norteia este trabalho.

3.1 - Armen MAMIGONIAM

Sendo um dos autores mais referenciados nos trabalhos relativos ao estado de Santa Catarina, MAMIGONIAM constitui individualmente uma matriz de interpretação da industrialização catarinense. Este busca em seus estudos, mostrar que a industrialização catarinense forma-se num processo contínuo de acumulação de capital, onde os excedentes vão sendo reconvertidos produtivamente, a partir da pequena produção mercantil, dando as bases dos grupos empresariais que hoje existem em Santa Catarina. Por conseguinte, MAMIGONIAM parte do pressuposto de que os grupos econômicos hoje radicados em Santa Catarina originam-se a partir da pequena produção mercantil, através do importante papel dos imigrantes, com o respectivo domínio de técnicas produtivas, lógica do trabalho e pionerismo.

Em sua análise da estrutura econômica de Santa Catarina, identifica ser o estado, na média (população em relação a produção industrial), mais industrializado que o Brasil. Tal constatação o leva a afirmar que a interpretação dos periféricos, bem como dos schumpeterianos, não reflete a realidade catarinense. "...são muito difundidas duas análises a respeito da indústria catarinense: a) a que tem a tendência a exaltar as especificidades regionais, valorizando a capacidade empresarial, o espírito de disciplina e de organização; b) a que tem tendência de ver Santa Catarina como um apêndice industrial do Brasil-Sudeste, sobretudo de São Paulo e por este explorado. A primeira visão origina-se das primeiras colocações a respeito da origem artesanal da Indústria do Brasil e atende, parcialmente, às necessidades ideológicas dos grupos empresariais. A segunda estimula uma visão de tipo centro-periferia cepalino, minimizando como no primeiro caso, as relações sociais na gênese, na evolução

e no presente da indústria catarinense e também serve, como na primeira análise, a um certo tipo de regionalismo conservador" (MAMIGONIAM, 1986: 104). Conseqüentemente, observa-se que o autor critica os periféricos e schumpeterianos, pelas razões por ele acima apontadas.

Nesta dissertação procede-se a análise das três principais publicações de MAMIGONIAM sobre a economia e industrialização de Santa Catarina.⁸⁶

Em "Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau", MAMIGONIAM estuda principalmente como se gestam as indústrias, ou melhor o processo de industrialização, razão pela qual é sobre este estudo a maior abordagem.

O autor parte do pressuposto de que as iniciativas industriais no Brasil, podem ter quatro tipos: 1a.- "capitalistas sem capitais"; 2a.- "fazendeiros e comerciantes"; 3a.- "iniciativas estatais"; e, 4a.- "iniciativas estrangeiras" sendo que Santa Catarina se adequa ao 1o. caso. "...capitalistas sem capitais (G.A.), gente de origem modesta, imigrantes europeus sobretudo, com experiência industrial ou não, antes de se lançarem à aventura industrial, aos quais podemos acrescentar os modestos comerciantes de import-export (G.A.) das zonas de colonização européia do sul do Brasil..." (MAMIGONIAM, 1965: 391). Viu-se que para o autor em Santa Catarina, tem-se "capitalistas" que não detém os meios de produção.

⁸⁶ - MAMIGONIAM, Armen. "Estudo geográfico das indústrias de Blumenau", in Revista Brasileira de Geografia, IBGE, Vol. 27, No. 3, julho-setembro, Rio de Janeiro, 1965. pp. 389-481.; Brusque: estudo de geografia urbana e econômica, Sociedade Amigos de Brusque, 1960, pg. 16; Santa Catarina. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. Subchefia de Estatística, Geografia e Informática, Atlas de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Aerofoto Cruzeiro, 1986, 173, pp. 104-106.

Com relação as regiões do estado, o autor identifica três zonas industriais. As regiões de colonização alemã (Vale do Itajaí e Nordeste), a região carbonífera (Sul) e de produção alimentar (Oeste).

MAMIGONIAM considera a primeira, de colonização alemã, a mais industrial e rica do estado. O Sul do estado é a região da indústria carbonífera, que envia sua produção ao Rio de Janeiro, para a Usina Siderúrgica de Volta Redonda. Finalmente a "zona pioneira do oeste", que se forma com base na pequena propriedade agrícola, dando origem à região alimentar com a maioria da produção sendo enviada para São Paulo. "Para se ter uma idéia da importância relativa das diferentes zonas industriais de Santa Catarina, é interessante lembrar que as zonas de colonização alemã somam aproximadamente 50% da produção industrial e somente 20% da população, enquanto para a zona pioneira do oeste, as porcentagens são respectivamente 15% e para a zona do carvão, são 17% e 10% (Idem, ibidem, p. 391).

Entre as razões que levam ao processo de industrialização das regiões de colonização alemã, o autor considera fundamental o espírito de iniciativa, o domínio da técnica ou do comércio, adquiridos na Alemanha pelos imigrantes que tem sua vinda para o Brasil, devida às crises européias do século XIX e XX.

MAMIGONIAM, tal como SILVA, CEAG, CUNHA e BOSSLE, atribui a origem dos excedentes econômicos a agricultura e ao sistema colônia-venda. "...comerciantes que não se contentavam apenas em orientar a vida econômica nas suas zonas de influência, mas também possuíam barcos para ir até Itajaí, o porto marítimo, e mesmo até mais longe,...Todos estes comerciantes partiram de negócios modestos" (Idem, ibidem, p. 397).

Para o autor portanto, a estrutura de colonização (pequenas propriedades agrícolas) de Blumenau é a maior responsável pela

industrialização pois gera os excedentes, via comércio, que em boa parte permanece na região, gerando a base monetária para o início de sua industrialização. "Por outro lado, este tipo de colonização criou um mercado de consumo relativamente amplo, graças à divisão social do trabalho e ao nível de vida, bem superior à média brasileira e repartido mais ou menos uniformemente entre todos os habitantes: a estrutura social e econômica era bastante democrática" (Idem, ibidem, p. 398).

Ressalta ainda MAMIGONIAM, que as iniciativas empresariais do processo de industrialização são predominantemente locais, a partir de pequenos empreendimentos industriais.

A industrialização de Blumenau, segundo o autor, é estruturada a partir de distintas profissões e origem de capitais, estes últimos sendo: 1) os já industriais; 2) vinculados ao comércio de exportação-importação; representação comercial, e trabalhadores de escritórios; 4) qualificados, mestres, operários e artesões. "...os industriais de Blumenau eram o mais frequentemente capitalistas sem capitais (G.A.), no sentido de que tinham espírito de iniciativa mais ou menos desenvolvido, mas quase nenhum recurso financeiro" (Idem, ibidem, p. 404).

O constante contato com a Alemanha também constituiu-se numa das bases da industrialização de Blumenau, segundo MAMIGONIAM. "Portanto, no processo da industrialização, Blumenau foi obrigada a procurar contatos fora dela, no Brasil e no estrangeiro, sobretudo na Alemanha. Simplesmente porque a Alemanha era o país de origem e tinha um potencial e uma experiência industrial" (Idem, ibidem p. 404).

Outro carácter fundamental para o processo de industrialização é a oferta de mão-de-obra não qualificada, cuja origem remonta ao anterior período de sobrevivência da pequena

propriedade, onde esta, inviabilizada, deixa como última perspectiva para os colonos, seu ingresso nas fabricas.

Juntamente com os aspectos abordados, a colonização alemã, a origem local do capital, os contatos com a Alemanha, e a origem da mão-de-obra industrial, MAMIGONIAM aponta ainda o mercado consumidor nacional e local como fundamentais para a gênese da industrialização de Blumenau.

Ao concluir sua análise sobre o processo de industrialização de Blumenau, afirma MAMIGONIAM: "Comparável a colonização dos Estados Unidos no século XIX, em proporção numérica bem outra, evidentemente, a colonização alemã em Blumenau trouxe, em si mesma, a indústria, se se considerar que seus membros, provenientes de uma civilização em pleno desenvolvimento industrial, trouxeram eles mesmos esta civilização, da mesma forma como os italianos introduziram no Brasil-Sul a produção do vinho e do arroz irrigado. Assim, pode-se dizer que se a colonização do Dr. Blumenau (G.A.), por causa da sua riqueza humana, no lugar de ser em Santa Catarina, se localizasse não importa onde, os resultados essenciais seriam os mesmos" (Idem, ibidem, p. 416).

Na segunda parte de seu trabalho, MAMIGONIAM, após ter analisado os aspectos gerais da implantação das indústrias em Blumenau, passa a analisar o "balanço geográfico econômico destas indústrias", com base na estrutura financeira, estrutura dos estabelecimentos, a mão-de-obra, a maquinaria, o consumo de eletricidade, as matérias-primas, a produtividade e a conjuntura econômica.

Com relação a estrutura financeira e distribuição espacial dos acionistas, o autor afirma que predomina o capital local, onde a participação acionária geralmente limita-se à família. Especificando um pouco mais a estrutura financeira das empresas,

MAMIGONIAM diferencia 4 tipos: "...1) aquelas nas quais a maioria dos capitais pertencem aos acionistas exteriores ao centro industrial; 2) aquelas nas quais a maioria dos capitais são blumenauenses e pertencem total ou quase totalmente (mais de 90%) a uma única família; 3) aquelas nas quais a maioria dos capitais são blumenauenses e pertencem totalmente ou em grande maioria (mais de 60%) a duas ou três famílias; 4) aquelas nas quais a maioria dos capitais são blumenauenses e pertencem a várias famílias, entre as quais, uma é dominante (mais de 25%) (Idem, ibidem, p. 421). Ainda quanto à estrutura financeira, o autor faz menção também aos financiamentos junto a instituições, tais como Banco do Brasil e BNDE. Já em 1965, o papel dos financiamentos estatais é notado, mas não é aprofundada a análise sobre os mesmos, o que também não se faz no artigo publicado em 1986, o último trabalho do autor a analisar-se aqui.

Quanto à estrutura das empresas, MAMIGONIAM afirma existirem pequenas, médias e grandes empresas, sendo que as denominadas grandes incorporam maior parte da mão-de-obra. Estas têm uma produção profundamente integrada, tendo tecelagem ou malharia, fiacção, tinturaria, marcenaria, oficina mecânica. Em 1958 há 13 empresas deste tipo, que empregam 75,9% dos 8.948 trabalhadores de Blumenau.

Ao analisar a mão-de-obra, MAMIGONIAM afirma: "Nós estamos diante do mais importante núcleo de produção deste estado, com uma mão-de-obra marcada por sua origem alemã, pelo dinamismo do centro industrial, pela predominância da atividade têxtil, e pela política industrial que tende a diminuir a parte dos salários no preço de custo" (Idem, ibidem, p. 433). A origem alemã do trabalho, para o autor influencia na qualidade do mesmo, visto que o patrão, em virtude da origem idêntica ao do trabalhador, busca ser visto como um protetor do último.

Ainda quanto à mão-de-obra, MAMIGONIAM destaca a

participação feminina que em 1958 representava 45,7% dos 8.948 trabalhadores. Também os menores ocupam um papel significativo, sendo que no mesmo ano estes representam, 17,6% da mão-de-obra.

Ao abordar a maquinaria industrial, o autor afirma que inicialmente a maioria destes equipamentos são importados, especialmente da Alemanha. Com a evolução da industrialização e a diversificação produtiva, os mesmos passam a ser adquiridos junto a produtores nacionais e mesmo locais, isto é, de Blumenau. Algumas empresas passam a desenvolver suas próprias máquinas.

Quanto à origem das matérias primas, tal como as máquinas, inicialmente elas são, em parte importadas basicamente da Alemanha o restante na região de Blumenau. "Os estabelecimentos que importavam matérias-primas estrangeiras orientaram-se pouco a pouco em direção a um aprovisionamento nacional, comprando e transformando matérias brutas importadas anteriormente..." (idem, ibidem, p. 442).

No tocante à produtividade do trabalho o autor vai caracterizar três tipos de empresas: 1o. - as que elevam a produção, juntamente com a mão-de-obra, embora esta em menor intensidade; 2o. - as que aumentam da produção, com a redução da mão-de-obra; 3o. - aumento da produção e mão-de-obra na mesma intensidade. "O estudo que acabamos de fazer nos conduz a distinguir três tipos de produção industrial em Blumenau quanto ao grau de transformação das matérias-primas: 1) 71,7% da produção resultam de forte valorização (200%) das matérias primas, empregando muita mão-de-obra (84,2% do total); 2) 21,3% da produção resultam de muito fraca valorização (14,2%) empregando uma mão-de-obra muito reduzida (10,2%); 3) 7,3% da produção são um tipo intermediário: as matérias-primas são valorizadas de 53,1% por 5,6% da mão-de-obra blumenauense" (idem, ibidem, p. 450).

Finalmente, com relação ao destino da produção blumenauense observa MAMIGONIAM, que o mercado nacional absorve em 1956, 80,2% da produção industrial de Blumenau e 9,8% dirige-se ao consumo estadual e 9,5% para os Estados do Rio Grande do Sul e Paraná. Entre as mercadorias produzidas destacam-se, os têxteis, tabaco, alimentos, metais, instrumentos musicais e brinquedos.

Ao concluir a análise sobre a estrutura industrial de Blumenau, afirma MAMIGONIAM: "A proveniência muito distante de grande parte das matérias-primas e o destino em grande maioria nacional dos produtos blumenauenses, põem o problema do custo de transporte das matérias primas e dos produtos. Ora, para escapar a este handicap (G.A.), a produção destinada aos mercados nacionais se orienta desde a sua origem em direção a uma produção especializada e de qualidade. Neste sentido, a origem alemã de Blumenau sempre foi um fator essencial de êxito, por causa da experiência industrial, do trabalho qualificado e mais barato e por outras razões que analisamos" (Idem. ibidem, p. 455).

Há ainda, segundo o autor, outras variáveis com relação ao processo de industrialização de Blumenau, consideradas porém, como menos relevantes para o propósito desta dissertação.

Como corolário MAMIGONIAM afirma: "Blumenau pertence à família dos centros industriais das zonas de colonização européia do Brasil-Sul, cuja implantação industrial começou no fim do século XIX, durante a primeira fase da industrialização do Brasil. Estas zonas obtiveram excedentes econômicos modestos da policultura local, ao inverso de São Paulo, onde a crise do café permitiu a transferência de capitais muito importantes para o setor industrial" (Idem, ibidem, p. 477).

No segundo trabalho aqui analisado, sobre a história de

Brusque, o autor⁹⁷ mantém a mesma lógica interpretativa aplicada para analisar a colonização e industrialização de Blumenau, resguardando-se obviamente, as especificidades de Brusque.

O autor identifica inicialmente dois períodos no desenvolvimento econômico de Brusque, o primeiro que se situa entre 1860 e 1918 - "produção agrícola colonial" e o segundo pós-primeira guerra mundial, em que ocorre o predomínio das atividades industriais.

No período da produção agrícola, destaca-se a colônia enquanto base da produção dos bens necessários à subsistência familiar, e também dos excedentes. Tais excedentes são trocados nas vendas, por mercadorias necessárias aos colonos. "Portanto, em última análise, a evolução para a fase industrial não seria possível se o sistema colônia-venda (G.A.) não lhe tivesse assentado as bases financeiras" (MAMIGONIAM, 1960: 06).

O segundo período, o da industrialização, constitui-se antes da Primeira Guerra Mundial, e consolida-se com o advento da mesma, devido à ampliação dos mercados consumidores. Portanto, o mercado nacional é uma das bases da industrialização de Brusque. Além dele deve-se considerar ainda que, "Em grande parte, portanto, o aparecimento das tecelagens e posteriormente das fiações provém da industrialização de Brusque ter-se iniciado muito cedo, isto é, no primeiro impulso da industrialização brasileira (fim do séc. XIX)" (Idem, ibidem, p. 09).

"A agricultura nasceu democrática e o comércio passou a ser o setor onde se concentravam os elementos mais capazes (Bauer, Krieger, Buettner, Renaux) e praticamente a única fonte de

⁹⁷ - MAMIGONIAM, Armem. Brusque: estudo de geografia urbana e econômica, Sociedade Amigos de Brusque, 1960, pg. 16.

acumulação de capital. Assim sendo, do comércio nasceram dois fatores da industrialização: os empreendedores e os capitais em sua mãos" (Idem, ibidem, p. 09). Observa-se portanto, a grande importância atribuída pelo autor ao comércio e aos empreendedores.

Na industrialização de Brusque há o predomínio do setor têxtil, sendo, em 1958, responsável por mais de 60% da produção industrial do município. Dentre as têxteis, há o domínio quase absoluto das grandes empresas, Renaux, Buettner e Schlosser. "A explicação mais verdadeira parece ser o fato de que todas as empresas surgiram pequenas e só alcançaram o poderio atual depois de uma evolução de muitos anos; em outras palavras: não nascendo de um só golpe, a localização das fábricas nem sempre se fez considerando fábricas futuras" (Idem, ibidem, p. 12). MAMIGONIAM analisa a evolução das empresas a partir, preponderantemente, da ação privada.

A exploração da mão-de-obra, embora não enfatizada por MAMIGONIAM, também constitui-se numa base da acumulação de capital em Brusque. "Por isto mesmo o recrutamento da mão-de-obra é de pura substituição das baixas (G.A.) cadas: há uma permanente renovação das moças que ficam dos 14 aos 18 anos nas fábricas por novas moças de 14 anos. Daqui para o futuro, segundo tudo indica, o crescimento populacional vai se chocar com a restrição do mercado de trabalho" (Idem, ibidem, p. 15). Ilustra-se portanto, também a exploração de menores e mulheres.

Até o momento foram analisados dois trabalhos de MAMIGONIAM, escritos na década de 60, estudando especificamente a industrialização do Vale do Itajaí. Será abordado agora, o artigo do autor publicado já na segunda metade dos anos 80, versando sobre a industrialização catarinense como um todo.

Cabe ressaltar ainda, que MAMIGONIAM, neste artigo, mantém a

mesma lógica interpretativa dos trabalhos anteriores, introduzindo entretanto, a crítica à interpretação dos periféricos e schumpeterianos.

MAMIGONIAM, ao analisar a indústria catarinense, no Atlas de Santa Catarina,⁹⁸ inicia sua reflexão, evidenciando a pouca expressividade de tal setor, ainda por volta de 1960. "...Santa Catarina era vista como mero território de passagem entre São Paulo e Rio Grande do Sul..." (MAMIGONIAM, 1986:104).

O autor se detém sobre a formação e desenvolvimento da industrialização catarinense, demonstrando a dispersão dos grupos econômicos por todas as regiões do estado; a participação crescente do estado no PIB nacional - 1980=3,04% e 1985=3,84% -; a influência da indústria artesanal alemã e italiana na industrialização catarinense; conclui afirmando que na média, Santa Catarina é mais industrializada que o Brasil.

Agora portanto, MAMIGONIAM questiona as interpretações dos periféricos e schumpeterianos, considerando-as limitadas para explicar a realidade catarinense.

Ao abordar a história da industrialização catarinense, o autor atribui destaque à indústria artesanal lá existente, sob a influência dos imigrantes europeus. Artesões, pequenos agricultores, comerciantes e operários evidenciam a divisão do trabalho já existente, quando da vinda dos mesmos para o Brasil, em meados do século XIX, constituindo, para MAMIGONIAM, uma pequena mas importante produção mercantil.

Dada a fundamental importância dos imigrantes no processo de

⁹⁸ - MAMIGONIAM, Armen. Santa Catarina. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. Subchefia de Estatística, Geografia e Informática, Atlas de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Aerofoto Cruzeiro, 1986, 173 p., pp. 104-106.

industrialização estadual, MAMIGONIAM questiona também a existência de um modelo catarinense de desenvolvimento e enfatiza a importância da pequena produção mercantil: "Neste sentido, falar em modelo catarinense de desenvolvimento nos parece restritivo, pois o fator fundamental, a pequena produção mercantil transplantada da Europa do século XIX, ocorreu nas áreas de colonização do Rio Grande do Sul; Santa Catarina e mesmo Paraná e seu êxito industrial contrasta com a fraqueza até recentemente, da industrialização, nas áreas de pecuária extensiva (Campanha Gaucha, Campos de Lages, etc.)" (Idem, ibidem, p. 104). A base teórica de MAMIGONIAM, manifesta-se mais uma vez ao afirmar que a industrialização catarinense deve ser explicada a partir da pequena produção mercantil: é esta via reconversão produtiva dos excedentes, que faz emergir e consolidar empresas familiares e posteriormente os grandes grupos econômicos de Santa Catarina. Distinta das interpretações analisadas até aqui, esta divide Santa Catarina, não em seis regiões produtivas, mas somente em três, a saber: a região industrial de origem alemã, a região carbonífera do Sul do Estado e a indústria no Planalto catarinense.

A região industrial de origem alemã compreende o Vale do Itajaí e o Nordeste de Santa Catarina, tendo como principais cidades Blumenau, Brusque e Joinville. "No conjunto desta região industrial a mão-de-obra do setor secundário está acima dos 50,0% do total da força-de-trabalho, e em nenhum município está abaixo de 30,0%, alcançando 55,0% em Blumenau e 58,0% em Joinville e girando ou ultrapassando os 2/3 em vários (Pomerode, Guabiruba, Rio Negrinho e São Bento). Sintetizando, esta região produz em 1980 nada menos do que 2,1% do valor industrial brasileiro, a partir de 0,7% da população nacional, o que significa que ela é três vezes mais industrializada do que a média brasileira" (Idem, ibidem, p. 105).

Formam-se inicialmente pequenas empresas industriais, que

vão ao longo dos anos se adequando as adversidades econômicas, tendo importância fundamental o vínculo com a Alemanha, onde buscam a modernização dos equipamentos.

Entre 1880 e 1950, há o predomínio do departamento de bens de consumo, sendo fundamental para a consolidação deste setor, a Primeira Guerra Mundial, sendo as principais empresas Hering, Sulfabril, Malwee, Artex, Teka, Karsten, Schlosser, Cremer e Buettner. A partir de 1950 o departamento I passa crescentemente a ocupar um papel mais significativo na economia do estado, tendo como as mais importantes empresas, Consul, Embraco, Hansen-Tigre e Fundação Tupy.

MAMIGONIAM conclui afirmando: "...as áreas de colonização alemã tiveram enorme expansão de 1970-80 no setor de bens de consumo, inclusive duráveis. As malharias, feipudos e cristais em Blumenau, Brusque e Joinville, as porcelanas e faianças em Pomerode, São Bento do Sul e Rio Negrinho, as geladeiras, ar condicionado, em Joinville, cresceram mais que a média nacional. No setor de equipamentos, a expansão igualmente, foi expressiva, sobretudo em Joinville e Jaraguá do Sul: motores, máquinas para madeira, controles numéricos, auto-peças, fundidos e aços em geral, compressores, carrocerias de ônibus, plásticos para saneamento, etc concorreram vitoriosamente com São Paulo e se fizeram presentes nos mercados mundiais (Estados Unidos, Europa Ocidental e restante do mundo), de maneira agressiva, sobretudo a partir de 1970" (Idem, ibidem, p. 106).

Para a região carbonífera do Sul do Estado, a 1ª. Grande Guerra Mundial tem maior peso que para as demais, pela interrupção das importações de carvão e consequente necessidade da produção do carvão brasileiro. A revolução de 30 cria a obrigatoriedade do consumo de parte - 10% - do carvão nacional. A 2ª. Grande Guerra leva a nova interrupção das importações de carvão. Nesse período constitui-se uma das mais importantes

empresas da região (empreiteira de Santos Guglielmi e Diomicio Freitas.⁷⁷ "A Segunda Guerra Mundial marcou uma conjuntura importante para a região carbonífera: a) grande aumento da produção de carvão, visando substituir o importado; b) aparecimento e crescimento de atividades dos empreiteiros locais, Freitas, Guglielmi, Zanette, etc. que foram ocupando espaço das companhias tradicionais, do Rio de Janeiro (H. Laje) e São Paulo (Jafet - 1964); c) implantação da Companhia Próspera, filial da Companhia Siderúrgica Nacional-CSN, visando produzir e coordenar a produção de carvão-metalúrgico, necessário ao atendimento da siderurgia nacional" (Idem, ibidem, p. 106). Destaca-se ainda nessa região, a construção da Soteica, em 1965, atual Usina Termoelétrica Jorge Lacerda, fato que amplia em muito o consumo do carvão energético, enquanto a Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, eleva-se o consumo do carvão metalúrgico.

Para MAMIGONIAM, é o setor carbonífero o responsável pela diversificação produtiva existente atualmente na região. "A produção carbonífera catarinense está na origem de dois setores industriais regionais, a Indústria Carboquímica Catarinense (ICC), localizada no porto de Imbituba e filiada à Petrofértil (Grupo Petrobrás) e as indústrias de azulejos, localizadas em Criciúma, Tubarão, Urussanga e Imbituba (Cecrisa, Cesaca, Eliane, etc), que tornaram a região em principal produtora do país (Idem, ibidem, p. 106). Portanto para o autor, a acumulação de excedentes, oriundos da indústria do carvão, formam a base para um novo período, sustentado na produção cerâmica e de produtos químicos.

Na vasta região do Planalto Catarinense, consideram-se dois ramos distintos de produção. Na região de Lages e Norte de Santa

⁷⁷ - Os hoje Grupo Guglielmi e Grupo Freitas, constituíram-se no período aqui referido, como as únicas empresas com atuação especialmente na construção infra-estrutural da Região Sul, com base em encomendas estatais.

Catarina desenvolve-se a extração, industrialização e reflorestamento da madeira, e mais recentemente a indústria de papel e celulose. "O beneficiamento de madeira e a produção de papel e papelão, se encontram dispersos em todo o planalto, mas, sua localização preferencial se dá nos Planaltos de Lages e Norte...Nesta região estão localizadas grandes e médias fábricas de madeira, celulose, papel e papelão" (Idem, ibidem, p. 106).

A característica industrial dessa região é o surgimento de grandes grupos, com vultosos estabelecimentos, sendo que alguns destes se dedicam ao reflorestamento, extração, indústria. "Não aparece uma região industrial, nem centros industriais, mas indústrias isoladas e auto-suficientes, constituindo uma estrutura super imposta à economia anterior pastoril latifundiária, com seus pequenos proprietários e trabalhadores expropriados e, portanto, com fortes excedentes de mão-de-obra" (Idem, ibidem, p. 106).

O Oeste de Santa Catarina constitui-se a partir de pequenos produtores de milho e suínos que posteriormente serão integrados às agro-indústrias (Sadia, Perdigão, Ceval, Chapeco). Estas empresas são conglomerados que mantêm sob controle os pequenos produtores, integrados¹⁰⁰ possibilitando a acumulação de um significativo excedente. "Com a construção de estabelecimentos industriais gigantescos, a crescente especialização e controle da produtividade dos colonos, os preços baixos pagos a eles, os preços de oligopólio, alcançados no mercado nacional, esta região tornou-se a mais importante do Brasil nos ramos acima referidos..." (Idem, ibidem, p. 106).

100 - A produção chamada de integrada ocorre entre as grandes agroindústrias e os pequenos produtores rurais, onde os últimos criam suínos e aves, a partir do fornecimento de pintos de um dia e de matrizes criadeiras, juntamente com o fornecimento de ração e acompanhamento técnico qualificado por parte das empresas agroindustriais.

Mais uma vez, a base de acumulação dos grupos empresariais de acordo com MAMIGONIAM, está na pequena produção, capacidade técnica dos empresários e na qualificação e disposição para o trabalho da mão-de-obra catarinense.

A crítica em relação a interpretação de MAMIGONIAM sobre a colonização e industrialização de Santa Catarina e especificamente do Vale do Itajaí, baseia-se especialmente na supervalorização atribuída pelo autor à ação privada para explicar a acumulação de capital em Santa Catarina.

Entende-se que o volumoso enriquecimento privado que faz-se presente em Santa Catarina, não pode ser explicado preponderantemente a partir da "pequena produção mercantil". Que esta possa ter contribuído para o enriquecimento privado, como um dos elementos explicativos de tal processo, não resta dúvida, mas explicar os portentosos grupos catarinenses sob tal enfoque é uma simplificação de como se processam as relações capitalistas, em sua fase imperialista.¹⁰¹

¹⁰¹ - De acordo com a teoria marxista, o capitalismo pode ser periodizado em: "Capitalismo Concorrencial", período sustentado pela concorrência capitalista e pela manufatura, onde a mais-valia absoluta é a base da reprodução do capital. "A mais-valia é apropriada principalmente sob a forma de lucro, e a divisão do trabalho é coordenada ou orientada pelos mercados nos quais as mercadorias são vendidas" (BOTTMORE, 1983: 285); "Capitalismo Monopolista", caracterizado pela hegemonia, dos monopólios, ao que MARX chama de "indústria moderna" a mais-valia relativa é a forma de acumulação predominante do capital, somada à introdução do sistema de crédito, para orientar os investimentos aos setores mais lucrativos, onde o juro: "...torna-se a forma predominante sob a qual a mais-valia é apropriada forçando uma divisão de lucro em juro e lucro empresarial" (BOTTMORE, 1983: 286). Em sua fase "Imperialista", do capitalismo ocorre quando o capital financeiro passa, através dos juros, a apropriar mais-valia numa proporção maior que a anterior, somada à exportação do capital financeiro, de acordo com HILFERDING, BUKHARIN e LENIN. As características básicas do Imperialismo são: exportação de capital, juntamente com a exportação de mercadorias; controle de truste e cartéis na

produção e distribuição; união dos capitais industrial e bancário, dando origem ao capital financeiro; divisão do mundo pelas potências capitalistas, em esferas de influência. LENIN em "O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo", afirma: "Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isto originou os traços distintivos do imperialismo, que obrigam a qualificação do capitalismo parasitário, ou em estado de decomposição" (LENIN, Vladimir I.. O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. Obras Escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, 1982, 2a. edição pg. 575-671, pp. 668). Para a economia nacional, XAVIER, contextualiza-a com as relações imperialistas internacionais. "Se, à internacionalização do capitalismo (sua mutação financeiro-imperialista), correspondeu seu enraizamento, na economia nacional, tal enraizamento foi a própria especificidade pela qual se fez presente, aqui, o capitalismo em seu movimento de internacionalização. Sem dúvida, sob relações, métodos e formas específicas de expropriação, desapropriação e exploração do trabalho na produção social, tanto quanto de propriedade, apropriação e acumulação de riquezas, que, não necessária, imperiosa ou deterministicamente deveriam resultar em ampliação da produção especificamente industrial de mercadorias nem em desenvolvimento das forças produtivas nessas atividades. Lembremos-nos que, no próprio desenvolvimento capitalista, as formas específicas da propriedade capitalista foram se fazendo opositivas às relações capitalistas, tanto de apropriação (exemplarmente, queda periódica da taxa de lucro), quanto de produção, portanto, ao próprio desenvolvimento capitalista das forças produtivas, especificamente capitalistas, industriais. Opositividades que evoluem à mutação formal das relações capitalistas de produção, propriedade e apropriação. Mutação de contrários (formais) que, convertendo o capital bancário-industrial em financeiro-imperialista, tanto quanto o capitalismo livre-concorrencial em financeiro-monopólico-imperialista, tornou o desenvolvimento capitalista (imperialista) opositivo ao das forças produtivas (pois, voltado a estender internacionalmente supremacias tecnológico-produtivas já alcançadas nacionalmente). E tal foi o capitalismo que veio a se apresentar aqui: em sua internacionalização, o imperialismo. E com ele, seu desenvolvimento opositivo aos das forças produtivas especificamente capitalistas industriais. Desenvolvimento capitalista na economia nacional, sem dúvida. No entanto, em suas relações, formas e métodos, opositivos àqueles especificamente capitalistas, industrial, por ter tido, aqui, manifestação, não aquele (especificamente capitalista, livre-concorrencial), mas, de sua superação, o imperialismo. Manifestação (capitalista) cujo desenvolvimento (capitalista) veio a ser subdesenvolvido (capitalista): por se apresentar revitalizando, não a produção

Esta visão expressa pelo autor, transpõe para o Brasil a mesma lógica de acumulação de capital ocorrida na Europa, com o surgimento do capitalismo. Quer adaptar para o Brasil, as fases do capitalismo em seu processo clássico de formação, isto é, os excedentes primários e que dão origem às indústrias, e à acumulação (via reconversão produtiva dos lucros), faz emergir os gigantescos grupos privados do estado, a partir da concorrência ou da fase concorrencial do capitalismo.

Quanto às obras aqui analisadas de MAMIGONIAM, verifica-se que as duas primeiras, sobre Blumenau e Brusque, parecem mais uma interpretação schumpeteriana, devido ao predomínio da base explicativa da acumulação a partir do pioneirismo dos imigrantes, com sua iniciativa empreendedora, "Blumenau pertence à série de centros industriais nascidos da colonização alemã no Brasil-Sul,

industrial, mas, agro-pecuária. Por isso mesmo, aqui, o capitalismo não se apresentou revolucionando a propriedade privada, fundiária, em especificamente capitalista, industrial. Ao contrário, aqui, o capitalismo veio a revitalizar a propriedade fundiária, tanto quanto as relações agro-oligárquicas de produção, propriedade e apropriação de riquezas. Assim, não basta admitir que a implantação do capitalismo, tanto quanto seu desenvolvimento na economia nacional, se fez sob o movimento de internacionalização da acumulação industrial-capitalista, pois, na investigação científica, admitir um fenômeno é apenas o ponto de partida dessa investigação. E, limitando-se a isso, despreza-se toda a determinidade fenomenológica, encerrada em sua historicidade. Nesse caso, o capitalismo que se apresentou na economia nacional não foi um qualquer, senão, um específico, aqueles historicamente determinado em seu próprio movimento de internacionalização: numa época (imperialista) em que seu desenvolvimento ocorria sob métodos opositivos àqueles (época livre-concorrência) que o haviam levado ao desenvolvimento das forças produtivas. Internacionalizando-se sob métodos opositivos à industrialização, portanto, sob métodos financeiro-rentistas" (XAVIER, in TUDO, 1991: 05). XAVIER, destaca portanto que o desenvolvimento da economia nacional não ocorreu sob a ação preponderante dos agentes privados, tal como nas fases anteriores ao imperialismo. Dada essa nova estruturação capitalista internacional, os agentes privados por si só não garantiriam a acumulação somente via reconversão dos excedentes ou da mais-valia, como afirma MAMIGONIAM.

vitoriou-se graças ao fator trabalho, guarda a sua autonomia financeira, e seus grandes estabelecimentos aí coexistem com os médios e pequenos, dominando a produção" (MAMIGONIAM, 1965: 477). Embora em seu artigo (Atlas) o autor expresse a discordância em relação aos periféricos e schumpeterianos, não explicita o que o difere dos últimos. Critica-os na forma, mas não aprofunda a análise dos aspectos diferenciadores.

Como já exposto, as variáveis preponderantes para a explicação do enriquecimento privado em Santa Catarina, encontram-se na histórica superexploração do trabalho e na intervenção estatal, sob as suas múltiplas formas.

Quanto à superexploração do trabalho, esta é captada não somente a partir do predomínio da indústria, mas sim desde os primórdios da colonização, mesmo com o predomínio das atividades agrícolas em Santa Catarina. Se para o autor os vendeiros tem um papel importante para o processo de industrialização, no Vale do Itajaí, é exatamente neste agente que deve-se localizar uma das bases da exploração do trabalho alheio. Aqui discorda-se de que no período colonial, Brusque e Blumenau, tem uma estrutura social democrática, "...a estrutura social e econômica era bastante democrática" (MAMIGONIAM, 1965: 398). Incorre em contradição MAMIGONIAM, pois reconhece que é a "pequena produção agrícola" que gera os excedentes, estes apropriados pelos vendeiros, mas vê nesta apropriação (vendeiro apropria-se de parte da produção do pequeno produtor agrícola) não o conflito, a desigualdade, a exploração (do desapropriado em relação ao apropriador), mas sim a democracia. Entende-se que as relações sociais e econômicas supracitadas são de dominação, e não democráticas, mesmo porque como afirma AUED: "As relações numa sociedade de classes são essencialmente, inerentemente, autoritárias".¹⁰²

¹⁰² - AUED, Idaleto Malvezzi. in I Encontro Regional de Estudantes de Economia, UFSC, Florianópolis 01 à 03.05.87.

Quanto às desigualdades e exploração do trabalho no período colonial em Santa Catarina, especificamente em Brusque, afirma SEYFERTH: "Era o comerciante que fixava o preço das mercadorias trazidas de fora; era ele também que fixava os preços dos produtos agrícolas que comprava dos colonos. Havia uma grande disparidade entre o preço das mercadorias que ele vendia aos colonos e o preço das mercadorias que adquiria dos colonos: o aumento desses últimos nunca era proporcional ao aumento dos primeiros. Os colonos não tinham idéia dos preços vigentes fora da colônia, nem mesmo em Itajaí. Ficavam, portanto sujeitos às oscilações dos preços conforme eram determinados pelos vendedores. Na troca como na venda de mercadorias, o colono sempre saía perdendo. Colocando o problema figurativamente, Buggenhagen (ms.) diz que o colono compra a ferradura pagando com o cavalo (G.A.). Um viajante alemão, que esteve na vila de Brusque no primeiro decênio deste século - W. Lacmann (1906) - afirmou que os vendedores mais importantes mantinham, de comum acordo, os preços dos produtos agrícolas coloniais baixos, a fim de obter mais lucros. Obtivemos algumas informações entre colonos de mais idade, segundo as quais a maioria deles, não tendo condições de levar seus produtos para Itajaí, tinham de entregá-los nas vendas; mas os vendedores, alegando sempre não haver dinheiro disponível, pagavam com mercadorias que tinham nas vendas - e estas nem sempre interessavam aos colonos. O período a que se referiam estava longe de ser o início da colonização; relataram sua própria experiência nos primeiros decênios deste século" (SEYFERTH, 1974: 108). Ou ainda em petição dos colonos ao Imperador do Brasil, solicitando a realização de uma via terrestre entre Brusque e Itajaí: "Essa implorada graça nos ministrará um affortunado progresso livrando-nos do flagello de não sermos então mais forçados a vender os nossos produtos nas mãos dos poucos negociantes estabelecidos na Sede da Colonia por preços absolutamente a descreção delles e de comprar delles em troca de nossas precisões, que as nossas terras não produzem, por

preços caríssimos".¹⁰³ Essas são ilustrações de que no período colonial, tanto no Brasil, quanto Santa Catarina, pode-se verificar o quadro de subjugação, desvelando as reais "relações sociais e econômicas democráticas", difundidas por MAMIGONIAM.

Com relação a intervenção estatal, MAMIGONIAM faz a mesma menção, embora não aprofunde a análise, atribuindo uma importância complementar a esta no enriquecimento privado em Santa Catarina. Somente em seu último trabalho, aqui analisado, Atlas de 1986, e que o autor faz menção a ação estatal, em um único e exclusivo parágrafo: "Os incentivos fiscais (Sudene, etc) e a abertura do capital das empresas catarinenses aos fundos de investimento, o acesso crescente aos mercados estrangeiros e a adoção pelo governo do sistema draw back (G.A.) facilitando as importações de máquinas mais modernas, o Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina-FUNDESC e o Programa Especial de Capitalização e Apoio à Pequena Empresa permitindo desconto de 10% no ICM estadual, o apoio técnico do Departamento de mecânica da UFSC, os treinamentos realizados pelo Centro de Apoio a Pequena e Média Empresa de Santa Catarina-CEAG/SC, o arrocho salarial e a disciplina no trabalho, permitiram a estas firmas, no após 1964, dar um salto qualitativo frente as concorrentes nacionais" (MAMIGONIAM, 1986: 104). Para o autor portanto, o Estado tem uma ação complementar, na acumulação dos grupos de Santa Catarina. Neste trabalho, vê-se o Estado como a uma das bases (a outra é a superexploração do trabalho - relação capital versus trabalho) da acumulação dos grupos, mesmo porque, como se verificará, essas empresas sofrem um crescimento espantoso, em seus patrimônios, constituindo-se nos grupos que são hoje somente a partir dos anos 60. Ou seja, até este período apesar de toda importância das

¹⁰³ - Carta dos colonos ao Imperador, citada em SEYFERTH, 1974: 100).

mesmas, observa-se que a acumulação passa por uma crise.¹⁰⁴ Há a necessidade de uma ingerência econômica mais efetiva do aparelho estatal catarinense para superar tal crise. A partir de então, observa-se uma crescente agilização na estrutura estatal para servir aos interesses da burguesia catarinense. Portanto, entende-se que os grupos existentes hoje em Santa Catarina não podem ser explicados a partir da "pequena produção mercantil", como o faz MAMIGONIAM, mas sim a partir da fundamental interferência estatal e incessante superexploração do trabalho.

Uma amostra de tal compreensão, por parte de MAMIGONIAM, refere-se ao surgimento dos grupos industriais no Sul de Santa Catarina. Entende o autor (1986: 105) - explicação genericamente aceita em Santa Catarina - que é a produção carbonífera que dá origem aos dois setores existentes hoje na região, quais sejam a produção cerâmica (Grupo Cecrisa e Eliane) e carboquímica (ICC). outrossim, são os excedentes oriundos da extração, beneficiamento, utilização e envio para o Rio de Janeiro, do carvão mineral, que reinvestidos dão origem aos referidos grupos do Sul de Santa Catarina. Entende-se aqui, que mais do que em todas as outras regiões do estado é na Região Sul que a intervenção estatal faz-se presente em suas múltiplas formas. O agente estatal realiza investimentos infra-estruturais (estrada de ferro), extrai carvão (Carbonífera Próspera), beneficia o carvão (Lavador do Capivari) e por último consome o carvão (energético e metalúrgico). Portanto, nessa região, o enriquecimento dos grupos explica-se por diversos aspectos, porém não preponderantemente pela reconversão produtiva dos excedentes da indústria do carvão.

A formação dos grupos privados da região Sul de Santa

104 - Na parte 2 desta dissertação será abordada mais atentamente a crise de acumulação dos anos 60, na Região Sul do Brasil.

Catarina é pautada na subtração do patrimônio público. O agente estatal, juntamente com a superexploração do trabalho, são os principais responsáveis pelo enriquecimento das famílias Freitas e Guglielmi. Tais famílias constituem grupos, que iniciam suas atividades diretamente vinculadas ao Estado. Inicialmente como empreiteiros, posteriormente como vendedores do carvão as empresas estatais e posteriormente como beneficiários dos subsídios públicos. Nas duas primeiras fases, o superfaturamento (das encomendas estatais, especialmente a ampliação e manutenção da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina e da Usina Jorge Lacerda) é a regra. No período da venda do carvão ao Estado, que se estende até hoje, novamente identifica-se o superfaturamento. Como afirma um ex-chefe de compras da antiga empresa Freitas/Guglielmi,¹⁰⁵ "Entre os anos 40 e 50, quando o carvão ia para o Rio de Janeiro, de vez em quando vinham reclamações de lá, pois oficialmente eram embarcações um certo número de toneladas de carvão, embora só chegasse no Rio, 2/3 da quantidade embarcada. A desculpa que se dava à Companhia Siderúrgica Nacional era que o vento no porto de Laguna era muito forte, fazendo cair no mar o suposto carvão embarcado". Na última fase, e aí sim a explicação para diversificação produtiva na região, especialmente a cerâmica, aparece o crédito estatal. Não há um único entre os três maiores grupos do Sul de Santa Catarina, que não se beneficie significativamente do crédito, incentivo e subsídios estatais, tanto em nível federal quanto estadual.

O surgimento do Grupo Eliane, da família Gaidzinski, é uma ilustração do despropósito da vinculação feita entre o carvão e a diversificação industrial no Sul do estado. Os Gaidzinski não tem nenhuma ligação com o carvão, nem produzindo-o, nem transportando-o, nem beneficiando-o; souberam e ainda o fazem, muito bem, aproveitar-se das facilidades estatais, não para a

¹⁰⁵ - Entrevista ao autor da dissertação, em agosto de 1992, sendo que a fonte exigiu que fosse mantido o anonimato.

região como afirmam, mas preponderantemente para os respectivo enriquecimento privado, constituindo o estupendo patrimônio que é hoje o grupo Eliane.¹⁰⁶

A representação parlamentar do Sul de Santa Catarina na Câmara Federal expressa indubitavelmente a relação dos grupos econômicos com o Estado. O Deputado Ruberval Pilotto representa o Grupo Cecrisa; Jarvis Gaidzinski o Grupo Eliane; e o ex-Deputado e atual Prefeito de Criciúma Eduardo Pinho Moreira, defende os interesses do Grupo Guglielmi.

O interessante livro de CAMPOS¹⁰⁷ resgata também, ao referir-se às terras comunais (de uso comum, público) no Sul de Santa Catarina, a apropriação de parte das mesmas pelos Freitas e Guglielmi. "...entre os municípios de Tubarão e Gravataí extensas áreas de terras foram utilizadas comunalmente, conhecidas por campo da Pirituba, que fazia fundos com rio Capivari e divisa sul com a fazenda Revoredo que aliás foi também parte integrante dessa área comunal...Os terrenos particulares faziam fundos com o campo e muitos requeriam propriedades ou simplesmente a cercavam, aumentando assim seus domínios. No entanto, a população que se utilizava da área, por diversas vezes derrubava as cercas e soltava ali seu gado... Informações mais aprofundadas a respeito da questão foram cedidas por Valmor Zacaron, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tubarão, que afirma terem existido inicialmente 2.750ha, sendo que 1500ha, foram tomados por S. Guglielmi e D. Freitas, mineradores de Criciúma" (CAMPOS,

¹⁰⁶ - De acordo com o "Balanço Anual", da Gazeta Mercantil, 1992, o Patrimônio Líquido do Grupo Eliane (80o. grupo privado do Brasil), correspondia em 12/91 a 160 milhões de dólares, tendo um crescimento patrimonial de 3.800% em relação ao patrimônio líquido de 1971 (4 milhões de dólares).

¹⁰⁷ - CAMPOS, Narareno José de. Terras Comunais na Ilha de Santa Catarina, Ed. da UFSC/FCC, Florianópolis, 1991, pg. 168.

1991: 85).

Portanto, MAMIGONIAM, temerariamente, não identifica em Santa Catarina o Estado, nem a exploração do trabalho na acumulação de capital, mas sim a ação privada, a partir da "pequena produção mercantil", juntamente com o pioneirismo do imigrantes que, através da reconversão dos excedentes e posteriormente dos lucros, dão origem aos grandes grupos catarinenses.

3.2 - Paul SINGER

Este autor¹⁰⁸ analisa o processo de desenvolvimento econômico e a evolução de cinco cidades brasileiras (São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife), sendo que nesta dissertação aborda-se a sua análise sobre a evolução econômica de Blumenau.

A interpretação de SINGER difere da visão dada por MAMIGONIAM quanto às razões para a industrialização de Blumenau. SINGER identifica que nos primórdios da industrialização catarinense, Blumenau é especificamente, a expressão de uma economia originariamente camponesa, com crescente inserção na economia nacional.

Do livro de SINGER, Florestan FERNANDES - prefaciador - faz um alerta que entende-se como fundamental para a análise de países que se industrializam em época posterior a clássica, na formação do capitalismo. "Uma ilusão histórica tem guiado e prevalecido quase intocável: a de que o Brasil organiza-se como sociedade nacional, da mesma maneira que as demais Nações que comandaram a expansão do mundo ocidental moderno (G.A.). Essa ilusão levou a Colônia a identificar-se, primeiro com o destino histórico da Metrópole, em seguida com as possibilidades materiais e humanas das sociedades nacionais hegemônicas" (SINGER, 1977: 04). Presume FERNANDES, que o Brasil faz parte das sociedades nacionais dependentes,¹⁰⁹ sendo o seu

108 - SINGER, Paul. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana, Editora Nacional, São Paulo, 1977, 2a. edição, pg. 377.

109 - SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia, 1991, p. 131, DEPENDENCIA - "Sistema de relações-econômicas, financeiras, políticas e culturais que mantêm as nações subdesenvolvidas

subdesenvolvimento associado aos países do centro do mundo capitalista.

SINGER, na introdução a sua obra, afirma que o objetivo da mesma "...é a análise do processo de desenvolvimento econômico, encarado sob o prisma da evolução urbana" (Idem, ibidem p. 07). Presente também, no estudo do autor, está a divisão do trabalho entre campo e cidade.

Para o autor, o processo de industrialização é desigual, na medida que atinge somente algumas regiões do país, excluindo outras que atuam somente como fornecedores de matérias-primas e alimentos.

Na análise da economia colonial, SINGER discorda das análises dos "dualistas", que vêem nos países subdesenvolvidos, "...um setor moderno, adiantado ou capitalista, e um setor atrasado, ou pré-capitalista. No Brasil o pressuposto dualista (G.A.) foi utilizado principalmente por Ignácio RANGEL e Gilberto PAIM¹¹⁰" (Idem, ibidem, p. 13). Já SINGER caracteriza uma economia colonial com dois segmentos, o setor do mercado externo (produz artigos coloniais para o mercado mundial) e setor de subsistência, tendo ainda, a possibilidade da existência de um terceiro, o do mercado interno, caso não seja possível importar determinados bens. "A diferença básica entre os setores de

subordinadas aos grandes centros do mundo desenvolvido. A situação de dependência atinge especialmente os países de passado colonial recente, além dos que se iniciaram mais tarde no desenvolvimento industrial, estruturando-se como um sistema periférico que se estende pelo chamado Terceiro Mundo (África, Ásia e América Latina).

110 - RANGEL, Inácio. Introdução ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro, Salvador, Livraria Progresso Editora. _____ . Desenvolvimento e Projeto, Belo Horizonte, 1957, separata No. 9 da Revista da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais. PAIM, Gilberto. Industrialização e Economia Natural, Rio, 1958, Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

Subsistência e de Mercado Interno é que neste último quase toda a produção se destina ao mercado, ao passo que no primeiro uma parte ponderável da produção se destina ao auto-consumo" (Idem, ibidem, p. 14).

É importante ressaltar que SINGER, já na introdução, menciona que o desenvolvimento depende significativamente da ação do Estado, tais como, aumento ou redução de tarifas, manipulações cambiais, subsídios. "Ora, o Estado na sociedade colonial reflete os interesses da classe dominante e, no conjunto daqueles, sobressaem os do grupo ligado ao Setor de Mercado Externo. Toda a política governamental se encaminha no sentido de promover o Setor de mercado Externo que, como dissemos, é o que lidera a economia global" (Idem, ibidem, p. 15). Vê-se que o autor, diferentemente das interpretações analisadas até agora, introduz o Estado como um elemento importante, cujas ações são ditadas pelos interesses das classes dominantes, já no período do Brasil Colônia.

Ao iniciar o estudo sobre o desenvolvimento econômico de Blumenau, SINGER contextualiza o desenvolvimento de Santa Catarina, caracterizando o estado como sendo composto por regiões independentes, com pouco contato entre si, tendo sido, durante o período colonial, uma zona de passagem entre São Paulo e Rio Grande do Sul. Nos anos 60, deste século, tem-se uma divisão territorial bastante distinta. Considera o autor, que o estado têm praticamente sete capitais regionais. Norte/Joinville, Vale do Itajaí/Blumenau, Litoral-Centro/Florianópolis, Sul/Criciúma, Planalto/Lages, Rio do Feixe/Joaçaba e Oeste/Chapecó. "Verifica-se, pois, que Santa Catarina não apresenta uma (G.A.) zona de concentração urbana e industrial, como é o caso de São Paulo, Minas, Pernambuco, ou menos independente. É interessante notar ainda que Florianópolis, apesar de capital do estado, encabeça uma zona economicamente inexpressiva, na qual não há mais nenhuma aglomeração urbana de vulto" (Idem, ibidem, p. 83-84). Essa

dispersão dos centros urbanos em Santa Catarina, leva o estado a ter dificuldades de organização de um mercado comum, dada a separação e dispersão dos mesmos geograficamente.

SINGER destaca também, que o estado e, no início dos anos 60, ainda predominantemente agrícola, tendo uma relativa industrialização, com destaque para alimentos, têxteis, madeira e mobiliário.

Retomando seu exame sobre Blumenau, SINGER passa a analisar o início do processo de colonização, discorrendo sobre os fatores determinantes da vinda dos alemães para o Brasil. Introduce também em seu estudo, a forma pela qual a imigração tornou-se um negócio virtualmente lucrativo, onde se envolvem as companhias de transporte marítimo, recrutadores e companhias de colonização. "...interressam-nos sobretudo as companhias de colonização, pois Blumenau nasceu precisamente de um empreendimento colonial desta espécie" (Idem, ibidem, p. 88).

A lógica das companhias é o retorno - a longo prazo - do dinheiro investido, na viagem, instalação, fornecimento de terras e crédito inicial aos imigrantes, bem como, em toda a infraestrutura prévia, nas regiões de colonização. "A condição de êxito do negócio era a introdução do maior número possível de colonos no empreendimento. Quanto maior fosse o número de habitantes do núcleo colonial, maior seria o subsídio recebido, mais rápido seria o seu desenvolvimento econômico (e conseqüente valorização das terras) e mais depressa se ultrapassaria o perigoso estágio inicial da colonização" (Idem, ibidem, p. 89).

Blumenau recebe, entre 1860 e 1870, anos de maior fluxo imigratório, o correspondente, respectivamente a 26,5% e 16% dos imigrantes alemães que vêm para o Brasil.

Ao referir-se à vinda do Dr. Blumenau - fundador, cujo nome

empresta à cidade - para o Brasil em 1846. SINGER relata uma curiosidade: afirma que Blumenau (sendo Dr. em Química pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Erlangen -1844) vem ao Brasil, não para fundar uma colônia, como acaba fazendo, mas sim para ser professor da Escola Politécnica do Rio, das cadeiras de Mineralogia e Química.¹¹¹ Aqui chegando descobre que tal escola sequer existe.

Em 1848, o Dr. Blumenau apresenta o projeto de colonização a Assembléia Provincial de Santa Catarina, que, após uma negativa, acaba por aprova-lo, embora sem apoio financeiro da provincia. "Em outras palavras, a companhia de colonização com a qual se fizesse algum acordo poderia receber concessões de terra, mas não subsídios" (Idem, ibidem, p. 95).

Em 1852 ocorre a fundação da colônia, sendo que neste período praticamente se produz para o consumo próprio. Na época da fundação, de acordo com SINGER, origina-se também a economia artesanal, com atividades de marceneiros, pedreiros, ferreiros, alfaiates. O surgimento da economia artesanal redundou na ampliação do mercado interno. Destaca ainda SINGER, que o comércio da colônia com o exterior é deficitário. "O que significa este deficit? (G.A.) Significa que mesmo reduzindo ao máximo suas importações, a colônia ainda não conseguia cobri-las com suas vendas para fora" (Idem, ibidem, p. 100).

No ano de 1854 ocorre a primeira ajuda estatal à colônia. Com a promessa de Blumenau, de em 10 anos agregar mais 4.000 imigrantes na colônia, o Estado efetiva a construção da estrada ligando Blumenau a Itajaí. "O governo adiantou-lhe 25 contos por conta dos prêmios a que fazia jus e se comprometeu a pagar 8

111 - De acordo com SINGER, o Dr. Blumenau, vem ao Brasil a convite de Johann Jakob Sturtz, na condição de Cônsul Geral do Império do Brasil na Prússia (Idem, ibidem, p. 94).

contos anuais, até um total de 32, de 1858 em diante. Nos anos seguintes Blumenau conseguiu novos adiantamentos, em parte, provavelmente para atender os prejuízos decorrentes de grande cheia do Rio Itajaí em fins de 1855" (Idem, ibidem, p. 102).

A colônia, segundo o autor em análise, passa por dificuldades, devido ao fato de não se vincular a uma economia de mercado e à consequente divisão nacional ou internacional do trabalho, sendo suas exportações pequenas e as importações significativas (estas pagas com dinheiro do exterior). Tendo em vista tais dificuldades, o Dr. Blumenau recorre ao governo imperial, propondo ao mesmo a compra da colônia. "De tudo isto tornava-se forçoso concluir que, como empreendimento particular, a colônia só poderia proporcionar lucros a longo prazo e após maciças inversões de capital, para as quais o Dr. Blumenau não possuía recursos. Propôs ele, portanto, ao governo imperial que este lhe comprasse a colônia" (Idem, ibidem, p. 103). O negócio ocorre em 1859, com o governo ficando com 23,75 léguas quadradas de terras, todos os edifícios, estradas, pontes, plantações, bem como os débitos dos colonos com o Dr. Blumenau. Quanto a este coube-lhe 8.500 jeiras,¹¹² 35 contos em dinheiro e o cargo de diretor da colônia, recebendo salários do poder público.

Com essa transformação na colônia, segundo SINGER, aumentam gradualmente os investimentos públicos na mesma. Para que se avalie, entre 1860 e 1882, o governo imperial investe 2.468 contos, sendo que nos 10 anos anteriores, o Dr. Blumenau investe somente 85 contos. Em virtude deste fato, há um desenvolvimento considerável da colônia.

O desenvolvimento de Blumenau, tendo como consequência a vinda de novos imigrantes, faz com que haja um aumento da

¹¹² - Medida agrária que varia, segundo o país, de 19 a 36 hectares.

população, ampliação do mercado interno e uma maior divisão social do trabalho.

Dada a nova dinâmica imprimida na colônia a partir dos anos 60, altera-se também a relação entre exportação e importação, revelando uma maior integração entre Blumenau e o mercado nacional, possivelmente segundo SINGER, "...através da criação de liames comerciais sistemáticos com o Rio, então o principal centro do mercado nacional" (Idem, ibidem, p. 108).

Entre os anos de 1870 e 1879, ocorre uma dispersão de imigrantes por colônias diversas, dadas as facilidades de ocupação das terras. Nesse sentido, Blumenau passa a atender o mercado regional e vai reduzindo suas exportações para o Rio de Janeiro. Verifica-se que a cidade sai do mercado nacional e volta-se para o mercado regional. Entretanto, SINGER observa que existe geração de excedentes pelos camponeses, mas estes não conseguem introduzi-los no mercado nacional, por não se constituírem bons (tipos dos produtos) para a exportação. "...os blumenauenses - como os demais colonos da área - assentavam sua economia na pequena produção camponesa auto-suficiente, onde o que se transaciona é apenas o excedente (G.A.). Ora, é óbvio que quase todos os colonos produziam o mesmo tipo de excedente, isto é, os mesmos (G.A.) valores de uso: açúcar, farinha de mandioca, arroz, laticínios, etc. Não é possível organizar trocas das mesmas utilidades" (Idem, ibidem, p. 111).

Para SINGER, portanto, Blumenau novamente encontra-se numa situação econômica difícil, com riscos de estagnação. Para o autor a solução será: "...estabelecer dentro da área colonial uma divisão de trabalho não mais baseada na equação: economia subsistência-artesanato, (G.A.) mas na equação: economia de mercado-indústria (G.A.). Tão logo as condições o permitiram, isto é, de 1880 em diante, esta solução foi aplicada, como veremos a seguir" (Idem, ibidem, p. 111).

O período designado por SINGER como sendo o início da industrialização, entre 1883 e 1914, caracteriza-se por um crescimento acentuado da população de Blumenau, determinado não por novos imigrantes, mas sim por migrações internas.

A crescente inserção no mercado nacional e a amoliação da divisão do trabalho cidade-campo são as maiores razões da industrialização de Blumenau no período. O aumento do mercado de Blumenau para importados (máquinas e equipamentos), com a consequente elevação da industrialização, gerando excedentes da produção comerciável, segundo SINGER é a base para o salto industrial. "Na medida em que a população se ia adensando e que crescia o excedente de produção comerciável, iam amadurecendo as condições para o salto da industrialização" (Idem. ibidem, p. 116).

Entre 1880 à 1897, observa-se, segundo o autor, um crescimento de indústrias voltadas para o mercado interno, sendo que o desenvolvimento destas depende do aumento da população. Neste período surgem muitas indústrias, entre elas as empresas Hering, Karsten e Garcia.

No período em análise, segundo SINGER, cumprem papel importante o vendista, apesar de que o mesmo, "...não era um comerciante especializado, mas um agricultor que dedicava seu tempo sobrando ao comércio (provavelmente porque sua propriedade estava localizada junto a uma via de acesso ou a uma vila). É claro que este sistema de trocas é expressão de uma economia de subsistência com elevado grau de produção para o autoconsumo" (Idem, ibidem, p. 118). Observa-se que o vendista tem uma atuação modesta, segundo SINGER. Além do aspecto comercial, o crédito também cumpre papel importante no período, especialmente após a inauguração da Caixa Econômica, em 1907, denominada de "Sindicato Agrícola".

Antes de passar a analisar a integração de Blumenau à economia nacional, período subsequente ao do início da industrialização, afirma SINGER: "Verifica-se, pois, que entre 1907 e 1909 concluíram-se vários empreendimentos - estrada de ferro, banco e usina de energia elétrica - que haviam de proporcionar as condições para um novo impulso industrializador" (Idem, ibidem, p. 119).

Entre 1914 e 1950, Blumenau se integra ao mercado nacional, ao mesmo tempo em que ocorre uma redução da imigração e um aumento do crescimento vegetativo.

A 1ª. Guerra Mundial marca a aceleração do processo de substituição de importações no Brasil, pelo fato de os fornecedores internacionais estarem diretamente envolvidos na fabricação de armamentos.

A guerra faz com que se reduzam significativamente as importações em Blumenau, evidenciando o seu isolamento da economia nacional. No âmbito das exportações nessa cidade, verifica-se uma ampliação que significa para SINGER, "...que os produtos de Blumenau não substituíram, pelo menos em grau significativo os produtos importados em falta, durante a Guerra, em outros (G.A.) lugares do país. O que havia era um processo lento e sistemático de integração da economia blumenauense no todo nacional, processo este que já vinha desde o começo do século e que a guerra não acelerou nem diminuiu" (Idem, ibidem, p. 124). Para ilustrar tal situação o autor menciona alguns dados em seu livro: 82% das pessoas se dedicam à agricultura; 5% à indústria; 4% aos serviços domésticos e 2,3% ao comércio, sendo Blumenau o principal produtor agropecuário do Estado.

A Estrada de Ferro Santa Catarina, que ligam inicialmente Blumenau ao porto de Itajaí, e ampliada no período, tendo uma importância fundamental para a inserção crescente dessa cidade na

economia nacional.

Vinculando diretamente a lenta inserção de Blumenau à economia nacional à rápida industrialização no eixo Rio-São Paulo, SINGER identifica oportunidades para outras regiões, especialmente na produção de alimentos e matérias primas para o Sudeste. A energia elétrica têm papel importante neste período, dando maiores condições para a indústria local.¹¹³

Ao sintetizar o processo industrial de Blumenau, o autor capta ali o desenvolvimento inicialmente voltado para o mercado local, e num segundo momento para o nacional. As fases desse desenvolvimento industrial são a da indústria artesanal (1850-1880); a da pequena indústria (1880-1914); e, a da grande indústria (1914/18 em diante).

Com relação a uma possível disputa entre as indústrias de Blumenau e São Paulo, afirma SINGER: "É importante observar que a indústria de Blumenau não concorre, via de regra, com a de São Paulo e do Rio. As empresas que atingem estágio de grande indústria (G.A.), possuindo participação ponderável no mercado nacional, são as que desempenham papel pioneiro em ramos virgens ou quase virgens no Brasil...A condição de sucesso da penetração no mercado nacional parece ter sido abrir (G.A.) mercados como estruturas monopolísticas ou oligopolísticas (oferta concentrada em uma ou poucas empresas)" (Idem, ibidem, p. 130).

Ao encerrar a análise do desenvolvimento econômico de

¹¹³ - Segundo SINGER: "A história da produção de energia elétrica em Blumenau dá um exemplo interessante de imperialismo (G.A.) paulista" (Idem, ibidem, p. 128), pois a Usina do Salto tem apoio financeiro inicial de uma empresa de São Paulo, que posteriormente, associa-se ao projeto. Entretanto, posteriormente os "capitalistas" de São Paulo, negam-se a continuar os investimentos, contrariando os interesses dos industriais e comerciantes de Blumenau.

Blumenau. SINGER afirma que a cidade vive um impasse, em virtude da debilidade da expansão da indústria têxtil, apesar da vantagem histórica dada pela amplitude de seu mercado regional. Compara a situação de Blumenau com Joinville, onde identifica uma indústria diversificada, e que tende a superar Blumenau na participação industrial de Santa Catarina. "Considerando-se este fato, é imperioso concluir que Joinville possui um parque industrial melhor adaptado à evolução geral da indústria brasileira que Blumenau. Se a tendência até o momento prosseguir, Joinville se tornará, com o tempo, o centro de indústria pesada de Santa Catarina, ao passo que Blumenau, juntamente com Brusque, será o centro de indústria leve, com possibilidades de expansão relativamente mais limitadas" (Idem, ibidem, p. 134).

Ao finalizar sua análise sobre o período colonial e a industrialização de Blumenau, afirma que as cidades, no período colonial, representam muito mais um posto avançado da indústria estrangeira, não "caracterizando uma autêntica divisão do trabalho entre campo e cidade" (Idem, ibidem, p. 361). Afirma ainda, incapacidade da economia colonial em "desenvolver um grau mais elevado de divisão de trabalho dentro (G.A.) da economia nacional, na medida em que esta está mais profundamente inserida numa divisão de trabalho internacional" (Idem, ibidem, p. 361).¹¹⁴

A crítica que se faz a SINGER, concentra-se na atuação parcial atribuída à intervenção estatal cuja presença é registrada somente no período colonial, definido, como "fase da pequena indústria". Após o início de tal fase, o agente estatal é desconsiderado em suas análises. Outro aspecto refere-se à pouca significância dada por SINGER aos vendedores no processo de

¹¹⁴ As posições expressas por SINGER no trabalho ora em análise, foram reafirmadas em palestra proferida pelo autor no 2o. semestre de 1984, na Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

acumulação de capital em Blumenau. Atribui-lhes um papel secundário. Finalmente, em sua análise SINGER em nenhuma das três fases da industrialização, faz menção à exploração do trabalho que aqui considera-se fundamental para a explicação da industrialização catarinense e constituição dos grupos privados.

Verifica-se em seu livro, que a atuação estatal em Santa Catarina tem uma ação considerável somente durante o período colonial, especialmente a partir do momento que a colônia passa a ser oficial. A partir da pequena indústria (1880-1914), a atuação estatal é desconsiderada pelo autor. Entende-se aqui que o Estado continua a atuar em apoio ao enriquecimento privado. Entretanto, para SINGER o Estado afasta-se ou reduz a ação econômica em Blumenau, porque o autor vê que a "...acumulação de capital, tanto numa empresa como numa região, se faz pela reinversão de uma parte do excedente. Quanto maior o excedente, tanto maior a reinversão e mais intensa a acumulação (Icem, ibidem, p. 25). A sua visão do autor não desconhece a ação estatal, contudo entende-se que a subestima, não lhe atribuindo o significativo papel que de fato possui. Assume-se, com base em XAVIER, que a ação estatal no Brasil é a responsável maior pela industrialização nacional e não a constante reinversão dos excedentes", como afirma SINGER. É o Estado o principal agente da industrialização no Brasil.¹¹⁵

115 - XAVIER, ao analisar a industrialização brasileira, a considera como: "...uma industrialização capitalista de terceira geração que não ocorre à época histórica das industrializações capitalistas, mas, das revoluções proletárias, das crises da totalidade das relações capitalistas de produção e das guerras imperialistas na terceira partilha do mercado capitalista mundial. É uma industrialização capitalista opositiva, de um lado, à própria revolução proletária, de outro, ao próprio desenvolvimento capitalista especificamente em curso. Portanto, a industrialização capitalista não surge espontaneamente no curso natural do desenvolvimento capitalista da economia brasileira, ao contrário, resulta, sob a condução do Estado nacional, da superação específica da propriedade privada, do capital e das classes capitalistas, enriquecidas no período precedente, sendo,

Em Santa Catarina, a ação estatal faz-se presente, tal como o destacado pelo próprio SINGER, mas não somente durante o período colonial. Desde a colonização, os governos catarinenses sempre estão vinculados ao processo de acumulação de capital. AURAS,¹¹⁶ analisa profundamente a história da dominação política e econômica das oligarquias catarinenses, desde o começo do século, evidenciando o estreito vínculo das ações governamentais com a acumulação de capital em Santa Catarina.

Com a relação aos vendedores, entende-se que os mesmos tem um papel muito mais relevante do que afirma SINGER. Em geral, todos os trabalhos analisados identificam nos mesmos uma das bases da acumulação de capital no Vale do Itajaí. Em se considerando de maior importância o papel desempenhado pelos vendedores, emerge

ela, a industrialização capitalista, esse próprio movimento. Ocorrendo sob o Estado, a industrialização não surge na economia nacional em decorrência de qualquer determinismo histórico próprio do desenvolvimento capitalista. Ao contrário, a industrialização capitalista foi uma especificidade negada no próprio curso natural do desenvolvimento que se apresentou como expansão da produção agrícola. A industrialização capitalista veio a emergir preponderantemente depois de desagregada a economia capitalista dos cafeicultores sob a condução do Estado nacional. Em consequência, sob métodos que, de um lado, suprimiram especificamente o parasitismo da riqueza capitalista, então formada, e, de outro, reconstituíram especificamente o parasitismo da riqueza capitalista, em formação. Por conseguinte, a industrialização capitalista da economia nacional foi um movimento determinativamente opositivo ao desenvolvimento capitalista específico da economia nacional e só se manteve especificamente industrial, enquanto o Estado, sustentando-o, logrou contrapor-se, ao curso parasitário da própria acumulação de capital, historicamente específico. E, no entanto, o Estado só logrou contrapor-se, promovendo contraditoriamente, na formação de capital financeiro no desenvolvimento capitalista especificamente industrial, o próprio parasitismo" (XAVIER, 1989: 53). Portanto para o autor que nesta adota-se como referencial teórico, a industrialização brasileira, foi conduzida preponderantemente pelo Estado.

116 - AURAS, Marli. Poder Oligárquico Catarinense: da guerra aos "fanáticos" do Contestado à "Opção Pelo Pequenos", Tese de Doutorado, PUC/SP, Mimeografado, São Paulo, 1992, pg. 415.

também a subordinação dos camponeses em relação àqueles, once, de acordo com SEYFERTH,¹¹⁷ está a base da acumulação para a industrialização. Logo os comerciantes não têm um papel secundário, mas sim fundamental no processo de industrialização de Blumenau.

Finalmente, já no período da pequena indústria especialmente, SINGER não faz menção a exploração do trabalho como uma das bases para a amplificação da industrialização. Limita-se a considerar como o fundamental, a ampliação dos mercados, inicialmente locais e posteriormente regionais e nacionais, para aquele processo.

¹¹⁷ - SEYFERTH, Giralda. A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico, Editora Movimento, Porto Alegre, 1974, pg. 159.

3.3 - Antônio Barros de CASTRO

O autor, em um trabalho clássico sobre a economia brasileira,¹¹⁸ analisa em poucas páginas a experiência de industrialização de Blumenau.

Globalmente seu estudo sobre Blumenau traduz-se numa divergência de SINGER, com relação ao futuro dessa cidade. Viu-se que SINGER atenta para o impasse da economia blumenauense, dependente do setor tradicional, devendo ser superada por Joinville como o principal centro industrial de Santa Catarina. Já CASTRO não constata tal problema, pois para ele, Blumenau integra-se ao mercado nacional a partir de bens superiores, sem concorrentes no mercado nacional.

A análise se encontra no capítulo 5 - "A Industrialização Descentralizada no Brasil", especificamente no item - "As indústrias regionais e a industrialização central (G.A.)", o autor estuda a industrialização de Blumenau, sob o título: "Blumenau: uma experiência bem sucedida de indústria regional-nacional" (CASTRO, 1975: 116).

Antes de estudar o caso da industrialização de Blumenau, CASTRO examina de forma geral a relação das indústrias regionais com a industrialização nacional (central). Afirma o autor que as indústrias do centro fazem inicialmente pouca solicitação às periferias, sendo que as empresas regionais, "...colaboram desde o início do século na substituição de importações em escala nacional. Algumas destas empresas superando renovados obstáculos chegaram à atualidade" (Idem, ibidem, p. 101).

¹¹⁸ - CASTRO, Antônio Barros de. 7 Ensaios Sobre a Economia Brasileira, Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1975, 2a. edição, Vol. II, 248 p., pp. 116-124.

O autor vai apontar ainda, alguns elementos desfavoráveis às indústrias regionais: dificuldades de capital e de mão-de-obra; infra-estrutura fraca; distância dos mercados. CASTRO as analisa, a partir da relação centro-periferia. "A importância desses fatores irá mudando com o tempo, em regra, contra o interesse das áreas periféricas. As dificuldades existentes para levantamento de recursos, por exemplo, levariam as indústrias regionais a continuarem fechadas - o que contrastaria crescentemente com a estrutura de propriedade das empresas centrais. Até o início dos anos 50, os investimentos governamentais em serviços de utilidade pública se concentrariam na região central, acentuando pois as desvantagens da periferia" (Idem, ibidem, p. 102). Com a 2ª. Grande Guerra essas desvantagens reduzem-se substancialmente, dada uma ampliação significativa das manufaturas, em virtude da interrupção do fluxo de mercadorias importadas. Como essas empresas regionais tem dificuldades competitivas, estas não ultrapassam a órbita das indústrias tradicionais.

CASTRO constata ainda, que durante o período de substituição de importações há um avanço nas indústrias da periferia, tendo em vista a introversão da economia nacional. Entretanto, nos anos 50, com extroversão do centro da economia nacional, as indústrias regionais são colocadas em cheque, na medida que os principais centros regionais do Brasil (SP, RS, BA, RJ), lançam nas regiões periféricas os seus produtos. Além disso, as indústrias regionais-nacionais têm outras dificuldades: são concebidas para mercados limitados, sem condições de, a médio prazo, alterar tal situação; haviam que competir com empresas que tem superado a crise no próprio centro.

Ao analisar especificamente o caso da industrialização de Blumenau, CASTRO afirma que a mesma tem um grande poder de inserção na industrialização brasileira, mesmo sendo um "centro industrial periférico" (Idem, ibidem, p. 116).

Afirma o autor, que a colonização de Blumenau é considerada exitosa, tendo como principal característica a expansão para o mercado interno.

CASTRO, baseando-se em MAMIGONIAM, afirma existirem três zonas industriais em Santa Catarina: a de colonização alemã; a da exploração do carvão; e, as do centro e do Oeste, com a existência da indústria da madeira e de alimentos. Dada essa característica, afirma CASTRO: "Começemos por negar a existência de uma economia catarinense. O estado (como assinala o próprio SINGER) é fundamentalmente desintegrado" (Idem, ibidem, p. 117).

Entre as dificuldades para a industrialização nas zonas de colonização alemã, o autor aponta o problema do mercado, isto é, o escoamento dos excedente. "De pouco valia o elevado potencial produtivo das terras ocupadas: produzindo aproximadamente os mesmos bens, os colonos praticamente não tinham como comerciar entre si. Frente às dificuldades inerentes a tal situação seriam tentadas duas soluções: a diversificação das atividades mediante o desenvolvimento artesanal-manufatureiro e as exportações" (Idem, ibidem, p. 118).

A diversificação artesanal-manufatureira, tem um papel importante, entretanto não se expande, dados os limites do mercado colonial. As exportações são uma saída mais viável, apesar dos altos custos dos transportes de Blumenau até o mar especialmente. Entretanto, na medida que suas exportações se limitam somente a produtos de baixo valor (manteiga, carnes preparadas, queijo, couro e fumo), seu desenvolvimento está condicionado e limitado à concorrência, com a mesma produção de outras regiões. Afirma CASTRO, que Blumenau não pode continuar a insistir em tal modelo de desenvolvimento, pois passara por sérias dificuldades. "Veremos, então, como aquela área logrou amplamente escapar aos problemas que se abateriam sobre outras regiões" (Idem, ibidem, p. 119).

É nesta perspectiva que Blumenau, segundo CASTRO, buscar seu próprio caminho, depois de passar por duas experiências: artesanato diversificado, atendendo às necessidades locais e a exportação de produtos primários. Caso continue nesta lógica, caminhará também para uma "crise periférica", inerente à moderna industrialização.¹¹⁷

A saída para a industrialização Blumenauense está colocada na produção de "bens superiores", devido à não necessidade de competir com os similares nacionais. "Assim fazendo, Blumenau antecipadamente incorporava um dos mecanismos mais característicos da moderna industrialização brasileira: o crescimento por diversificação. Sua opção se tornara particularmente oportuna a partir do colapso das importações verificado em 1929. Sendo os artigos leves de consumo praticamente banidos da pauta de importações e não havendo similares nacionais, os pioneiros Blumenauenses tinham diante de si as melhores perspectivas" (Idem, ibidem, p. 120).

Dadas essas características da indústria de Blumenau, CASTRO alega não poder concordar com SINGER, que afirma estar a "indústria de Blumenau num impasse, devido às debilidades das taxas de expansão da indústria têxtil". CASTRO afirma: "A especialização em produtos de alta qualidade, bem como a versatilidade da indústria da área, permitem atingir faixas dinâmicas de mercados globalmente (G.A.) estancados - e, incidentalmente, asseguram certas condições para o ingresso no mercado externo" (Idem, ibidem, p. 122).

Em nível global, a crítica feita a SINGER, aplica-se também

118 - Nas páginas 105 à 115, CASTRO analisa o caso do Rio Grande do Sul, evidenciando exatamente a crise dada a vinculação (periférica) da economia daquele estado com a economia nacional, sem se preocupar em alterá-la, frente às modificações da economia nacional.

a CASTRO, isto é, a exclusão analítica da atuação estatal no processo de acumulação, bem como a exploração do trabalho, esta minorada ou mesmo ignorada. Entretanto, e na sua divergência com SINGER, com relação ao impasse ou não da indústria de Blumenau, que se empreende a restrição maior a sua interpretação.

Tem-se neste trabalho, como uma das hipóteses básicas de trabalho, o papel que o Estado desenvolve na acumulação de capital em Santa Catarina, especialmente, dada a maior organização do aparelho estatal catarinense, a partir dos anos 60. Especificamente com relação ao impasse ou não da indústria de Blumenau, verifica-se que de fato o mesmo acaba por ocorrer, na medida que Blumenau gradativamente perde para Joinville o controle de principal centro industrial do estado, mesmo considerando o fato de produzir bens "superiores", como destaca CASTRO.

Uma ilustração de tal fato, e a preocupação por parte das empresas de Blumenau e do aparelho estatal catarinense, refere-se ao ingresso da Hering no setor agroindustrial (CEVAL) e mesmo mais recentemente de empresas daquela cidade voltarem-se para a produção e tecnologia, fundamentalmente com o apoio estatal. Tal alteração é significativa, ainda e observado o completo predomínio da indústria têxtil e vestuário em Blumenau, mas com uma crescente diversificação produtiva das empresas. O grupo citado, o maior de Santa Catarina em 1991, como um patrimônio líquido declarado de 600 milhões de dólares, com um total de 28.300 funcionários, tem 79,9% de seu faturamento (1 trilhão de cruzeiros), baseado no setor alimentar, e somente 20,1% (256 bilhões de cruzeiros), no setor têxtil.¹²⁰ Destaca-se que a inserção do Grupo Hering no setor alimentar é realizado com abundante incentivo fiscal.

120 - Fonte: Balanço Anual - 1992 - Gazeta Mercantil.

Ressalte-se ainda, que a CEVAL, tal como todas as empresas do setor de produção de óleo de soja, desde que é fundada em 1972, transforma-se na maior empresa de Santa Catarina, em apenas 20 anos. "O crescimento da soja teve início em 1972, quando o presidente do Estados Unidos, Richard Nixon, decretou embargo de alimentos a União Soviética. O preço da commodity, cotado a US\$ 100 a tonelada, disparou para US\$ 600 em três meses. No Brasil, a possibilidade de utilizar a soja como alavancagem financeira - para pegar empréstimos subsidiados junto ao BNDES e crédito barato através de Antecipações de Contrato de Câmbio - levou ao superdimensionamento do parque industrial, sem a contrapartida no fornecimento da matéria-prima".¹²¹

Finalmente, cabe destacar que a CEVAL, bem como outras empresas do setor, são praticamente gestadas no âmbito dos "programas/diagnósticos setoriais", desenvolvidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina, especialmente nos anos 70. "O papel do empresário é etimologicamente empreender, mas vão-se longe os dias em que o laissez faire (G.A.) era a regra para os poderes públicos. Hoje, nenhum governo, através de seus mecanismos diretos e indiretos de atuação, pode desconhecer as tendências que se imprimem no setor econômico".¹²²

Observa-se, portanto, que CASTRO precipita-se quanto a continuidade do domínio econômico de Blumenau em relação a Joinville, e especialmente quanto a continuidade daquela economia concentrar-se no setor têxtil. Tal alteração, como visto no caso do Grupo Hering, ocorre sob o patrocínio do poder público.

121 - Na "Folha de São Paulo", Quatro empresas dominam a produção de óleo de soja, de 10.05.93, 2(1).

122 - CEAG/SC - CEBRAE - BRDE - SIC - CODESUL - PROCAPE. A Indústria da Soja em Santa Catarina: análise técnico-econômica, Florianópolis, 1976, pg. 55, pp. 07.

Após a análise dos periféricos, schumpeterianos e as outras contribuições, estuda-se as contribuições acerca da economia política catarinense, feita pelos desenvolvimentistas.

Capítulo 4 - Desenvolvimentistas

Na história da economia política catarinense, os desenvolvimentistas, mais do que analisá-la, tem participação decisiva nas políticas econômicas dos diversos governos estaduais, especialmente a partir dos anos 60.

Os formuladores dessa corrente introduzem em suas análises e propostas a necessidade do planejamento econômico, objetivando alcançar o desenvolvimento estadual, notadamente no setor industrial. Os desenvolvimentistas, explicitam em seus trabalhos, a necessidade da intervenção do Estado na economia, por meio de planejamento, criação de infra-estrutura, crédito e educação, com o objetivo de auxiliar, a para eles pioneira ação do empresariado catarinense. "Desde 1957, A FIESC, estimulada pela Confederação Nacional das Indústrias - CNI, procurava formar seu quadro técnico fortemente influenciado pela CEPAL" (AURAS, 1991: 330-31). A Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) é um organismo criado pela ONU, tendo como meta, auxiliar, via planejamento, a superação do subdesenvolvimento dos países da América Latina. É nesta escola que os desenvolvimentistas catarinenses buscam sustentação teórica e técnica.

Além das interpretações e propostas realizadas para a superação do subdesenvolvimento do estado, os desenvolvimentistas catarinenses são também, muito ativos na defesa da burguesia local, interpretando-a como empreendedora e inovadora, sendo esta uma das premissas para a construção da categoria modelo catarinense de desenvolvimento.

Tal peculiaridade, também chamado de modelo empresarial catarinense,¹²³ está baseado na diversidade produtiva existente em Santa Catarina, devido especialmente a iniciativa empresarial e ao gosto, vontade e aptidão ao trabalho dos trabalhadores locais. "Há quem veja o modelo catarinense (G.A.) como a luz no final do túnel do desafio do desenvolvimento nacional. Catarinizar (G.A.) o Brasil é uma perspectiva - uma missão política - dos arautos das virtudes da catarinidade (G.A.)" (AURAS, 1991: 313). Este modelo tem como características básicas: um estado que corresponde a somente 1,1% do território nacional, sustentado na pequena propriedade rural, mas com grande produtividade; a pequena e média empresa, que com trabalho, dedicação e principalmente perspicácia empresarial, se constituíram nos alicerces das, hoje, grandes empresas existentes no estado. "Dentro do cenário brasileiro, Santa Catarina, com uma modesta extensão de terra de 95 mil quilômetros quadrados e população de apenas 4 milhões e 500 mil pessoas, ganha destaque em vários setores. Pulou recentemente do nono para o quinto lugar no ranking nacional de exportação, mostrando que seus produtos possuem padrão para buscar lá fora, em mercados exigentes, os consumidores que escasseiam no Brasil".¹²⁴ Além do exposto, observa-se segundo os mesmos, boa distribuição da renda, além de poucos problemas sociais.

A crítica realizada nesta dissertação quanto a concepção do modelo catarinense de desenvolvimento, refere-se a que no estado de Santa Catarina, tal como em outras regiões do país, a acumulação de capital, se processa da mesma forma, isto é, tendo de um lado, um pequeno número de grandes grupos econômicos, de

123 - Sob tal denominação, a RBS TV (afiliada da Rede Globo de Televisão) apresenta semanalmente um programa matutino, onde a cada edição, apresenta uma empresa de Santa Catarina, considerada de sucesso no respectivo setor.

124 - Revista Expressão, Ano 2, No. 24-1992, Florianópolis.

porte internacional, com patrimônios volumosos e, de outro uma classe trabalhadora, ou mesmo pequenas empresas e proprietários rurais, com sua participação na riqueza social gerada, minorada gradativamente.¹²⁵ Tem-se, portanto, em Santa Catarina um quadro que, de acordo com os dados expressos, reflete um crescente empobrecimento social, este podendo ser ilustrado pela crescente favelização das principais cidades do estado, contraposto, pelo aumento considerável do patrimônio dos grandes grupos, o enriquecimento privado. Dessa forma, o chamado modelo catarinense de desenvolvimento é muito mais uma peça de marketing político, uma retórica gestada pelos intelectuais orgânicos do desenvolvimentismo¹²⁶ de Santa Catarina, do que uma realidade econômica-social efetiva, sem no entanto desconsiderar as peculiaridades econômicas e sociais desse estado.

¹²⁵ - De acordo com o Anuário Estatístico do Brasil/91-IBGE, com base no Valor da Transformação Industrial as Rendas do Trabalho - RT (salários, retiradas e outras remunerações) e as Rendas da Propriedade - RP (lucros, juros e aluguéis) foram em Santa Catarina (SC) e Brasil (BR), respectivamente:

1980 - SC - RT= 22% e RP= 78% - BR - RT= 24% e RP= 76%;

1985 - SC - RT= 18% e RP= 82% - BR - RT= 18% e RP= 18%;

1990*- SC - RT= 12% e RP= 88% - BR - RT= 12% e RP= 12%;

Os dados acima ilustram o quanto é falacioso afirmar-se que em Santa Catarina a distribuição da renda pode ser considerada um modelo para o país. Comparando-se Santa Catarina e o Brasil com outros países temos: Estados Unidos, entre 1970-1990 tem-se Rendas do Trabalho (RT) acima de 60%; Japão passou a RT de 55% em 1970 para acima de 65% em 1990; França= acima dos 50% (Fonte: Centre D'études Prospectives et D'informations Internationales. Économie Mondiale 1990-2000: L'impératif de croissance, Rapport ou Cep II en Collaboration Avec L'équipe Mimosa de L'ofce. Economica, 1992, Paris, França, pg. 521, pp.86-87.

(*) Dados preliminares.

¹²⁶ - A adoção do reconhecimento do modelo catarinense de desenvolvimento, não é exclusiva dos desenvolvimentistas, antes pelo contrário, os schumpeterianos também contribuíram decisivamente para a constituição de tal denominação.

Outros aspectos que tornam a existência do modelo catarinense de desenvolvimento absolutamente questionável, são as condições às quais são submetidas a classe trabalhadora catarinense. Na viagem de estudos citada anteriormente constatou-se "in loco", algumas dessas situações, tais como intensidade da jornada de trabalho, condições de segurança no trabalho precárias, controle sobre o trabalhador, já mencionadas nos escritos de MOSER¹²⁷ e VOLPATO.¹²⁸ que evidenciam que as relações de trabalho no Estado de Santa Catarina, são tão ou mais indignas e exploratórias do que em outras regiões do país. Assim, também quanto às atividades internas à fábrica, o trabalhador catarinense não se diferencia em relação aos trabalhadores brasileiros em geral. MOSER analisa em seu livro a profunda alteração que ocorre no município de Rodeio, interior de Santa Catarina, próximo a Blumenau, no Vale do Rio Itajaí, com a instalação de uma seção de costura de mainas, do grupo Hering, em 1974. A autora relata com detalhes, entre outros, as condições do processo de trabalho na fábrica e o controle exercido sobre o mesmo. A dominação sobre o trabalhador catarinense expressa-se claramente com a resposta do encarregado de um dos setores da fábrica a MOSER: "O responsável pelo setor Tempos e Movimentos esclarece o seguinte: (Nossa missão é manter padrões e, caso não estejam sendo mantidos, avisa-se a instrutora e a encarregada; nunca atuamos diretamente com as pessoas. Aqui em Rodeio foi fácil impor esses padrões: o italiano é um pessoal obediente: se adapta. Sempre conseguimos os nossos objetivos. Estou muito satisfeito. A fábrica me deu tudo o que poderia imaginar. Só tive lucro, só aprendi)" (MOSER, 1985: 75). Já VOLPATO narra as condições precárias para o mineiro que trabalha diretamente na

127 - MOSER, Anita, "A Nova Submissão: mulheres da zona rural no processo de trabalho industrial", Edipaz, Porto Alegre, 1985, pg. 128.

128 - VOLPATO, Terezinha Gascho, "A Pirita Humana: os mineiros de Criciúma", Ed. da UFSC/Assembléia Legislativa, Florianópolis, 1984, pg. 160.

extração do carvão, na região Sul de Santa Catarina. "No processo extrativo do carvão a pirita e o residuo, o resto não aproveitado até o presente, é uma espécie de lixo industrial largado sobre o solo nas imediações das bocas de minas onde se processa a pré-lavagem do carvão, e o residuo poluicor. No processo de trabalho pode-se afirmar que também existe um resto ao final de alguns anos de trabalho. Tal qual a pirita o trabalhador se reduz a um bem inaproveitável: homem precocemente envelhecido, doente, ou mutilado, estigmatizado socialmente (VOLPATO, 1984: 01). Vê-se portanto, que também quanto as condições de trabalho, a realidade econômica catarinense é tão ou mais cruei que a dos demais trabalhadores brasileiros, demonstrando a falaciosidade, também neste aspecto, do chamado modelo catarinense de desenvolvimento.

Ressalte-se ainda que, além da significativa produção acadêmica proselitista sobre o modelo catarinense de desenvolvimento, compreendido como tal o papel "revolucionário-produtivo" do empresariado catarinense e o "pacifismo dos trabalhadores", os desenvolvimentistas foram todos, sem uma única exceção, ideólogos e burocratas do aparelho estatal catarinense ou de empresas. Até nossos dias, todos ocupam um relevante papel na estrutura estatal ou privada, e ainda propugnam as vantagens do aludido modelo catarinense de desenvolvimento.

Portanto, o suposto "modelo catarinense", é na verdade mais a uma peça de marketing, uma ideologia¹²⁹ desenvolvida pela

129 - Compreende-se ideologia nesta dissertação a partir da compreensão gramsciana, que diz: "A ideologia, nesse sentido, é uma concepção do mundo implicitamente manifesta na arte, no direito, na atividade econômica e em todas as manifestações da vida individual e coletiva (G.A.). Mas a ideologia é mais do que um sistema de idéias, ela também está relacionada com a capacidade de inspirar atitudes concretas e proporcionar orientação para a ação. A ideologia está socialmente generalizada, pois os homens não podem agir sem regras de conduta, sem orientações. Portanto, a ideologia torna-se o

burguesia catarinense, para falsear uma realidade econômica excludente, concentradora, onde o empresariado catarinense, particularmente os grandes grupos, se apoderam do aparelho estatal, para através do mesmo ampliar seu enriquecimento privado.

Faz-se necessário, ainda, chamar a atenção nesta introdução que esses autores, entre outros, dão o sustentáculo ideológico que resulta numa expressão usada com muita frequência por empresários, jornalistas, políticos desse estado, e que menciona com clareza a idéia do não conflito de classes ou que estes inexistem. Gente da terra catarinense, um chavão que traz em si uma conotação de harmonia, de convivência pacífica entre as classes sociais e que ao longo dos anos, com seu uso frequente em meios de comunicação, acaba por se tornar uma espécie de refrão estadual, com o qual se busca identificar a sociedade catarinense.¹³⁰

terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc (G.A.). (BOTTOMORE, 1988: 186).

130 - "Não é novidade para ninguém que o Brasil passa por um momento difícil em sua economia. Recessão, desemprego, queda significativa na arrecadação de impostos e dívidas contraídas no passado são obstáculos que cada governante deste país precisa transpor para levar adiante a sua administração.

Em Santa Catarina, este quadro não é diferente.

Diferente, aqui, é a qualidade pessoal e a disposição para a luta de nossos trabalhadores. É a visão de futuro e coragem de nossos empresários. É a tradição que nossa nossa gente tem de enfrentar as dificuldades de cabeça erguida e mangas arregaçadas. É, também, o amor e a dedicação que o Governo do Estado vem demonstrando a cada dia destes dois últimos anos por nossa terra e por nossa gente, encarando as adversidades não como obstáculos intransponíveis mas como desafios que precisam ser vencidos e que, quando superados, servem de estímulo e de força para enfrentar os próximos" (Expresso na milionária campanha publicitária do governo estadual. Governo do Estado de Santa Catarina/Informe Publicitário. PLANO SIM - Dito e Feito: 2 anos de amor a Santa Catarina, Diário Catarinense, 19.04.93, pp. 08-11.

Gente da terra catarinense, gente catarinense, ou gente da terra da gente, são jargões criados pela classe dominante catarinense e seus ideólogos. neste caso, os desenvolvimentistas,¹³¹ que buscam na verdade ideologizar as desigualdades sociais, determinadas pelas relações capitalistas de produção, aqui, tão ou mais selvagens que em outras regiões deste país. "As elites catarinenses costumam proclamar que Santa Catarina (SC) é um estado sui generis (G.A.), diferente do resto da nação (G.A.), ocorrendo aqui uma ausência de conflitos (G.A.), uma perfeita distribuição de terras (estado minifundiário) (G.A.) uma ótima distribuição espacial da população e da produção (G.A.) uma economia que não é afetada pelas crises da economia brasileira (G.A.). Enfim, Santa Catarina é um estado com grande equilíbrio (G.A.) sendo o catarinense um homem trabalhadores e pacífico (G.A.).¹³²

Neste sentido, os autores ABREU, MATTOS e LAGO, bem como os organismos BRDE, IBAGESC-CEBRAE que ora serão analisados, dão uma contribuição decisiva para que os grandes grupos tenham nesse estado, um campo muito fértil para a constituição e ampliação de seu enriquecimento. Estudar, planejar e fazer política econômica são pilares do enriquecimento privado em Santa Catarina, conduzidos pelos desenvolvimentistas.

A metodologia de análise dos desenvolvimentistas, diferencia-se da usada para o estudo das interpretações

131 - Existem até livros com estas denominações, que são indicados para o 2o. Grau e como bibliografia para o Concurso Vestibular da UFSC, UDESC e ACAFE, entre os quais: PIAZZA, Walter F. e HUBENER, Laura Machado, "Santa Catarina: história da gente", Ed. Lunardelli, Florianópolis, 1983, 19a. edição, pg. 150; e LAGO, Paulo Fernando, "GENTE DA TERRA CATARINENSE: Desenvolvimento e Educação Ambiental", Editora da UDFSC/FCC/Lunardelli/UDESC, Florianópolis, 1988, pg. 349.

132 - LISBOA, Armando de Melo. "Desmistificando Santa Catarina", Florianópolis, mimeo, 1987.

anteriores. Dado o carácter predominantemente descritivo destes, optou-se por, imediatamente após a análise dos respectivos trabalhos, empreender-se a crítica.

4.1 - Alcides ABREU

Este autor pode ser considerado um dos idealizadores do por eles desenvolvimentistas denominado, modelo empresarial catarinense. Com formação em Direito e Economia, escreve diversos trabalhos, especialmente relatórios e levantamentos encomendados por órgãos governamentais e empresariais. Tem ainda atuação direta no governo do estado e na Federação das Industriais do Estado de Santa Catarina (FIESC). Coordena, em 1962, a implantação do Banco de Desenvolvimento do Estado (BDE), atual Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), do qual foi o primeiro presidente. "Para criar a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento capitalista em Santa Catarina, na gestão Celso Ramos (1961-65), criou o Plano de Metas do Governo - PLAMEG, tendo sido Alcides Abreu (ativo intelectual orgânico da burguesia catarinense, integrante dos quadros da FIESC praticamente desde sua fundação) nomeado Secretário Executivo" (AURAS, 1991: 332).

A importância do autor para a economia e política catarinense é expressa integralmente em "Ensaio Sobre a Economia Catarinense", de 1970.¹³³ Uma ilustração da ativa atuação do autor na estrutura burocrática catarinense, evidencia-se com a sua participação no "Ciclo de Estudos Sobre Segurança e Desenvolvimento - Panorama Infraestrutural de Santa Catarina/As

133 - "...Bacharel em Direito em 1950. Bacharel em Filosofia, em 1960. Especialização em Direito em 1950. Especialização em Direito e Ciências Econômicas na Universidade de Paris, em 1951/52. Doutor em Direito, em 1955, pela Faculdade de Direito de Santa Catarina. Professor Catedrático de Teoria Geral do Estado, da Faculdade de Direito da UFSC. Professor de Sociologia Geral da Faculdade de Educação da UDESC e Professor de Ética Geral da Faculdade de Serviço Social da UFSC. Ocupou vários cargos de destaque junto a administração estadual, particularmente ligados à política de desenvolvimento econômico-social. Atualmente ocupa altas funções junto ao SENAI e à COTESC..." (ABREU, 1970: 09).

Comunicações", promovido pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) - Delegacia de Santa Catarina, em 1970. Com relação a ADESG, cabe ainda observar que a mesma constituiu-se, juntamente com a Fundação Nereu Ramos, de acordo com AGUIAR (1991), na "central de inteligência das elites catarinenses", tendo em seus quadros diversas personalidades da sociedade catarinense, entre os quais destaca-se até hoje a participação de ABREU, ocupando postos diversos na entidade. "...em torno da ADESG-SC estarão reunidos os principais atores que vão estar ao lado da candidatura de Esperidião Amin ao governo, bem como as principais personalidades que congregavam a ordem vigente no estado" (AGUIAR, 1991: 200). A atuação de ABREU sempre esteve ligada às elites catarinenses, em seus organismos de classe e planejamento estadual.

O primeiro trabalho de ABREU, embora não objeto específico desta análise, deve ser mencionado, muito mais pelo inusitado da temática, do que pelo conteúdo nele expresso: "Liberdade, Capitalismo, Prosperidade",¹³⁵ constitui-se numa compilação geral de autores versando sobre o conflito inerente à época - guerra fria -, em que o autor manifesta-se em apoio ao desenvolvimento econômico nos moldes capitalistas. "Para mim, a liberdade se garante no capitalismo. E, o capitalismo, pelos seus métodos e pelos meios que lhe são próprios, institui a prosperidade, a riqueza e o bem estar" (ABREU, 1954: XI). Para o autor, no debate entre capitalismo e socialismo, o primeiro é indiscutivelmente a ordem natural da sociedade e por isso o melhor. Não há sequer a possibilidade de um sistema intermediário entre os dois, ao contrário o capitalismo é para ABREU um modelo

134 - Ver AGUIAR, Itamar, "As Eleições de 1982 para Governador em Santa Catarina: táticas e estratégias das elites no confronto com as oposições", Dissertação de Mestrado, UFSC, Mimeografado, Florianópolis, 1991, pg. 312, pp. 199.

135 - ABREU, Alcides, "Liberdade, Capitalismo, Prosperidade", Empresa Gráfica Grajaú Ltda., Florianópolis, 1954, pg. 76.

de sociedade, pois, "...a meu ver, é realista. Pune como premia; adverte como castiga. E, sobretudo, cria. E cria sobre fundamentos positivos e não meramente conjecturais: interesse pessoal, concorrência e liberdade" (idem, ibidem, p. 84).

Em 1962, ABREU assume a coordenação da constituição do antigo BDE atual BESC. "O Banco de Desenvolvimento do Estado (BDE) nasceu para antecipar o futuro, define o primeiro presidente do Banco, Alcides Abreu, autor dos estatutos".¹³⁶

Em "Panorama da Economia Catarinense",¹³⁷ ABREU analisa aspectos gerais da sociedade catarinense, tais como: posição geográfica, recursos naturais, humanos e outros.

Nesta, como nas demais obras, está presente em ABREU, a pregação sobre a necessidade da inserção do Estado, via planejamento e incentivos creditícios e fiscais, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento econômico, isto é, a industrialização.

A composição setorial da economia catarinense, de acordo com dados da Secretaria da Fazenda de 1968 expressos pelo autor, apontam ser Santa Catarina, ainda predominantemente rural. A produção do setor primário correspondia ainda a 38,26% do PIB do estado, o terciário a 32,12% e o secundário a 29,62%. Entretanto, o secundário - predomínio do tradicional - cresceu 8,9% a.a. entre 1949 e 1959, embora em índices menores que a economia nacional (10,4 a.a.), superando o primário (4,8% a.a.) e o terciário (5,8% a.a.).

136 - Entrevista de ABREU, na publicação comemorativa dos 30 anos do BESC, "BESC - O Saldo Positivo de 30 Anos de Trabalho", 1992, pg. 46, pp. 25.

137 - Ver ABREU, Alcides, "Panorama da economia catarinense", et alli, "Ensaio Sobre a Economia Catarinense", Florianópolis, 1970, pg. 13-44.

Quanto à superação do atraso industrial de Santa Catarina, via industrialização, sob predomínio dos ramos dinâmicos, afirma ABREU: "O setor secundário no período 1950/60 aumentou sua participação relativa na absorção de mão-de-obra e elevou sua produtividade em relação a década 1940/50. Mesmo assim, segundo trabalho da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, Plano de Industrialização Regional, a produtividade marginal da mão-de-obra catarinense em todos os níveis, através da adoção de instrumentos de trabalho mais adequados e de assistência técnica, administrativa e financeira aos empresários e tarefa urgente e decisiva, já que no fundo o desenvolvimento econômico e função do aumento de produtividade" (ABREU, 1970: 20). É importante perceber que ABREU capta a necessidade da ação estatal-desenvolvimentista, para a superação do subdesenvolvimento, objetivando a industrialização, em especial no setor dinâmico da economia, evidenciando, com isso, a impossibilidade da industrialização via ação econômica exclusiva da burguesia.

A concepção de centro-periferia da economia catarinense, em relação a economia nacional, também está expressa no pensamento de ABREU, com base na teoria cepalina da dependência nacional em relação aos países centrais. A superação de tal situação seria feita via industrialização, na ação conjunta de empresários e governo. "Em regime de livre empresa, como o nosso, a expansão econômica depende sobretudo da confiança. Confiança do empresariado no governo e do governo no empresário" (idem, ibidem, p. 21). ABREU é um dos grandes defensores e mesmo gestor dos programas de crédito ao empresariado catarinense, tais como o FUNDESC, criado em 1963 pelo BDE, sob sua direção. "...um plano específico para estimular o crescimento de empresas catarinenses, principalmente as indústrias. Na primeira metade da década de 70, foi um dos impulsos mais importantes na ampliação das empresas que hoje são as gigantes do estado, como Embraco, Hansen, Tupy.

Weg, Ceval ou Consul".¹³⁸

Entre as necessidades estaduais para alcançar o desenvolvimento o autor aponta as seguintes: integração estadual: modernização administrativa: infra-estrutura - transportes, comunicação, energia e saneamento básico - : e ainda, modernização, expansão e diversificação industrial e agrícola, e "...estruturção de um sistema financeiro para o desenvolvimento, incluindo a captura sistemática dos incentivos fiscais federais..." (ABREU, 1970: 23). Observa-se claramente a necessidade da preponderância da ação estatal, para alcançar o "desenvolvimento" da economia e sociedade catarinense.

Ao golpe militar de 1964 (conceituado pelo autor como revolução), ABREU rende muitas homenagens, em especial elogia o fato de o mesmo ter instituído em definitivo o planejamento econômico, como via da industrialização. "Esta revolução consignou e realiza o conjunto de reformas que mudarão a face do país, alimentando o povo de energias novas e de certeza na consecução de objetivos sempre perseguidos, de integração e prosperidade. O planejamento agora chegou para ficar. Nêle, o Estado é instrumento, definidor de oportunidades para os desempenhos privados, suporte das ações empresariais e individuais; denominador comum dos intêresses coletivos, agente, enfim, do desenvolvimento para o homem" (idem, ibidem, p. 30). Ressalte-se, entretanto, que o planejamento de forma sistemática emerge no Brasil já nos anos 50, acentuando-se no período militar.

Outrossim, nesse artigo ABREU constata que o subdesenvolvimento, expresso especialmente na relação periférica da economia catarinense com a nacional, se deve à falta de

¹³⁸ - Ver "BESC - O Saldo Positivo de 30 Anos de Trabalho", p. 29, 1992.

industrialização e a incipiência do ramo dinâmico da indústria catarinense, proponho como via de superação a ação estatal, baseada no planejamento, crédito e incentivos fiscais. O autor vê a ação do Estado como complementar a ação privada, pois esta também teve e tem um papel significativo na economia catarinense.

Finalmente em "O Caminho do Homem - proposta para uma proposta para Santa Catarina",¹³⁹ ABREU descreve uma série de desejos, do que seria para ele uma nova sociedade, baseada não no "TER" mas no "SER". No subtítulo do trabalho, é definido o mesmo como: "Propostas sistêmicas ou os conteúdos básicos dos programas específicos para a construção da Sociedade desejada (período 1983/março 1987)" (ABREU, sem data: 3o. caderno/1.1). Esta obra, composta de 4 cadernos, aponta uma série de desejos, do que seria para ele uma sociedade ideal, em seus múltiplos aspectos, políticos, econômicos, sociais, educacionais, etc., questões estas que extrapolam o objeto específico desta análise. Contudo, a título de demonstração das múltiplas facetas de ABREU, é cabível citar AGUIAR que refere-se a "Carta dos Catarinenses":¹⁴⁰ "A essência teórica da Carta (G.A.), principalmente na sua introdução, fora retirada da obra do intelectual das elites, professor Alcides Abreu, denominada O caminho do homem - proposta para uma proposta para Santa Catarina (G.A.), elaborada antes das eleições. O documento incorpora, de outro lado, algumas palavras-de-order das oposições e procura mascarar a questão de classe, minimizando o seu conteúdo político-ideológico, usando expressões como ação conjunta, consulta, delegar, descentralização, innovar, integrar.

139 - ABREU, Alcides, "O Caminho do Homem - proposta para uma proposta para Santa Catarina", Imprensa Universitária, Florianópolis, sem data, 4 cadernos.

140 - "Carta dos Catarinenses", denominação da proposta do programa de governo do então candidato Esperidião Amin (PDS), depois eleito governador do Estado de Santa Catarina de 1983 à 1987.

distribuição, participação, organização (G.A.). etc., ate bem pouco tempo excluidas da cartilha do esquema dominante e do regime autoritário" (AGUIAR, 1991: 66).

Finalmente, quanto a ABREU cabe ainda afirmar que sua mais recente investida pública, foi a candidatura a vice-prefeito de Florianópolis (SC), nas eleições de 1992, pelo Partido Liberal (PL), tendo como candidato a prefeito Péricles Prade. O contraditório é que ABREU, candidata-se pelo partido, que em suas linhas programáticas, mais ataca, critica e denigre a ação do Estado, considerando este como perdulário, agindo contra as leis de mercado, agente este - o Estado - que, em seus trabalhos, tanto reivindicou a ação econômica, como forma de superar o subdesenvolvimento da economia catarinense.

Portanto Alcides ABREU, constitui-se em um dos primeiros "estudiosos" da realidade econômica catarinense, podendo ser considerado um propagador do pensamento desenvolvimentista em Santa Catarina, bem como um dos ideólogos da elite empresarial catarinense.

Quase no mesmo periodo de ABREU, surge outro desenvolvimentista, Fernando Marcondes de MATTOS, com diversas obras publicadas, tendo também um papel de destaque na formação ideológica, servindo às classes dominantes catarinenses desde então.

4.2 - Fernando Marcondes de MATTOS

Este autor, com formação em Direito e Economia, leciona muitos anos a Disciplina Economia Catarinense do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC. Fez curso em Problemas de Desenvolvimento Econômico organizado pela CEPAL, assim como atua em instituições de desenvolvimento estadual e regional, tais como, Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BADESC) e Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL). Em 1986 é candidato a vice-governador do estado, na chapa do PFL, junto com Vilson Kleinübing, pretendente a Governador (derrotados no pleito). Seu livro "SANTA CATARINA - Tempos de Angústia e Esperança" é reeditado nessa época servindo como subsídio programático para os então candidatos. Posteriormente, entre 1990-92, o autor é Secretário da Fazenda de Estado, quando desta feita converte-se numa espécie de super-secretário, do Governo de Vilson Kleinübing (PFL).

Como exposto anteriormente, MATTOS tem intensa atividade na economia e política estadual. Tal como ABREU, MATTOS constitui-se também num dos ideólogos das elites catarinense, contribuindo significativamente para a constituição da categoria modelo catarinense de desenvolvimento, e do pensamento desenvolvimentista no estado.

Em MATTOS,¹⁴¹ observa-se a influência cebalina no seu pensamento, emergindo a preocupação com a superação do subdesenvolvimento, via industrialização, com a efetiva

141 - MATTOS, Fernando Marcondes de, "A Industrialização Catarinense: análise e tendências", Ed. da UFSC, Florianópolis, 1968, pg. 87; "SANTA CATARINA: Nova Dimensão", Ed. da UFSC, Florianópolis, 1973, pg. 446; e "SANTA CATARINA: Tempos de Angústia e Esperança", edição do autor, Florianópolis, 1978, pg. 215; "SANTA CATARINA: Tempos de Angústia e Esperança", Ed. Lunardelli, Florianópolis, 1986, 2a. edição, pg. 199.

participação do Estado, enquanto agente planejador e incentivador das atividades econômicas. Esta presente também, a visão empreendedora do empresário catarinense, consubstanciando também o chamado modelo catarinense de desenvolvimento.

Em seu livro "A Industrialização Catarinense: análise e tendências", tese de Livre Docência apresentada ao Departamento de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o ex-governador Celso Ramos (PSD) - 1961-1965 - no prefácio discorre: "...não me poderia furtar a prazerosa anuência a essa distinção, sobretudo porque, enquanto desempenhei, com plena consciência de minhas responsabilidades, o cargo de Governador do estado, tive no autor deste excelente trabalho um dos meus mais eficientes colaboradores".

Nessa obra MATTOS faz a defesa do desenvolvimento econômico, via industrialização, e afirma a necessidade da intervenção governamental apoiar a indústria, ainda incipiente no estado, tal como expresso por ABREU. Constata o subdesenvolvimento da economia catarinense, contrapondo-a com o desenvolvimento (industrialização): "...a consciência de que o desenvolvimento historicamente tem vindo sempre acompanhado de intenso processo industrial, deve estar sempre nas atitudes dos governos estaduais. Dentro desse mesmo raciocínio de ideias, inclui-se o Estado de Santa Catarina, que deve fazer o máximo possível para expandir a sua produção manufatureira com vistas a obter melhores benefícios nas relações de troca com os demais estados federativos" (MATTOS, 1968: 29).

Evidencia-se também, em MATTOS, a percepção de que a economia catarinense estabelece com o centro do país (eixo Rio-São Paulo) uma relação de centro-periferia, embora não aprofunde a análise em torno de tal matriz interpretativa.

Neste trabalho,¹⁴² a economia catarinense é analisada pelo autor, de forma predominantemente descritiva, preponderando o estudo do setor industrial e os diversos ramos (têxtil, alimentar, madeira, metalúrgica, mecânica e material elétrico) que mais se destacam a época.

Tal como visto em ABREU, nos anos 60, Santa Catarina ainda é um estado predominantemente primário. Na indústria emergente observa-se a preponderância da indústria da madeira (27,0%), têxteis (21,0%) e produtos alimentares (15,0%). Enquanto no Brasil, tem-se os setores químico (19,0%), metalúrgico (10,0%), produtos alimentares (13,0%), têxtil (12,0%) e o material de transporte (12,0%), (dados do ano de 1962, expressos por MATTOS).

Para superar tal estágio, MATTOS, vai no item "Estratégia de Desenvolvimento Industrial", propõe uma intensa presença estatal, baseada especialmente em três ações: 1-possibilitar o empresário nacional o acesso ao financiamento externo; 2-auxiliar o empresário brasileiro na associação a grupos estrangeiros, via empréstimos e incentivos; 3-financiar programas de fusão e modernização de empresas.

Para ele, portanto, o subdesenvolvimento só pode ser superado via industrialização. "Para que a industrialização seja possível no ritmo reclamado pela urgência do desenvolvimento, torna-se imprescindível que os governos desempenhem uma função voltada para esses objetivos, muito mais ativa do que exerceram até agora, principalmente no Estado de Santa Catarina" (Idem, ibidem, p. 145). Embora a ação da iniciativa privada seja fundamental para o desenvolvimento de Santa Catarina, para o autor os governos devem ter uma ação complementar aos empresários, dada a dificuldade de capitalização dos mesmos.

142 - "A Industrialização Catarinense: análise e tendências", Ed. da UFSC, Florianópolis, 1968, pg. 87.

Seu trabalho, "SANTA CATARINA - Nova Dimensão",¹⁴³ versa sobre múltiplos aspectos da realidade catarinense, preponderando a descrição de dados diversos sobre a realidade local embora embutida de noções analíticas, como já se fez menção, tais como: modelo catarinense de desenvolvimento (empresário estadual e empreendedor e inovador); a economia catarinense estabelece uma relação de periferia com o centro da economia nacional; e a importância da industrialização na busca da superação da condição supracitada.

O próprio prefácio da obra evidencia seu histórico vínculo com o poder constituído de Santa Catarina. "Neste meu reencontro com o ex-aluno de Estatística do ano de 1956, vejo, não somente o aluno promissor de ontem, mas sobretudo o jovem do meu tempo, que, comigo, entende ser esta a nossa responsabilidade: construir o futuro das gerações (G.A.), pois nisto reside, e aqui identifico, a resposta síntese dos catarinenses aos desafios do nosso tempo, tese que sustentei no meu programa de Governo...".¹⁴⁴

Ainda neste trabalho, MATTOS analisa Santa Catarina: em relação a Região Sul e ao Brasil: as regiões que compõem o estado; a capital; a estrutura econômica e os empregos; a demografia; a necessidade do planejamento/revisão do Planos Governamentais instituídos até 1973; a modernização administrativa; e as finanças governamentais.

Faz-se premente mencionar, a defesa feita por MATTOS ao regime de exceção de 1964. A introdução de seu livro é uma reverência incondicional ao referido regime, por ele chamado de

¹⁴³ - MATTOS, Fernando Marcondes de, SANTA CATARINA: nova dimensão, Ed. da UFSC, Florianópolis, 1973, pg. 446.

¹⁴⁴ - Palavras do ex-governador Colombo Machado Sales - 1971-1975 - no prefácio do livro ora em análise.

revolução de 64. "O clima de tranquilidade e de favoráveis expectativas, criado pela Revolução, tornou possível a Santa Catarina mostrar sobejamente, a partir de março de 64, que este estado, consciente de sua responsabilidade perante o Brasil e a história, compreendeu a sua grandeza e aceitou o desafio de ser grande" (MATTOS, 1983: 14). Tal apologia, se para a sociedade catarinense não tem razão de ser, para os grandes grupos empresariais de Santa Catarina de fato oiz respeito, pois "Nesses nove anos os financiamentos e os incentivos totais concedidos à indústria pelos órgãos estaduais e regionais de crédito, para projetos de expansão e de novas fábricas, superaram a elevada cifra de 600 milhões, muitas e muitas vezes superior a tudo quanto se tinha aplicado até então" (Idem, ibidem, p. 17). A lógica cepalina-desenvolvimentista, o faz ver com a maior naturalidade, o fato de o poder público financiar substancialmente a "pioneira iniciativa privada" do Estado de Santa Catarina.

Neste trabalho, "Santa Catarina: Nova Dimensão", 1973, tal como no anterior, "A Industrialização Catarinense", 1968, MATTOS desenvolve, embora de forma mais acabada, a necessidade do planejamento governamental como a forma de superar a falta de industrialização. "O poder público desempenha o seu papel de duas formas principais: aplicando os seus recursos em obras prioritárias e exercendo, de múltiplas formas, estímulos e desestímulos ao setor privado" (Idem, ibidem, p. 30). Novamente uma ilustração, da preponderância atribuída ao Estado, objetivando alcançar o desenvolvimento econômico de Santa Catarina.

Está presente também, neste trabalho do autor, a noção de relação "centro-periferia", da economia catarinense em relação à nacional. "O desenvolvimento nacional condiciona o desenvolvimento de Santa Catarina - Estado de economia periférica" (Idem, ibidem, p. 67). Embora não atribuindo maior

importância à condição periférica para a formação e desenvolvimento de Santa Catarina. MATTOS identifica a relação, mas não a explica, não localiza quais as causas de tal situação, como o fazem SILVA e CEAG.

Ao constatar que Santa Catarina tem sua participação regional na renda reduzida entre 1947/67, MATTOS reafirma a necessidade da industrialização, embora deva ser concentrada especialmente no setor dinâmico da economia, pois os mesmos desenvolvem-se com maior tecnologia e produtividade.

Contrariamente à maioria dos autores analisados neste trabalho, MATTOS vê em Santa Catarina a integração entre as regiões, "Cada região tem uma determinada função no interior da unidade estadual. Embora possa uma ou outra estar voltada quase que inteiramente para o exterior (do estado), não há dúvida que todas elas se influenciam. As partes não apenas se somam para dar o resultado estadual. Elas se interagem para elevar este resultado" (Idem, ibidem, p. 93).

No capítulo 9, "Santa Catarina e Seus Empregos", o autor dá um panorama geral dos principais setores e empresas do estado, e ao referir-se à Fundação Tupy de Joinville, afirma: "A Tupy assina com o BNDE o maior financiamento já concedido por esta instituição financeira e parte para ser a maior fundação da América do Sul" (Idem, ibidem, p. 267). Ilustra-se, com esta referência de MATTOS a uma das principais empresas do estado, a importância da intervenção estatal para o enriquecimento privado, preponderantemente a partir dos anos 60, embora o mesmo não mencione o ponto de ruptura no desenvolvimento da economia catarinense, qual seja: a acumulação em Santa Catarina toma novo impulso, a partir dos planos de governo elaborados no período do regime de 64, com a intensificação do planejamento, reforma no Sistema Financeiro Nacional e controle político e

sindical sobre os trabalhadores.¹⁴⁵

Outra variável que requer atenção, neste livro, refere-se a "Política de Reprivatização", capítulo II, onde defende a reprivatização de certas atividades governamentais: "A contratação de serviços é o caminho mais lógico a ser percorrido por uma administração dinâmica. Assim como o Governo contrata a execução de obras, por que não contratar a manutenção de serviços essenciais à vida da comunidade? O Governo só terá a ganhar se executar, de forma indireta, atividades relacionadas, entre outras, com transporte, conservação, limpeza e outras assemelhadas" (Idem, ibidem, p. 358). Entretanto, o que se observa na realidade, no caso do serviço público, é que esse processo vem sendo acompanhado de uma maior sobrecarga aos contribuintes, pois o superfaturamento e a prática de preços abusivos pelas prestadoras desses serviços é uma constante.

Enfim, "SANTA CATARINA - Nova Dimensão", é um trabalho geral sobre esse estado sua situação econômica e social no início dos anos 70. MATTOS, mais uma vez, demonstra o seu comprometimento com as classes dominantes catarinenses e a apologia ao chamado modelo catarinense de desenvolvimento: vê o Estado, como o agente do desenvolvimento catarinense, juntamente com a iniciativa pioneira e empreendedora do empresariado, excluindo completamente de sua análise os trabalhadores. Por conseguinte, não vê, ou melhor, não analisa, as classes sociais e seus conflitos, inerentes a uma sociedade capitalista. Quanto ao Estado, capta-o não como o representante das classes dominantes, mas como o agente planejador, articulador do desenvolvimento integral da sociedade catarinense.

145 - Aspectos a serem aprofundados na 2a. parte deste trabalho.

"SANTA CATARINA - Tempos de Angústia e Esperança" ¹⁴⁶ subtítulo "subsídios para um programa de governo", e o último trabalho de relevância de MATTOS, sendo a segunda edição desta obra usada pela chapa Wilson Kleinübing (PFL) e o próprio MATTOS, para candidatura a governador e vice, nas eleições de 1986.

Nesta segunda edição, a apresentação é do então Ministro da Educação, Jorge Konder Bornhausen (PFL), que afirma ter o autor revisto e ampliado a referida edição, para servir de subsídios ao programa de governo da chapa supracitada, vindo a constituir-se no "Plano 90"¹⁴⁷. "Certamente, as suas angústias e esperanças é que o levaram a optar decididamente pelo engajamento político, que abriu amplos espaços para colocar e discutir as suas idéias e os seus ideais. O PLANO 90, que os candidatos a Governador e Vice-Governador do estado, Wilson Kleinübing e Fernando Marcondes, estão debatendo com toda a sociedade catarinense, contém muitas dessas idéias". Embora não sendo objeto específico deste estudo, cabe mencionar que o referido trabalho, em sua segunda edição, a rigor é muito mais recuzido do que ampliado, e sofre somente revisões de ordem numérica (atualização dos números), mesmo porque já se havia transcorrido oito anos de sua primeira edição.

Numa análise mais atenta, o que se observa é que as supressões realizadas, da primeira para a segunda edição, referem-se, entre outras, principalmente às referências elogiosas feitas na versão inicial ao governo militar do Gen. Ernesto Geisel. Comparem-se algumas passagens:

¹⁴⁶ - MATTOS, Fernando Marcondes de, SANTA CATARINA: tempos de angústia e esperança, aqui analisado nas duas edições 1978 e 1986.

¹⁴⁷ - Denominação da proposta de governo da candidatura de Wilson Kleinübing e Fernando Marcondes de MATTOS.

1 - No item "A Busca e a Resposta", referente ao problema da pobreza, afirma: "Do Governo para o próximo quadriênio reclama-se, assim, uma consciência fortemente preocupada com a maioria, sob pena de sua alienação do próprio povo e um distanciamento da sua própria razão de ser. Conforme o Presidente Geisel, Toda a sociedade moderna tem de preocupar-se com o bem estar de grande número...ou, então, segundo Cavalcanti de Albuquerque, do IPEA, o maior desafio de ordem econômico-social que se terá de enfrentar, por algum tempo, no futuro, é, certamente o da pobreza" (G.A.) (MATTOS, 1978: 19-20). Já na segunda edição tem-se: "Do Governo para o próximo quadriênio reclama-se, assim, uma consciência fortemente preocupada com a maioria, sob pena de sua alienação do próprio povo e um distanciamento da sua própria razão de ser. O maior desafio de ordem econômico-social que se terá de enfrentar, por algum tempo, no futuro, é, certamente, o da pobreza." (MATTOS, 1986: 13-14). Neste caso, observa-se a simples exclusão da citação do Gen. Geisel, e o mais acintoso plágio do estudioso do IPEA.

2 - Na página 45-46 da edição de 1978 há uma citação relativa a uma palestra proferida por Nelson Chaves, na ESG - set/75. Na edição revista (p. 37-38), tal passagem desaparece.

3 - A referência ao II PND, plano de governo do Gen. Geisel, presente em sua 1ª edição, como citação na página 51-52, é simplesmente transcrita na segunda edição, página 43-44, e a fonte (II PND) não é mencionada.

4 - Deliberada, ainda, é a supressão na 2ª edição, dos elogios feitos ao PROCAPE na 1ª edição de seu livro: "A necessidade de recursos financeiros próprios (G.A.) tende a se tornar cada vez mais aguda. Os níveis de endividamento das empresas no Brasil, de um modo geral, são muito elevados. Recursos de financiamento existem. A maior dificuldade está em obter recursos de capital para acompanhar a necessária expansão

das indústrias sem derivar-se para o desequilíbrio econômico-financeiro. O Governo estadual deve ter uma presença fundamental neste assunto, inclusive usando seu poder de aglutinação e influências. O PROCAPE é um instrumento absolutamente imprescindível neste elenco de providências." (MATTOS, 1978: 93). Na 2a. edição (p. 85) a apologia ao PROCAPE, simplesmente desaparece. Tal fato deve-se, obviamente, ao escândalo que foi este programa, usado abertamente nas eleições estaduais de 1982, para obter apoio à candidatura de Esperidião Amin (PDS), tendo redundado na famosa CPI do PROCAPE, instaurada em 1983 pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina.¹⁴⁸

5 - Ocorre ainda, a supressão de uma das partes do capítulo IV - "As Variáveis", precisamente a variável política, expressa na 1a. edição na página 141. Ao analisar este tópico, MATTOS, afirma a necessidade de Santa Catarina ter uma representação, no primeiro e segundo escalão do governo federal, mais expressiva e representativa que a existente naquele momento. "Sendo assim, as decisões do Planalto são quase mais importantes para o nosso destino do que as decisões da Praça XV."¹⁴⁹ A Variável Política está em que o ritmo e o conteúdo do "desenvolvimento" (G.A.) catarinense dependerão das pessoas que estiverem aqui, no Palácio Rosado, é certo, mas também da nossa capacidade em colocar os catarinenses no Palácio do Planalto. Muito oportuno, portanto, o movimento encabeçado pelo então futuro Governador Jorge

¹⁴⁸ - Informações mais detalhadas sobre a CPI do PROCAPE, ver: AGUIAR, Itamar, "As Eleições de 1982 para Governador em Santa Catarina - Táticas e Estratégias das Elites no Confronto com as Oposições", Dissertação de Mestrado, UFSC, Mimeografado, Florianópolis, 1991, pg. 312, p. 145; e AURAS, Marli, PODER OLIGARQUICO CATARINENSE da Guerra aos "Fanáticos" do Contestado à "Opção Pelos Pequenos", Tese de Doutorado, PUC/SP, Mimeografado, São Paulo, 1991, pg. 415, p. 88.

¹⁴⁹ - Sentido figurado, posto que a antiga sede do governo do Estado de Santa Catarina era situada na Praça XV de Novembro - Palácio Cruz e Souza, também conhecido como Palácio Rosado.

Bornhausen, reivindicando uma maior presença de Santa Catarina nas decisões nacionais" (MATTOS, 1978:141-2). Dois aspectos podem ser observados nesta referência, encontrada na 1a. edição do livro de MATTOS e suprimida na 2a. edição. Primeiro: o autor capta a necessidade da classe dominante catarinense fazer-se presente no aparelho do Estado em nível federal, pois é naquele que se encontram a maioria dos recursos disponíveis para o "desenvolvimento de Santa Catarina"; segundo: a exclusão da "Variável Política" da segunda edição de 1980, evidencia que esta falta de representação já não é mais um problema, pois Santa Catarina tem, entre outros, o próprio Jorge Bornhausen no primeiro escalão do governo federal.

Após essas considerações iniciais sobre a obra de MATTOS, evidencia-se seu oportunismo histórico, registrado na 1a. edição de "SANTA CATARINA: tempos de angústia e esperança", de 1978, o que vem a demonstrar o seu vínculo e apologia aos governos militares e aos representantes do regime de 64 em Santa Catarina. Num segundo momento, no período da transição para democracia, já no governo da "Nova República", MATTOS suprime da segunda edição de seu livro, as boas referências ao regime militar, se postando como um "democrata".

Quanto a obra ora em análise, nas suas duas edições são necessárias algumas observações, nos seus aspectos globais:

Tal como parte do título já menciona, "...tempos de angústia e esperança", MATTOS, relaciona inicialmente uma série de "angústias" do autor sobre a realidade catarinense, contrapondo-se com um rol de "esperanças". "Angústia (G.A.) é a constatação de que mulheres e as crianças são as principais vítimas da fome em qualquer parte do Mundo e também em Santa Catarina e que parcela apreciável das crianças catarinenses sofre de crescimento físico e desenvolvimento muitíssimo retardados"...Esperança (G.A.) é o extraordinário potencial empresarial de Santa

Catarina, representado pela maior densidade de pequenos e médios estabelecimentos industriais do Brasil...Esperança é a certeza de que Santa Catarina, pela sua gente e pela sua terra, não falhara, com sua contribuição, à solução dos grandes desafios brasileiros' (MATTOS, 1978: 12-3).

Observa-se o servilismo mistificador de MATTOS ao empresariado catarinense, quando atribui a estes a possibilidade da "esperança" à população catarinense face ao espírito empreendedor.

Quanto ao conteúdo propriamente dito destas obras (2 edições), verifica-se que continua a predominar o caráter descritivo da realidade catarinense, sendo que a abordagem analítica concentra-se predominantemente na necessidade do planejamento governamental, objetivando alcançar agora não mais somente a industrialização, mas sim a superação de suas "angústias".

Ainda nos trabalhos analisados, MATTOS estuda, "O Homem - explosão populacional e urbana e os desempregados -, O Meio - a degradação ambiental, congestionamento dos espaços urbanos e deterioração dos indicadores sociais -, As Regiões - as diversas macrorregiões do estado -, As Variáveis - demográfica, histórica, geográfica, econômica, regional, nacional e política¹⁵⁰ -, O Sistema Agrícola - solo agricultável, minifúndio, áreas e produtos agrícolas -, O Setor Industrial - eixos e ramos industriais -, e A Ação - desenvolvimento pelo planejamento" -, caracterizando descritivamente os aspectos, acima apontados, da realidade catarinense.

¹⁵⁰ - Excluída da 2a. edição, como já foi mencionado.

Nesta obra, após algumas experiências de planos de governo,¹⁵¹ o autor reafirma a necessidade destes, para superar suas "angústias" e continuar o ciclo industrializante da economia catarinense. "Se tivermos condições de fazer com que os diversos órgãos atuantes na área industrial, tanto na área privada quanto na pública, e nesta nos três níveis (BESC, BADESC, BRDE, Banco do Brasil, CELESC, TELESC, ELETROSUL, DER, CASAN, Secretaria de Indústria e Comércio, SUDESUL, CODISC, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, Federação das Indústrias, SENAI, Prefeituras Municipais, BNDES e outros) funcionem harmonicamente, não apenas em torno dos grandes objetivos, mas principalmente em torno de projetos específicos, Santa Catarina terá condições de apresentar um desempenho industrial sem dúvida surpreendente" (Idem, ibidem, p. 190). Destaca-se a estrutura montada para garantir e ampliar a acumulação de capital no estado.

Observa-se ainda nesse trabalho, em suas duas edições, a pregação ufanista da necessidade de tanto o Brasil, quanto Santa Catarina expandirem seus mercados, via exportação.¹⁵²

Tal como em suas obras anteriores, a apologia ao empresariado catarinense está presente, assim como também ao denominado modelo catarinense de desenvolvimento, este considerado um exemplo a ser seguido pela economia brasileira. Novamente MATTOS faz mais considerações do que análise

151 - No capítulo nove, faz-se uma pequena análise dos planos econômicos adotados em Santa Catarina, a partir dos anos 60.

152 - Nos anos 80, tivemos a ampliação crescente do mercado exportador catarinense, em razão, especialmente, da redução do mercado interno, e da isenção de ICMS concedida pelo governo catarinense às exportações; em consequência SC exportou em 1992, 1 bilhão 432 milhões de dólares FOB, obtendo a sexta posição nacional em exportações (Diário Catarinense, 27.12.92, p. 4 - Caderno de Economia).

sistemática da realidade, tratando de enaltecer os dirigentes políticos catarinenses diretamente vinculados ao período militar e aos empresários catarinenses, constituindo-se num subserviente ideólogo das classes dominantes catarinenses.

Além do exposto, é importante observar que MATTOS, a partir de meados dos anos 70, ingressa na atividade empresarial, mais precisamente em 29 de julho de 1974, quando cria a empresa INPLAC - Indústria de Plásticos S. A., localizada no município de Biguaçu (SC), pertencente a região da grande Florianópolis.¹⁵³ O que se pode deduzir, dada sua influência nos aparelhos burocráticos de Santa Catarina, bem como em casos concretos, é que tal empresa não surgiu a partir da ação "pioneira" de MATTOS, mas sim através de considerável ajuda do aparelho estatal, via créditos, incentivos, isenções, etc..¹⁵⁴

A mais recente investida empresarial de MATTOS, refere-se ao megaprojeto turístico denominado "Costão do Santinho",¹⁵⁵ com 750.000 m², onde 70.000 são áreas construídas, com investimentos previstos de 35 milhões de dólares.

Em suma, MATTOS tem no desenvolvimentismo e atualmente no

153 - De acordo com HOELLER, Grace Cristini, Análise de Desempenho e Estratégias de Crescimento da INPLAC - "Indústria de Plásticos S/A" no Período Compreendido entre 1986 e 1988, Monografia de conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, UFSC, Mimeografado, 1990, pg. 63.

154 - Conforme Relatório de Atividades do BNDE/1977, (p. 76 e 81), a INPLAC recebeu do BNDE somente em 1977, via BADESC dois financiamentos.

155 - Maiores informações sobre o Costão do Santinho, ver reportagem de SENA, Mariano, "Megaprojetos Turísticos Beneficiam só a Elite", ZERO, 27.11.92, p. 8 e 9.

liberalismo,¹⁵⁶ a base teórica de sustentação de seu pensamento. MATTOS e ABREU, são os dois principais ideólogos da ação estatal-desenvolvimentista em Santa Catarina, constituindo-se nos primeiros "estudiosos" da economia política catarinense sob tal enfoque.

Após a análise de ABREU e MATTOS, passa-se a estudar Paulo Fernando LAGO, autor de diversos trabalhos, não só abordando especificamente a economia catarinense, sendo a ecologia um dos temas também por ele estudado. Ressalte-se desde logo que LAGO é também um defensor da lógica estatal-desenvolvimentista do Estado catarinense, bem como enaltece o pioneirismo do empresariado catarinense.

¹⁵⁶ - Quando acumulou a Secretaria da Fazenda do governo Wilson Kleinübing, MATTOS manifestou-se favoravelmente a redução do aparelho estatal, devendo o governo estadual, passar para a "iniciativa privada", parte de seus serviços dados os entraves da máquina estatal. Verificou-se também, que sua atuação como secretário, foi permeada pelo conflito com os trabalhadores do serviço público estadual, impondo-lhes um violento arrocho salarial.

4.3 - Paulo Fernando LAGO

O autor é geógrafo formado no Rio de Janeiro, atuando em Santa Catarina desde final dos anos 50. Trabalha como pesquisador, assessor de empresas e de setores governamentais.

Para este estudo utiliza-se como objeto de análise as três publicações mais citadas de LAGO.¹⁵⁷

Em "SANTA CATARINA - A terra - O homem e a Economia", LAGO faz um resgate histórico das características geográficas, ocupação do território e aspectos básicos da produção e distribuição das riquezas do estado. Concentra, contudo a sua análise na descrição da situação sócio-econômica de Santa Catarina, com base nos dados estatísticos compreendidos entre 1950 e 1960.

Ao tratar da ocupação da região Oeste de Santa Catarina, LAGO afirma: "O problema da posse de terras no vale do Rio do Peixe foi dramático, gerando a difusão de pequenas propriedades paralelamente a formação de grupos econômicos residuais que até hoje são reconhecidos como "caboclos", sem-terra, frequentemente em estado de penúria econômica e marginalidade social. Muitos deles são oriundos desses antigos ocupantes desalojados de suas rudimentares roças pela organizada empresa que adquiriu, a preços vis, a mais valorizada faixa de terras que acompanha o fértil vale" (LAGO, 1968: 110). O que se observa e que o autor identifica, capta o fenômeno, entretanto não o explica no âmbito

¹⁵⁷ - LAGO, Paulo Fernando, SANTA CATARINA: A terra, o Homem e a Economia, Empresa da Revista dos Tribunais, Florianópolis, 1968, pg. 378; GENTE DA TERRA CATARINENSE: Desenvolvimento e Educação Ambiental, Ed. da UFSC/FCC/Lunardelli/UFSC, Florianópolis, 1988, pg. 349; e A Consciência Ecológica: a luta pelo futuro, Ed. da UFSC, Florianópolis, 1991, pg. 198.

das relações entre as classes sociais, trabalhadores e capitalistas. Trata simplesmente de descrevê-lo, pois explicá-lo significaria vincular a ação da empresa, cuja constituição de sua propriedade, foi contraposta à expropriação dos colonos de suas terras que passam a se constituir em trabalhadores sem-terra. Reconhecer-se tal conflito seria forçoso captar um dos elementos da luta de classes, fato que, devido a sua vinculação com as classes dominantes catarinenses não poderia ser reconhecido, pois em Santa Catarina, as desigualdades de classes inexistem para a burguesia catarinense; o que existe são empreendedores (empresários) e colaboradores (trabalhadores).¹⁵⁸

LAGO enfatiza nesse trabalho os problemas históricos da infra-estrutura catarinense, em especial a energia elétrica e as vias terrestres. A última possibilitaria uma maior circulação das mercadorias e a primeira uma maior capacidade de produção industrial, esta ascendente segundo o autor.

Quanto ao setor elétrico, o autor dedica especial atenção à produção carbonífera do Sul de Santa Catarina, com esta região sendo fornecedora da matéria-prima para as termoelétricas, ali também instaladas.

Prossegue mencionando a ação da iniciativa privada e do Estado: "Em face disso, a intervenção estatal vem se pautando por um caminho teoricamente correto: o de assumir as responsabilidades cada vez mais absorvedoras na programação e controle da energia elétrica. As resistências da iniciativa particular não são tão eloquentes nesse aspecto, sobretudo porque as empresas particulares se beneficiam da investida estatal, assegurando a distribuição da energia produzida pela entidade

158 - Colaboradores é a expressão que os empresários catarinenses usam para referir-se aos trabalhadores, obviamente objetivando camuflar a relação de exploração existente. Com esta expressão o trabalhador parece mais um sócio da empresa, que propriamente um simples operário assalariado.

superior...Em alguns exemplos, a ação do governo deve se restringir a auxiliar a pioneira iniciativa particular" (idem, ibidem, p. 237). Ressalte-se que LAGO enfatiza que a importância da ação estatal é complementar ao pioneirismo da ação empresarial, evidenciando o claro enaltecimento ao empresariado catarinense, bem como tornando explícita sua abordagem estatal-desenvolvimentista.

Ainda nesta primeira obra analisada, LAGO faz uma descrição atenta, e reconhece virtudes sobre a evolução econômica de Santa Catarina, destacando o papel dos imigrantes inovadores como importantes para o desenvolvimento desse estado. Todavia, também considera Santa Catarina como periférica em relação a economia nacional: "Tais resultados, sem se considerar os montantes absolutos de vendas realizadas, segundo recenseamento de 1960, embora não conclusivos, trazem fortes indicativos da condição periférica de Santa Catarina entre os da região Meridional...O sentido ainda marcadamente horizontal do desenvolvimento econômico catarinense está, assim, dentro da configuração que decorre também de sua condição de região periférica, em relação aos centros dinâmicos do país" (idem, ibidem, p. 376-7). Verifica-se pois, que LAGO, juntamente com ABREU e MATTOS, é um dos primeiros autores a identificar a formação e desenvolvimento da economia catarinense como periférica em relação a economia nacional.

Em "GENTE DA TERRA CATARINENSE - Desenvolvimento e Educação Ambiental",¹⁵⁷ com o prefácio de Zuleika M. Lenzi, ex-Secretária de Cultura do Governador de Pedro Ivo Campos/Casildo Maldaner (PMDB - 1986-1990), realiza LAGO um trabalho de maior densidade sobre a sociedade catarinense.

157 - LAGO, Paulo Fernando, GENTE DA TERRA CATARINENSE: Desenvolvimento e Educação Ambiental, Ed. da UFSC/FCC/Lunardelli/UDESC, Florianópolis, 1988 pg. 349.

Nesta obra defende claramente, de forma efetiva, o papel que para ele teve o empresariado estadual, na constituição da estrutura econômica catarinense. O livro divide-se em duas grandes partes. Na primeira, "A Moldura do Quadro das Relações Homem/Ambientes Catarinenses", analisa a ocupação territorial luso-brasileira e açoriana, a colonização estrangeira (alemães e italianos), enfim, aspectos geográficos e sociais do período colonial do Estado de Santa Catarina. Em "Mudanças e Perspectivas das Relações Homem/Ambientes catarinenses", segunda parte, o autor continua a analisar as relações homem/natureza no estado, dedicando maior atenção a estruturação econômica, analisando setorialmente a formação e desenvolvimento da economia catarinense.

Porém, é sobretudo no 17o. capítulo, "A Criatividade Técnica dos Colonizadores: Aprontando a Industrialização" que o autor define a sua defesa ao papel fundamental do empresariado catarinense: porque considerado como o grande responsável pelo desenvolvimento econômico local. "Os economistas, em particular, costumam defender o que chamam de quarto fator (G.A.). Além dos três, indiscutíveis, Terra-Capital-Trabalho, apontam mais um: o fator empresarial" (LAGO, 1988 247). Considera os empresários como seres incomuns, dotados de capacidades tais que lhes credenciam a serem os responsáveis pela produção, inovações tecnológicas, enfim, a direção da sociedade. Assim, quando identificamos indivíduos incomuns, na figura do empresário - o quarto fator da produção - estamos apenas reconhecendo variações individuais do mesmo potencial de percepção da forma biológica Homo sapiens" (Idem, ibidem, pp. 247-8).

Ao longo do capítulo, são resgatadas uma série de experiências de famílias de imigrantes, produção nas respectivas regiões, tentando evidenciar o papel inovador e empreendedor do empresariado local, caracterizando a visão schumpeteriana sobre a burguesia catarinense.

Está presente, também, neste trabalho de LAGO, a categoria modelo catarinense de desenvolvimento, considerada por ele como: "...resultante de esquemas gerais de fixação de grupos humanos, segundo as características diferenciadas de localização, no espaço e no tempo, de objetivos buscados e atingidos em função de acervo tecnológico aplicado" (idem, *ibidem*, p. 343). Torna-se claro que o propalado modelo catarinense não consegue ir além de uma abstração, pois este é genérico e superficial na medida em que não define com precisão, quais as variáveis que o compõem, como evoluiu, e o que o diferencia do modelo de desenvolvimento brasileiro.

As suas análises, trazem de forma mais analítica e destacada a necessidade da preocupação ambiental, em especial, na sua última obra,¹⁶⁰ onde defende a necessidade da busca pelo desenvolvimento sustentável, trabalho este que se modifica substancialmente em relação aos anteriores, no que diz respeito ao objeto de análise, pois concentra-se basicamente na questão ecológica.

Por fim, percebe-se que estas são as principais concepções de LAGO com relação a realidade socio-econômica de Santa Catarina: considera o empresariado catarinense como empreendedor e inovador, sendo o responsável maior pelo desenvolvimento local muito embora localize na intervenção do Estado a possibilidade de exploração mais ampla das características empresariais (pionerismo, iniciativa).

Pelo exposto o classificamos, na caracterização da economia política catarinense, como um desenvolvimentista.¹⁶¹ LAGO.

¹⁶⁰ - LAGO, Paulo Fernando, A Consciência Ecológica: a luta pelo futuro, Ed. da UFSC, Florianópolis, 1991, pg. 198.

¹⁶¹ - Além dos trabalhos publicados por LAGO, que afirmam sua visão estatal-desenvolvimentista, cabe observar ainda que o mesmo ocupou funções diversas nas estruturas burocráticas do aparelho estatal catarinense.

identifica também a economia catarinense, como periférica em relação a economia nacional.

Nesse sentido, tal como os autores já analisados, este exclui os conflitos de classe presentes na sociedade catarinense e localiza na ação estatal a busca do bem comum, e não a ampliação do enriquecimento privado.¹⁶²

Além de ABREU, MATTOS e LAGO, tem-se ainda, na perspectiva desenvolvimentista, o livro editado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico/IBAGESC-CEBRAE/BRDE-AGFLO, "Análise da Indústria da Transformação de Santa Catarina".

¹⁶² - Em palestra proferida no seminário "Santa Catarina em Debate" promovido pelo Departamento de Ciências Econômicas da UFSC, no dia 27.10.92, LAGO ao ser questionado sobre o por quê da exclusão das classes sociais e da intervenção do Estado em suas análises sobre a economia e sociedade catarinense, afirmou: "Essa não deve ser a preocupação de economistas, mas sim de sociólogos". Tal afirmação por parte de LAGO, evidencia claramente a sua visão sobre o objeto de investigação da economia (as classes e/ou Estado), mas o planejamento, a estruturação produtiva pública ou privada, objetivando a acumulação.

4.4 - Secretaria do Desenvolvimento Econômico IBAGESC-
CEBRAE/BRDE-AGFLO

Também dentro da lógica interpretativa desenvolvimentista, encontra-se o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e outros.¹⁶³ Essa obra consiste numa ampla descrição da evolução econômica de Santa Catarina, compreendendo o período entre 1949 e 1970, analisando os setores que mais se destacam, objetivando a partir daí, orientar uma política de incentivos creditícios para ampliar a industrialização catarinense.

Na apresentação do referido trabalho, feita pelo então Secretário do Desenvolvimento Econômico Hoyêdo de Gouveia LINS, tais propositos são explicitados. "Nesse sentido, precisava-se conhecer as respostas a uma série de perguntas, antes e a partir da operação dos mecanismos do fomento industrial instituídos no estado por iniciativa governamental (o BRDE, o BESC, o FUNDESC)..." (SDE, 1974: 05). Evidencia-se, desta forma, a preocupação por parte dos organismos governamentais, pela busca do incentivo à ação privada em Santa Catarina, pois como ainda afirma LINS, "Assim, na prática, o processo foi acionado em função de um convencimento: o de que o Empresário Catarinense era potencialmente capaz de investir e, portanto de correr riscos. E mais: o de que ao Governo é lícito - porque titular do dever de apoiar o esforço empresarial - correr riscos com ele, o Empresário. Em outras palavras: a sistemática adotada foi a de financiar empresas, confiando na capacidade dos Empresários" (Idem, ibidem, p. 06).

163 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico/IBAGESC-CEBRAE/BRDE-AGFLO, Análise da Indústria de Transformação de Santa Catarina, Florianópolis, 1974, pg. 194.

As transcrições anteriores elucidam a visão dos burocratas do governo estadual, no que diz respeito à ação estatal como sustentáculo da acumulação privada em Santa Catarina. O empresário catarinense é caracterizado como o "empreendedor" e "inovador", aquele que investe e corre riscos próprios, embora necessite do "apoio do governo". Com este trabalho, o que se verifica é que este faz uso significativo da ação estatal para o seu enriquecimento. É evidente que as ações privada e estatal, não são necessariamente excludentes, mas afirmar ser o empresário catarinense empreendedor, inovador, de riscos e iniciativas próprias, é no mínimo falsear a realidade passada e presente, pois os governos federal e estadual financiam e incentivam de forma significativa tal agente.

O trabalho dos desenvolvimentistas tenciona colher subsídios sobre a realidade econômica local, para a partir deles elaborar programas diversos, objetivando o desenvolvimento da economia catarinense - industrializando definitivamente o estado.

É observado pela SDE que Santa Catarina tem em 1960 uma participação setorial predominantemente rural, com base na estrutura da renda interna: 1o. - Agricultura 42,6%; 2o. - Serviços 38,1% e 3o. - Indústria 19,3%. Portanto, nesse período Santa Catarina ainda é um estado predominantemente agrícola, tendo a indústria catarinense uma participação de somente um quinto da renda interna. Em 1969 percebe-se em 1o. o setor terciário com 44,0%, seguido do setor primário com 32,0% e setor secundário com 24,0%. Observando-se uma significativa alteração, em especial, com a evolução do terciário e a redução do primário. "Se se analisa mais de perto o desempenho da economia catarinense sob a ótica de sua evolução estrutural, verificam-se que as grandes modificações ocorreram na década de 1960/1970, de modo especial na segunda metade desse período" (Idem, ibidem, p. 18).

Importante também no trabalho citado, é o comportamento das

indústrias dinâmicas e tradicionais, pois em 1959 as indústrias tradicionais correspondem a 78,8% da produção industrial e a indústria dinâmica somente a 21,1%. Porém em 1970, há uma alteração de relevo, pois as dinâmicas passam para 31,3% e as tradicionais reduzem sua participação para 68,7%, evidenciando que a industrialização catarinense, especialmente a constituição dos grandes grupos privados de porte nacional e internacional, tem a sua constituição definitiva, exatamente no período em que a ação estatal se faz presente, via crédito, subsídios e investimentos em infra-estrutura.

Comparando a participação, entre as indústrias tradicionais e dinâmicas em Santa Catarina e no Brasil, torna-se mais claro tal constatação, pois a ação estatal no país e no Sudeste em particular, é bastante anterior à ocorrida em Santa Catarina. No Brasil em 1969 as tradicionais correspondem a 50,5% e as dinâmicas a 49,5% da produção industrial.

Ao referir-se às pequenas, médias e grandes indústrias, o estudo do SDE evidencia sua preocupação maior com a análise da realidade e a perspectiva de criação de políticas de incentivo. "Talvez fosse conveniente formular a hipótese de que o processo de desenvolvimento industrial catarinense deveria ser orientado no sentido de incentivar a ampliação da média e grande indústria entre 1970 e 1973, quando o número de estabelecimentos com mais de 500 empregados cresceu em mais de 50%, o que parece dar maior peso à hipótese sugerida, a fim de diminuir a importância relativa dos pequenos estabelecimentos, sem dúvida ainda muito importantes na atividade de transformação do estado" (idem, *ibidem*, p. 36). Observa-se, portanto, que a preocupação das políticas econômicas dos organismos financiadores, de acordo com o trabalho, devem privilegiar o processo de centralização do

capital.¹⁶⁴ fato que se evidencia devido a atual portentosa base patrimonial dos grandes grupos empresariais em Santa Catarina.¹⁶⁵

Tal proposição, a de incentivar as grandes empresas induz-se também, a mais uma vez negar a existência do chamado modelo catarinense de desenvolvimento, que propugna exatamente uma economia sustentada em pequenas e médias indústrias e propriedades agrícolas. Desta forma, caso tal modelo exista, parece não ser do agrado das políticas governamentais que ele continue a existir. Por outro lado, como tal modelo é inexistente, por que as lideranças políticas e empresariais desse estado, até nossos dias, fazem menção ao mesmo? Parece ser claro que o modelo catarinense de desenvolvimento, é muito mais uma categoria ideológica, gestada pelas elites empresariais, para manter a hegemonia sobre a sociedade catarinense do que uma realidade econômica totalmente distinta da economia nacional, como desejam fazer crer. A próxima referência encontrada no trabalho analisado é ilustrativa. "Em resumo, pode-se destacar nesse Quadro que os ramos Têxtil, Mobiliário, Metalúrgico, Papel e Papelão, Produtos de Matéria Plástica, Material Elétrico e de Comunicações e Material de Transporte da indústria catarinense apresentam sua produção concentrada em grandes empresas em proporção muito semelhante ou até superior, em alguns casos, a de

164 - Para MARX o modo de produção capitalista, constitui-se num constante processo de concentração e centralização do capital. Concentração, significa o volume crescente de meios de produção (máquinas, equipamentos, matéria prima), que é comandado pelos capitalistas. Centralização, é o processo em que crescentemente um maior volume de capital é apropriado e dirigido por menor número de capitalistas, tendo neste último caso, um papel fundamental o crédito, pois possibilita que os capitalistas mais fracos sejam incorporados pelos mais fortes. Karl MARX, O Capital, I, cap. XXIII, p. 725-30.

165 - A análise da evolução patrimonial dos grandes grupos econômicos de Santa Catarina, está presente na 2a. parte deste trabalho.

estados tidos como industrialmente mais desenvolvidos" (idem, ibidem, p. 42).

Está presente também, nesse trabalho do SDE, embora com menor ênfase, a visão de que Santa Catarina é periférica em relação a economia nacional, com o centro (Sudeste), influenciando preponderantemente a constituição econômica catarinense.

Enfim, o estudo analisado constitui-se claramente numa base para as políticas desenvolvimentistas praticadas no Estado de Santa Catarina, especialmente a partir dos anos 60. É um trabalho elucidativo da hipótese principal defendida nesta dissertação, a de que nesse estado (tal como no Brasil como um todo), os agentes privados tiveram seu enriquecimento sustentado fundamentalmente pela ação estatal, em suas múltiplas formas, e não pelo "pionerismo" do empresariado catarinense, como se difunde, ao falar-se do "modelo catarinense de desenvolvimento".

Evidencia-se, ainda, que a política deliberada por parte do governo estadual catarinense, rompe com padrão de acumulação presente até os anos 50, qual seja: superação da acumulação, sustentada pelas pequenas e médias empresas, base do que se convencionou chamar de modelo catarinense de desenvolvimento. A lógica expressa no livro do SDE/IBAGESC-CEBRAE/BRDE-AGFLO, objetiva exatamente a alteração deste padrão, via processo de centralização do capital, o que vem a constituir nos anos seguintes os grandes grupos econômicos existentes no Estado de Santa Catarina.

O IBAGESC (Instituto Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa de Santa Catarina), atualmente o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas), organismo que elabora muitos dos planos de implantação e expansão das empresas catarinenses, não se limita somente às pequenas e

médias empresas. O antigo CEBRAE (Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa), é um organismo inicialmente vinculado ao BNDE, e objetiva desenvolver projetos, pesquisas, estudos e consultorias, em todos os setores da economia. "Trata-se de um organismo que, pela sua rede de executores, se estende por todo o território nacional, atuando em todos os setores da economia na busca da melhor gestão empresarial".¹⁶⁶

Neste capítulo analisou-se as principais contribuições dos desenvolvimentistas catarinenses, ABREU, MATTOS, LAGO e SDE/IBAGESC-CEBRAE/BRDE-AGFLO, autores e organismos que se constituem, especialmente a partir dos anos 60, nos principais ideólogos das políticas econômicas desenvolvimentistas aplicadas pelo governo do Estado de Santa Catarina.

Na análise da economia política catarinense, ABREU, MATTOS e LAGO constituem-se nos primeiros autores que sistematizam uma interpretação sobre a realidade econômica estadual. Caracterizam-na como periférica em relação ao centro do país, atribuindo ao empresário catarinense a responsabilidade maior pelo desenvolvimento econômico atingido, dado o seu caráter empreendedor e inovador. Reinvidicam ao Estado, entretanto, a necessidade do auxílio à audaz iniciativa dos empresários, para tornar o Estado de Santa Catarina mais próspero e desenvolvido.

São os desenvolvimentistas, schumpeterianos e as oligarquias catarinenses, (há um século no poder político de Santa Catarina), que gestam o conceito de modelo catarinense de desenvolvimento, e também a expressão gente da terra catarinense. Ambas tentam caracterizar, primeiro um estado que seria modelo de desenvolvimento para a economia nacional, aparentemente baseado

¹⁶⁶ - Conforme Relatório de Atividades do BNDE, Rio de Janeiro, pg. 94, pp. 35.

nas pequenas e médias empresas e nos minifúndios, com uma equilibrada distribuição de renda, somada a grande diversificação produtiva; e segundo, disseminar, tanto em nível estadual, como nacionalmente que em Santa Catarina, os conflitos de classe inexistem, pois o que existe ali é a gente catarinense, com ausência de diferenciações.

A crítica aos desenvolvimentistas catarinenses, sustenta-se, inicialmente, no fato de efetuarem, mais do que análise da economia, ou propriamente da economia política catarinense, uma política econômica. Instalam-se no aparelho estatal, onde concebem projetos e planos voltados à acumulação privada de capital. O conseqüente enriquecimento privado gera uma sociedade, não da gente da terra catarinense, mas de gente proprietária de um gigantesco patrimônio privado e de gente proprietária somente da força de trabalho.

Cabe-lhes, ainda, uma crítica radical, pois mais que analistas econômicos, eles se constituem em ideólogos das classes dominantes catarinenses, sustentados em seus supostos conhecimentos técnicos. As concepções de ABREU, MATTOS e LAGO, tem influência direta no processo de acumulação de capital no Estado de Santa Catarina, onde tem-se hoje, de um lado uma economia dominada por duas dezenas de grandes grupos econômicos de porte internacional, que se apropriam de mais de 50% do PIB industrial catarinense, da maioria da renda gerada em Santa Catarina, e por outro lado milhares de sem-terras, trabalhadores com salários que caracterizam uma verdadeira superexploração (não permitem sequer a reprodução das condições elementares da vida) da força de trabalho, e favelização dos principais centros urbanos do estado. Temos, enfim, um crescente enriquecimento privado, e um significativo aumento do empobrecimento social da maioria da sociedade catarinense.

Portanto, o que os desenvolvimentistas de fato realizam com

suas políticas de incentivo à iniciativa privada catarinense, e possibilitar, não o desenvolvimento integral de geração e distribuição da riqueza, como propõem em seus estudos, mas única e exclusivamente a construção de uma lógica de acumulação de riquezas, absolutamente excludente quanto a participação da sociedade na distribuição da riqueza gerada.¹⁶⁷

Por último, cabe observar que a própria lógica

167 - Uma ilustração da lógica da atuação desenvolvimentista em Santa Catarina, refere-se aos trabalhos desenvolvidos/ou coordenados MÜLLER, José et alii, Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) do Município de Tubarão, FEESC e Prefeitura Municipal de Tubarão, pg. 167, 1973; e MÜLLER, José et alii, Termos de Referência: Processo de Planejamento do Sul de Santa Catarina, FEESC/SUDESUL, AMSESC e AMUREL, 2 volumes, Tubarão, 1976. A região Sul de Santa Catarina, é onde verifica-se de forma mais efetiva a ação estatal direta. A intervenção do Estado, especialmente em nível federal fez-se presente deste o começo deste século. Nesta região o Estado, fez e manteve a infra-estrutura, extraiu, comprou (para uso na termoelétrica e siderúrgica) e beneficiou o carvão. Enfim o agente estatal teve um papel preponderante no desenvolvimento dessa região. Entretanto, MÜLLER vai identificar na intervenção do Estado (na forma de enclave), exatamente a razão da crise da referida região. "A era do carvão e da ferrovia do carvão, desde o final do século passado, alterou a realidade apenas na aparência, pois o transporte ferroviário, em termos sócio-históricos, tão somente conduz matérias-primas para fora da região, como também ocorre com as usinas termoelétricas e outras iniciativas comandadas pelos braços do polvo estatal e/ou privado, pouco deixando à região, à sociedade regional e, pelo contrário inibindo as esperanças dos nossos filhos. As perspectivas de reaplicação dos lucros em favor do homem, da natureza e de iniciativas locais e regionais existem, mas são ainda possibilidades a concretizar" (Plano Diocesano de Pastoral, 1986/1990, 1990:73). Ou como afirma o "Termos de Referência": "Ao secular isolamento natural adicionou-se, como fator de estrangulamento, a instauração de modelo econômico-produtivo e de apoio infra-estrutural caracteristicamente de enclave, drenando o produto e os excedentes de ambas as microrregiões para fora da região" (MÜLLER, 1976:71). Pelo exposto, observa-se que o agente estatal é responsabilizado pela quase totalidade dos problemas existentes na região, tanto pelo passado, quanto pelo presente. Os gigantescos grupos privados (Eliane, Cecrisa e Guglielmi, entre outros) são por MÜLLER, isentos da responsabilidade da estagnação econômica da região, apesar do crescente aumento de seus patrimônios privados.

desenvolvimentista pode ser questionada, na medida em que ABREU, MATTOS, LAGO e SDE, atribuem à burguesia catarinense o caráter de empreendedora, inovadora, enfim um exemplo da livre iniciativa. Questiona-se por fim, por quê uma burguesia com todas essas "qualidades" necessitaria da ação estatal para desenvolver-se, para ampliar seu parque, sua capacidade produtiva; ela por si mesma não é capaz de fazê-lo por conta e riscos próprios, como aliás sustentam os defensores da livre concorrência?

Entende-se que o fato de os desenvolvimentistas chamarem o aparelho estatal para intervir na acumulação privada de capital, é o reconhecimento da incapacidade da burguesia catarinense de fazê-lo por si só. Logo, compreende-se, nesta dissertação, que a ação empreendedora dessa burguesia é absolutamente limitada, pois seu enriquecimento depende da ação estatal. Portanto a ação empreendedora da burguesia catarinense, tem de ser relativizada, pois sem o volumoso apoio estatal que a mesma obtém ao longo dos anos, não constituiria os imensos patrimônios privados que hoje detêm, juntamente com a superexploração do trabalho imposta à classe trabalhadora catarinense.

Viu-se até o momento, uma revisão da economia política catarinense, onde se estudou os periféricos, schumpeterianos, outras contribuições e os desenvolvimentistas. A crítica a tais interpretações se sustentam, devida à exclusão em suas análises da intervenção do Estado e da superexploração do trabalho, no processo de acumulação de capital em Santa Catarina.

Na segunda parte desta, se estuda a acumulação de capital no estado, com na intensa intervenção estatal, juntamente com a superexploração do trabalho.

Segunda Parte

Ação Estatal: Enriquecimento Privado Versus Empobrecimento Social

Examinou-se, na 1a. parte desta dissertação, a economia política catarinense, tendo sido expostas as variáveis básicas das seguintes matrizes: Periféricos (SILVA e CEAG); Schumpeterianos (CUNHA, HERING, BOSSLE e VIEIRA FILHO); a das demais contribuições (MAMIGONIAM, SINGER E CASTRO) e ainda a dos desenvolvimentistas (ABREU, MATTOS, LAGO e livro da Secretaria do Desenvolvimento Econômico).

Os periféricos explicam o desenvolvimento - industrialização da economia catarinense (acumulação de capital) - com base nos excedentes primários periféricos e na gradativa inserção da economia catarinense na industrialização nacional (SILVA), e também via reconversão dos excedentes do comércio de importação e exportação (CEAG). Afora o fato de entre eles existirem diferenças com relação aos períodos da economia catarinense (maior inserção na economia nacional), convergem em relação aos pontos de ruptura: a crise de 1929, 1a. Grande Guerra Mundial e 2a. Grande Guerra Mundial.

Os schumpeterianos, por sua vez, atribuem a industrialização catarinense preponderantemente à ação empreendedora e inovadora do imigrante-empresário, ressalvando-se que entre esses autores também há divergências quanto a periodização da economia estadual. Atribuem os níveis de industrialização atingidos por Santa Catarina, única e exclusivamente à ação do empresário.

sendo que HERING ressalta que a economia catarinense desenvolveu-se, entenda-se industrializou-se, a partir de determinantes internos, qual seja, primeiro em nível de mercado regional e, estadual, somente depois obtendo inserção no mercado nacional e mesmo internacional.

Dentre as demais contribuições, tem-se MAMIGONIAM, que capta, a base do excedente econômico, que dá origem à industrialização catarinense a partir da pequena produção mercantil. Essa é concebida inicialmente com a produção de mercadorias para o mercado interno, tendo papel importante nesse período os vendeiros, que posteriormente reinvestem seus lucros acumulados, fazendo emergir em Santa Catarina as três regiões produtivas, bem como os respectivos grupos econômicos hoje existentes, tendo inserção crescente na economia nacional, em determinados ramos produtivos. SINGER por sua vez, analisa o processo de acumulação de capital a partir da pequena produção camponesa, esta originando excedentes que dão início ao comércio da região. A indústria surge inicialmente para o mercado local e posteriormente ocupa espaços no mercado nacional. O autor afirma ainda, que a economia catarinense, ou mais especificamente a de Blumenau, não é incompatível com a nacional, posto que sua produção não é concorrente com esta. Para ele portanto, é a crescente divisão do trabalho entre cidade-campo, com o crescimento do excedente comerciável, que gesta a industrialização. Por último, CASTRO aponta que o caminho da industrialização de Blumenau, apesar de estabelecer uma relação periférica, é a exportação de "bens superiores", mercadorias que não concorrem com a produção do centro da economia brasileira. Através deste processo é que Blumenau logra obter crescentes excedentes, para impulsionar definitivamente sua indústria.

Finalmente, tem-se os desenvolvimentistas que determinam a acumulação capitalista em Santa Catarina especialmente a partir da atuação do imigrante-empresário, criando também uma condição

periférica de em relação a economia nacional. Entretanto, a maior contribuição dos desenvolvimentistas é no âmbito da gestão econômica: mais que analisar eles reinvindicam a necessidade da intervenção estatal em Santa Catarina, objetivando a ampliação da industrialização do estado. Apesar de propugnarem a necessidade da intromissão do Estado, os desenvolvimentistas não creditam a este a responsabilidade pelo desenvolvimento industrial, mas ideologicamente vêm no empresariado catarinense a responsabilidade maior por tal processo.

Reconhece-se que as contribuições supracitadas são importantes para a compreensão da realidade catarinense, entretanto empreende-se a crítica às mesmas, inicialmente por superestimarem as variáveis por elas definidas, como forma de explicar a acumulação de capital no estado, e devido a exclusão em suas análises do significativo papel do agente estatal, bem como da acentuada superexploração imposta à classe trabalhadora catarinense.

Portanto, nesta análise relativiza-se as variáveis explicativas da industrialização, abordadas pelos autores supracitados, e se considera fundamental para a compreensão da acumulação de capital - enriquecimento privado - em Santa Catarina, a intervenção do Estado e a superexploração do trabalho.

Na análise sobre a economia política catarinense, foram observadas distintas periodizações sobre as fases do processo de acumulação de capital em Santa Catarina. Em tal processo entretanto, não reconhece-se como adequadas tais periodizações. Constatou-se que os autores analisados definem como fases distintas da evolução econômica de Santa Catarina, períodos onde se observa a inserção estadual na economia nacional, com destaque para 1ª. Grande Guerra Mundial; crise de 1929; e, 2ª. Grande Guerra Mundial.

Nesta dissertação critica-se tais definições, por se entender que o ponto de vista que considera a maior inserção da economia catarinense a economia nacional, não caracteriza uma alteração na lógica da acumulação de capital. Apesar da crescente importância da economia catarinense no âmbito nacional, os fatos apontados como responsáveis pela mudança dos períodos analisados não alteram a base da acumulação de capital, isto é, sob responsabilidade de que tal processo é sustentado. Aqui reconhece-se que, do período colonial até meados dos anos 50, mesmo considerando-se todas as modificações ocorridas neste longo espaço de tempo, a acumulação de capital em Santa Catarina está principalmente sob responsabilidade dos agentes privados,¹⁶⁸ isto é, a burguesia catarinense. Razão pela qual não se considera aqui períodos distintos apontados pelos periféricos, schumpeterianos, e mesmo MAMIGONIAM, SINGER e CASTRO.

São caracterizados como dois os períodos da economia catarinense: 1o. - da colonização a 1955; e. 2o. - 1955 aos anos 90. Dentro do primeiro período, a preocupação maior é a ocupação territorial do estado (açorianos), e no aspecto econômico, a representatividade é pequena, não obstante a produção de limitados excedentes destinados ao centro econômico (Região Sudeste). Observa-se ainda, chegada de imigrantes não portugueses - alemães e italianos especialmente - que nas diversas fases de ocupação territorial dão impulsos distintos a colonização de Santa Catarina. A 1a. Grande Guerra Mundial leva Santa Catarina à sua primeira inserção destacável na economia nacional. A ampliação dos mercados da economia catarinense é catalisada com a

¹⁶⁸ - Obviamente que neste trabalho se identifica o Estado atuando em benefício da acumulação privada de capital, desde o processo de ocupação territorial de Santa Catarina, através de mecanismos diversos, tais como a coerção aos trabalhadores, repressão, favorecimento na distribuição de terras, enfim benefícios em geral aos próximos do poder, entretanto, quanto a intervenção econômica propriamente dita, direta e indireta, esta passa a se verificar somente a partir de meados dos anos 50.

crise de 1929 e atinge o auge com a 2a. Grande Guerra Mundial. Neste grande período, verifica-se como insofismável o papel dos imigrantes no processo de acumulação de capital em Santa Catarina, como também o fato de a economia catarinense estabelecer uma relação periférica com o centro da economia nacional, da mesma forma que a maioria das regiões do país. Entretanto, interpreta-se que nem o imigrante-empresário, nem somente os excedentes primário-periféricos, bem como a pequena produção mercantil ou camponesa, são suficientes para explicar a radical alteração na acumulação de capital em Santa Catarina, notadamente a partir dos anos 60.

Portanto, são classificados aqui, como dois os grandes períodos da economia catarinense, a saber:

1o. - abrangendo o período colonial até meados dos anos 50 - caracterizado pela acumulação de capital sustentada pela ação dos agentes privados, considerados como a incipiente burguesia local.

2o. - abrangendo de 1955 aos nossos dias - configurado pela acumulação de capital, fundamentada preponderantemente a partir da ação do agente estatal, via mecanismos de crédito, incentivos, isenções.

Ao comparar a situação da economia catarinense em relação a nacional, a publicação comemorativa de aniversário do BESC é esclarecedora: "O estado está perdendo substância" (G.A.), constatava o então governador Celso Ramos logo ao assumir o cargo, em 1961. E ele comprovava o diagnóstico com números irrefutáveis. Em 1947 o estado participava com 3% da renda nacional. Em 1958, a marca baixava para 2,6%. De fato a década de 50 foi um tanto obscura para a maioria da sociedade catarinense, ao contrário do astral brasileiro na época dos anos dourados. Dentro de seu Plano de Metas, Juscelino Kubitschek prosseguia com a industrialização, as novas estradas e a construção de

Brasília...De fato Santa Catarina parecia estar de fora desses tempos brilhantes".¹⁶⁹

O final da década de 50 e início dos anos 60 significa um ponto de ruptura - crise da acumulação - para a economia dos três estados do Sul, mormente para Santa Catarina. Após o incremento nos fluxos de investimentos públicos e privados, os primeiros de maior relevância norteados a ação econômica do período JK, de 1950 à 1955, constatou-se que os mesmos (investimentos públicos) privilegiaram principalmente o Sudeste do país, acabando por aprofundar as desigualdades regionais. E neste contexto de acentuadas diferenças regionais com relação ao sudeste do país, este beneficiando-se do maior fluxo de investimentos, que aqui se define o novo e mais significativo período da economia catarinense, o estatal industrial.¹⁷⁰

FONSECA,¹⁷¹ analisa com clareza a situação das economias dos três estados do Sul no final dos anos 50, onde colocava-se o impasse entre o aprofundamento da condição de economias periféricas em relação a São Paulo especialmente, ou a ruptura com tal situação a partir da ação estatal-desenvolvimentista. O autor deixa claro que as elites regionais, especialmente a gaúcha tinham clara percepção da situação na qual se encontravam. E

¹⁶⁹ - Expresso em, Banco do Estado de Santa Catarina. BESC - O saldo positivo de 30 anos de trabalho, 1992.

¹⁷⁰ - Já mencionou-se que XAVIER, em "O Capitalismo Financeiro no Brasil", 1989, define dois grandes períodos para a economia brasileira. O período agro-exportador e o estatal industrial. Capta-se aqui que o período estatal-industrial, para os três estados do Sul, e neste caso Santa Catarina, passa a ocorrer somente a partir de meados dos anos 50, diferentemente portanto do período estatal-industrial da economia brasileira (Sudeste especialmente), que para o autor mencionado caracteriza-se a partir da crise de 1929.

¹⁷¹ - FONSECA, Pedro Dutra. Da Hegemonia à Crise do Desenvolvimento: a História do BRDE, BRDE, Porto Alegre, 1988, pg. 138.

aquele contexto, da busca da superação da situação periférica das economias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, que emerge com definitiva clareza a necessidade da ação estatal para superar tal quadro. "...pode-se enfatizar a penetração do desenvolvimentismo na Região Sul, com relativa força, na década de 1950. E, apesar das características específicas da formação econômica e política de cada estado, há alguns aspectos definidores que acompanharam esta tomada de consciência dos políticos, técnicos e empresários locais. Entre estes, destacava-se a concepção de que as questões relativas ao desenvolvimento econômico não poderiam nem deveriam ficar restritas ao Governo Federal - cabendo, portanto, aos governos locais ampla tarefa no que tangia à formulação de metas e execução de programas. Esta consciência, manifesta e majorada com o aprofundamento das desigualdades regionais desde o Plano de Metas, para execução de suas propostas encontraria um problema essencial: o financiamento dos projetos de impacto, necessários para o desenvolvimento harmônico (G.A.). É dentro deste contexto que nos três estados fundam-se secretarias ou gabinetes de planejamento e bancos estaduais e/ou de desenvolvimento, assim como órgãos especializados na esfera dos executivos estaduais voltados a setores específicos da economia. É também dentro deste contexto que surge e se concretiza a idéia de fundar um banco regional de fomento às atividades produtivas da Região - o futuro BRDE" (FONSECA, 1988: 38-39). Por isso, o autor evidencia o impasse, isto é, a tendência à estagnação ou mesmo regressão das economias dos três estados do Sul.

Faz-se premente destacar ainda, que era reconhecida principalmente por parte do Rio Grande do Sul, dadas as características de sua economia, que a região Sul, em sua totalidade estabelecia uma relação periférica com o centro.

especialmente São Paulo. Em OLIVEIRA,¹⁷² tal situação tomou a forma de uma análise mais sistemática. "Membro da equipe de Brizola, Oliveira centrava-se no processo de pauperização causado, entre outros motivos: pelas relações de troca desfavoráveis entre o Rio Grande do Sul e o resto do país; pela política de exportação do estado; pelo atraso frente ao eixo dinâmico da economia brasileira e pela conseqüente descapitalização. O livro enumerava vários argumentos que assemelhavam a economia gaúcha à nordestina. Entretanto, ao mostrar as diferenças entre as duas economias, não hesitou em lembrar vários aspectos nos quais a problemática local era mais complexa e de difícil superação do que na outra região. Entre estas, a concorrência intensificada do parque industrial paulista no interior do próprio mercado regional, de onde o Rio Grande do Sul vem sendo expulso (G.A.). Assim este estado, ao contrário do Nordeste onde a indústria não era destacada, assistia não só a estagnação, mas à regressão" (Idem. ibidem, pp. 41-42).

Em Santa Catarina, os desenvolvimentistas, como já afirmou-se, captam, também no final dos anos 50, a necessidade de intervenção do Estado, para o desenvolvimento econômico estadual. Tal atuação deveria vir a auxiliar na alteração da dinâmica econômica de Santa Catarina, especialmente no processo de centralização do capital. Identificam os desenvolvimentistas daquele estado a necessidade de alteração da relação periférica, via ação estatal, basicamente.

A rigor, a constatação da necessidade de interferência do Estado, via planejamento econômico, passa a ocorrer não através do aparelho do Estado, mas inicia-se a partir dos reclamos da burguesia catarinense. Ou melhor, apesar da existência do planejamento em Santa Catarina remontar a meados dos anos 50, com

172 - OLIVEIRA, Franklin de. Rio Grande do Sul: um novo Nordeste, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960.

o Plano de Obras e Equipamentos (POE), é a partir de 1960, com o Plano de Metas do Governo (PLAMEG I), que o planejamento governamental estadual se consolida e se expande. Entretanto, quem faz a primeira incursão, numa análise geral da sociedade catarinense e na necessidade premente do planejamento é a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), com seu Seminário Sócio-Econômico de Santa Catarina.¹⁷³ onde se afirma que a economia não pode ser regida somente por interesses particulares, reivindicando o planejamento global. "A Federação das Indústrias de Santa Catarina, no exercício de seu indeclinável dever de velar pelos interesses da classe industrial, vem de longa data tomando conhecimento ativo e crítico do processo cultural brasileiro em seus aspectos globais. Os estudos e análises a que se viu obrigada a realizar sob este aspecto, muito cedo levaram-na a reconhecer que a visão particularista dos problemas industriais não apresentava sequer para a indústria solução satisfatória, ainda que racional e lógica. Antes, o próprio equacionamento adequado do processo da industrialização, estaria na dependência de um projeto global econômico e social do Brasil".¹⁷⁴ Evidenciou-se que o empresariado catarinense ao reconhecer a sua impossibilidade de dar continuidade a acumulação de capital, por conta e riscos próprios, chamou a intervenção estatal, para superar sua crise no período em análise.

Portanto, é a partir dos anos sessenta que o Estado catarinense passa a ter uma atuação econômica mais significativa, mesmo porque é dessa época a própria reestruturação dos aparelhos

173 - FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Seminário Sócio-Econômico de Santa Catarina: documento básico, 1960, pg. 32.

174 - Afirmações de Celso Ramos, então Presidente da FIESC. Foi governador do estado no período de 1961 à 1965, onde adotou os resultados do Seminário promovido pela FIESC, como a base do Plano de Metas do Governo (PLAMEG I).

estatais dos estados da federação. Tal período caracteriza-se pela notória e crescente participação do governo estadual catarinense na busca da ampliação da acumulação de capital privado. Especificamente passam a ser realizados os planos de desenvolvimento governamentais, criam-se as instituições financeiras estaduais e regionais, bem como há a reestruturação e ampliação da infra-estrutura, melhoria e readequação da educação, objetivando-se a ampliação da mão-de-obra produtiva do Estado de Santa Catarina.

Não se desconsidera a ação estatal no período anterior (até meados de 1950), em suas múltiplas formas como já afirmado na 1ª parte deste trabalho. Entretanto, considera-se que o próprio aparelho estatal, no início dos anos 60, passa por profundas modificações que lhe possibilita uma intervenção, mais incisiva, como suporte ao enriquecimento privado em Santa Catarina.

O agente estatal passa, a partir de então, a agir em suas múltiplas formas, incentivos, créditos, investimento diretos, planejamento, formação profissional, infra-estrutura, etc., na constante ampliação do enriquecimento privado em Santa Catarina, embora alegando abranger as múltiplas necessidades da "gente da terra catarinense".

A ingerência estatal, agora direcionada para o crescimento privado, provocou o substrato necessário ao desenvolvimento do parque produtivo catarinense, alterando a composição setorial, o volume de empregos, a passagem do predomínio dos ramos tradicionais para os dinâmicos, mas numa amplitude muito maior, o agente estatal tornou-se o sócio maior da constituição dos portentosos grupos econômicos de Santa Catarina, evidenciando a prática de um modelo excludente e concentrador de rendas.

Foi a sociedade catarinense, via Estado e agentes financeiros estaduais, regionais e mesmo federais, que

possibilitou o estupendo enriquecimento privado, inicialmente das famílias e hoje grupos de porte internacional. A socialização da constituição dos empreendimentos privados catarinenses, redundou, entre outras, após duas décadas e meia de atuação deficitária do Estado e seus agentes, na intervenção do Banco Central do Brasil no Banco do Estado de Santa Catarina (BESC)¹⁷⁵ e no Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BADESC),¹⁷⁶ bem como no completo endividamento do governo estadual catarinense.¹⁷⁷ Por outro lado, enquanto as instituições públicas estaduais e mesmo federais, vão encerrar os anos 80, absolutamente desprovidas de fundos próprios para sequer funcionar em mínimas condições, verifica-se concomitantemente, o vertiginoso aumento do patrimônio dos grupos privados de Santa Catarina, e o acentuado empobrecimento da sociedade catarinense.

Nesta parte do trabalho analisa-se num primeiro momento, os planos de governo, a estruturação dos agentes financeiros e creditícios, o planos setoriais, enfim o planejamento estadual e

175 - O BESC sofre intervenção do Banco Central de fevereiro de 1987 à junho de 1988, governo Espiridião Amin (ex-PDS, atual PPR), devido especialmente a inadimplência dos seus devedores, tendo em 1986 encerrado o exercício com um prejuízo de 454 milhões de cruzeiros (em valores de dezembro de 1992/dólar oficial= US\$ 65 milhões), tendo dívidas a receber de mais de 2 bilhões de cruzeiros (em valores de dezembro de 1992/dólar oficial= US\$ 300 milhões).

176 - O BADESC sofre intervenção entre outubro de 1990 e junho de 1991, "...com o aprofundamento da recessão, um número grande de empresas deixou de pagar o Badesc, que ficou sem condições de honrar seus débitos com o Bndes" Adolar Fieske presidente do Badesc em, Expressão, Ano 2 - No. 21 - 1992, pg.52.

177 - O BESC sofre intervenção do Banco Central entre fevereiro de 1987 e junho de 1988, governo Esperidião Amin (PDS), devido especialmente a inadimplência dos seus devedores, tendo em 1986 encerrado o exercício com um prejuízo de 454 milhões de cruzeiros, tendo de dívidas a receber mais de 2 bilhões de cruzeiros. O BADESC sofre intervenção entre outubro de 1990 e junho de 1991, devido a sua inadimplência junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

suas características básicas a partir do Plano de Obras e Equipamentos (POE), 1955, até o Plano SIM, do governo Wilson Kleinübing.

Juntamente com o estudo dos mecanismos de intervenção do agente estatal, analisar-se-á o comportamento dos distintos ramos da economia catarinense, quanto a repartição da renda, juntamente com a performance das(os) empresas/grupos, dos respectivos ramos.¹⁷⁸

Deve-se ressaltar que apesar de o Estado de Santa Catarina já ter uma incipiente industrialização, com tal setor participando da estrutura da renda interna setorial, com 17,1% em 1939, 20,5% em 1955 e decrescido para 19,3% em 1960.¹⁷⁹ constata-se a estagnação ou mesmo a regressão do mesmo, pois, "Faltavam aqui todos os elementos políticos, instrumentais e de infra-estrutura possibilitadoras da adoção e execução de um agressivo plano de inversões que viessem a prepará-lo para a industrialização".¹⁸⁰ Observa-se claramente que os organismos estatais, tais como o supracitado, reconhecem que a industrialização não dar-se-ia em termos definitivos, sem uma intervenção efetiva do Estado em nível estadual, buscando ampliar as condições para tal realização.

Analisada a situação estrutural de Santa Catarina, em meados dos anos 50, bem como, a crise de acumulação por que passa a burguesia catarinense naquele momento, e o apelo a intervenção

¹⁷⁸ -Esta parte do trabalho teve contribuição especial dos acadêmicos do Curso de Ciências Econômicas da UFSC, da disciplina Economia Catarinense, ministrada pelo autor deste trabalho no 2o. semestre de 1992.

¹⁷⁹ - Fonte: Fundação Getúlio Vargas e IEAGESC.

¹⁸⁰ - Mencionado em Secretaria de Estado do Planejamento e Fazenda/GEPAC, 1992.

estatal para superar tal processo, passa-se a estudar agora os diversos planos de governo, aplicados na economia catarinense a partir deste período.

Nesse sentido, tem-se: Plano de Obras e Equipamentos (POE); Plano de Metas do Governo I (PLAMEG I); Plano de Metas do Governo II (PLAMEG II); Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD); Governar é Encurtar Distâncias; Plano de Ação; Carta dos Catarinenses; Rumo a Nova Sociedade Catarinense; e Plano Sim.

Capítulo 1 - Plano de Obras e Equipamentos (POE) - 1956-1960 -
Governo Irineu Bornhausen (UDN)

Esta foi a primeira experiência de planejamento estatal em Santa Catarina. Concentrou-se na ampliação e melhorias infra-estruturais, sendo que do total dos recursos investidos, 45% foram para as estradas de rodagem, 35% para energia elétrica, e os 20% restantes foram para agricultura, educação e saúde.

Os recursos para financiar tais investimentos originaram-se no aumento de 20% do Imposto sobre Vendas e Consignações (IVC).

Quanto aos resultados do POE, ressalta FONSECA: "Apesar das possíveis críticas ao POE no que tange aos problemas de sua execução e à viabilidade de alcançar suas metas, não resta dúvida que se trata de instrumento fundamental para evidenciar a preocupação das elites catarinenses quanto perspectiva do desenvolvimento econômico, consciência esta manifestada com mais nitidez com o PLAMEG, do governo Celso Ramos, de 1961 a 1965" (FONSECA, 1988: 37). Enfim, pode-se considerar o POE como a primeira tentativa de concreção da idealização do planejamento estatal em Santa Catarina, sendo que o PLAMEG I passa a se constituir de fato numa concretização do planejamento, com resultados mais efetivos para a superação da crise de acumulação de capital no estado.

A crítica ao POE, inicialmente previsto para 10 anos (1955-65), deve ser entendida também em virtude das divergências políticas entre os grupos liderados por Irineu Bornhausen (UDN) (POE) e Celso Ramos (PSD) (PLAMEG I), adversários políticos.

Analisado em linhas gerais, os principais aspectos do POE,

ver-se-á agora os aspectos mais importantes da história da Fundação Tupy (enriquecimento privado, empresa que teve sua evolução patrimonial¹⁸¹, ampliada significativamente a partir dos anos 50.

Antes de se analisar, num dos setores da economia catarinense, o enriquecimento privado, é fundamental, em termos de comparação, observar no período em análise o crescimento da economia catarinense.

Entre 1947 e 1986, o PIB (valor dos bens e serviços produzidos) catarinense aumentou 1.500%. "...portanto nos últimos 40 anos, o PIB real anual catarinense teria crescido 14,8 vezes, contra 11,8 vezes do nacional; segundo avaliações preliminares. Este desempenho corresponde a uma expansão anual média de 7,15% para o PIB estadual e de 6,45% para o brasileiro, o que corresponde a bons resultados, quando comparados aos níveis médios de crescimento de outros países".¹⁸² Verifica-se pois, que apesar do grande crescimento da economia catarinense no período, o mesmo não ultrapassou, em 40 anos mais que 1.500%.

A Fundação Tupy, empresa localizada em Joinville, Nordeste de Santa Catarina, atuando na ramo mecânico/metalúrgico alcança nos anos 50 altos níveis de crescimento.

181 - Para a análise da situação patrimonial das empresas, tomar-se-á como base, o patrimônio líquido declarado entretanto, destaca-se que tal variável, apesar de ser a mais indicada para verificar o crescimento empresarial, pode ser subvalorizado pelas empresas, para reduzirem as taxações. As empresas tenderão a maquiar seus balanços em função de suas consequências fiscais como depreciação e correção monetária. Esta tem uma importância muito grande em uma economia cronicamente inflacionária como a brasileira, pelos seus efeitos sobre o ativo e passivo e consequentemente sobre o lucro.

182 - Expresso em: FERREIRA, Roberto. Análise Conjuntural de Santa Catarina, Florianópolis, vol. 3, No. 5, jan.jun., 1987, pp. 57-65.

Fundada em 1938, a Fundação Tupy,¹⁸³ é uma das empresas brasileiras que por suas instalações mais autoridades públicas passaram. Prefeitos, Deputados, Senadores, Ministros de Estado e mesmo Presidentes da República, por uma razão ou outra passaram pela Fundação Tupy.

Tendo em dezembro de 1991, um patrimônio líquido declarado de 152 milhões de dólares, sendo o 84o. grupo privado do Brasil,¹⁸⁴ foi a Tupy uma das empresas catarinenses que mais fez uso da intervenção estatal para o seu enriquecimento.

A evolução da Fundação Tupy, deve ser associada ao processo de industrialização da economia nacional, especialmente no pós-guerra, especificamente nos anos 50, com a instalação da indústria automobilística no Brasil. Tal processo, abriu oportunidades de mercado para a produção da empresa catarinense.

Ao longo de sua história, sob comando da família Schmidt, precisamente com Albano (1938-1958) e Dieter Schmidt (1958-1979), a Tupy buscou íntima relação com os governos tanto estadual como federal. Eis algumas ilustrações de tal relação:

-Dieter Schmidt foi Secretário da Indústria e do Comércio de 1979 à 1981 (Jorge Konder Bornhausen/PDS - 1979-1983), quando faleceu em acidente aéreo, sendo substituído na Secretaria por um ex-diretor da Tupy o Sr. Nilson Wilson Bender:

-Presença em 1960, do Almirante Lúcio Meira, presidente do Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA) e do BNDE, para inauguração do forno tunel II;

¹⁸³ - Sobre a história da Tupy, ver: TERNES, Apolinário. A Estratégia de Confiança, Joinville, (S.Ed.), 1988, pg. 296.

¹⁸⁴ - De acordo com "Balanço Anual", da Gazeta Mercantil, 1992.

-1961 - empréstimo junto ao BID de 560 mil dólares, para pagamento em cinco anos;

-Inauguração, em 1968, do Centro de Processamento de Dados, com a presença do Ministro da Indústria e do Comércio, General Edmundo de Macedo Soares e Silva;

-1965 - inauguração do pavilhão de recozimento, com a presença do Ministro da Indústria e do Comércio do Governo Castelo Branco, Mário Thibau;

-Ainda em 1965: "Outro acontecimento importante, envolvendo diretamente a Tupy, é a campanha política que acabou por conduzir o então diretor-gerente Nilson Wilson Bender à prefeitura de Joinville...Político, já obtivera um mandato de vereador e, agora, com o apoio da Tupy, na medida em que Dieter Schmidt decidira investir firme na campanha, Bender exerce o cargo de prefeito no período de 1976/70" (TERNES, 1988: 116);

-1966 - Visita do Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco à Tupy;

-1967-1972 - Implantação do Plano D (duplicação), com investimentos previstos de 11 milhões de dólares, sendo 50% financiado pelo BNDE, tendo o mesmo banco avaliado um empréstimo de 1 milhão e 700 mil dólares no exterior;

-1968 - aniversário de 30 anos da Tupy, com a presença do Ministro da Indústria e Comércio General Edmundo de Macedo Soares e Silva e do Ministro das Relações Exteriores, José Magalhães Pinto;

-1969 - Implantação por parte do Banco Nacional da Habitação (BNH), do conjunto residencial Boa Vista. "Em razão do permanente crescimento do número de colaboradores, a Tupy realiza esforços

especiais e consegue no Banco Nacional de Habitação, em 1969, a implantação de um conjunto residencial no Boa Vista" (Idem, ibidem, p. 125);

-1972 - Inauguração do "Plano D", com a presença do Ministro da Indústria e do Comércio, Marcos Vinicius Pratini de Moraes e do Presidente do BNDES, Marcos Pereira Vianna;

-1972-1975 - Implantação do "Plano T", "São investimentos da ordem de 500 milhões de cruzeiros [cerca de 70 milhões de dólares], dos quais o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico financiará 215, a Tupy 152, empréstimos do exterior seriam de 54 milhões e outros 30 viriam de aumentos do capital social e de terceiros. O financiamento do BNDE foi assinado no dia 3 de abril de 1973 e foi saudado como o maior da história do Banco a uma empresa particular" (Idem, ibidem, p. 129);

-1975 - 10. de maio/Dia do Trabalho, comemoração com a presença do Presidente General Ernesto Geisel e do Governador de Santa Catarina, Antônio Carlos Konder Reis, entre outros;

-1975 - Presença do Ministro do Trabalho, Arnaldo Frieto, para inauguração do Centro de Desenvolvimento Pessoal;

-1978 - crise de endividamento. "A crise financeira será finalmente superada com aumento de capital e uma ampla renegociação [em 1978] da dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. No momento mais crítico a Tupy chegou a um grau de endividamento de 2,5 significando que, para cada cruzeiro de capital próprio, devia 2,5 cruzeiros a terceiros" (Idem, ibidem, p. 139).

-1991 - Adolar Pieske, funcionário da Tupy de 1973 a 1991, para a presidir o BADESC;

Evidenciou-se algumas ilustrações, ao longo da história da Tupy, de seus estreitos vínculos com o aparelho estatal catarinense. O resultado de tal relação é a significativa expansão patrimonial tida pela empresa ao longo de sua história.

O crescimento patrimonial de 1971 a 1981 foi de aproximadamente 650%. Neste mesmo período a economia catarinense que cresceu em altos níveis, teve um crescimento do PIB de somente 213%, enquanto o Brasil cresceu no período somente 130%.¹⁸⁵ Em 1971 a Tupy tinha um patrimônio líquido declarado de 17 milhões de dólares, passando a ter em 1981, 125 milhões de dólares. Entre 1981 e 1991 a situação patrimonial da empresa permaneceu estagnada.

Deve-se observar ainda, que de acordo com dados da CELESC,¹⁸⁶ a Fundação Tupy era a maior empresa devedora para a distribuidora de energia catarinense, tendo um débito de Cr\$ 861.515.740,00 (29.02.92), correspondendo a valores de dezembro de 1992, a um débito de aproximadamente 1 milhão de dólares.

Ainda quanto a relação da Fundação Tupy, com o agente estatal, destaca-se o trabalho de VERGARA,¹⁸⁷ onde demonstra que entre 1963-1981, o BRDE respondeu financeiramente por 75% dos investimentos feitos em Santa Catarina, sendo que o setor metalúrgico beneficiou-se com 12% do total de investimentos, somente da instituição financeira supracitada. "Como os financiamentos do BRDE corresponderam em média a 75% do valor de cada projeto de investimento contratado no período..." (VERGARA,

185 - Fonte: IBGE, FGV, FEE, IPARDES, SEPLAN/SC.

186 - CELESC, relatório de contas em atraso, 09.03.92.

187 - VERGARA, René Raúl Rodríguez. O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e a Geração de Empregos no Estado de Santa Catarina, Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 1985, pg. 98.

1985: 14-15).

Fez-se portanto algumas demonstrações dos históricos vínculos da Fundação Tupy, com o Estado, tanto em nível estadual, quanto federal, caracterizando desta forma, o vínculo intervenção estatal e acumulação privada de capital.

No âmbito do empobrecimento social, observa-se que entre os anos de 1950 e 1960, a participação do trabalho¹⁸⁸ na riqueza gerada de Santa Catarina, ficou na média entre 28%. De todas as riquezas geradas em Santa Catarina entre os anos de 1950 e 1960, as Rendas do Trabalho (RT), ficaram em média na faixa dos 28%, enquanto as Rendas da Propriedade, apropriaram-se de 72% de toda a riqueza estadual.

No ramo específico (metal-mecânica) de atuação da Tupy, observa-se a partir dos anos 50 a redução crescente das rendas do trabalho. Em 1950 no ramo metalúrgico a as RT eram de 32%: 1960=32%; 1970=27%; 1975= 20%; 1980=24% e 1985=23. No setor supracitado verificou-se entre 1950-1985, uma redução no montante da riqueza gerada, de 9%. No ramos mecânico, tinha-se em 1950 uma participação dos salários de 41%, reduzindo-se para 23% em 1985, totalizando uma perda de 18%, contra o trabalho a favor do capital.

Ilustra-se por fim, que no ramo de atuação da Fundação Tupy, a participação dos trabalhadores ("colaboradores"), embora acima da média catarinense entre os anos 50-60, foi reduzida significativamente, na média dos dois setores, em 14%, entre 1950-1985.

¹⁸⁸ - Neste trabalho usar-se-á os dados do IBGE (Censos de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985), no item relativo ao Valor da Transformação Industrial (VTI), considerando-se as Rendas da Propriedade (RP) (Lucros, Juros e Aluguéis e as Rendas do Trabalho (RT) (Salários, Retiradas e Outras Remunerações).

Vê-se portanto que também no âmbito da relação capital trabalho, a Tupy busca ampliar seu patrimônio, através da superexploração do trabalhador catarinense.

No município de Joinville onde está sediada a Fundação Tupy, com uma população de 346.000 habitantes,¹⁸⁹ a maior cidade de Santa Catarina, existem em 1992, 22.000 desempregados, um déficit de 20.000 moradias e somente 5% da população tem esgoto sanitário.¹⁹⁰

Busca-se portanto dar alguns indicativos, que neste caso específico da Tupy, sua evolução patrimonial, esteve diretamente associada aos seus históricos vínculos com o poder público, em suas múltiplas formas bem como através da superexploração do trabalho, dos operários de seu ramo de atuação em Joinville.

189 - Fonte: Censo IBGE 1991.

190 - Informações expressas em: "Diário Catarinense Especial - Joinville Rumo à Virada do Século", 30.03.93.

Capítulo 2 - Plano de Metas do Governo (PLAMEG I) - 1961-1965 -
Governo Celso Ramos (PSD)

Fruto, como já se observou, das conclusões do "Seminário Sócio-Econômico de Santa Catarina", promovido em dezembro de 1960, o PLAMEG I foi uma experiência de planejamento mais ampla que o POE, por múltiplos aspectos entre os quais, o reconhecimento pela burguesia catarinense de que a ação individual de cada empresário não conseguiria superar os entraves à industrialização local. "O ano de 1961 assinala, no Estado, a primeira tentativa de planejamento global das ações do Governo Estadual. Refere-se à Lei 2.772, de 21 de julho de 1961, que dispõe sobre o Plano de Metas do Governo Estadual para o quinquênio 1961/1965. Instituído pela lei acima citada, o PLAMEG destinava-se à execução, aperfeiçoamento e atualização de obras e serviços públicos e ao desenvolvimento social e econômico do estado. O mesmo diploma legal autorizava o Poder Executivo a dispendêr, para a execução do Plano no Período governamental, recursos até a importância de dezessete milhões e quinhentos mil cruzeiros (quase 100 milhões de dólares), destinados aos investimentos que objetivassem a melhoria das condições de vida do homem; a infra-estrutura: a expansão agrícola e industrial, discriminadas em setores" (SCHMITZ, 1985: 20).

Os recursos para os investimentos, eram oriundos de 35% da arrecadação estadual prevista para o período.

Os três grandes programas setoriais do PLAMEG I eram classificados nos seguintes tópicos: o HOMEM, o MEIO e a EXPANSÃO

ECONÔMICA. SCHMITZ,¹⁹¹ ao analisar o PLAMEG I, revela o montante de recursos e a finalidade desses programas. Em 1965, de todos os recursos investidos 78% foram aplicados no MEIO (Energia, Rodovias e Obras de Artes) e EXPANSÃO ECONÔMICA (armazenagem, fomento agropecuario, abastecimento, participação em empreendimentos pioneiros e Banco do estado. Couberam os 22% restantes ao HOMEM (educação e cultura, justiça e segurança pública, saúde pública e assistência social e serviços de água e esgoto). Observa-se claramente que os programas vinculados diretamente a acumulação de capital (expansão econômica) obtêm a ampla maioria dos recursos, enquanto que, os de caráter social, tem participação limitada.

FONSECA ao comentar a acumulação de capital no período do PLAMEG afirma: "O desenvolvimento catarinense, nesse anos, assumiu franco caráter industrializante. Antes de assumir o governo, Celso Ramos fora presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina, na qual realizou um seminário Sócio-Econômico, cujos resultados evidenciavam a necessidade de melhor conhecer a economia estadual. Para tanto, distribuíram-se questionários a líderes municipais e do empresariado, a fim de detectar suas necessidades e problemas. Assumindo o governo, criaram-se seis fundos com o fito de assegurar o alcance das metas: Fundo Estadual de Educação, de Aparelhamento da Justiça e Segurança Pública, de Assistência aos Municípios, de Obras e Equipamentos, de Saúde Pública e de Desenvolvimento Agropecuario e Industrial. A maior parte desses fundos contou com verbas de impostos em porcentagens estabelecidas em lei, além das provenientes de taxas e contribuições de melhorias" (idem, ibidem, p. 38). Verifica-se que o PLAMEG, bem como o do POE, foram financiados pela sociedade catarinense com pesada tributação.

191 - SCHMITZ, Sérgio. Planejamento Estadual: a experiência catarinense com o Plano de Metas do Governo - PLAMEG (1961-1965), Ed. da UFSC/FESC/UDESC, Florianópolis, 1985, pg. 134.

O PLAMEG I, marca também, durante a sua aplicação, o período de surgimento de duas instituições públicas que vão propiciar as condições creditícias ao processo de industrialização de Santa Catarina. É fundado em 1962, o Banco de Desenvolvimento do Estado (BDE), atual Banco do Estado do Santa Catarina (BESC). O BDE, e o posteriormente BESC, foi indubitavelmente fundamental para acumulação privada de capital naquele estado. "A história do BESC é a própria história de Santa Catarina. Desde que surgiu, em 1962, o Banco é a referência chave de qualquer narrativa sobre o crescimento do estado. Ele foi a espinha dorsal do Plameg. O Plano de Metas do governo Ceiso Ramos que mudou definitivamente o perfil catarinense...E continua sendo o principal veículo do crescimento do estado, levando crédito e apoio a pequenos empresários ou produtores rurais espalhados por todo o território barriga-verde. Só que agora com experiência de quem já ajudou a transformar alguns pequenos empresários catarinenses do passado em gigantes internacionais como Sadia, Perdigão, Ceval, ou weq" (G.A.) (BESC, 1992: 20). Constata-se portanto, o reconhecimento por parte do próprio banco, que sua atuação se direcionou no sentido de instrumentalizar o enriquecimento privado em Santa Catarina, desprezando sua própria função institucional, cuja característica deveria ser fundamentalmente a social.

Ainda em 1962 é fundado, numa união de três estados do Sul do Brasil, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), objetivando, como já mencionou-se anteriormente, superar a crise de acumulação de capital daquela região. Cabe observar que com relação fundação do BRDE, houve uma forte oposição da burguesia paulista e mesmo do governo federal. "Além disso, havia resistências do governo e do empresariado paulistas: os próprios governadores teriam contribuído ainda mais para acirrar os ânimos, pois antes de viajarem a Brasília, ainda em Curitiba, em entrevista coletiva à imprensa, fizeram uníssono ao majorar a importância do convênio assinado: não se tratava da simples criação de um banco, mas de criar condições para enfrentar

diretamente a expansão do imperialismo paulista (G.A.)" (FONSECA, 1988: 49). A posição dos governadores do Sul, Leonel Brizola (RS) especialmente, reconhecia e criticava o imperialismo paulista.

Em 05 de dezembro de 1962, o presidente João Goulart, através do decreto 51.617, autorizava o funcionamento do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Entretanto, suas operações iniciariam-se somente no final de 1962. A ação efetiva do BRDE passa a ocorrer a partir de 1964, beneficiando-se de recursos repassados através do Acordo do Trigo.¹⁹²

O BRDE nos primeiros anos teve uma atuação limitada para Santa Catarina e Paraná, privilegiando o Rio Grande do Sul. Entretanto no final dos anos 60 e início dos anos 70, Santa Catarina teve sua participação ampliada, no tocante ao volume de investimentos realizados. "Naqueles anos - início do Milagre (G.A.), - Santa Catarina foi o estado mais beneficiado, chegando a agência de Florianópolis a responder por 40% do valor das operações contratadas, enquanto a de Porto Alegre alcançou 42%" (FONSECA, 1988: 73-74).

Ainda durante o PLAMEG I, são criadas a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC) e a Univeridade Federal de Santa Catarina (UFSC), instituições que vão marcar profundamente, via pesquisas e qualificação de força de trabalho, a acumulação capitalista do estado.

Outro programa criado, no período do PLAMEG, foi o Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina (FUNDESC), instituído em 1963, que atendia especificamente os interesses das empresas,

192 - Maiores informações sobre a fundação e consolidação do BRDE, ver FONSECA, Pedro Dutra: Da Hegemonia à Crise do Desenvolvimento: a História do BRDE, 1988 e CAMPOS, José Hypólito Machado de. BRDE: a Ação Governamental na Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social da Região Sul, s/d.

notadamente das indústrias. "Na primeira metade da década de 70, foi um dos impulsos mais importantes na ampliação das empresas que hoje são os gigantes do estado, como Embraco, Hansen, Tupy, Weg ou Consul" (BESC, 1992: 29). Enfim o FUNDESC objetivava "...estimular o desenvolvimento econômico e social do Estado...via aplicação de incentivos fiscais subsidiamento de encargos financeiros e concessão de empréstimos...tendo como fonte de recursos o orçamento estadual e incentivos fiscais..." (GIESE, 1991: anexo 2). O FUNDESC, e todos os programas de incentivos a iniciativa privada estadual, e a transferência do financiamento da acumulação privada, para a sociedade catarinense como um todo, com a redução dos recursos públicos para uso da sociedade como um todo, dados os benefícios concedidos a burguesia estadual.

É evidente a alteração estrutural que passa a emergir em Santa Catarina, a partir do PLAMEG. O papel do planejamento e do crédito especialmente, foram decisivos para a nova dinâmica que passa a assumir a economia catarinense nos anos 60. Ressalte-se, entretanto, que buscou-se caracterizar o PLAMEG como simplesmente a materialização dos anseios e desejos da maioria da sociedade catarinense, expressos no "Seminário Sócio-Econômico de Santa Catarina", promovido pela FIESC. "Deve-se também ressaltar que o PLAMEG foi implantado no Estado após uma iniciativa desbravadora de realização de um Seminário Sócio-Econômico, onde se observou a participação direta do povo para apontar as suas necessidades e poder-se, a partir daí, realizar-se um plano de governo que satisfizesse essas necessidades. O PLAMEG realizou tão bom trabalho quanto dele em boa razão se poderia esperar" (SCHNITZ, 1985: 116).

Para a ilustração do enriquecimento privado no período considerando, inclusive a carência de informações empresariais sobre o mesmo, usar-se-á a análise de dois ramos, que tiveram grande impulso nos anos 60, mesmo com uma significativa

participação dos trabalhadores (RT) na riqueza gerada.

De acordo com o Censo de 1960 o ramo das Indústrias Extrativas de Produtos Minerais era o que em Santa Catarina (RP= 69% e RT= 31%), tinha uma participação maior dos trabalhadores na riqueza gerada, com 61% de Rendas do Trabalho.

Tal fato explica-se, por que o ramo de extração de minerais era, em todo o estado, o que apresentava o maior número de trabalhadores organizados no âmbito da luta sindical. O movimento sindical catarinense teve nos mineiros, um histórico segmento de lutas contra o capital. Entretanto, a luta dos mineiros catarinenses obteve ao longo de sua história um relativo êxito, porque os eventuais ganhos salariais desta categoria, eram genericamente repassados aos custos do carvão pagos pelo governo federal, a quem se destinava tal produção. O que se verificou portanto, foi que o aumento da participação dos trabalhadores na riqueza social da região, não se deu somente a partir da redução nos ganhos da renda da propriedade, mas também e principalmente a partir do repasse de tais aumentos para o governo federal que compra o carvão da região.

Situado no Sul de Santa Catarina, preponderantemente no município de Criciúma, a extração do carvão foi por muitos anos a principal atividade econômica da região. De meados dos anos 70 em diante passa a ter grande importância econômica a Transformação de Minerais não Metálicos (cerâmica).

Vinculados historicamente ao carvão destacam-se os hoje grupos econômicos, Cecrisa e Guglieimi, antigas famílias, que iniciaram suas atividades em sociedade, tendo posteriormente desmenbrada a sociedade.

O Grupo Cecrisa, atuando especialmente no ramo cerâmico, e secundariamente na comunicação, mineração, turismo, transporte e

construção civil. A antiga família Freitas proprietária do grupo, atuou inicialmente na construção civil (empreiteiras, viviam de encomendas da Rede Ferroviária Federal, que administra a Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina) e num segundo momento passou a atuar também na extração de carvão, tanto o metalúrgico, quanto o energético, vendendo-o ao governo federal. Neste mesmo processo, iniciou-se as atividades da antiga família Guglielmi, hoje o Grupo Guglielmi, hoje o Grupo Guglielmi, a atuação em áreas diversas: extração de carvão, medicina e cirurgia, hotelaria e loteamento, agropastoril e construção civil.

Essas antigas famílias, que deram origem a esses grupos, tiveram sua evolução patrimonial diretamente associado ao Estado. Inicialmente via ação direta, contratando obras e comprando carvão. Num segundo momento, quando da diversificação dos investimentos (cerâmica, comunicação, agropastoril e outros) o agente estatal interviu ofertando o crédito, os subsídios, os incentivos em suas múltiplas formas.

Observa-se a partir de 1970,¹⁹³ um crescimento vertiginoso destes grupos:

O Grupo Cecrisa, tinha de acordo com CUNHA¹⁹⁴ em 1971, um Patrimônio Líquido de 5 milhões de dólares, e dez anos depois (1981) estava com um patrimônio de 83 milhões de dólares, tendo um crescimento patrimonial em dez anos de 1600%, doze vezes o crescimento do PIB catarinense no período (130%).

A cerâmica foi um dos setores que mais recebeu incentivos

193 - Especialmente por que é deste período que dispõem-se de maiores informações contábeis das empresas.

194 - CUNHA, Idaulo José. O Salto da Indústria Catarinense: um exemplo para o Brasil, Ed. Paralelo 27, Florianópolis, 1993, pg. 295, p. 235.

estatais para o seu crescimento. "A história do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul confunde-se com a da indústria de cerâmica de revestimento. Desde 1962, financiando os mais diversos projetos de expansão e/ou aperfeiçoamento tecnológico das empresas, o BRDE acompanha de perto o desenvolvimento do setor, vivendo cada um de seus passos".¹⁷⁵ De todos os investimentos realizados pelo BRDE, entre 1962-1982, 12% foram para setor cerâmico.

Os vínculos da Cecrisa com Estado, estendem-se a setores distintos, da concessão de crédito, subsídios, incentivos, e domínio sobre meios de comunicação (três TVs e nove rádios).¹⁷⁶

A expansão da indústria cerâmica catarinense, teve para seu crescimento, papel significativo também os diagnósticos setoriais, elaborados pelo CEBRAE/CEAG e outros, objetivando o acesso ao crédito fácil junto a organismos estaduais e federais de financiamento. Ao emitir as proposições, no âmbito da conclusão do "Diagnóstico da Indústria de Cerâmica de Revestimento do Estado de Santa Catarina", afirma tal relatório: "...assistência financeira, as empresas já instaladas, principalmente no caso de capital de giro; desenvolvimento de esforços a nível governamental junto ao Ministério de Minas e Energia, para resolver os problemas de abastecimento de matérias-primas de minerais não metálicos; assistência financeira as empresas para seus novos planos de expansão e para implantação de novas unidades industriais; e, criação de uma Escola em nível

¹⁷⁵ - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Informe Setorial: Indústria de Cerâmica de Revestimento de Santa Catarina, Florianópolis, 1988, pg. 18, p. 02.

¹⁷⁶ - Ver: "Dossiê ZERO: Oligarquias Dominam Rádio e TV em SC", No. 1, Ano X, Florianópolis 25 de setembro de 1992, Curso de Jornalismo da UFSC.

Técnico para aperfeiçoamento da mão-de-obra .177

Um dos mecanismos usados pelo Grupo Cecrisa, na busca de seu enriquecimento, é a concordata. Este grupo já usou em diversas oportunidades desta prerrogativa, lesando diretamente seus credores, sendo a última vez em janeiro de 1991. Na oportunidade o grupo tinha um patrimônio de 1 bilhão de dólares, com dívidas de entre 100 à 130 milhões de dólares. "...a Cecrisa brilha como um dos melhores exemplos de que a recuperação através de uma moratória legal bem conduzida, mesmo para portadores de dívidas maciças, é perfeitamente possível".¹⁷⁸ Somente ao BADESC, a Cecrisa devia na época da concordata a importância de 50 milhões de dólares.

De acordo com o "Relatório de Contas em Atraso/CELESC - 09.03.92", as empresas do Grupo Cecrisa (Incocesa, Cecrisa, Cesaca, Portinari, Eldorado) deviam de energia elétrica a CELESC em 29.02.92 a importância de Cr\$ 2.900.000,00 (aproximadamente 400.000 dólares).

Além do histórico e parasitário vínculo da Cecrisa com o Estado, ocorre também no setor uma crescente superexploração do trabalho. As Rendas do Trabalho são: 1950= 28%, 1960= 36%, 1970= 30%, 1975= 19%; 1980=23% e 1985= 21%. Observa-se portanto uma redução da participação do trabalho, na apropriação da riqueza gerada.

O Grupo Guglielmi, estabeleceu e mantém até os dias de hoje, íntima relação com o aparelho estatal, especialmente por ser o

187 - CEBRAE - CEAG-SC/CODESUL/CODESC/SIC/BADESC/BESC. Diagnóstico da Indústria de Cerâmica de Revestimento do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 1977, pg. 105, pp. 102-103.

188 - Revista Exame: "A Revanche de um Antigo campeão", março de 1993, p. 52.

maior vendedor privado de carvão da região. Uma ilustração de tal relação, evidencia-se com a aquisição da Companhia Siderúrgica Nacional (Próspera) em Criciúma, pelo Grupo Guglielmi, a preços muito abaixo do valor patrimonial, bem como, devido ao pagamento da mesma com moeda podre (títulos governamentais). Verificou-se também, por parte do grupo, novo proprietário da mina, a resistência em garantir um pouco mais de 200 empregos, para os mineiros da antiga estatal, acordado na compra, que acabou exigindo a intervenção do governo estadual (pagando os mineiros) para efetivação das contratações.

Entretanto, em função do Grupo Guglielmi, ser uma empresa de capital fechado, suas informações patrimoniais são de difícil acesso, razão pela qual, não pode-se ilustrar aqui seu enriquecimento, com base em tal informação.

No âmbito das rendas da propriedade e do trabalho, verifica-se uma crescente perda por parte das rendas do trabalho em favor do capital. Se em 1960 as Rendas do Trabalho (RT), chegaram a 61% do Valor da Transformação Industrial, têm-se em 1985, esta participação reduzida a metade, isto é, 33%. Vê-se portanto, que a crise do setor carbonífero (redução da demanda por parte do governo federal) que atinge a região, afeta com muito maior intensidade os trabalhadores, com a redução crescente de sua participação na riqueza gerada.

Capítulo 3 - PLANO DE METAS DO GOVERNO II (PLAMEG) - 1966-1970 -
Governo Ivo Silveira (PSD)

O PLAMEG, desenvolvido por Ivo Silveira, entre 1966-1970, foi na verdade a continuidade do PLAMEG I, mesmo porque, Ivo Silveira representará a continuidade política de Celso Ramos. Enfim, o novo governo vai dar sequência ao desenvolvimento em Santa Catarina.

As bases ideológicas do PLAMEG II, foram a "expansão econômica" e o "progresso social". Entendia-se que a primeira dependia das ações do governo, para que estas "...completassem e estimulassem a ação da iniciativa privada".¹⁹⁹ Entretanto, ao se analisar os investimentos realizados entre 1966 e 1969, observa-se que o tópico expansão econômica, - englobando transportes, energia, comunicações, agropecuária e indústria - consumiu 77% dos investimentos. Sendo que o outro tópico, progresso social - educação, administração, saúde e saneamento, segurança, assistência e previdência, habitação e planejamento urbano - coube os 23% restantes.

Os dados acima indicam o quanto a intervenção - direta e indireta - do Estado foi significativa na economia catarinense, em meados dos anos 60. Mostrou-se que quase 80% dos recursos do governo estadual foram gastos, em setores diretamente vinculados com o suposto "desenvolvimento econômico", mas em última instância, objetivavam a superação da crise de acumulação privada

¹⁹⁹ - Expresso em SANTOS, Luciano João dos. Economia Catarinense: PLAMEG II, 1992, p. 02, em ensaio sobre o planejamento econômico estadual, para obter aprovação na disciplina "Economia Catarinense", do Curso de Ciências Econômicas da UFSC, 2o. semestre de 1992.

em Santa Catarina.

Um dos reflexos rapidamente percebidos no final dos anos 60, foi, o aumento de oferta de energia, oferecendo condições a uma ampliação da industrialização.

Para orientar os investimentos do Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (FUNDESC), houve a constituição do Grupo Executivo Industrial (GEI), que tinha como objetivo gerenciar o FUNDESC. A partir do PLAMEG II, incrementa-se a participação do governo federal nos investimentos em Santa Catarina, através de recursos para os programas do fundo.

O FUNDESC durante esse período passa por algumas modificações, tornando-se mais dinâmico, visando a industrialização catarinense. "Com relação a avaliação do Plano, podemos dizer, muito sucintamente, que dos 4 grandes objetivos (melhoria dos meios administrativos, valorização dos recursos humanos, expansão econômica e melhoria das condições sociais), pretendidos, O PLAMEG II apresentou resultados bastante expressivos no tocante aos auxílios à expansão industrial. Entre eles se sobrepõe o Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (FUNDESC), composto de recursos aportados das rendas estaduais e provenientes do aproveitamento dos incentivos fiscais criados pelo Estado, com o objetivo de ampliar o parque industrial catarinense por via da expansão das indústrias e da implantação de novas atividades industriais. Embora alterado, por dificuldades operacionais, seu objetivo original, que era o de servir de estímulo ao desenvolvimento de regiões menos desenvolvidas, o FUNDESC não deixou de ser o ponto alto da administração governamental nesse período, até hoje permanecendo como instrumento de grande influência no processo de expansão econômica do estado" (MATTOS, 1973: 322). O próprio MATTOS reconhece que o planejamento, via FUNDESC, acabou por concentrar a maioria dos recursos na "expansão econômica", desprezando o

quadro de dificuldades regionais, e ainda não revelando as desigualdades sociais.

Nesse período de acordo com os dados disponíveis,²⁰⁰ mais precisamente no ano de 1967, a renda interna, segundo os setores de atividade, era assim repartida: - Agricultura: 36,5%; - Indústria: 18,4%; - Serviços: 45,1%.

Analisa-se no âmbito do enriquecimento privado, neste período, uma das empresas que mais cresceu patrimonialmente em Santa Catarina, desde a sua fundação. A WEG fundada em 1961, teve desde o ano de sua fundação (1960) até 1986, uma inacreditável expansão patrimonial: 120.000%.²⁰¹ Desde que se instalou a WEG, manteve íntima relação com os agentes estatais. "E multiplicavam-se as viagens a Brasília, para obter junto ao Ministério da Indústria e do Comércio e ao Consider, a elevação de cotas para a WEG, a fim de que a empresa pudesse efetivamente atender à demanda do mercado por motores elétricos. Nestas viagens, era comum encontrar-se nos gabinetes de Brasília com outros empresários catarinenses, especialmente Wittich Freitag, da Consui, que tinha igualmente o mesmo problema de fornecimento de chapas de aço para a sua fábrica de geladeiras. em Joinville relembra Eugênio José da Silva" (TERNES, 1986: p. 55). Apesar de buscar reconhecer no empresário "empreendedor-inovador", a responsabilidade do enriquecimento do Grupo WEG, TERNES, embora de forma tangenciada menciona o auxílio estatal: "Os investimentos maciços que passam a ser realizados a partir de 1968, exigem além de todos os recursos da própria empresa, subsídios de órgãos financeiros do governo destinados à ampliação do parque industrial brasileiro. Destaca-se, neste momento, os

²⁰⁰ - MATTOS, Fernando Marcondes de. Santa Catarina: nova dimensão, Editora da UFSC, Florianópolis, 1973, Pg. 446, pp. 184.

²⁰¹ - Ver TERNES, Apolinário. 25 anos - História da WEG, Gráfica Meyer, S.A., Jaraguá do Sul, 1986, pg. 175, pp. 41 e 134.

financiamentos obtidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE" (Idem, ibidem, p. 58).

Também amplia seu patrimônio através do apoio estatal a exportações. Capta-se também o "perfeito relacionamento" com o Banco do Brasil, especialmente no contato com gerentes, diretores e mesmo um ex-presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Roberto Colin. "...então diretor administrativo do banco, que viria a presidir durante o mandato na presidência da República de João Figueiredo. Hoje Oswaldo R. Colin integra o Conselho de Administração da WEG" (Idem, ibidem, p. 76). Coincidência ou não, foi exatamente no último ano do governo do General Figueiredo, quando Colin, presidia o Banco do Brasil, que em apenas um ano a WEG aumenta seu patrimônio líquido em 137% (pois tinha em 1984= Cr\$ 210.395 e 1985= Cr\$ 499.622 [em Cr\$ 1.000] - valores atualizados pelo IGP).²⁰²

Um dos históricos representantes do empresariado catarinense no âmbito do aparelho do Estado, tanto catarinense, quanto em nível federal, é o atual vice-governador do estado, o Sr. Antônio Carlos Konder Reis. Também na WEG o vice-governador cumpre papel importante. "A mesma comenda - O motor elétrico - , pela segunda vez, é entregue em 1979, ao governador Antônio Carlos Konder Reis, que presentemente integra o Conselho de Administração da WEG...A proposta para diversificar os interesses da WEG para a área da alimentação surgiu da parte do ex-governador Antônio Carlos Konder Reis, membro do Conselho de Administração da WEG, que alertou sobre esta possibilidade, utilizando-se também dos incentivos fiscais do governo para o setor (idem, ibidem, p. iii e 125).

O próprio livro de TERNES, que narra a história da WEG, a

²⁰² - Fonte: TERNES, Apolinário. 25 anos - História da WEG, 1986, Jaraguá do Sul, Gráfica Meyer, pg. 175, p. 134.

partir da versão dos donos do capital. reconhece em diversas passagens como viu-se, que o Estado fez-se muito presente no processo de acumulação de capital da empresa. Entretanto, também na relação capital versus trabalho, verifica-se uma das bases da acumulação do Grupo WEG.

Entre 1981/84 a economia brasileira passou por um dos períodos mais recessivos de sua história. A WEG, teve dada a subjugação dos trabalhadores, condições de repassar aos mesmos boa parte de seus prejuízos. "Fruto de um relacionamento correto e de alto nível com todos os colaboradores, que sentiam os efeitos visíveis da recessão pelo volume de estoques que continuavam a crescer na empresa, a WEG não teve dificuldades para obter um amplo acordo reduzindo-se a jornada de trabalho em 25% e em menores e diferentes percentagens nos salários de todos os colaboradores, da presidência ao servente de serviços gerais, em momentos diferentes" (Idem, ibidem, p. 117). Observa-se pois que numa sociedade capitalista, onde a lógica é regida pelos lucros, a empresa repassou, se não na totalidade, mas pelo menos em parte, os prejuízos aos trabalhadores.

Entretanto, apesar da crise ocorrida na primeira metade dos anos 80, observa-se que o Grupo WEG continuou a ampliar seu patrimônio. Entre 1980 e 1984, verifica-se uma crescimento real do patrimônio líquido da WEG de 54%, portanto muito menor do que o verificado até então, embora significativo para a profunda crise de acumulação verificada naquele período²⁰³

203 - Em 1981 a WEG associa-se a uma empresa de Blumenau que fabrica transformadores, passando posteriormente a assumir o seu controle acionário integral, criando a WEG transformadores. A relevância de tal fato deve-se porque, a WEG Transformadores tem como maior comprador o Governo do Estado de Santa Catarina, através da CELESC. Na mesma lógica - encomendas estatais - expande-se a LUMINAR S.A., com sede em Tubarão, sul do estado, que de uma pequena empresa familiar, através das encomendas estatais, constitui-se numa das principais empresas (prestadora de serviços) do setor de material elétrico.

No que diz respeito as Rendas da Propriedade e do Trabalho, no setor de material elétrico, onde atua a WEG, observa-se uma significativa concentração de renda a favor do capital.

Entre os anos de 1960 e 1985, de acordo com os dados que dispõem-se, as Rendas do Trabalho, nunca ultrapassaram a faixa dos 23% (1980), chegando a corresponder a somente 13% em 1975. Na média, entre os anos supracitados, tem-se uma Renda do Trabalho, correspondente a somente 18%. Aos proprietários do capital coube ao longo da história da WEG em, média 82% de toda a produção de riquezas ao longo de sua história. Em outras palavras, para o ano de 1985, com uma produção de motores elétricos prevista para aproximadamente 1 milhão, coube aos "colaboradores", na forma de salários o correspondente a somente 180 mil motores, enquanto aos empresários "empreendedores e inovadores", apropriaram-se de 820 mil motores.²⁰⁴

O Grupo WEG em dezembro de 1991 era o 7o. grupo privado catarinense em patrimônio líquido declarado (116 milhões de dólares), correspondendo ao 109o. grupo privado brasileiro.

Verifica-se pois, que também no caso do Grupo WEG, a expansão patrimonial declarada é espantosa, superando em muitas vezes o crescimento da economia catarinense no período. Entretanto, localizar tal expansão em outras variáveis, excluindo das mesmas a atuação do agente estatal e a superexploração dos trabalhadores catarinenses, e neste caso de Jaraguá do Sul, de tal processo é tornar a análise limitada.

²⁰⁴ - Os números relativos a produção anual de motores da WEG, está expresso em TERNES, p. 133.

Capítulo 4 - PROJETO CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO (PCD) -
(1971-1975) - Governo Colombo Machado Sales (ARENA)

O Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD) é uma versão estadualizada do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) do governo Médici, cujas metas são, no entanto, mais audaciosas. Pretende tal plano, obter um crescimento do PIB em torno de 10 a 12%, enquanto a média nacional visa 9% a.a.. "No âmbito federal, o programa de Metas e Bases e no estadual, o Projeto Catarinense, foram concebidos exatamente para responderem aos desafios da iniciativa privada, facilitando-lhe cada vez mais os seus impetus de crescimento".²⁰⁵

O PCD constatava obstáculos ao desenvolvimento catarinense entre outros: a desintegração sócio-econômica, deficiência nos transportes, comunicações e crédito e especialmente a "Insuficiência das elites (desconhecimento da realidade em sua dimensão dinâmica; ausência de perspectiva, falta de grandeza, medo à renovação e à modernização das estruturas do poder político)" (Idem, ibidem, p. 05). Evidencia-se, portanto, mais uma vez o reconhecimento pela própria burguesia que dirigia e dirige até hoje em Santa Catarina, o aparelho do Estado - de sua incapacidade em garantir via ação própria a acumulação de capital no estado.

Definindo os entraves, o PCD objetivava: a modernização administrativa, integração estadual, modernização nos transportes

²⁰⁵ - Expresso em BERNES, Margarida. Governo Colombo Machado Sales - 1971-1975, 1992, p. 05, em ensaio sobre o planejamento econômico estadual, para obter aprovação na disciplina "Economia Catarinense", do Curso de Ciências Econômicas da UFSC, 2o. semestre de 1992.

e comunicações, consolidação do sistema energético, expansão industrial e a "Construção de sólido sistema financeiro e de assistência técnica aos três setores da economia" (idem, ibidem, p. 06). É durante o PCD que funda-se o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BADESC)²⁰⁶, a partir do FUNDESC.²⁰⁷ Criou-se também neste período, o Conselho de Desenvolvimento Industrial de Santa Catarina (CODISC), composto por técnicos do aparelho estatal catarinense e representantes das empresas privadas de Santa Catarina.

A finalidade do Sistema Financeiro Estadual, - industrialização - é demonstrada assim: "Além de suprir com crédito de médio e longo prazos as atividades prioritárias para o desenvolvimento catarinense, os organismos financeiros procuram dar orientação técnica, com vistas ao sucesso dos empreendimentos financiados...Para evidenciar o esforço de industrialização através de financiamentos, somente nos dois últimos anos ocorreram aplicações da ordem de Cr\$ 595.279.000,00 dos quais o sistema financeiro estadual alocou Cr\$ 376.657.000,00 (63%), na ampliação e modernização do setor secundário estadual".²⁰⁸

Destaca-se também no nível educacional, a preocupação em relação a formação de mão-de-obra técnica, para atender as

²⁰⁶ - "Existem várias maneiras de explicar o desenvolvimento de Santa Catarina. O BADESC é apenas a mais fácil delas", expresso em publicidade no jornal Diário Catarinense (especial), de 21.05.92.

²⁰⁷ - O Sistema Financeiro, significou, além da criação do BADESC, a constituição das seguintes sociedades: Sociedade de Crédito Imobiliário; Sociedade Corretora de Valores Mobiliários; Fundo de Investimento da Companhia Catarinense de Crédito, Financiamento e Investimento; Sociedade Distribuidora de Valores; Administração da Valores Mobiliários; Duplicação e modernização do BESC.

²⁰⁸ - Citado em: Governo do Estado de Santa Catarina. Vantagens Locacionais e Oportunidades Industriais, 1973, s/p.

demandas da indústria catarinense. "Segundo o projeto, o sistema de formação de recursos humanos deve extrapolar o sistema formal e entrar no campo de formação e treinamento da mão-de-obra. Em cooperação com empresas e os organismos especializados, o Estado implantará ou transformará os Colegios Técnicos Regionais em Centros de Treinamento Profissional, capazes de responderem com presteza, flexibilidade e eficiência às flutuações da demanda do mercado de trabalho" (Idem, ibidem, p. 10). Observa-se mais uma vez, que toda a lógica da ação do projeto é voltada ao atendimento das necessidades para a acumulação de capital privado.

O setor que obtém o maior volume de recursos é a agropecuária sendo que estes subdividiam-se em: crédito rural; cooperativismo, armazenagem e comercialização; bovinocultura; e, suinocultura. Objetiva-se com os investimentos neste setor a modernização rural.

O significado econômico do Projeto Catarinense de Desenvolvimento pode ser dimensionado a partir dos recursos investidos nos setores direta e indiretamente associados a acumulação de capital. Foram, durante o período de governo de Colombo Machado Sales, investidos na dinamização da economia, 81,0% (BERNS, 1992: 06) de todos os investimentos realizados pelos governo, assim discriminados:

| | |
|--|-------|
| -Desenvolvimento-Expansão e Modernização Industrial..... | 21,9% |
| -Telecomunicações..... | 3,8% |
| -Energia..... | 5,6% |
| -Transportes..... | 21,0% |
| -Agricultura..... | 22,7% |
| -Recursos Humanos e Tecnologia..... | 8,2% |

Os 19% restantes foram distribuídos entre a modernização administrativa, integração estadual, desenvolvimento micro-regional, saneamento, saúde pública, segurança e informação e

edificações.

No período em análise, com relação ao enriquecimento privado, verifica-se de acordo com os dados disponíveis para o ano de 1973, que já se encontram empresas catarinenses entre as 500 maiores do Brasil.²⁰⁰ Entre estas, Santa Catarina tem 8 empresas, totalizando um patrimônio líquido declarado, em valores atualizados para dezembro de 1991, de 122 milhões de dólares. As empresas que aparecem entre as quinhentas maiores do Brasil são:

| | | | | |
|---------------------|-------------|-----------------------|---|---|
| -Hansen..... | US\$ = 35,0 | de patrimônio líquido | | |
| -Tupy..... | US\$ = 27,0 | | " | " |
| -Hering..... | US\$ = 15,0 | | " | " |
| -Consul..... | US\$ = 13,0 | | " | " |
| -Carlos Renaux..... | US\$ = 9,0 | | " | " |
| -Teka..... | US\$ = 9,0 | | " | " |
| -Battistela..... | US\$ = 8,0 | | " | " |
| -Cremer..... | US\$ = 7,0 | | " | " |

Observa-se portanto que as empresas privadas catarinenses, depois de uma década de incentivos, subsídios e mesmo uma conjuntura nacional favorável, já despontam entre as maiores do Brasil.

No âmbito das rendas entretanto, curiosamente, dada a expansão da economia no período, entre os anos de 1970 e 1975, verifica-se uma significativa redução da participação das Rendas do Trabalho, na riqueza gerada. Em 1970 no Estado de Santa Catarina, os trabalhadores apropriavam-se (média dos setores), de 26% do Valor da Transformação Industrial do estado. Em 1975, tal participação reduziu-se para somente 19%, significando uma diminuição de 6% em somente 5 anos, da participação dos trabalhadores nos frutos da produção industrial catarinense.

200 - Fundação Getúlio Vargas. 500 Maiores, 1974.

Verifica-se que em 1973 a principal empresa catarinense é a Hansen, atuando preponderantemente no setor de produtos de matérias plásticas. Em 1991, o Grupo Hansen, já é o 4o. grupo privado de Santa Catarina e o 5to. do Brasil, com um patrimônio líquido de 232 milhões de dólares.²¹⁰

No setor de atuação do Grupo Hansen, é onde se verifica um dos índices de maior concentração da riqueza gerada em Santa Catarina. O setor de produtos de matérias plásticas, tem entre os anos de 1950 e 1985 as rendas do trabalho alcançam na média 14,5%, enquanto o capital se apropria sob a forma de juros, lucros e aluguéis de 85,5% da riqueza média gerada entre os anos supracitados.

No período em análise 1971-1975 é onde se observa, no setor de produtos de matérias plásticas, uma participação ainda menor das rendas do trabalho, na apropriação na riqueza gerada. Em 1970 as rendas do trabalho participam de somente 13% do valor da transformação industrial catarinense. Em 1975 a participação dos trabalhadores reduziu-se para 11%, do valor da riqueza gerada.

Capítulo 5 - "GOVERNAR é ENCURTAR DISTÂNCIAS" - 1975-1979 -
Governo Antônio Carlos Konder Reis (ARENA)

O período de governo em que o aparelho estatal catarinense, ficará sob o comando de Antônio Carlos Konder Reis (PDS),²¹¹ caracteriza-se entre outras, pela idêntidade e íntima relação com a ditadura militar. A condução da política econômica brasileira baseava-se no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), tendo o Gen. Ernesto Geisel como presidente da república. Desta forma a diretriz estadual entre 1975 e 1979, é uma adequação do II PND para a realidade catarinense.

O Plano de Governo de Antônio Carlos Konder Reis, identificava que o desenvolvimento econômico até aquele momento, em que pese, ações do governo (embora limitadas), tinha como determinantes básicas o "...dinamismo e imaginação dos empresários e pela formação ordeira e capacidade de trabalho do povo catarinense".²¹²

Entre as diretrizes básicas do governo de Konder Reis, destacam-se: a ampliação do sistema de transportes e comunicações; a unificação das políticas de crédito e financiamento; o ordenamento das aplicações do FUNDESC; a dinamização e racionalização da tecnologia; a manutenção de

²¹¹ - Atual Vice-Governador (ex-PDS, atual PPR) de Wilson Kleinübing (PFL), é um dos representantes mais ativos da oligarquia Ramos-Bornhausen em Santa Catarina.

²¹² - Expresso em ZANELLA, Felipe Tawerney Favero. Governo Konder Reis - 1975/1979, 1992, p. 04, em ensaio sobre o planejamento econômico estadual, para obter aprovação na disciplina "Economia Catarinense", do Curso de Ciências Econômicas da UFSC, 2o. semestre de 1992.

estoques reguladores; as políticas regionais de desenvolvimento; a formação e aprimoramento de mão-de-obra; a ampliação da distribuição de energia elétrica. Ressalte-se aqui especialmente o setor de crédito, que tinha como objetivo, expresso claramente no II PND "...a criação de grandes empresas, através da política de fusões e incorporações - na indústria, na infra-estrutura, na comercialização urbana, no sistema financeiro (inclusive area imobiliária) ou a formação de conglomerados financeiros, ou industriais financeiros" (ZANELLA, 1972: 05). Portanto, a ação do estado caracteriza-se, entre outras, por uma política de centralização do capital, desmitificando as bases do denominado "modelo catarinense de desenvolvimento", cuja característica básica é o enaltecimento ao pequeno e médio produtor.

Destaca-se neste período a ação do CEAG e BADESC, onde o primeiro realizava os estudos setoriais/perfis industriais, de viabilidade econômica, e o segundo financiava os investimentos nos setores considerados rentáveis. São evidenciados como tais os setores: metal mecânico, têxtil, óleos vegetais e frigorificação e derivados, cerâmica de revestimento, louças e cristais, indústria de mobiliário, indústria de papel e papelão e indústria química.

Quanto a ação do BADESC, ZANELLA destaca: "Após a posse do Sr. Arlindo Plínio de Ness, comandante do grupo Chapeco e pessoa de enorme influência política e econômica em todo o Oeste, na presidência do BADESC, a participação da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC), nos recursos liberados, aumentou significativamente" (Idem, ibidem, p. 21). Destaca-se portanto, o uso sem os tão propalados critérios técnicos para a distribuição dos recursos, financiados pela sociedade catarinense, por parte do presidente do BADESC.

Embora sem a quantificação setorial das inversões realizadas

durante o período de governo de Antônio Carlos Konder Reis,²¹³ identifica-se a continuidade da tendência anterior por parte do agente estatal, na sustentação da acumulação de capital.

É durante o governo de Antônio Carlos Konder Reis, que se substitui o FUNDESC pelo PROCAPE²¹⁴ bem como institui-se o "Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico (CEDE), instituído pela lei 5089, de 30 de abril de 1975, como órgão de assessoramento superior tem como principal finalidade assessorar o governador na formulação da política econômica, e, em especial, na coordenação das atividades das secretarias integrantes da área econômica, segundo a orientação geral definida no Plano de Governo".²¹⁵

No âmbito do enriquecimento privado, destaca-se neste período, a significativa expansão nos anos 70, das empresas catarinenses que atuam no setor de produtos alimentares, especialmente a Sadia, Perdigão, Chapecó e Ceval (Hering). As empresas que atuam neste setor, apresentam entre os anos de 1971/1981 um dos maiores índices de crescimento entre as empresas catarinenses. As principais empresas do setor crescem, em apenas 10 anos, juntas 6.000%. A Sadia teve uma evolução patrimonial declarada entre 1971/81 970%, a Perdigão de 2.220%, a

²¹³ - A partir do Governo de Antônio Carlos Konder Reis, as informações quantitativas, com relação aos investimentos setoriais do governo, deixam de ser fornecidas de forma sistemática, daí a impossibilidade de precisar-se os gastos governamentais em níveis de secretarias ou mesmo de prioridades.

²¹⁴ - O FUNDESC é substituído pelo PROCAPE, "Após a proibição do FUNDESC pela lei federal complementar No. 24/75, que impedia a manutenção ou criação de incentivos com base no ICM, o fundo foi transformado no sistema PROCAPE. Como a lei resguardava direitos incorporados, o PROCAPE administrou e garantiu a realização dos projetos em andamento ou aprovados pelo FUNDESC até 1975" (GIESE, 1991: 90).

²¹⁵ - Mensagem ao Poder Legislativo, 1976, pg. 57.

Chapecó de 1.300% e a Ceval de aproximadamente 1.500%.

Em dezembro de 1991, os três grupos (Sadia, Perdigão, Chapecó) e a Ceval, detinham um patrimônio líquido declarado de aproximadamente 1 bilhão e trezentos milhões de dólares.²¹⁶

No setor de produtos alimentares, se constata também intensa superexploração do trabalho, embora de forma ampliada, na medida que a mesma atinge tanto os produtores integrados,²¹⁷ bem como os trabalhadores que atuam diretamente na produção industrial interna à empresa. As rendas dos trabalho entre 1950 e 1985, corresponderam a somente 14%. Em média os proprietários do capital apropriaram-se de 86% de toda a riqueza gerada no setor de produtos alimentares desde 1950. Apesar da apropriação média (1950/85) ser de 14%, observa-se que os trabalhadores vem historicamente, reduzindo a sua participação na riqueza social gerada. Em 1960 as rendas do trabalho correspondiam 18% do valor da transformação industrial do setor produtor de alimentos do Estado de Santa Catarina. Em 1975 a parte apropriada pelos trabalhadores reduziu-se para somente 12% do valor da riqueza gerada. Em 1985 os trabalhadores participaram ainda menos da

216 - Gazeta Mercantil. Balanco Anual 1991.

217 - São famílias que dada a pequena propriedade agrícola, e as dificuldades de reprodução na mesma, subordinam-se as empresas agroindustriais. Tal relação faz com que em Santa Catarina, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADs), verifique-se o maior índice relativo no Brasil, de pessoas que trabalham e não recebem rendimentos. Tal pesquisa, considera somente, como recebendo rendimentos nas famílias que participam do sistema integrado, uma pessoa (dada a baixa remuneração paga aos produtores integrados), enquanto geralmente toda a família atua na produção integrada. A PNADs (IBGE) de 1990, aponta que no Estado de Santa Catarina, havia das três milhões e quinhentas mil pessoas "de 10 anos ou mais", um milhão e quinhentas mil pessoas sem rendimento (inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios), das quais setecentos e vinte mil pessoas do meio rural. Portanto, em 1990 aproximadamente 42% das pessoas de 10 anos ou mais, trabalhavam e não recebiam qualquer remuneração ou somente benefícios.

apropriação sob a forma de salários, retiradas e outras remunerações, de toda a riqueza nova criada pelo setor neste ano, coube aos trabalhadores somente 10%. Tal processo somente ilustra a profunda superexploração ao qual estão submetidos os trabalhadores catarinenses, neste caso os do setor produtor de alimentos.

No que diz respeito as relações dessas empresas com o aparelho estatal estadual e federal, constata-se um estreito vínculo entre a evolução patrimonial das mesmas com o Estado. De acordo com VERGARA,²¹⁸ o setor mais beneficiado com os financiamentos do BRDE entre 1962 e 1982, foi o da indústria alimentar, com 19% de todos o financiamentos liberados pela instituição no período. Ainda com relação aos incentivos recebidos pelas empresas do setor, GIESE,²¹⁹ evidencia o intenso uso dos mecanismos estatais, para ampliar o enriquecimento privado das empresas supracitadas. "Durante a mesma década de 70, o poder estadual ofereceu aos industriais empréstimos e créditos subsidiados e facilitados no recolhimento de impostos devidos, ou mesmo a sua isenção. Neste período o ramo industrial que mais se beneficiou destas ações governamentais foi o dos produtos alimentares. A instalação de novas empresas (por exemplo a Sadia Avícola Chapecó) foi financiada através de fundos estaduais como o FUNDESC/PROCAPE, permitindo também o reequipamento das fábricas já existentes" (GIESE, 1991: 126).

Os mecanismos de auxílio estatal para o setor de produtos alimentares, são diversos: crédito direto e indireto, subsídios,

²¹⁸ - VERGARA, René Raúl Rodriguez. O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e a Geração de Empregos no Estado de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, UFSC, 1985, pg. 98.

²¹⁹ - GIESE, Barbara. A Atuação Política do Empresariado Catarinense dos Ramos Têxtil e Agroindustrial: demandas e canais de influência (1970-1985), Dissertação de Mestrado, UFSC, Mimeografado, 1991, pg. 149.

infra-estrutura (acesso aos pequenos produtores), educação (formação de técnicos para as empresas agroindustriais), incentivos a exportação e outros.

O setor agroindustrial catarinense destaca-se também, por ter ao longo de sua história representantes diretos no governo estadual. Na primeira parte desta dissertação, já demonstramos tal inserção, especificamente no caso do Sr. Atilio Fontana, fundador do Grupo Sadia, que atuou na empresa somente 2 anos, sendo o restante de sua vida "dedicada", a atuação política, de vereador a vice-governador.

Entretanto, outros casos podem ser ilustrativos da participação direta de empresários do setor produtor de alimentos, tais como: Plínio A. de Nes (Grupo Chapecó) foi Secretário do Oeste de Santa Catarina no período de governo de Colombo Machado Sales e presidente do BADESC, entre 1976 e 1979; Vitor Fontana (Grupo Sadia), Secretário da Agricultura no governo de Antônio Carlos Konder Reis e vice-governador de Espiridião Amin Helou Filho; Ivan Oreste Bonato (Grupo Perdigão), foi Secretário da Fazenda no governo de Antônio Carlos Konder Reis.

Do Grupo Hering (Ceval), não se identifica representação direta da família Hering, no aparelho estatal catarinense. entretanto, a intervenção estatal foi um dos fatores determinantes da significativa acumulação do Grupo Hering, notadamente no caso da Ceval, empresa criada a partir dos incentivos governamentais estaduais e federais, solicitados a partir da realização dos diagnósticos setoriais.==

As empresas deste setor, apesar da profunda crise do Estado

220 - CEAG/SC - CEBRAE - BRDE - SIC - CODESUL - PROCAPE. A Indústria da Soja em Santa Catarina: análise técnico-econômica. Florianópolis, 1976, pg. 55.

brasileiro, continuam a se beneficiar com incentivos e subsídios, para ampliar seus domínios patrimoniais. "O BNDES aprovou o financiamento de US\$ 12,3 milhões para a Frigobrás - empresa do Grupo Sadia, destinado à compra de um complexo industrial composto por uma fábrica de processamento e refino de grãos de soja e três unidades de armazenamento, em Mato Grosso do Sul. Sua aquisição permitirá ao Grupo Sadia aumentar em 37% sua capacidade de esmagamento de soja. O financiamento do BNDES corresponde a 60% do investimento total do projeto".²²¹

Nos próximos períodos a serem analisados, dadas as mudanças e dificuldades de acesso às contas governamentais, os planos de governo, não serão quantitativamente dimensionados, fazendo-se somente menção aos aspectos gerais dos mesmos, em suas características básicas.

²²¹ - Gazeta Mercantil. BNDES Financia Aquisição de uma Fábrica a Sadia, 06.11.1992.

Capítulo 6 - PLANO DE AÇÃO - 1979-1983 - Governo Jorge Konder Bornhausen (PDS)

Pelo menos enquanto proposição, o plano de governo de Bornhausen indicava a necessidade de uma menor intervenção do Estado na economia, permitindo que leis de mercado regessem as relações econômicas. "...a ação governamental estará decidida e diretamente preocupada com o desenvolvimento de Santa Catarina, significando o fortalecimento de uma economia de mercado...o governo será assim juntamente com o mercado um agente alocador de recursos (G.A.), preocupado contudo, com outros critérios alocativos, que não apenas o econômico...".²²² Portanto, pelo menos em tese, o agente estatal deveria reduzir sua ação direta, permitindo ao mercado, uma maior manifestação de suas leis reguladoras.

As diretrizes básicas deste plano dirigiam-se a três segmentos básicos de atuação: Campo Psico-Social; Campo Econômico; e, Organização Administrativa e Planejamento.

No primeiro, seriam concentrados os seguintes setores: Educação, Habitação, Saúde, e Saneamento, Segurança e Trabalho.

No segundo, as ações voltariam-se para a agricultura, a indústria e o comércio, com destaque para o fornecimento de incentivos às agro-indústrias e aos empréstimos de apoio e concessão de estímulo especial às indústrias básicas. Comunicações, energia, recursos naturais e transportes.

222 - Citado em Secretaria do Planejamento e Fazenda/Gerência de Programação, Acompanhamento e Controle (GEPAC). Industrialização em Santa Catarina, do Ponto de Vista do Planejamento Governamental, 1992, p. 06.

Com relação a organização administrativa e planejamento, o plano de governo destacava a necessidade de uma administração organizada, o desenvolvimento regional e o desenvolvimento com a proteção ao meio ambiente.

Estes eram o elenco de propostas e objetivos para os múltiplos aspectos da realidade catarinense, que o "Plano de Ação" do governo Jorge K. Bornhausen propunha para a sociedade catarinense.

No tocante a indústria, cabe ainda destacar a clara opção governamental em apoiar os investimentos industriais dinâmicos, objetivando segundo a análise do GEPAC, "...além da mudança da estrutura da indústria e melhoria da produtividade, criar novas fontes de emprego. Importante, também, será a diminuição consequente das relações de dependência com outros centros desenvolvidos fazendo, por fim, com que o setor industrial sofra um crescimento em bloco, autônomo e auto-sustentado" (idem, ibidem, p. 07).

O PROCAPE, seria o principal instrumento de apoio às empresas, "Quanto às aplicações em capital de risco, vê o governo, no PROCAPE, agente promotor do desenvolvimento, cujo desempenho é de especial magnitude" (idem, ibidem, p. 07).

Entre outros, um dos aspectos mais marcantes do período de governo em análise, foi o intenso uso do aparelho estatal catarinense, para garantir a continuidade das oligarquias catarinenses, no poder político estadual. Jorge Konder Bornhausen e seu sucessor,²²³ utilizaram de múltiplos mecanismos para eleger Esperidião Amin Governador do Estado de Santa Catarina,

223 - O Governador Jorge K. Bornhausen, renunciou para concorrer, nas eleições de 1982 ao Senado Federal, assumindo em seu lugar o vice-governador, Henrique Córdova.

nas eleições de 1982. "Atraves da análise dos relatórios do Tribunal de Contas do Estado, por exemplo, percebemos a anotação de série de distorções na aplicação do orçamento governamental, ao que tudo indica, também podem estar relacionadas com o período eleitoral: contratação de servidores sem concurso, verbos em grande número para divulgação de atos do governo acima dos limites permitidos por lei, como subvenção para a manutenção de empresas privadas etc. Some-se a isto, e talvez o fato que ceixe mais claro este sintoma, a declaração do então governador Henrique Córdova ao assumir o governo catarinense, que não se portaria no governo como magistrado (G.A.), no que se referia ao pleito. Tal fato, é ainda mais relevante em função de suas posteriores declarações sobre o uso de dinheiro público para favorecer indiretamente (G.A.) a candidatura oficial. Além disso é provável ter havido igualmente a utilização para fins eleitorais de três importantes organismos estatais: Secretaria Extraordinária de Comunicação Social, Secom; Banco do Estado de Santa Catarina, BESC; e Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas, Procape".²²⁴

Como já se verificou em outras ilustrações, o período de 1971-1981, é onde ocorre a maior expansão relativa dos patrimônios empresariais privados de Santa Catarina, entretanto no governo de Jorge Konder Bornhausen (1979-1983), o Grupo Empresarial Usati/Portobelo, expande sobremaneira seus patrimônios.

Entre 1971-1981, a Usati/Portobelo, cresceu patrimonialmente

224 - AGUIAR, Itamar. As Eleições de 1982 para Governador em Santa Catarina: táticas e estratégias das elites no confronto com as oposições, Dissertação de Mestrado, UFSC, Mimeografado, Florianópolis, 1991, pg. 312, p. 128-129.

de acordo com CUNHA,²²⁵ 3.700%, sendo o grupo catarinense que mais cresceu no período. Da análise da evolução histórica da empresa, depreende-se que é exatamente a partir de 1979, que tal grupo amplia substancialmente sua área de atuação, até então limitada ao plantio de cana e refinaria de açúcar.²²⁶ Em 1979 o Grupo Usati/Portobelo, passa a atuar também no setor cerâmico, com constantes ampliações do parque produtivo. Instalações de fábricas, caldeiras, fornos e outros, são uma constante a partir de então. A diversificação atinge também, o setor alimentício (Portobelo Agropecuária), sendo que na década de 1980, continua a ampliação no setor cerâmico e outros.

O Grupo Usati/Portobelo, aparece algumas vezes como beneficiário do PROCAPE, entre 1978 e 1983. Além é claro de beneficiar-se do crédito rural do Banco do Brasil, bem como dos incentivos a exportação, através do FINEX (financiamento a exportação), que a maioria dos grandes grupos catarinenses se beneficiam.

O espantoso crescimento patrimonial declarado, do Grupo

225 - CUNHA, Idaulo José. O Salto da Indústria Catarinense: um exemplo para o Brasil, Editora Paralelo 27, Florianópolis, 1993, pg. 295, p. 235.

226 - No primeiro semestre de 1984, a imprensa catarinense, especialmente o "Jornal de Santa Catarina", noticiou a existência de trabalho escravo mantido pela Usati. Representantes da empresa procuravam nas cadeias do interior do Paraná, presos indigentes, que não podiam pagar fiança pelos delitos cometidos, assumindo a empresa tal custo, obtendo em contrapartida a liberdade dos presos, que passavam a ter débitos com a mesma. Para saldar tais débitos, os ex-presos submetiam-se as determinações da empresa, isto é, passavam a trabalhar para ela. Entretanto, as condições de trabalho e os salários eram determinados pelo empresa, que fornecia aos trabalhadores alimentação, vestuário e moradia (barracas de lona no meio dos canaviais) com preços exorbitantes e de aquisição obrigatória. Enfim, os ex-presos trabalhavam o mês todo, e ao final do período, dada as dívidas com a reprodução da vida, recebiam salários que não permitiam cobri-las totalmente, razão pela qual continuavam se subordinando a Usati.

Usati/Portobelo, verifica-se através da análise patrimonial de 1971 à 1989 onde se constata uma evolução de 8.700%.

No que diz respeito ao relação capital versus trabalho nos setores de atuação do Grupo Usati/Portobelo (alimentar e cerâmico), já analisou-se nos períodos de governo anteriores a profunda concentração de renda.

Capítulo 7 - "CARTA DOS CATARINENSES" - 1983-1987 - Governo Esperidião Amin (PDS)

O programa de governo de Esperidião Amin, apesar de afirmar a "Prioridade aos Pequenos", dará continuidade, tal como nos anteriores ao incessante impulso a acumulação privada de capital.

Em sua "Carta dos Catarinenses", o compromisso expresso era de fortalecer a empresa catarinense. Os mecanismos para tal objetivo foram as isenções de ICM, juntamente com a ação direcionada do Sistema Financeiro Estadual. No período de governo em análise, os créditos à iniciativa privada catarinense totalizaram 1 bilhão de dólares.

No item relativo ao auxílio estatal aos agentes privados, observou-se uma intensa política de incentivos às exportações, estas atingiram a média anual de 1 bilhão de dólares.

Ao analisar a situação do setor secundário, no período de governo de Amin, TURNES,²²⁷ afirma: "Quanto ao setor industrial, os níveis de expansão foram bastante significativos. A indústria extrativa mineral apresentou acréscimos de 8,16%, a de transformação 15,36%, a da construção civil 4,99%...o crescimento observado foi sustentado pelo mercado interno, motivado pela recuperação da economia iniciada ao final de 1984 e fortalecida ao longo de 85, que proporcionou ganhos reais de salário, elevando a renda pessoal disponível e ativando a demanda

227 - Expresso em TURNES, Andréia. Governo Esperidião Amin - 1983/1987, 1992, p. 02, em ensaio sobre o planejamento econômico estadual, para obter a aprovação na disciplina "Economia Catarinense", Curso de Ciências Econômicas da UFSC, 2o. semestre de 1992.

doméstica pelos diversos bens de consumo".

A "Carta dos Catarinenses", com a chamada "prioridades aos pequenos", é estudada intensivamente por AURAS,²²⁸ especialmente no capítulo 7, "A Presença Política dos Trabalhadores Obriga as Forças Oligarcas a Percebê-los: Esperidião Amin e sua Opção pelos Pequenos", onde destaca a autora: "Após mais de uma década de governantes nomeados por Brasília, foi resgatado, no início dos anos 80, com todos os casuismos (G.A.), o direito às eleições diretas para a escolha do governador do Estado. Enfim, em 1982, os detentores do poder tiveram que se submeter ao chneiro do povo (G.A.), percorrer cidades e interiores, lançar mão de todo o seu arsenal coercitivo e persuasório, usar o aparelho governamental e o dinheiro público como grandes cabos eleitorais na campanha do candidato da situação. Este candidato tinha que ser, a qualquer custo, referendado pelas urnas, para que não ocorressem descontinuidades nas políticas de favorecimento aos grandes beneficiários do modelo econômico concentrador de rendas" (AURAS, 1991: 300-301).

A autora demonstra que apesar do discurso voltar-se aos pequenos, as ações governamentais continuaram a favorecer os grandes grupos empresariais de Santa Catarina, e que apesar das forças políticas catarinenses terem rivalidades entre si, "Todas são, no entanto (e nisso são coesas), ferrenhas defensoras das virtudes da iniciativa privada" (Idem, ibidem, p. 303).

Houve ao longo do período de governo de Esperidião Amin/Victor Fontana (Grupo Sadia), uma ação efetiva para dar continuidade ao enriquecimento privado em Santa Catarina. "Em um contexto histórico de forte concentração do poder econômico e do

²²⁸ - AURAS, Marli. Poder Oligárquico Catarinense: da guerra aos "fanáticos" do Contestado à "Opção pelos Pequenos", Tese de Doutorado, PUC/SP, Mimeografado, São Paulo, 1991, pg. 415.

poder político, a opção pelos pequenos (G.A.) não é apenas uma hábil peça de marketing político, a alcançar, pela televisão, cada uma das milhares de desassistidas famílias catarinenses, em tempos de abertura (G.A.) do Estado Autoritário. Tal opção (G.A.) se, por um lado, é constrangida a reconhecer a presença do outro, ainda que de modo bastante difusa, e comprometer-se publicamente com o atendimento de suas carências - o que, por contradição, abre flancos para que os movimentos populares avancem e desmitifiquem a estratégia da tutela governamental sobre eles -, por outro lado, dada a continuidade do modelo econômico concentrador de rendas, oligopolizado, o investimento financeiro no pequeno (G.A.) tem fortes chances de fazer crescer, ainda mais, a riqueza dos grandes. Nas franjas do grande capital pode proliferar a economia dos pequenos (G.A.), como um apêndice que poderá ser extirpado pelos grandes a qualquer momento, se for o caso. Que cooperativa de pequenos e pobres produtores rurais pode ameaçar o poder econômico da Sadia? A concepção de mundo difundida pelo aparelho governamental, acena, para os pequenos (G.A.), com a possibilidade de que, através de seu trabalho e da ação mediadora do Estado, tornem-se grandes. Tal concepção busca reproduzir a desigualdade econômico-social, explorando, cada vez mais, o sobretrabalho dos subalternos" (Idem, ibidem, p. 315-316).

Uma ilustração da continuidade da intervenção do governo estadual catarinense, em busca da ampliação da acumulação de capital, verifica-se com o aumento da dívida pública do Governo do Estado de Santa Catarina. Em 1970 a dívida do governo estadual era de US\$ 7,5 milhões de dólares, em 1982 havia aumentado para 598 milhões, aumentando em 8.000%, em apenas 12 anos. Ao término do governo de Esperidião Amin/Victor Fontana, a dívida pública havia aumentado oficialmente para 791 milhões de dólares.²²⁹

229 - O Governo de Pedro Ivo Campos/Casildo Maldaner, que sucedeu ao governo Amin, afirmou em meados de 1988, que a dívida pública catarinense deixada por Amin, era de 1 bilhão de dólares, o que corresponderia a um aumento de 67%.

Capítulo 8 - "RUMO A NOVA SOCIEDADE CATARINENSE" - 1987-1991
Governo Pedro Ivo Campos e Casildo Maldaner (PMDB)

O governo de Pedro Ivo Campos/Casildo Maldaner (PMDB), apesar de pertencer a um partido oposicionista às forças oligárquicas catarinenses, não alterou a lógica do enriquecimento privado em Santa Catarina. Mesmo por que o Coronel Pedro Ivo Campos, era originário dos setores mais conservadores do PMDB, logo não representando maiores problemas para os grandes grupos catarinenses.

O governo do PMDB buscou ao longo dos quatro anos de mandato a recuperação econômica financeira do governo estadual, com destaque para o saneamento do Sistema Financeiro Estadual (BESC, BADESC e BRDE), tendo os dois primeiros sofrido intervenção do Banco Central. "Pela primeira e única vez em sua história, o BESC, no final de 1986 início de 1987 esteve em situação pré-falimentar, consequência da política financeira desastrosa e pouco responsável que precedeu à instalação do Governo Pedro Ivo/Casildo Maldaner, aliada a uma política de terra arrasada (G.A.) praticada nos últimos meses anteriores a transferência do Poder Executivo ao governo democrático e majoritariamente eleito pela legenda do PMDB .???"

A preocupação inicial do governo foi sanear o endividamento do governo estadual e do Sistema Financeiro de Santa Catarina, a partir especialmente do arrocho salarial do funcionalismo público estadual, na medida em que os gastos com pessoal, corresponderam

230 - Secretaria da Fazenda. 4 Anos de Administração Financeira 1987-1990, Governo Pedro Ivo/Casildo Maldaner, Florianópolis, 1991, pg. 121, p. 03.

em média (1987-1990) 51% das despesas públicas catarinenses no período. A busca do saneamento das finanças públicas, através do achatamento salarial dos funcionários públicos estaduais, fez com que durante o governo do PMDB, ocorressem greves do funcionalismo estadual, impondo significativo desgaste político ao governo do estado.

A luta dos trabalhadores estaduais, contra as tentativas de arrocho salarial podem ser expressas pelas contas do governo no período: as despesas com pessoal (Secretaria da Administração e Planejamento) corresponderam em 1987 a 25,6%; 1988 foram reduzidas para 18,2%; 1989 após muitas lutas dos trabalhadores aumentaram para 38,7%; e 1990 permaneceram no mesmo nível do ano anterior.

É fundamental captar que o governo PMDB, em nada se diferenciando dos governos anteriores, não buscou com suas políticas econômicas alterar o modelo de desenvolvimento, existente até então, ao contrário deu continuidade a um desenvolvimento concentrador de rendas, onde os trabalhadores catarinenses, anualmente tinham sua participação na riqueza gerada cada vez mais reduzida. Tal lógica pode ser entendida, também na medida que o PMDB governou mesmo durante a ditadura militar as principais cidades industriais de Santa Catarina, especialmente Blumenau e Joinville, sendo portanto um dos responsáveis pela lógica do enriquecimento privado catarinense nos padrões vigentes até os dias de hoje.

A continuidade da lógica da acumulação concentradora e excludente, mesmo no governo do PMDB, pode ser ilustrada pelo volume de financiamentos concedidos pelo BADESC. "...as aplicações do BADESC, por Fonte de Recursos, no atual Governo, caracterizando a injeção de recursos a economia catarinense, no montante de 163,0 milhões de BTNs, que equivalem atualmente a um valor superior a Cr\$ 23 bilhões, sendo que o BNDES, a principal

fonte de recursos foi responsável por 93% dos recursos aplicados...".²³¹ Esse valor em dólares corresponde a aproximadamente 200 milhões de dólares, em valores de dezembro de 1992.

Para os incentivos as empresas catarinenses, o governo estadual instituiu o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), através da Lei Estadual No. 7.320 de 08 de junho de 1988, que "...se constitui em um instrumento de política industrial para Santa Catarina, capaz de fortalecer a atual estrutura empresarial existente e oferecer novas oportunidades de investimentos a empresários locais e externos".²³² O PRODEC financiava até 70% dos investimentos fixos dos projetos, por um prazo de até cinco anos, com os incentivos variando de 30 a 75% do ICMS recolhido pela empresa.

Finalmente, é importante captar que durante o Governo de Pedro Ivo Campos/Casildo Maldaner, a atuação governamental no âmbito das suas relações com o capital privado catarinense, não alterou a sua lógica, ao contrário, apesar de ser um governo oposicionista as oligarquias catarinenses, continuou a manter e ampliar o enriquecimento privado em Santa Catarina, baseado na intensa intervenção do Estado.

²³¹ - Secretaria Da Fazenda. 4 Anos de Administração Financeira 1987-1990, Governo Pedro Ivo/Casildo Maldaner, Florianópolis, 1991, pg. 121, p. 86.

²³² - Secretaria de Estado da Indústria do Comércio e do Turismo. Manual de Instruções - PRODEC-Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense, Governo do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, s/d, s/p.

Capítulo 9 - "PLANO SIM" - 1991-1994 - Governo Wilson Kleinübing
(PFL)

De acordo com a "Gazeta Mercantil",²³³ o governo Kleinübing têm três programas de incentivos às empresas catarinenses; são eles: o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC); Programa de Modernização da Indústria Catarinense (PROMIC); e, Programa de Descentralização das Atividades Produtivas (PRODAP). Sendo que para estes programas, em junho de 1992, haviam solicitações para cem projetos, totalizando Cr\$ 2,28 trilhões.

Ainda na mesma edição do periódico com a manchete, "Por que a Brahma foi para Lages", o jornal afirma que as vantagens foram significativas: financiamento por parte do governo estadual, via conversão de ICMS, de US\$ 44 milhões, do total de 150 milhões de dólares; a prefeitura de Lages, concedeu um terreno de 1 milhão de metros quadrados, fez terraplanagem e acessos rodoviário. Enfim, de acordo com o programa, "a empresa poderá financiar até 75% do ICMS devido no primeiro ano de operação da fábrica, 70% no segundo, 60% no terceiro, 50% no quarto e 40% do quinto ao sétimo ano, observando-se, porém o limite de 50% do capital investido" (GM, 1992: 01). Portanto, vê-se que apesar de toda a precária crise de receitas, por parte do governo estadual, com o consequente arrocho salarial, decadência dos serviços públicos, tais como saúde e educação, aos agentes privados, toda a forma de benefícios é concedida, no sentido de financiar os grandes grupos privados, em detrimento da problemática social.

233 - Gazeta Mercantil, caderno especial relativo a "Incentivos Fiscais dos Estados", 04.06.92.

Apesar de estar ainda a quase dois anos do término do mandato, o governo do PFL, de Wilson Kleinubing mantém a mesma lógica dos governos anteriores, com intenso incentivo ao empresariado catarinense. Eis um exemplo:

A ida de empresários a famosa Feira de Hannover, ocorrida no mês de abril de 1993, foi financiada quase na totalidade pelo BADESC. "...isso só foi possível devido ao apoio do Badesc, que abriu uma linha de 74 crédito. Rubens Clasen, diretor de planejamento e sistemas do Badesc, diz que o banco abriu uma linha de crédito de 240 mil dólares para financiar micro e pequenas empresas, que queiram participar de eventos para conhecer novos métodos de produção. O Badesc, com esta linha de crédito, quer facilitar a absorção de novas tecnologias por parte dos empresários catarinenses: para a feira de Hannover foram financiadas 60 empresas, num total de 140 mil dólares. Os restantes 100 mil dólares estão disponíveis para participação em outras feiras, que ajudem a qualificar o parque industrial de Santa Catarina. O prazo dos financiamentos é de até 24 meses e juros de 12% ao ano e mais a correção monetária".²³⁴

Apesar de, a partir do Governo de Jorge Konder Bornhausen (ex-PDS, atual PFL), as informações quantitativas, com relação aos gastos governamentais por área governamental serem mais difíceis de se obter, a lógica da atuação global dos governos continuou sendo a mesma, isto é, amplo apoio ao enriquecimento privado empresarial catarinense, tendo de outro lado o aprofundamento do empobrecimento social.

Tal lógica pode ser ilustrada pela posição internacional das empresas privadas de Santa Catarina, que se consolidaram mundialmente nos anos 80, enquanto o país como um todo e a grande maioria da população trabalhadora, ficou cada vez mais

234 - Jornal "Diário Catarinense", 22.04.93, p. 24-25.

empobrecida. A Fundação Tupy é (1993) a maior fundação independente da América Latina; a Consul é a líder latino-americana na produção de refrigeradores; a Dohler é uma das maiores indústrias têxteis do país; restando ainda a Sadia, Perdigão, Ceval, Hering, Cocrisa, Eliane, PCC, Portobelo, etc., todas empresas líderes nacionais e na maioria dos casos internacionais nos respectivos setores.

Entre os 300 maiores grupos econômicos do Brasil, em 1991, aparecem 17 com sede em Santa Catarina, sendo que os valores são relativos a dezembro de 1991, ~~200~~ tem-se:

| | | | |
|------------------------|-----------------------------------|---|-------|
| 01 - Grupo Hering..... | Patrimônio Líquido (US\$ milhões) | = | 593,8 |
| 02 - " Sadia | Patrimônio Líquido (US\$ milhões) | = | 412,4 |
| 03 - " Perdigão..... | " " " | = | 332,6 |
| 04 - " Hansen | " " " | = | 231,8 |
| 05 - " Eliane..... | " " " | = | 156,2 |
| 06 - " Tupy..... | " " " | = | 152,2 |
| 07 - " Weg..... | " " " | = | 116,0 |
| 08 - " Teka..... | " " " | = | 104,8 |
| 09 - " Chapecó..... | " " " | = | 88,5 |
| 10 - " V. Fraiburgo.. | " " " | = | 74,2 |
| 11 - " Artex..... | " " " | = | 69,2 |
| 12 - " Dohler..... | " " " | = | 64,6 |
| 13 - " Cremer..... | " " " | = | 59,7 |
| 14 - " Sulfabril..... | " " " | = | 41,8 |
| 15 - " Marisol..... | " " " | = | 34,8 |
| 16 - " Renaux..... | " " " | = | 21,9 |
| 17 - Grupo Wetzel..... | " " " | = | 14,6 |

Entre as maiores empresas temos:

| | | | |
|-----------------|-----------------------------------|---|-------|
| 1 - Consul..... | Patrimônio Líquido (US\$ milhões) | = | 205,8 |
|-----------------|-----------------------------------|---|-------|

235 - Fonte: Balanço Anual, Gazeta Mercantil, 1992.

| | | | | |
|--|---|---|---------|---------|
| 2 - Embraco..... | " | " | " | = 148,3 |
| 3 - Papel e Celulose Catarinense..... | " | " | " | = 125,8 |
| 4 - Cecrisa/Cesaca/ Eldorado/Portinari..... | " | " | = 129,0 | |
| 5 - Portobello..... | " | " | " | = 62,1 |

Finalmente, o patrimônio declarado dos maiores grupos e empresas catarinenses, perfazem em dezembro de 1991, a espantosa soma de US\$ 3.225.500.000,00 (Três bilhões, duzentos e vinte e cinco milhões e quinhentos mil dólares).

Numa rápida e superficial comparação da evolução patrimonial de 1973 (é a partir deste ano que há dados disponíveis) à 1991, 14 anos portanto, observa-se que:

- O Grupo Hering, aumentou seu patrimônio em 38 vezes;
- O Grupo Tupy, aumentou seu patrimônio em 4 vezes;
- Os grupos Sadia e Perdigão, sequer apareciam em 1973, entre as 500 maiores empresas (Conjuntura/FGV), sendo em 1991 o 2o. e 3o. grupo privado do Estado.

Por outro lado, contrariamente ao que dizem os defensores do chamado modelo catarinense de desenvolvimento, ao longo destas décadas a renda estadual cada vez está mais concentrada.

O artigo de MONTIBELLER,²³⁶ constata que a partir do Índice de Desenvolvimento Social (IDS), desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU), construído a partir de indicadores que envolvem: esperança de vida ao nascer, taxa de alfabetização, concentração de renda (coeficiente de Gini), e

236 - MONTIBELLER, Gilberto. Carência Social no Estado de Santa Catarina. Atualidade Econômica. Florianópolis. Departamento de Ciências Econômicas, Ed. da UFSC, Ano 5,(19):6-9, set.out., 1991.

outros, a maioria da população catarinense, encontra-se abaixo de países considerados pobres. "...com relação a renda per-capita o Estado de Santa Catarina (US\$ 3.035,00 - 1987) sobressai, superando todos os países considerados, inclusive a Coreia do Sul (US\$ 2.690,00 - 1987), apresentada quase sempre como o exemplo das potencialidades do capitalismo, e em até seis vezes os países mais pobres da lista (e não mais pobres do mundo, que não estão aqui considerados pois a preocupação foi relacionar apenas os que apresentam IDS superior a Santa Catarina). O outro lado da questão é, todavia, alarmante: o desenvolvimento social catarinense é inferior a quase todos os países da tabela, os quais, convém insistir, têm renda média muito inferior. Nações com renda seis vezes inferior apresentam-se socialmente superiores a Santa Catarina! O índice catarinense de 0,65 que resulta de uma taxa de alfabetização de 86,5%, esperança de vida de 72 anos e coeficiente de Gini 0,56 (numa escala que vai de zero a um) - revela-se no mesmo nível de países de reconhecidos problemas sociais como a Tunísia (0,63), El Salvador (0,68) e Filipinas (0,69); e ficamos incrivelmente distantes de sociedades latino-americanas como Chile (0,80), Peru (0,81) e Costa Rica (0,84)" (1991: 07-08).

Vê-se pois, que com base em estudos empíricos, Santa Catarina não pode servir como exemplo de distribuição de renda, condições sociais, e outras, como difundem as elites catarinenses. Estar acima do índice brasileiro (0,52) de IDS, não é muito para um estado que se pretende a "Europa" brasileira. Nesse sentido afirma o autor: "A estrutura de distribuição da renda, o grau de alfabetização e o nível geral de saúde (aqui medido pelo indicador Esperança de Vida ao Nascer) são o resultado, tanto das relações sociais de produção quanto da atuação dos Governos. Não basta produzir muito; importante é que o fruto da produção se espalhe pela sociedade como um todo" (MONTIBELLER, 1991: 09).

Aos trabalhadores catarinenses, sequer ao longo das últimas décadas ocorreu uma participação significativa nos aumentos de produtividade. Contrariamente ao que afirma o Dep. Federal e Economista do Partido dos Trabalhadores (SP), Alcizio Mercadante que, "O lucro pertence ao capital, e sua remuneração. Os aumentos de produtividade e os benefícios do desenvolvimento é que têm de ser repartidos entre os trabalhadores".²³⁷ TEIXEIRA,²³⁸ demonstra que entre 1950 e 1980, a relação entre aumento da produtividade e participação dos salários, na indústria da transformação de Santa Catarina, especialmente a partir de 1970, acabou privilegiando muito mais o enriquecimento privado, do que os aumentos salariais. Ilustra o autor: em 1970 a produtividade do trabalho foi, nas empresas com mais de 500 trabalhadores, 405,92 (em Cr\$ 1.000, inflacionados pelos IGP-DI médio de 1980 - F.G.V.) enquanto o salário médio é de 81,61, correspondente a somente 20% da produtividade. Em 1980 a produtividade foi de 873,53, enquanto o salário médio é de 109,52, o que corresponde a somente 12,5% da produtividade. "...principalmente a partir de 1970, a parcela de produtividade incorporada aos salários começa a decrescer, aumentando o grau de exploração do capital sobre os assalariados industriais..." (TEIXEIRA, 1985: 127). Portanto, em Santa Catarina, tal como no Brasil, com exceção de alguns setores, aos trabalhadores sequer foram socializados os ganhos de produtividade, de forma significativa.

Ainda quanto a repartição da renda em Santa Catarina, o que se verifica é uma melhor distribuição entre os salários, isto é, da riqueza gerada anualmente. A parte relativa as rendas do

237 - Em entrevista a revista "Exame", de 15 de maio de 1990, p. 42.

238 - TEIXEIRA, Olivio Alberto. O Grau de Monopólio e a Parcela Relativa dos Salários no Valor Agregado na Indústria - observações empíricas na indústria de transformação catarinense, 1985, Monografia do curso de Graduação em Ciências Econômicas da UFSC, pg. 182.

trabalho (RT), não são tão concentradas nas faixas salariais mais altas ²³⁹, entretanto como viu-se a questão mais significativa, a divisão entre rendas da propriedade e do trabalho, mantém os mesmos níveis de concentração que o país.

Portanto, eis a situação após quase quatro décadas de intensa intervenção estatal na economia catarinense: os grupos privados do estado consolidados mundialmente, buscando ampliar cada vez mais seus mercados; uma população socialmente empobrecida; um aparelho estatal endividado, esgotado financeiramente²⁴⁰, buscando oxigenar-se, para dar continuidade ao impulso desenvolvimentista; um de intenso arrocho

239 - Em Santa Catarina, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADs-IBGE), 1990, do total das pessoas ocupadas com 10 anos ou mais= 3.503.187 pessoas, tem-se: 103.205 (2,9%), recebendo até 0,5 salário mínimo; 432.073 (12,3%), recebendo mais de 0,5 a 2 salários mínimos; 320.404 (9%), recebendo mais de 2 a 3 salários mínimos; 400.492 (11,4%), recebendo de 3 a 5 salários mínimos; 268.793 (7,6%), recebendo de 5 a 10 salários mínimos; e 85.489 (2,4%) recebendo mais 20 salários mínimos; e 1.481.066 (42,2%), não recebendo rendimento algum, ou pessoas que receberam somente benefícios.

240 - Mais uma ilustração, da relação entre a ação estatal: enriquecimento privado versus empobrecimento social, refere-se as empresas devedoras de ICMS para o governo catarinense. A dívida das empresas catarinenses, para o Governo do Estado, somam (04.05.92), a fabulosa quantia de 150 milhões de dólares, o que daria para fazer 42.000 casas populares com 30m²; 16.000 salas de aula de 70m²; ou ainda, 4.500 postos de saúde, com equipamento médico e odontológico. Entre as empresas devedoras encontram-se: Metalúrgica Wetzell, Wetzell Tecnomecânica, Wetzell Fundação de Ferro; Kohlbach; Hering Brinquedos e Cristais Hering (Grupo Hering); Carrocerias Nielson; Cesaca Cerâmica e Cerâmica Portinari (Grupo Cecrisa); Carbonífera Metropolitana e CSN (Grupo Guglielmi); Artex Têxtil (Grupo Artex); Ferdigão Agroindustrial (Grupo Ferdigão); e Irmãos Tiskoski (empresa da família do Dep. Estadual Leodegar Tiskoski [ex-PDS, atual PPR], que ocupa a Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado de Santa Catarina). (Fonte: "Diário Catarinense", 30.05.93, pp. 34-37. Em 08 de junho de 1993, a "Coluna do SINTE" (Diário Catarinense, pg. 10), informa que o Deputado Nilson Nandi (PPR), deu entrada em projeto na Assembléia Legislativa, objetivando parcelar as dívidas supracitadas em oito anos.

salarial dos trabalhadores do serviço público estadual e uma crescente degradação dos serviços públicos. tais como, educação, saúde, habitação, transporte.

CONCLUSÃO

"Catarinenses lotam festa de Bornhausen: 700 pessoas vão a homenagem",²⁴¹ com essa manchete o referido periódico destacava a festa de homenagem a Jorge Konder Bornhausen, dada a sua convocação para participar do Governo do ex-Presidente Fernando Collor de Mello. "Quem fosse à casa do ministro Jorge Bornhausen na quinta-feira à noite - dia da sua posse na Secretaria de Governo - teria a sensação de que a República de Alagoas cedeu lugar à República de Santa Catarina... Õ happening, regado a Johnnye Walker oito anos e canapes, reuniu empresários, intelectuais e políticos. Não havia colegas de governo. Era uma festa catarinense. Nas rodas de conversa, só se ouvia elogios ao ministro" (F.S.P., 04.04.92). Essa é uma simples ilustração, de como se articulam as elites econômicas, políticas e intelectuais de Santa Catarina; onde internamente atribuem os problemas estaduais às ações (ou descon sideração) do governo federal e em Brasília esbanjam as benesses do poder. São essas mesmas elites, que dominam Santa Catarina, desde o seu processo de ocupação, impondo a população catarinense uma sutil, mas histórica dominação econômica, social e política.

Este domínio, aparentemente mais político que econômico, se estende a todas as esferas da sociedade catarinense, onde grandes empresários e históricos políticos de Santa Catarina, sempre mantiveram íntima relação com poder estadual e federal, apesar de, em geral, fazerem discursos contra o agente estatal. Tal relação, acabou por constituir um pequeno segmento de privilegiados pelos benefícios do poder, e uma ampla maioria da sociedade, com suas vida minoradas diariamente.

241 - Jornal Folha de São Paulo, 04 de abril de 1992.

Entende-se pois, que é neste contexto que deve ser analisada a sociedade catarinense, isto é, conflituosa, com um modelo concentrador de rendas, superexplorador do trabalho e onde apesar da propalada competência empresarial, o Estado teve papel fundamental na acumulação de capital.

Portanto, nesta dissertação se evidenciou num primeiro momento, a limitação em alguns casos mais ideológica do que analítica, das análises da economia política catarinense. Periféricos, Schumpeterianos, as Outras Contribuições e os Desenvolvimentistas, caracterizaram a economia e sociedade catarinense, de múltiplas formas, mas todas sem uma única exceção, não captaram no processo de acumulação de capital em Santa Catarina, a superexploração do trabalho e a intervenção estatal.

As duas variáveis supracitadas são captadas como fundamentais para compreender a atual situação econômica e social do estado, onde de um lado, se amplia significativamente os patrimônios privados dos grandes grupos econômicos (ideologicamente atribuído a competência empresarial) e de outro amplia-se o empobrecimento social catarinense (também ideologicamente, imputado a crise da economia nacional). Entretanto, se considera que a variável (enriquecimento) só pode ser explicada pelo seu oposto (empobrecimento), pois como afirma MARX: "Acumulação de riqueza num pólo é ao mesmo tempo acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no pólo oposto..." (O Capital, 1982: 749). No século XIX (1867), o autor de "O Capital", já captava em seu trabalho maior, a base do enriquecimento, sustentada não nas relações periféricas, na ação dos empresários empreendedores, na pequena produção mercantil, camponesa ou outras, mas sim na exploração do trabalho alheio, que conduziu a dicotomia enriquecimento-empobrecimento. Obviamente que em Santa Catarina, na medida em que se encontra no contexto capitalista

nacional e internacional. não seria diferente.

O empobrecimento social em Santa Catarina atinge segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de 1990, 21.3% da população catarinense (4,5 milhões de habitantes), isto é, a miséria atinge 963 mil pessoas. Apesar de Santa Catarina, ser o 5o. maior produtor de alimentos do Brasil, quase um milhão de catarinenses, têm uma renda, que lhes possibilita somente a aquisição de uma cesta básica por mês, isto é, Cr\$ 2 milhões e 18 mil cruzeiros.

Chapecó e Concórdia, cidades localizadas no Oeste, região de produção alimentar, têm ambas 23% (43.168 pessoas) da população na condição de indigentes. Joinville 10.7%; Blumenau 8,5%; Florianópolis 14%; Lages 28%; Criciúma 17% e Tubarão 20%. Vê-se pois, que em Santa Catarina, não ocorre, como muitos acreditam, a inexistência de miséria, mas a distribuição regional desta. Verifica-se que os indigentes catarinenses, são quantitativamente "bem" distribuídos pelas regiões do estado.²⁴²

Sustenta-se a crítica à economia política catarinense, no âmbito de suas análises, na exclusão da exploração do trabalho, relação fundamental da lógica capitalista e na omissão do papel histórico no capitalismo, especialmente na sua fase imperialista, que a intervenção estatal cumpre na acumulação.

Na primeira parte deste estudo, fez-se a revisão crítica da economia política catarinense, na segunda, se evidenciou a lógica da acumulação de capital em Santa Catarina, concentrando-se preponderantemente nos últimos 40 anos, sob a égide direta da intervenção do Estado.

242 - Maiores informações sobre a indigência em Santa Catarina, ver O Jornal Diário Catarinense, "A Fome em SC: 963 mil pessoas não têm o que comer", 13 de junho de 1993, pp. 28 a 37.

Assim, inicialmente realizou-se um estudo geral da evolução econômico-social de Santa Catarina, demarcando dois grandes períodos. O primeiro, da ocupação, até meados dos anos 50, onde a acumulação de capital ampliava-se preponderantemente sob responsabilidade dos agentes privados. Com a crise de acumulação, dos anos 50/60, a classe dominante catarinense, juntamente com a gaúcha e paranaense, se articulam e passam crescentemente a reivindicar a ação econômica do Estado, objetivando superar tal crise, configurando o segundo período.

Dada tal situação se analisou entre 1956 e 1992, os diversos planos de governo em seus aspectos básicos, evidenciando-se de um lado, a crescente intervenção estatal, seus mecanismos e instrumentos e de outro a ampliação patrimonial progressiva das inicialmente empresas e atualmente grandes grupos econômicos de Santa Catarina. Ilustrou-se, que enquanto o crescimento do PIB catarinense nos últimos 40 anos foi de 1.500%, o dos patrimônios privados (principais grupos) ficou em média acima dos 6.000%, tendo casos exorbitantes como o da WEG, que cresceu patrimonialmente em 25 anos de existência (1960-1985), 120.000%, crescimento sem parâmetros, inclusive na economia nacional. Por outro lado viu-se também, que em todos os ramos da economia catarinense, a participação dos trabalhadores no valor global da riqueza industrial gerada, vem se reduzindo substancialmente ao longo dos anos em análise, tendo segundo dados preliminares do IBGE, as rendas do trabalho reduzindo-se para 12% em 1990.

Em Santa Catarina, tal como no Brasil, a amplitude alcançada pelo enriquecimento privado, só pode ser explicada, através da intensa intervenção estatal a favor do capital bem como, da sistemática e ampliada superexploração do trabalho.

Viu-se também, que apesar de Santa Catarina não constituir-se num "modelo de desenvolvimento", na medida, em que pese as peculiaridades econômicas estaduais (6 regiões produtivas, sem

grandes concentrações urbanas, diversificação da produção). no essencial a lógica da acumulação capitalista, processa-se neste estado da mesma forma que em outros deste país. Entretanto, a burguesia catarinense e seus ideólogos, ainda tentam (vide último livro de CUNHA), fazer crer a sociedade catarinense e brasileira, que aquele estado, deveria ser um modelo de desenvolvimento para o Brasil. Para isso, desenvolveram as expressões "Modelo Catarinense de Desenvolvimento", que enaltece a capacidade empresarial e a disposição para a "luta" dos trabalhadores catarinenses, bem como, "Gente da Terra Catarinense", que quer destituir o estado de conflitos de classes, pois o que existe é a "gente catarinense", e não trabalhadores e capitalistas.

Portanto se a intervenção estatal e a superexploração do trabalho foram os sustentáculos da acumulação de capital em Santa Catarina até o momento, não significa que estão deixando ou deixarão de sê-lo. Os grupos empresariais catarinenses, através de sua entidade máxima, a FIESC, já dão mostras da reivindicação de uma alteração parcial na lógica de acumulação, até então voltada especialmente para o mercado interno, passando em definitivo a ampliar os seus mercados internacionais.

Oswaldo Moreira Doaut, Presidente da FIESC, em artigo jornalístico denominado, "Repensando Santa Catarina",²⁴³ afirma ser necessário repensar Santa Catarina, no quadro das modificações internacionais, especialmente para o MERCOSUL: "Nossa infra-estrutura exige baixos investimentos com elevado retorno. A Fiesc, já vem fazendo em sua diretoria e seu conselho de política industrial, uma análise para uma nova proposta de política industrial, que aponte para as tendências de mercado".

É fundamental captar, que a classe dominante catarinense, dá continuidade a lógica de acumulação de capital no estado, agora

243 - Jornal Folha do Sul, 01 de janeiro de 1993.

concentrando-se crescentemente no mercado internacional, e que apesar do discurso liberalizante, anti-estatal, privatizante, que expressam diariamente, o que se verifica entretanto, é a continuidade da intervenção estatal, tendo por fim ampliar o enriquecimento privado em Santa Catarina.

A criação do Banco Regional de Desenvolvimento e Integração (BRDI), envolvendo os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, é uma ilustração, da continuidade da lógica intervencionista, objetivando ampliar a acumulação privada, pois se o Mercado do Cone Sul (MERCOSUL), mesmo ainda não estando em pleno vigor, não impediu que a classe dominante fundasse um banco estatal de desenvolvimento, para "auxiliá-la", nas disputas pelos mercados e no aumento da competitividade das empresas catarinenses com as empresas de outros países. Na relação com o Estado observa-se, além do exposto, a continuidade de programas estaduais de apoio empresarial, bem como, a campanha de privatização dos patrimônios estatais.

Quanto a privatização, ressalta-se ainda que empresários e políticos, fazem coro tanto no Brasil, quanto em Santa Catarina, como sendo aquela uma alternativa para a retomada do desenvolvimento econômico. Tal discurso vindo dos primeiros, parece ser absolutamente lógico, pois se nos últimos anos apropriaram-se das rendas estatais (juros subsidiados, incentivos fiscais, isenções, corrupção e outros), atualmente dado o esgotamento financeiro do agente estatal, isto é, as rendas do Estado, buscam apropriar-se do que resta de patrimônio formalmente socializado (estatal), pretendendo ampliar seus já gigantescos patrimônios, pouco contribuindo para a retomada do desenvolvimento econômico e social, como apregoam. Com relação aos políticos privatizantes, destaca-se que a postura pró-privatização, é em última instância, a própria negação do exercício do homem público, por ser ele eleito para dirigir,

administrar a "coisa pública". Tal postura, acaba por reafirmar a posição histórica da maioria dos "homens públicos", isto é, usar do aparato público em prol da acumulação privada de capital. Vê-se pois, que a lógica privatizante, tende a não superar a estagnação econômica, mas sim ampliar o enriquecimento privado e o empobrecimento social.

Com relação a busca da tão propalada competitividade e as consequências para os trabalhadores, destaca-se o caso empresa PCC, Papel e Celulose Catarinense (Grupo Klabin), que recentemente concluiu ampliação de seu parque fabril. A empresa investiu 220 milhões de dólares, dos quais, 140 milhões (60%) financiados pelo BNDES. Tais investimentos vão gerar somente 350 empregos diretos, o que dá uma média de 700 mil dólares por emprego, relação altíssima, considerando-se que nos encontramos num país de desemprego crônico, onde com tal quantia poderia gerar-se um volume de emprego muito mais significativo. Vê-se pois a intervenção estatal, ampliando os patrimônios privados e empobrecendo a sociedade brasileira e catarinense, que é quem financia tais investimentos. (Informações contidas na Revista Expressão, abril/1993).

Se nas suas relações com o Estado as elites catarinenses continuam a beneficiar-se, quanto aos trabalhadores observa-se um processo inverso, pois aos últimos, dado o desemprego crônico, o poder de barganha reduz-se cada vez mais, especialmente com a modernização crescente das empresas, objetivando alcançar mercados mundiais.

Tendencialmente têm-se pois, a continuidade de um modelo concentrador de riquezas de um lado e de pobreza, miséria e indigência de outro.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Alcides. Liberdade, Capitalismo e Prosperidade.
Empresa Gráfica Grajaú Ltda., Florianópolis, 1954, pg. 76.
- _____. Ciclo de Estudos Sobre Segurança e Desenvolvimento:
panorama infraestrutural de Santa Catarina - as comunicações.
ADESG, Florianópolis, 1970, pg. 34.
- _____. O Caminho do Homem: proposta para uma proposta para Santa
Catarina. Imprensa Universitária, Florianópolis, s/d, 4
cadernos.
- _____. "Panorama da economia catarinense". in Ensaio Sobre a
Economia Catarinense, 1970, Florianópolis, pp. 13-44.
- _____. Mão-de-obra Industrial em Santa Catarina. SENAI,
Florianópolis, 1956, pg. 26.
- AGUIAR, Itamar. As Eleições de 1982 para Governador em Santa
Catarina: táticas e estratégias das elites no confronto com as
oposições. Dissertação de Mestrado. UFSC, Mimeografado,
Florianópolis, 1991, pg. 312.
- AQUINO, Cleber (org.). História Empresarial Vivida: depoimentos
de empresários brasileiros bem sucedidos. Editora Atlas, São
Paulo, 1991, vol. V, pg. 265.
- ANDRADE, Léo Rosa de. A Estrutura Coronelista de Dominação:
análise de um caso. Dissertação de Mestrado. UFSC,
Mimeografado, Florianópolis, 1984, pg. 133.

- _____. Liberdade Privada e Ideologia. Editora Acadêmica, São Paulo, 1993, pg. 108.
- AURAS, Marli. Poder Oligárquico Catarinense: da guerra aos "fanáticos" do Contestado à "Opção Pelos Pequenos", Tese de Doutorado, PUC/SP, Mimeografado, São Paulo, 1991, pg. 415.
- BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. BESC - O Saldo Positivo de 30 Anos de Trabalho, AZ Comunicação, Florianópolis, 1992, pg. 46.
- BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Relatório das Atividades/1977, Rio de Janeiro, 1977, pg. 94.
- BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. BRDE: A Ação Governamental na Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social da Região Sul, BRDE, s.d., Porto Alegre, pg. 51.
- BENAKOUCHE, Rabah (Coord.). Grupos Industriais da Região Sul do Brasil, UFSC - Núcleo de Política Científica e Tecnológica, Mimeografado, Florianópolis, 1983, pg. 259.
- BIANCHINI, Manlio da Cunha. O PROCAPE na Iniciativa Privada: análise estatística, Relatório Final de Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, UFSC, Mimeografado, Florianópolis, 1985, pg. 25.
- BOSSLE, Ondina Pereira. História da Industrialização Catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro, CNI/FIESC, Florianópolis, 1988, pg. 155.
- _____. Ondina Pereira. Henrique Lage e o Desenvolvimento Sul Catarinense, Ed. da UFSC, Florianópolis, 1981, pg. 79.

- BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. Zahar. Rio de Janeiro, 1988, pg. 454.
- CAMPOS, Nazareno José de Campos. Terras Comuns na Ilha de Santa Catarina, Ed. da UFSC/FCC. Florianópolis, 1991, pg. 168.
- CARDOSO, Fernando Henrique & FALETO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1979, 5a. edição, pg. 143.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. Eleições e Sistema Partidário em Santa Catarina (1945-1979), Ed. da UFSC, Florianópolis, 1990, pg. 152.
- CÁRIO, Silvio Antônio Ferraz. Conglomeração de Capitais e Empresariado: dinâmica capitalista, valores e posições de classe, Dissertação de Mestrado, UFSC, Mimeografado, Florianópolis, 1991, Ito. volume, pg. 474.
- CARNOY, Martin. Estado e Teoria Política. Papirus, Campinas (SP), 1986, pg. 339.
- CASTRO, Antônio Barros de. 7 Ensaaios Sobre a Economia Brasileira, Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1975, 2a. edição. Vol. II, pg. 248.
- CEAG/SC - Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina. Evolução Histórico-Econômica de Santa Catarina: estudos das alterações estruturais (Século XVII-1960). Imprensa Universitária, UFSC, Florianópolis, 1980, pg. 217.
- CEBRAE-CEAG-SC/CODESUL/CODESC/SIC/BADESC/BESC. Diagnóstico da Indústria de Cerâmica de Revestimento do Estado de Santa Catarina, CEAG/SC, Florianópolis, 1977, pg. 105.

CUNHA, Idaulo José. Evolução Econômico-Industrial de Santa Catarina. FCC edições, Florianópolis, 1982. pg. 169.

_____. O Salto da Indústria Catarinense: um exemplo para o Brasil. Paralelo 27, Florianópolis, 1993. pg. 295.

DITTRICH, Regina Iara. O Deputado Catarinense: Assembléia Legislativa no período de 1947 a 1965. Editora da UFSC, Florianópolis, 1981, pg. 145.

ESTADO DE SANTA CATARINA/Secretaria de Desenvolvimento. Vantagens Locacionais e Oportunidades Industriais. Mimeografado, Florianópolis, 1973.

ESTADO DE SANTA CATARINA/Secretaria da Indústria e do Comércio. Posição: a grandeza da empresa catarinense. IOESC, Florianópolis, s/d, pg. 153.

FAZENDA, Ivani (org.). Metodologia da Pesquisa Educacional. Cortez, São Paulo, 1991, pg. 174.

Federação da Indústrias do Estado de Santa Catarina. O Potencial Catarinense, Setor Econômico, FIESC, vol. 1, 1990, pg. 46.

_____. Guia da Indústria de Santa Catarina - 1992, FIESC. Florianópolis, 1992, pg. 560.

FONSECA, Pedro César Dustra. BRDE: da hegemonia à crise do desenvolvimento, BRDE, Porto Alegre, 1988, pg. 138.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1986, 21a. edição. pg. 248.

_____. Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968, 3a. ed., pg. 247.

GALBRAITH, John Kenneth. O novo Estado Industrial, Pioneira, São Paulo, 1983, pg. 296.

GERTZ, René. O Facismo no Sul do Brasil: germanismo, nazismo e integralismo, Mercado Aberto, Porto Alegre, 1987, pg. 205.

GIESE, Barbara. A atuação Política do Empresariado Catarinense dos Ramos Têxtil e Agroindustrial: demandas e canais de influência (1970-1985), Dissertação de Mestrado, UFSC, Mimeografado, 1991, pg. 149.

GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978, pg. 244.

HERING, Maria Luiza Renaux. Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento, Ed. da FURB, Blumenau, 1987, pg. 328.

HILFERDING, Rudolf. O Capital Financeiro, Nova Cultural, São Paulo, 1985, pg. 348.

HOBBSBAWM, E. J. Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo, Forense-Universitária, Rio de Janeiro, 1983, pg. 325.

HOELLER, Grace Cristini. Análise de Desempenho e Estratégias de Crescimento da "INPLAC - Indústria de Plásticos S/A" no Período Compreendido entre 1986 e 1988, Monografia de conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, UFSC, Mimeografado, 1990, pg. 63.

LAGO, Paulo Fernando. Santa Catarina: a terra - o homem e a economia, Empresa da Revista dos Tribunais, Florianópolis, 1968, pg. 378.

_____. Geografia de Santa Catarina, Ed. da UFSC, Florianópolis, 1971, pg. 159.

_____. Gente da Terra Catarinense: desenvolvimento e educação ambiental, Ed. da UFSC/FCC/Lunardelli: UDESC, Florianópolis, 1988, pg. 349.

_____. A Consciência Ecológica: a luta pelo futuro, Ed. da UFSC, Florianópolis, 1991, pg. 198.

LENIN, Vladimir I. O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. Obras Escolhidas. Alfa-Ômega. São Paulo, 1982, 2a. edição. p. 575-671.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. Poder Político e Mudança Social, Dissertação de Mestrado, UFSC, Mimeografado, Florianópolis, 1977, pg. 145.

Löwy, Michael. As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento, Editora Busca Vida, São Paulo, 1988, pg. 210.

MAMIGONIAM, Armen. "Estudo geográfico das indústrias de Blumenau", in Revista Brasileira de Geografia, IBGE, Vol. 27. No. 3, julho-setembro, Rio de Janeiro, 1965, pp. 389-481.

_____. Brusque: estudo de geografia urbana e econômica, Sociedade Amigos de Brusque, Brusque, 1960, pg. 16.

_____. Santa Catarina. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. Subchefia de Estatística, Geografia e Informática. Atlas de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Aerofoto Cruzeiro, 1986, pg. 173, pp. 104-106.

MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio, Nova Cultural, São Paulo, 1985, 2a. Edição, pg. 417.

MANTEGA, Guido. A Economia Política Brasileira, Polis/Vozes, São Paulo/Petrópolis, 1985, 3a. ed., pg. 288.

MARX, Karl. O Capital, Difel, São Paulo, 1984, 9a. ed., 6 volumes.

MATTOS, Fernando Marcondes de. A Industrialização Catarinense, Ed. da UFSC, Florianópolis, 1968, pg. 85.

_____. Santa Catarina: nova dimensão, Ed. da UFSC, Florianópolis, 1973, pg. 446.

_____. Santa Catarina: tempos de angústia e esperança - subsídios para um programa de governo, edição do autor, Florianópolis, 1978, pg. 215.

_____. Santa Catarina: tempos de angústia e esperança - subsídios para um programa de governo, Ed. Lunardelli, Florianópolis, 1986, 2a. ed., pg. 199.

MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio, Editora Brasiliense, São Paulo, 1982, 183 p.

MICHELS, Ido Luiz. Inflação e Marxismo: um estudo introdutório, Monografia do curso de Graduação em Ciências Econômicas, UFSC, Mimeografado, 1989, pg. 82.

_____. A Ação Estatal no Sul de Santa Catarina: enriquecimento privado e empobrecimento social, Projeto de Dissertação, UFPB, Mimeografado, 1991, pg. 64.

MOSER, Anita. A Nova Submissão: mulheres da zona rural no processo de trabalho industrial, Edipaz, Porto Alegre, 1985, pg. 128.

MÜLLER, José et alii. Termos de Referência - Processo de Planejamento do Sul de Santa Catarina. FEESC/SUDESUL, AMSESC e AMUREL, 2 volumes, Tubarão (SC), 1976.

_____. José et alii. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado-PDDI do Município de Tubarão, FEESC e Prefeitura Municipal de Tubarão de Tubarão, 1973.

NAPOLEONI, Cláudio. O Pensamento Econômico do Século XX, Circulo do Livro, São Paulo, 1987, pg. 191.

PIAZZA, Walter Fernando & HUBENER, Laura machado. Santa Catarina: história da gente, Ed. Lunardelli, Florianópolis, 1983, 19a. ed., pg. 150.

PEREIRA, Moacir. Imprensa & Poder: a comunicação em Santa Catarina, Ed. Lunardelli/FCC, Florianópolis, 1992, pg. 172.

SANDRONI, Paulo (org.). Dicionário de Economia, Editora Best Seller, São Paulo, 1989, 2a. edição. pg. 331.

Secretaria do desenvolvimento Econômico/IBAGESC-CEBRAE/BRDE-AGFLO, Análise da Indústria de Transformação de Santa Catarina, Edeme, Florianópolis, 1974, pg. 194.

Secretaria da Indústria e do Comércio. Posição: a grandeza da empresa catarinense, Editograf, Florianópolis, 1982, pg. 135.

Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo. Santa Catarina: estado onde investir, IOESC, Florianópolis, 1990, pg. 160.

Secretaria da Fazenda. 4 Anos de Administração Financeira 1987-1990, Governo Pedro Ivo/Casildo Maldaner, IOESC, Florianópolis, 1991, pg. 121.

SCHMITZ, Sérgio. Planejamento Estadual: a experiência catarinense com o Plano de Metas do Governo - PLAMEG (1961-1965), Ed. da UFSC/FESC/UDESC, Florianópolis, 1985, pg. 134.

SEYFERTH, Giralda. A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico, Editora Movimento, Porto Alegre, 1974, pg. 159.

SCHUMPETER, Joseph. Capitalismo, Socialismo e Democracia, Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1961, pg. 512.

_____. A Teoria do Desenvolvimento Econômico, Abril Cultural, São Paulo, 1982, pg. 169.

SILVA, Etienne Luiz. O Desenvolvimento Econômico Periférico e a Formação da Rede Urbana de Santa Catarina, Dissertação de Mestrado, UFRGS Mimeografado, Porto Alegre, 1978, pg. 139.

SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil, Alfa-ômega, São Paulo, 1985, 6a. ed., pg. 120.

SINGER, Paul Israel. Desenvolvimento Econômico e Evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife, Editora Nacional, São Paulo, 1977, 2a. edição, pg. 377.

SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento Econômico, Atlas, São Paulo, 1993, pg. 242.

- TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil, Editora da UNICAMP, Campinas/SP, 1986, 2a. edição, pg. 160.
- TEIXEIRA, Valter Nunes. Alguns Fatores do Crescimento Industrial. Dissertação de Mestrado. UFRGS, Mimeografado, Porto Alegre, 1977, pg. 57.
- TEIXEIRA, Olívio Alberto. O Grau de Monopólio e a Parcela Relativa dos Salários no Valor Agregado na Indústria: observações empíricas na indústria de transformação catarinense 1950-1980, Monografia do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, UFSC, Florianópolis, 1985, pg. 182.
- TERNES, Apolinário. A estratégia da confiança, Circulo do Livro S.A., Joinville, 1988, pg. 291.
- TERNES, Apolinário. 25 anos - História da WEG, Gráfica Meyer S.A., Jaraguá do Sul, 1986, pg. 175.
- VERGARA, René Raul Rodriguez. O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e a Geração de Empregos no Estado de Santa Catarina, Dissertação de Mestrado, UFSC, Mimeografado, Florianópolis, 1985, pg. 98.
- VEGINI, Edmundo. A Personalidade Histórica de Crispim Mira e a Regeneração Nacional pela ética Germânica do Trabalho (1880-1927), Dissertação de Mestrado, UFSC, Mimeografado, Florianópolis, 1984, pg. 462.
- VIEIRA FILHO, Ady. As Raízes da Industrialização: grupos empresariais catarinenses - origem e evolução (1880-1985), edição do autor, Florianópolis, 1986, pg. 203.

VOLPATO, Terezinha Gascho. A Pirita Humana: o mineiros de Criciúma. Ed. da UFSC/Ass. Legislativa, Florianópolis, 1984, pg. 160.

XAVIER, Jurandir Antônio. O Capitalismo Financeiro no Brasil, Mimeografado, UFPB/Campina Grande, 1989, pg. 372.

_____. A Contemporaneidade da Questão Regional, Ed. UFPB, João Pessoa, 1992, pg. 211.

_____. Desenvolvimento Versus Regressão, Ed. União, João Pessoa, 1992, pg. 134.

ZUMBLICK, Walter. Teresa Cristina: a ferrovia do carvão. Ed. da UFSC, Florianópolis, 1987, pg. 181.

ARTIGOS

FERREIRA FILHO, Roberto. Santa Catarina: quatro décadas de transformações estruturais. in, Análise Conjuntural de Santa Catarina, Florianópolis, vol. 3, No. 5, jan-jun., 1987.

Gazeta Mercantil. Relatório: Incentivos Fiscais dos Estados, 04.06.1992.

LISBOA, Armando de Melo. Desmistificando "Santa" Catarina, Departamento de Ciências Econômicas, UFSC, 1985.

MONTIBELLER, Gilberto. Carência Social no Estado de Santa Catarina. Atualidade Econômica, Departamento de Ciências Econômicas, Ed. da UFSC, Ano 5, (19):6-9, set.out. 1991.

Secretaria do Planejamento e Fazenda/GEPAC. Industrialização em Santa Catarina, do Ponto de Vista do Planejamento Governamental, s.d.

XAVIER, Jurandir Antonio. Crise Estatal: regressão na privatização ou superação na socialização?, XVI ENECO, Campina Grande, set/89.

_____. A questão regional no exemplo de Campina Grande. RAIZES, No. 7, junho de 1988/dezembro de 1990, Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Ano IX, V. 5, Ed. UFPB.

REVISTAS/OUTROS

- Revista Cadernos do terceiro mundo, No. 156, dezembro de 1992.
- Revista Exame, Editora Abril, 03 de março de 1993.
- _____.15 de maio de 1991.
- Revista Expressão, AZ Comunicação/FIESC, No. 4, junho/julho-90, Florianópolis.
- Revista Cadernos do terceiro mundo, Editora do Terceiro Mundo, No. 156, dezembro/92, Rio de Janeiro.
- Revista Time, may 10,1993, No. 19.
- Gazeta Mercantil. Balanço Anual, diversos números.
- Informe Publicitário - O mapa do tesouro, Governo do Estado de Catarina/Secretaria de Comunicação, 87/89, Florianópolis.
- IBGE/PNADS - Santa Catarina, 1990.